UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Gabriel Campos Fernandino

AMOR AO PRÓXIMO E HOMOAFETIVIDADE NO DISCURSO DA SANTA SÉ:

argumentação e gestão de pontos de vista em textos de Bento XVI e Francisco

Belo Horizonte

2024

Gabriel Campos Fernandino

AMOR AO PRÓXIMO E HOMOAFETIVIDADE NO DISCURSO DA SANTA SÉ:

argumentação e gestão de pontos de vista em textos de Bento XVI e Francisco

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE-UFMG como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso (2)

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso (2B).

Orientadora: Profª. Drª. Helcira Maria Rodrigues de Lima

Belo Horizonte

2024

Fernandino, Gabriel Campos.
F363 Amor ao próximo e homoafetividade no discurso da Santa Fé [manuscrito]: argumentação e gestão de pontos de vista em textos de Bento XVI e Francisco / Gabriel Campos Fernandino. – 2024.
1 recurso online (193f.): pdf.

Orientadora: Helcira Maria Rodrigues de Lima.

Área de concentração: Linguística do Texto e do

Discurso. Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 185-193.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Igreja Católica. Papa (2005-2013: Bento XV) – Teses. 2. Igreja Católica. Papa (2013- : Francisco) – Teses. 3. Análise do discurso – Teses. 4. Discurso religioso – Teses. 5. Igreja Católica – História – Teses. 6. Homossexualidade – Teses. 7. Retórica

CDD:

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Priscila Oliveira da Mata - CRB/6- 2706 Biblioteca Professor78Rubens Costa Romanelli - FALE/UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FOLHA DE APROVAÇÃO

AMOR AO PRÓXIMO E HOMOAFETIVIDADE NO DISCURSO DA SANTA SÉ: argumentação e gestão de pontos de vista em textos de Bento XVI e Francisco

GABRIEL CAMPOS FERNANDINO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 19 de dezembro de 2024, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Helcira Maria Rodrigues de Lima - Orientadora UFMG

Prof(a). Wander Emediato de Souza
UFMG

Prof(a). Maria das Graças Soares Rodrigues
UFRN

Prof(a). Luciano Magnoni Tocaia UFMG

Prof(a). Daniel Mazzaro Vilar de Almeida UFU

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2024.

Documento assinado eletronicamente por **Helcira Maria Rodrigues de Lima**, **Professora do Magistério Superior**, em 14/01/2025, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Luciano Magnoni Tocaia**, **Professor do Magistério Superior**, em 14/01/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Mazzaro Vilar de Almeida**, **Usuário Externo**, em 14/01/2025, às 22:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Wander Emediato de Souza**, **Professor do Magistério Superior**, em 28/01/2025, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Maria das Graças Soares Rodrigues**, **Usuária Externa**, em 28/01/2025, às 23:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3879685** e o código CRC **6C1E0647**.

Ao esteio sempiterno, sempre terno, da família,
dos amigos que, subentendidamente, tudo
atravessa.

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos, que não hierarquizam importâncias, são organizados na ordem cronológica na qual as coisas se deram.

Ao Cristiano Mendes, quem primeiro me apresentou e me embalou na Análise do Discurso.

À Elvira Andrade, quem me mostrou o que era evidente.

À Helcira Lima, quem, além de orientar a bússola da pesquisa, com rara e copiosa generosidade, acreditou no devir do linguista que ainda não existia.

À Maria das Graças Rodrigues e ao Wander Emediato, pessoas que, com fina percepção, participaram da minha qualificação e apontaram para os calcanhares de Aquiles.

Ao Samuel Vernet, quem com gratuidade contradóxica me abriu numerosas portas acadêmicas e sociais, tratando-me como um igual.

À CAPES, instituição essencial à promoção da educação de nível superior brasileira, que financiou meu período de mobilidade internacional solicitando a gentileza da seguinte menção: *o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001/This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001*.

Do ponto de vista do mar, quem balança é a praia
Do ponto de vista da vida, um dia é pouco
Guardado no bolso do louco
Há sempre um pedaço de deus
Respeite meus pontos de vista
Que eu respeito os teus

Eduardo Lyra Krieger & João Cavalcanti

RESUMO

Esta pesquisa doutoral realiza um percurso analítico argumentativo-enunciativo do discurso da Santa Sé, a entidade que representa o centro de decisão da Igreja Católica. São analisados textos publicados em português entre 2005 e 2021, isto é, sob os pontificados de Bento XVI e Francisco. O objetivo geral da investigação é analisar a gestão de *pontos de vista* e da responsabilidade enunciativa acerca dos temas do amor ao próximo e da homoafetividade na Igreja, tendo em vista o seu papel na construção argumentativa. O movimento de leitura visa a interpretar como posicionamentos argumentados pelo mesmo ente enunciativo, em princípio concorrentes, acomodam-se em textos pontifícios. A proposta de estudo é levada a efeito, fundamentalmente, a partir da problemática da argumentação no discurso e da teorização de Alain Rabatel sobre *pontos de vista* e posturas enunciativas. A tese adota um posicionamento descritivo-interpretativo e, coerentemente ao posicionamento, aponta aspectos políticos da problemática e realiza movimentos de reflexividade crítica. Enquanto objetivo específico, o estado da arte mobilizado é compilado em um gesto de articulação de categorias de análise, replicável a outros *corpora*. A análise é realizada a partir da concepção de dois eixos temáticos, designados como o "eixo da agregação" e "da segregação". Neste último, estão alocados dois documentos autorizados pelo papa e cujo conteúdo censura a homoafetividade no âmbito eclesial e no sacramento do matrimônio. O eixo temático da agregação contém, proporcionalmente, dois textos, os quais promovem o amor ao próximo sem restrições e são, além de autorizados, assinados pelo sumo sacerdote. O percurso analítico realizado concluiu que o mesmo enunciador Santa Sé, cuja principal voz é a do papa, amparado por valores da doxa católica, argumenta, com efeito, *pontos de vista* díspares e, em princípio, contraditórios. Contudo, a aparente incongruência é resolvida a partir da fonte evidencial dogmática comum, designada nesta tese como a "*pistis* crística". O grau de contradição aparente e a imputação e assunção da responsabilidade enunciativa variam em função do gênero discursivo, do alocutário visado, do eixo temático e do objeto de discurso. Concluiu-se ainda que, enquanto a instanciação de fala ligada à pessoa do papa tende a variar entre pontificados, a fala do papa-instituição tende à continuidade. Por fim, depreendeu-se que locutores primários dos textos da agregação recorrem com mais evidência e frequência às emoções e mobilizam mais subjetivemas e patemas. Estes, embora presentes nos textos da segregação, tendem a ser apagados com a desinscrição do locutor e a austeridade do gênero de discurso.

Palavras-chave: argumentação; homoafetividade; papa; ponto de vista, Santa Sé

ABSTRACT

This doctoral research undertakes an argumentative and enunciative analysis of the discourse of the Holy See, the entity representing the decision-making apex of the Catholic Church. Texts published in Portuguese between 2005 and 2021, under the pontificates of Benedict XVI and Francis, are analyzed. The general objective of the investigation is to assess the management of points of view and enunciative responsibility regarding the themes of love for one's neighbor and homoaffectivity in the Church, considering its role in the argumentative construction. The research aims to interpret how ambiguous orientations argued by the same enunciative entity are accommodated in pontifical texts. The study is primarily based on the *l'argumentation dans le discours* and Alain Rabatel's theorization on points of view and enunciative postures. The thesis adopts a descriptive-interpretative stance and, consistently with this stance, highlights political aspects of the issue and performs gestures of critical reflexivity. The state of the art is compiled into an articulation of categories of analysis, replicable to other corpora. The analysis is conducted based on the conception of two thematic axes, designated as the aggregation and segregation axes. In the latter, two documents authorized by the pope, whose content censures homoaffectivity in the ecclesial context and the sacrament of marriage, are placed. The aggregation thematic axis contains, proportionally, two texts that promote love for one's neighbor without restrictions and are, in addition to being authorized, signed by the supreme pontiff. The analysis concluded that the same enunciator, the Holy See, whose main voice is that of the pope, supported by Catholic doxa values, effectively argues disparate and seemingly contradictory points of view. However, this apparent incongruity is resolved through the common dogmatic evidential source, referred to in this thesis as the *pistis christica*. The degree of apparent contradiction and the attribution and assumption of enunciative responsibility vary depending on the discursive genre, the targeted addressee, the thematic axis, and the discourse object. It was also concluded that, while the enunciation related to the person of the pope tends to vary between pontificates, the discourse of the pope as an institution tends to continuity. Finally, it was inferred that the primary speakers of the aggregation texts more frequently and evidently resort to emotions, mobilizing more subjectivemes and pathemes. These, although present in the segregation texts, tend to be erased by the speaker's disengagement and the austerity of the discursive genre.

Keywords: argumentation; Holy See; homoaffectivity; point of view; pope.

RÉSUMÉ

Cette thèse doctorale entreprend une analyse argumentative et énonciative du discours du Saint-Siège, l'entité qui représente le centre de décision de l'Église catholique. Les textes analysés ont été publiés en portugais entre 2005 et 2021, c'est-à-dire sous les pontificats de Benoît XVI et de François. L'objectif général de la recherche est d'examiner la gestion des points de vue et de la responsabilité énonciative à propos des thèmes de l'amour du prochain et de l'homoaffectivité dans l'Église, compte tenu de son rôle dans la construction argumentative. La démarche de lecture cherche à interpréter comment des positions argumentées par la même entité énonciative, initialement concurrentes, s'accommodent dans des textes pontificaux. Cette étude s'appuie principalement sur la problématique de l'argumentation dans le discours et la théorisation de Alain Rabatel sur les points de vue et les postures énonciatives. La thèse adopte une approche descriptive-interprétative et, en cohérence avec ce positionnement, met en lumière des aspects politiques du problème et effectue des gestes de réflexivité critique. L'état de l'art mobilisé est compilé dans un geste d'articulation des catégories d'analyse, applicable à d'autres *corpora*. L'analyse est réalisée à partir de la conception de deux axes thématiques, désignés comme l'axe de l'agrégation et l'axe de la ségrégation. Dans ce dernier, deux documents autorisés par le pape et dont le contenu condamne l'homoaffectivité dans le cadre ecclésial et le sacrement du mariage sont placés. L'axe thématique de l'agrégation contient proportionnellement deux textes qui promeuvent l'amour du prochain sans restriction et sont, en plus d'être autorisés, signés par le souverain pontife. L'analyse conclut que le même énonciateur, le Saint-Siège, dont la principale voix est celle du pape, soutenu par les valeurs de la doxa catholique, argumente effectivement des points de vue divergents et apparemment contradictoires. Cependant, cette apparente incongruité est résolue à partir de la source de preuve dogmatique commune, désignée dans cette thèse comme la *pistis christica*. Le degré de contradiction apparente et l'imputation et l'assomption de la responsabilité énonciative varient en fonction du genre discursif, de l'allocutaire visé, de l'axe thématique et de l'objet du discours. Il a également été conclu que, alors que l'énonciation liée à la personne du pape tend à varier entre les pontificats, celle du pape-institution tend à la continuité. Enfin, il a été constaté que les locuteurs primaires des textes d'agrégation font davantage appel aux émotions et mobilisent plus de subjectivèmes et de pathèmes. Ces derniers, bien que présents dans les textes de ségrégation, tendent à être effacés par la désinscription du locuteur et la rigidité du genre discursif.

Mots-clés : argumentation ; homoaffectivité ; pape ; point de vue ; Saint-Siège.

RESUMEN

Esta tesis doctoral realiza un análisis argumentativo y enunciativo del discurso de la Santa Sede, la entidad que representa el centro de decisión de la Iglesia Católica. Se analizan textos publicados en portugués entre 2005 y 2021, es decir, bajo los pontificados de Benedicto XVI y Francisco. El objetivo general de la investigación es analizar la gestión de puntos de vista y de la responsabilidad enunciativa sobre los temas del amor al prójimo y la homoafectividad en la Iglesia, teniendo en cuenta su papel en la construcción argumentativa. El enfoque de lectura busca interpretar cómo posiciones argumentadas por el mismo ente enunciador, en principio concurrentes, se acomodan en textos pontificios. La propuesta de estudio se fundamenta, principalmente, en la problemática de la argumentación en el discurso y en la teorización de Alain Rabatel sobre puntos de vista y posturas enunciativas. La tesis adopta una postura descriptivo-interpretativa y, coherentemente con dicha postura, señala aspectos políticos de la problemática y realiza actos de reflexividad crítica. Como objetivo específico, el estado del arte movilizado se compila en un gesto de articulación de categorías de análisis, replicable a otros *corpora*. El análisis se basa en la concepción de dos ejes temáticos, denominados el eje de la agregación y el de la segregación. En este último, se sitúan dos documentos autorizados por el papa cuyo contenido censura la homoafectividad en el ámbito eclesial y en el sacramento del matrimonio. El eje temático de la agregación contiene, proporcionalmente, dos textos que promueven el amor al prójimo sin restricciones y que, además de estar autorizados, están firmados por el sumo pontífice. El análisis realizado concluye que el mismo enunciador, la Santa Sede, cuya principal voz es la del papa, apoyado en los valores de la doxa católica, argumenta, de hecho, puntos de vista dispares y aparentemente contradictorios. Sin embargo, esta aparente incongruencia se resuelve a partir de la fuente dogmática común, designada en esta tesis como la *pistis crística*. El grado de contradicción aparente y la imputación y asunción de la responsabilidad enunciativa varían en función del género discursivo, del alocutario previsto, del eje temático y del objeto del discurso. También se concluye que, mientras la instancia de enunciación vinculada a la persona del papa tiende a variar entre pontificados, el discurso del papa-institución tiende a la continuidad. Finalmente, se infiere que los locutores primarios de los textos de agregación recurren con mayor frecuencia y evidencia a las emociones, y movilizan más subjetivemas y patemas. Estos, aunque presentes en los textos de segregación, tienden a ser borrados mediante la desinscripción del locutor y la austeridad del género discursivo.

Palabras clave: argumentación; homoafectividad; papa; punto de vista; Santa Sede

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Captura de tela da página oficial do Vaticano..... 26
Imagem 2 - Instâncias territoriais da Igreja..... 66
Imagem 3 - PDV no eixo Consenso-Dissenso..... 77
Imagem 4 - Cabeçalho da *Deus caritas est* (2005)..... 84
Imagem 5 - Cabeçalho da *Fratelli Tutti* (2020)..... 103
Imagem 6 - Cabeçalho da *Instrução* (2005)..... 126
Imagem 7 - Cabeçalho do *Responsum* (2021)..... 156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - *Corpus* de pesquisa..... 61
Quadro 2 - Uma aproximação de categorias mobilizadas por Amossy e Rabatel..116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AT	Antigo Testamento
CDF	Congregação para a Doutrina da Fé
CIC	*Codex Iuris Canonici* (Código de Direito Canônico)
CEC	Congregação para a Educação Católica
CVII	Segundo Concílio Ecumênico do Vaticano
DHI	*Dignitatis Humanae Institute*
E	Enunciador
L	Locutor
LP	Lei de passagem
NR	Tratado da argumentação: a nova retórica
NT	Novo Testamento
PEC	*Prise en charge* (assunção de responsabilidade enunciativa)
PDV	*Ponto de vista*
RE	Responsabilidade enunciativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
2 *INVENTIO*: A DESCOBERTA DE UMA PESQUISA 21
2.1 A tríplice coroa fala: bispo de Roma, chefe de Estado e líder da Igreja 23
2.2 Refletir a heteronormatividade: a (para)doxal homoafetividade vaticana 28
2.3 Discurso religioso: anunciando e enunciando a voz de deus 49
2.4 O percurso heurístico: objetivos, critérios de seleção e eixos temáticos 56
3 *DISPOSITIO*: DISPONDO ARGUMENTOS DA LITERATURA 69
3.1 O *ponto de vista* de Alain Rabatel 70
3.1.1 O Velho que manda, o Novo que ama: uma análise da encíclica *Deus Caritas est* .. 82
3.2 A argumentação no discurso de Ruth Amossy 92
3.2.1 A tese do amor: uma análise da encíclica *Fratelli Tutti* 100
4 *ELOCUTIO*: O ESTILO TEÓRICO DA NOSSA TESE 111
4.1 A boa nova: a argumentação no discurso do *homo narrans* 112
4.2 Denominações: uma análise da *Instrução sobre tendências homossexuais* 123
5 *ACTIO*: INTERPRETANDO A *PISTIS* CRÍSTICA 139
5.1 Alfa e Ômega da Santa Sé: contradições coerentes e juízos emocionados 141
5.2 No princípio era o contra-discurso: uma análise do *Responsum sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo* 150
6 *MEMORIA*: REMEMORAR E AMPLIFICAR OS ARGUMENTOS DA TESE 166
REFERÊNCIAS 185

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação doutoral, que se conforma à área de concentração *Linguística do Texto e do Discurso*, está inscrita na linha de pesquisa *Análise do Discurso* do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Orientamos o nosso trabalho pelo objetivo geral de realizar um estudo da argumentação e da gestão de *pontos de vista* concorrentes publicados pelo centro de decisão Igreja Católica, acerca dos temas do amor ao próximo e da homoafetividade. Levamos a proposta a efeito a partir da análise contextualizada de quatro publicações pontifícias, assinadas ou ostensivamente autorizadas pelo papa, divulgadas entre 2005 e 2021 pela Santa Sé, ou seja, sob os pontificados de Bento XVI e Francisco. Para tanto, valemo-nos, fundamentalmente, da problemática da argumentação no discurso e da teoria dos pontos de vista, bem como, em menor medida, de considerações da literatura sobre valores e emoções. Com base nesse marco teórico, apresentamos uma possiblidade de aproximação de categorias replicável a outros estudos. Esta é apresentada não como uma nova teoria, mas um movimento teórico, ainda embrionário, que aspira pôr em diálogo entendimentos de Rabatel e Amossy.

No decorrer dessa pesquisa encetada em 2021 e concluída ao fim de 2024, percorremos a totalidade do nosso *corpus*, que soma 141 páginas na versão em língua portuguesa – e que pode ser integralmente consultado no repositório *online* do Vaticano, a partir dos *links* informados no Quadro 1 - *Corpus de pesquisa*. O conteúdo foi analisado a partir do exame de diversos excertos dispostos ao longo da redação da tese. Os textos interpretados não são traduções, mas publicações primárias expedidas em diversos idiomas, dentre os quais, o português. A análise desse *corpus* foi realizada a partir da elaboração discricionária de dois eixos temáticos, nos quais alocamos um texto de cada pontificado compreendido no nosso marco, a saber (i.) o "eixo temático da segregação", composto de dois documentos abertamente autorizados pelo papa e cujo conteúdo censura a homoafetividade no âmbito eclesial e no sacramento do matrimônio; (ii.) e o "eixo temático da agregação", também formado por dois textos, os quais promovem a tolerância e a comunhão social sem restrições por meio do amor ao próximo e são, além de autorizados, assinados pelo sumo sacerdote.

Quanto às condições de produção dos quatro textos selecionados, apresentamos o arranjo institucional que cinge o papa em suas interseções e disparidades com a Santa Sé e com o Vaticano, elaborando, ainda, a noção de Vaticano-eclésia[1]. Além de delinear o contexto

[1] Conceito publicado em Fernandino e Lima (2021), na *Revista EID&A* e utilizado em Fernandino (2022), na revista *Bakhtiniana.*

histórico de cada um dos textos estudados, elaboramos um panorama a partir de estudos sobre homoafetividade, na interface entre o âmbito eclesiástico e os embates sociais em escala ampla. Enquanto as reflexões sobre o Vaticano-eclésia se cimentaram a partir das orientações de pesquisa, das disciplinas na UFMG e das discussões junto aos pares em congressos e no grupo de pesquisa *Retórica e argumentação* (CNPq), nosso panorama político se alicerçou nos estudos desenvolvidos em período de mobilidade internacional na Aix-Marseille Université e junto ao grupo de pesquisa *Draine*.

De maneira geral, visamos a organizar uma interpretação multifatorial que explicitasse como *pontos de vista*, em princípio contraditórios, são geridos no discurso da Santa Sé e como a responsabilidade enunciativa ora parece ser assumida pelo papa, ora distanciada deste, marcadamente em textos cujo objeto de discurso é polemizável. Que instância é essa que, interdiscursivamente, agrega pelo amor e segrega pelo dogma, e que não parece ser apenas o papa? Há um fundamento argumentativo comum entre argumentações ambivalentes? Quais são os principais argumentos e procedimentos retórico-enunciativos adotados pelo locutor? Se toda introdução de pesquisa parece cumprir com a função de exórdio, que indicia caminhos, mas sem entregar toda a rota, esperamos que, ao longo da leitura da tese, nossas respostas se deslindem com expressividade.

Desdobramentos históricos recentes, como a publicação do *Responsum da Congregação para a Doutrina da Fé a um dubium sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo* (2021), parte do nosso *corpus*, e o movimento de sinodalidade da Igreja[2], que avulta as contradições internas e segmentações da instituição, engendram um contexto propício à justificação social e científica de pesquisas ligadas à conjuntura em análise do discurso (AD). Ademais, a premência das questões relativas ao respeito à diversidade sexual e à dignidade da pessoa humana parecem amparar igualmente a relevância da nossa investigação. Conforme afirmam Mesquita e Perucchi (2014), a sexualidade provocou uma explosão discursiva nos espaços religiosos ao longo do século XXI. Para os autores, mesmo havendo variedade no entendimento da homoafetividade, relativamente a cada profissão de fé, ser gay é, por vezes, interpretado como uma transgressão de uma lei da natureza. É neste contexto, a partir do nosso *corpus*, que interpretamos como se dá, em seus aspectos discursivos, a dinâmica de reconhecimento do outro como interlocutor legítimo.

[2] A chamada sinodalidade é, grosso modo, uma ampla consulta para reforma da Igreja que se iniciou em 2021 sob o papado de Francisco. No capítulo *Inventio* apresentamos mais informações acerca do movimento, assim como detalhamos de que forma a publicação do *responsum* de 2021 direcionou o nosso recorte temático.

Por meio da nossa própria encenação enunciativa acadêmica, realizamos a análise dos textos a partir de um posicionamento descritivo-interpretativo. Em outras palavras, partindo de categorias específicas, procedemos à exposição do *corpus* de maneira não-normativa/não-militante[3] enquanto avançamos conclusões por meio da descrição engendrada. Ao tratar da relevância da descrição minuciosa do material linguístico, Possenti afirma que "no fundo, essa é a diferença entre analisar (ser analista de discurso) e comentar" (2006, p.19). Ressalvamos que a separação dos momentos de descrição e interpretação é, em rigor, didática, posto que há um teor interpretativo subjetivo mesmo na etapa de descrição e na escolha do objeto de pesquisa. Embora adotemos um posicionamento não normativo, estamos cientes dos traços afetivos e axiológicos que toda produção escrita parece transmitir; e, na mesma toada, que mesmo o fazer científico normativo, se metodologicamente justificado, pode vir a analisar a validade de argumentações sem incorrer em incoerência epistemológica ou irrelevância científica. A despeito do posicionamento adotado, a pesquisa em AD propicia um espaço coerente para o apontamento de críticas sociais relativamente aos discursos analisados.

Posto que o objeto, por excelência, do analista é o texto, isto é, o discurso concretizado no texto, não estudamos nesta tese a pessoa do papa *per se*. Assim, tratamos de pensar o pontífice como sujeito social cuja subjetividade se manifesta em termos linguageiros. Afinal, em AD, considerados os seus recursos metodológicos, o objeto de análise não é o sujeito em si. Analisamos, enfim, como a imagem de si (Amossy, 2005) e valores abstratos e concretos (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996) do locutor papa-Santa Sé são discursivamente construídos.

Em termos da reflexividade crítica do trabalho, preferimos não adotar a linguagem neutra – plasmada, sobretudo, na não demarcação do binarismo de gênero por meio da utilização de termos, terminações e estruturas linguísticas mais neutras. Embora valer-se de uma linguagem inclusiva não implique, necessariamente, afiliação militante ou a determinada vertente de estudo linguístico, aspiramos, com o nosso gesto, evidenciar o posicionamento descritivo-interpretativo de uma tese cujo cerne se volta ao estudo da argumentação. Isto, naturalmente, não implica discordância, desconsideração ou esvaziamento da relevância social da adoção de medidas linguísticas de inclusão. Igualmente, entendemos que nossa decisão de não mobilizar uma estratégia de neutralização de linguagem tem consequências, em termos de efeitos de sentido, e remete a uma formatação de poder em sociedade, a qual se relacionam, evidentemente, múltiplas problemáticas sociais.

---

[3] Vide o texto de Doury (2013) – *Positionnement descriptif, positionnement normatif, positionnement militant* – na *Argumentation et Analyse du Discours*.

Além disso, escolhi/escolhemos nos valer da primeira pessoal do plural na redação do texto, não com o fim de engendrar um efeito de tecnicidade, modéstia ou distanciamento aparente, mas de convocar a dimensão de um fala que, embora externalizada individualmente, é coletiva. Ainda que apenas um autor assuma a responsabilidade autoral e enunciativa da tese, esta é fruto dialógico e dialogal das trocas com a orientadora da pesquisa, com o supervisor estrangeiro no período mobilidade internacional CAPES PrInt, com os professores membros da banca de qualificação e, mais amplamente, com educadores que, na esfera acadêmica, contribuíram com a consecução da pesquisa. Desse modo, por meio da primeira do plural, esperamos avultar a trama interdiscursiva que alicerça nossa tese e a enreda no dialogismo generalizado da língua.

Por fim, acreditamos que o fato de uma tese requerer, além da retomada do estado da arte, originalidade e inovação, permite-nos também explorar a designação das divisões do trabalho com certo grau de autonomia. Desse modo, escolhemos nomear os nossos capítulos a partir dos pilares da retórica clássica; a organização adotada, porém, não tencionou abordar o sistema retórico de modo literal, mas tão somente jogar, metaforicamente, com conceitos retóricos em um trabalho sobre argumentação. Além disso, não objetivamos subverter ou romper com o plano consagrado da pesquisa – por exemplo, "apresentação do problema", "marco teórico", "considerações finais", etc., que poderiam, no nosso caso, ser respectiva e equivalentemente lidos como, "*Inventio"*, "*Dispositio*" e "*Memoria*". No corpo do texto, ao princípio de cada capítulo, explicamos, assim, como o conteúdo da parte dialoga com o pilar retórico em questão. Buscamos elaborar um desenho que facilitasse a leitura isolada dos capítulos, visando tanto à acessibilidade quanto à conveniência para a divulgação juntos aos pares como textos coerentes, coesos e completos em si. Ademais, seguindo sugestão da orientadora da pesquisa e prezando pela fluidez da leitura da tese, apresentamos as análises das quatro publicações que compõem o *corpus* ao longo da tese e não em capítulo à parte.

Dessa forma, nosso trabalho é organizado em um crescendo teórico que explicita o percurso heurístico da tese. Isto é, à medida em que apresentamos os posicionamentos teóricos adotados na pesquisa, analisamos, primeiramente, os textos do *corpus* em isolado para, ao cabo, culminar em uma análise do todo do *corpus* por meio da integralidade do percurso teórico percorrido. Assim, após expor um panorama dos trabalhos de Rabatel, examinamos um documento de agregação pela teoria dos pontos de vista. Igualmente, depois de discorrer sobre a problemática de Amossy, interpretamos o segundo texto alocado no eixo da agregação pela argumentação no discurso. Uma vez apresentada uma possiblidade de leitura articulada entre Amossy e Rabatel, analisamos, então, um texto de segregação por meio desse movimento

combinado de análise. A seguir, acrescentando breves considerações sobre valores e emoções à nossa discussão, estudamos o segundo documento do eixo da segregação. Por fim, revisitamos as conclusões das análises em isolado à luz do todo teórico da tese.

De modo discriminado, no capítulo 1, *Inventio*, explicitamos o percurso que trilhamos da pergunta de partida e pré-projeto à concepção dos objetivos da nossa proposta de estudo. Além de retratar os critérios que nos conduziram à seleção dos textos e à elaboração dos eixos temáticos, contextualizamos o nosso objeto na seara do discurso religioso, apresentando, ainda, considerações de ordem sociopolítica, histórica e institucional. Em *Dispositio*, capítulo 2, dispomos os argumentos da literatura que alicerçam nosso marco e síntese teórica. Nesse capítulo, alocamos a análise das duas encíclicas lidas no eixo da agregação. No capítulo 3, *Elocutio*, articulamos considerações da teoria dos pontos de vista à argumentação no discurso; analisamos, então, a partir da nossa proposta de articulação de categorias, um dos textos do eixo da segregação, uma instrução sobre a ordenação de homens gays. Em *Actio*, capítulo 4, revisitamos conceitos da literatura sobre valores e emoções para elaboração de um marco que, coerentemente ao nosso movimento teórico, servisse ao propósito de estudo das ambivalências discursivas da Santa Sé a partir da ideia de Cristo como *pistis*, princípio de crença e persuasão. Isto feito, analisamos o segundo texto do eixo da segregação, o *responsum* cuja publicação instigou o desenho desta tese. Por fim, em *Memoria*, à guisa de considerações finais, retomamos os principais argumentos da tese e indiciamos potenciais desdobramentos da agenda de pesquisa.

INVENTIO: A DESCOBERTA DE UMA PESQUISA

Atribui-se a Petrus Ramus a inauguração do processo de dissociação entre raciocínio dialético e retórica que se deu a partir século XVI. O movimento intelectual que este professor do Collège Royal de Paris encetou no pensamento ocidental, afim ao quadro medieval do *trivium*, circunscreveu a retórica, até muito recentemente, ao estudo do estilo, marcadamente quanto aos *tropos* e às figuras. Os demais pilares da retórica clássica foram transpostos ao domínio da lógica ou suprimidos do quadro de ensino medieval.

Nesta organização da retórica clássica, estabelecida em cinco pilares, a *inventio* é a etapa inicial. Também chamada de *euresis*, na tradição grega, trata-se do momento ao longo do qual o orador encontra o que dizer ao seu auditório. A *inventio* é, assim, o estado preparatório do sistema retórico em que são definidas a problemática e os argumentos a serem apresentados, as provas técnicas. Barthes (1975) afirma que a *inventio*, portanto, não seria uma invenção propriamente dita dos argumentos, mas uma descoberta, um caminho, posto que, se tudo já existe, seria apenas necessário encontrar.

Para o autor, tal etapa de descoberta se daria tanto pela via do lógico, que busca convencer, quanto do psicológico, que tenciona comover. Isto considerado, inspiramo-nos na noção de *inventio* para denominar o presente capítulo. Neste endereçamos o percurso heurístico trilhado para descobrir os objetivos e *corpus* da nossa proposta de estudo. Para tanto, antes de discorrer acerca dos critérios da seleção dos textos e da elaboração dos dois eixos temáticos desta tese, apresentamos três seções de contextualização do nosso objeto de estudo.

A seção inicial do capítulo 1 se volta aos pormenores jurídicos e institucionais da instância enunciativa papal em suas interseções com a Cúria Romana, o Vaticano, a Santa Sé e a Igreja. Nesse momento preambular, ainda não tecemos considerações substantivas de ordem linguística e não problematizamos em detalhes a assunção da responsabilidade enunciativa no exercício discursivo da função papal. Da mesma forma, neste momento de contextualização, referimo-nos ao papa apenas como locutor. Contudo, com esta simplificação introdutória, não visamos a diminuir a polivalência do pontífice nos jogos enunciativos, em que esse pode ser também enunciador, além de autor empírico e locutor.

Já na segunda seção, evidenciando matizes políticos do nosso tema, organizamos certas considerações sociais e linguísticas sobre ordem heteronormativa e sexualidade no Vaticano. Nesta seção, também explicamos a escolha da denominação homoafetividade e apresentamos de modo epitomado a noção de doxa que adotamos na tese. Na terceira seção de contextualização, visitamos conceitos da literatura sobre discurso religioso, objetivando a brevidade e evitando, dessarte, a repetição de um gesto de redação de um marco teórico já bem catalogado pelas fontes que retomamos. Na quarta e última seção do capítulo 1, argumentamos

nossa *inventio*. Em outras palavras, descrevemos o percurso heurístico trilhado na definição do objetivo geral da pesquisa, dos critérios de seleção do *corpus* e dos eixos temáticos concebidos.

2.1 A tríplice coroa fala: bispo de Roma, chefe de Estado e líder da Igreja

O papa é um religioso católico, necessariamente homem, eleito de modo vitalício por um colégio de cardeais para desempenhar a tríplice função de bispo da Diocese de Roma, chefe do Estado da Cidade do Vaticano e, destacadamente, líder supremo da Igreja Católica. Desse modo, a jurisdição do papa se irradia desde a Diocese de Roma, o distrito eclesial em que exerce a atribuição de bispo, para toda a estrutura eclesiástica dessa instituição religiosa capilarizada pelo globo.

Além dos sinônimos vigário de Jesus Cristo e santo padre, o papa também é referido como o sumo pontífice, título que, de certo modo, evidencia a sua relevância na estrutura da Igreja. O termo pontífice provém do latim – *pons/pont*, "ponte", *fex*, "fazer" –, e remete àquele que faz a ponte entre o humano e o divino. Trata-se de uma nominação nos fornece indícios para uma compreensão mais detida da mística que perpassa a estrutura organizacional da Igreja.

Pormenorizando os atributos do sumo pontífice, além da autoridade máxima oriunda da posição de bispo dos bispos, ao papa são atribuídas prerrogativas de mandatário de Estado, afiançadas pela soberania, internacionalmente reconhecida, do território do Vaticano. Este país, um enclave situado na cidade de Roma, Itália, é o menor Estado independente do mundo – cuja jurisdição, além dos quase 50 hectares de seu próprio território intramuros, estende-se ainda, excepcionalmente, a certas microzonas e propriedades em Roma e fora de Roma.

Em relações internacionais, a dimensão da materialidade do território está essencialmente relacionada à soberania de Estado, isto é, ao reconhecimento jurídico e político da autonomia de um ente estatal em um dado espaço. Segundo Castro,

> Os elementos constitutivos do Estado são estudados, transversalmente, por uma ampla gama de saberes e de tradições científicas, incluindo os substratos da Ciência Política, da Filosofia Política, da Sociologia, do Direito Internacional e das Relações Internacionais. Cada um desses saberes trata o Estado de maneira específica à luz de seus próprios recortes epistêmicos, porém, um elo une todos (sic) essas investigações – o Estado é a materialização organizada – fruto de um processo histórico – da vida social e das aspirações humanas com um grau elevado de institucionalismo e reconhecimento internacional. (2012, p.105)

Portanto, se em AD "fora de contexto, não se pode atribuir sentido a um enunciado" (Maingueneau, 2015, p. 26), tal dimensão estatal tem igualmente relevância na apresentação do

nosso objeto de estudo. Afinal, o papa confunde-se à peculiar institucionalidade de uma religião com Estado, caso único em seu gênero.

Segundo a Lei Fundamental do Estado da Cidade do Vaticano atualmente em vigor, que substitui aquela de 1929 assinada pelo Papa Pio XI, "o Sumo Pontífice, Soberano do Estado da Cidade do Vaticano, tem a plenitude dos poderes legislativo, executivo e judicial" (João Paulo II, art. 1, 2000, não paginado). Em outras palavras, enquanto estadista do Vaticano, o sumo sacerdote goza da integralidade dos poderes. Na Lei Fundamental (2000), naquilo que diz respeito à forma de governo vaticana, utiliza-se a designação de Monarquia Absoluta, embora haja na literatura classificações variadas como Estado teocrático-monárquico ou Estado Eclesiástico (Lebec, 1999). De todo modo, a despeito da designação adotada, na condição de entidade política soberana, a Santa Sé se submete à jurisdição do direito internacional.

Segundo a Secretaria de Estado da Santa Sé (2022), esta mantém relação diplomática com 180 países, além de assinar tratados e concordatas bilaterais e realizar diplomacia multilateral com organizações internacionais e instituições intergovernamentais. A Santa Sé, pessoa de direito internacional, relaciona-se juridicamente, por exemplo, com as Nações Unidas, a Organização da Unidade Africana, a Organização dos Estados Americanos e a Organização para Segurança e Cooperação na Europa.

Em suma, se por um lado é evidente a qualidade religiosa do ente jurídico da Igreja, por outro, esta personalidade canônica também atende a quesitos básicos que configuram a existência de um país, como território, relações com outros Estados e população – neste último caso, peculiarmente, composta de cerca de 800 pessoas intramuros e, no que diz respeito ao corpo de fiéis, uma população especulada de mais de 1 bilhão de pessoas. Parte substancial desses fiéis, religiosos e laicos, alocutários desta religião com Estado, está localizada na América Latina, específica e massivamente, no Brasil. Neste arranjo religioso-estatal, as funções de chefe de Estado, materialmente relacionadas ao território Vaticano, e de autoridade máxima na estrutura Igreja Católica, imaterialmente relacionadas à presença católica propagada pelo mundo, coincidem na posição jurídica e simbólica do papa.

Enquanto papado diz respeito tanto ao cargo eclesiástico quanto à instituição ou ao sistema governamental do sumo pontífice, a jurisdição do papa se refere à chamada Santa Sé Apostólica Romana. Trata-se de uma entidade, esta sim dotada de autoridade jurídica no âmbito internacional, que representa o Estado do Vaticano e a Igreja Católica. A Santa Sé é administrada pela Cúria Romana, um corpo de instituições que auxilia o papa no desempenho do papado, agindo em nome deste. Mais especificamente, a Cúria é um complexo de institutos e dicastérios, grosso modo, ministérios aos quais o papa delega funções.

Segundo Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, "com o nome de Dicastérios entendem-se: a Secretaria de Estado, as Congregações, os Tribunais, os Conselhos e os Ofícios, isto é, a Câmara Apostólica, a Administração do Património da Sé Apostólica, a Prefeitura dos Assuntos Económicos da Santa Sé" (João Paulo II, 1988, Art. 2, § 1, não paginado). Dentre esses órgãos, destaca-se a Secretaria de Estado da Santa Sé, o dicastério mais antigo, ao qual são atribuídas as funções diplomática e política. Nesta tese, interessa-nos particularmente duas dessas congregações, dado que se trata dos dicastérios que emitem os dois documentos do nosso *corpus*, alocados no eixo da segregação: a Congregação para a Doutrina da Fé e a Congregação para a Educação Católica.

Com frequência, o ente Santa Sé é metonimicamente tratado pelo local onde está sediado, o Vaticano. Dessarte, enfatizamos ser a Santa Sé, e não o Vaticano, a autoridade que atua em âmbito externo ao manter relações diplomáticas com Estados e com instituições internacionais. A criação do Vaticano remete ao passado recente, o Tratado de Latrão (1929), firmado entre a Santa Sé e a Itália. A existência da Santa Sé, ente bastante mais longevo se comparado ao Vaticano, remonta ao Império Romano. Segundo a mística católica, a Santa Sé foi fundada por São Paulo e por São Pedro no começo da Era Comum – no jargão religioso, *Anno Domini*, do latim, "no ano de Nosso Senhor" – como Comunidade de Roma, o primórdio do que viria a se tornar a contemporânea Diocese de Roma.

O próprio substantivo Santa Sé é uma derivação latina de Cadeira Santa que recorre ao símbolo da cadeira de São Pedro, o primeiro dos papas e sobre o qual se funda a cosmogonia da Santa Sé. Por extensão, a chamada Sé Episcopal, a área de jurisdição de um bispo (diocese), também deriva de *sedes*, no latim, com o sentido original de "assento", "cadeira", "cátedra", como símbolo de autoridade. Nesse sentido, a palavra catedral, incorporada pelo latim do grego, usada enquanto representação física da autoridade do bispo e/ou da diocese, carrega consigo a mesma memória etimológica. A cadeira, portanto, simboliza o centro figurativo do qual emana a fonte da legitimidade e do poder monolítico do sumo líder da Igreja. Por esta razão, o papa é o único religioso autorizado a celebrar sob o *baldacchino* no interior da Basílica de São Pedro, no Vaticano. Trata-se de uma estrutura monumental, feita de bronze e de mármore, erguida sobre a cripta onde os fiéis acreditam repousar os restos mortais de Pedro.

Segundo a doutrina católica, aquele que herda a cadeira de São Pedro, ao se sagrar papa, e gozar do título honorífico de sucessor do príncipe dos apóstolos, recebe o carisma do primeiro dos bispos de Roma[4]. Portanto, cada papa, exercendo o ministério de bispo, inscrever-se-ia na

[4] Karl Jung, ao longo de suas reflexões em uma conferência de 1932, publicado em *Psychologie du yoga de la Kundalinî*, conforme versão a francófona consultada, brinda-nos com uma provável arqueologia pagã do título do

continuidade da conspiração divina que vocacionou Pedro a ser a pedra angular da Igreja. Conforme a interpretação católica, Jesus rebatizou o apóstolo Simão como Pedro, concedendo-lhe o papel de líder da Igreja que se estabeleceria: “Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; e as portas do Hades não prevalecerão contra ela” (Mt. 16, 18). A preponderância de Pedro dentre os demais apóstolos é conhecida por primazia de Pedro ou primazia petrina.

Embora sejam consideradas as distinções entre Vaticano e Santa Sé, esta se confunde então tanto com sua sede física, quanto com a própria figura do papa do ponto de vista simbólico. A nosso ver, a maneira como a comunicação pontifícia é realizada, seja em termos imagéticos ou verbais, nutre a interpenetração simbólica. Um exemplo elucidativo, ainda que não conclusivo, da comunicação contemporânea da Santa Sé em meio digital é aquele da página oficial do Vaticano.

Imagem 1- Captura de tela da página oficial do Vaticano

Fonte: captura de tela do *Vatican.com* realizada pelo autor

líder supremo da igreja: “Saint-Pierre de Rome, ne l'oubliez pas, se dresse aujourd'hui à l'endroit où se déroulaient les tarobolia, les bâptemes de sang du culte d'Attis. Les grands prêtres de ce culte, en outre, portaient le titre de Papas - titre qui fut repris par le pape, lequel n'étais aparavant que l'évêque de Rome” (2021, p.77). O *Tarobolia* ou *Taurobolium* era uma prática de sacrifício de touros, ocorrida nos primeiros séculos do milênio no Império Romano, como forma de veneração provavelmente a Átis e Cibele.

Nesta, percebemos os nomes Vaticano, no endereço do navegador, Santa Sé, no cabeçalho da página, seguido abaixo pela foto e nome do atual pontífice. Nesse sentido, as três denominações parecem compor um todo simbólico integrado que avulta a autoridade confessional da Igreja. Nesta interseção simbólica, partindo da noção de Estado-nação, propomos pensar esse caso sui generis por meio do binômio Vaticano-eclésia. Dessa forma, articulamos no nosso conceito a dimensão da entidade religiosa e estatal, o Vaticano, àquela da população de fiéis e de religiosos espalhada no globo, isto é, a eclésia. O Vaticano-eclésia, conforme o temos utilizado nos trabalhos inseridos na nossa agenda de pesquisa (Fernandino e Lima, 2021; Fernandino, 2022), tenciona ser mais que a soma das suas duas partes. Trata-se de um hiperônimo que nos parece permitir ganho epistemológico tanto ao explicitar as singularidades transcendente e imanente do ente, quanto ao evidenciar a dimensão alocutária do ponto de vista enunciativo.

Se na institucionalidade do Vaticano-eclésia o primado da autoridade papal é evidente, no plano da enunciação a distinção entre este locutor e a própria Santa Sé não é dada de antemão. Em diferentes textos, ou no interior do mesmo texto, as elocuções papais podem tanto se equivaler às da Santa Sé quanto se desarticular e se afastar dessas. Por exemplo, nas encíclicas o papa fornece sua assinatura e usa de modalizadores que evidenciam sua autoria, ao passo que, ao lidar com temas mais delicados como a aceitação ou rejeição da homoafetividade no meio eclesial, o sumo pontífice apenas dá sua autorização. Nestes casos, a Santa Sé assume a autoria por meio das suas congregações, gerando um efeito de sentido de maior objetividade, distanciamento do papa e de tecnicidade.

De toda maneira, seja ou não a responsabilidade enunciativa diretamente atribuída ao papa, ou assumida por este nos casos em que assina o texto, a autoridade máxima do sumo pontífice é certa e dogmaticamente assegurada – entendendo por responsabilidade enunciativa "o fato de assumir o conteúdo proposicional de uma fala como verdadeira" (Rabatel, 2016, p.94) e que, ser responsável por enunciados, não é necessariamente o mesmo que assumir a responsabilidade enunciativa.

Em síntese, amparado pela natureza constituinte (Maingueneau e Cossutta, 1995; Maingueneau, 2015) de textos bíblicos e canônicos, bem como pela sua relativa infalibilidade dogmática[5], o papa é a instância para a qual convergem as garantias imanentes e transcendentes

[5] O texto bíblico fundamenta a autoridade infalível da linhagem dos representantes de Pedro, conforme interpretação instituída enquanto dogma pelo Concílio Vaticano 1° (1869-70) da passagem "Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja" (Mt 16,18). A denominada infalibilidade papal é um dogma que fundamentava o argumento de que, sendo herdeiro de Pedro, o papa seria em princípio imune ao erro. Segundo o capítulo IV da constituição dogmática *Pastor æternus*, "em razão da assistência divina prometida a ele na pessoa do bem-

que afiançam a autoridade decisória máxima na Igreja. O sumo pontífice, detentor daquilo que chamamos de "tríplice coroa" – ou seja, a acumulação das funções de bispo de Roma, chefe de Estado e líder da Igreja – diferencia-se do Vaticano e da Santa Sé no plano programático e na definição de função e predicados de cada um dos três entes. Ao mesmo tempo, na esfera enunciativa, como expomos nas análises desta tese, o papa, enquanto instância enunciativa, pode se confundir ou se afastar da Santa Sé a depender da organização argumentativa e das posturas enunciativas adotadas em cada caso.

2.2 Refletir a heteronormatividade: a (para)doxal homoafetividade vaticana

Nesta seção, realizamos uma contextualização social e linguística – e por que não, política – de aspectos relacionados à sexualidade homoafetiva, marcadamente entre homens, que, direta ou indiretamente, perpassam o nosso *corpus*. Se nos interessa menos definir aquilo que designamos livremente de "homoafetividade vaticana" como oxímoro, modus operandi ou, ainda, um elemento acessório na constelação identitária cardinalícia, por outra parte, organizar entendimentos da literatura que balizem e sustentem socialmente nossa análise argumentativa é objetivo imprescindível deste panorama. O título da seção, deliberadamente dúbio, tenciona implicar tanto o sentido de refletir *sobre* a heteronormatividade, quanto de repercutir, difundir "reflexos" da heteronormatividade. Já o subtítulo, visou a expressar nuances da discussão sobre doxa, que apresentamos neste momento do texto, assim como o objeto da homoafetividade no âmbito do Vaticano.

De modo assaz simplificado, poderíamos localizar o teor crítico de uma pesquisa em AD em um contínuo que varia, em um extremo, de uma descrição e análise idealmente não-normativas, isto é, realizadas do modo mais impessoal e neutro possível e, na outra ponta, um fazer científico normativo-militante, abertamente comprometido com uma mudança política de um estado de coisas no mundo. Isto posto, entendemos que, independentemente do grau de criticidade assumido ou não por uma pesquisa, existem elementos políticos inescapáveis à

aventurado Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual o divino Redentor quis que estivesse munida a sua Igreja quando da definição de doutrina referente à fé e aos costumes; portanto, tais declarações do Pontífice Romano são imutáveis por si mesmas e não em virtude do consenso da Igreja (Pio XII, 1870, não paginado, tradução nossa, itálico nosso)". Como uma resposta ao espírito do tempo, a noção de infalibilidade, contudo, veio sendo relativizada e esvaziada sobretudo a partir do CVII (1962-65), marcadamente por não gozar de fundamento bíblico robusto. Nos documentos canônicos mais recentes, a Santa Sé tem preferido argumentar a partir da ideia de uma participação na infalibilidade divina, que não é personalista, mas uma dádiva divinal que poderia inclusive se estender ao corpo episcopal — e que só pode ocorrer *ex cathedra* e em matérias doutrinais relacionadas à fé e aos costumes. Ao longo do processo sinodal convocado por Francisco (2021-24), por exemplo, deliberou-se sobre a infalibilidade não como prerrogativa do papa, mas como uma competência de todo o povo cristão.

contextualização da análise. Nesse sentido, também coenunciamos Wander Emediato ao entender que, a despeito da perspectiva adotada, não há AD que não seja, em alguma medida, crítica, afinal, "a crítica social sempre é um resultado do processo analítico. A análise do funcionamento dos discursos faz ver as suas estratégias pragmáticas, argumentativas e retóricas e contribui para a formação e o desenvolvimento do pensamento crítico" (Emediato, 2022, p. 33)[6].

Em nossos termos, seja qual for o ponto onde se localiza a investigação e seus resultado analíticos nessa inexata régua de criticidade, em se tratando de AD, aspectos sócio-políticos do discurso, devem ser sopesados ou, minimamente, apontados. Evidentemente, este raciocínio se aplica ao fazer científico descritivo-interpretativo. Em vista disso, há um espaço metodologicamente coerente para uma reflexão de ordem política, conquanto o posicionamento descritivo-interpretativo não seja normativo. É a partir desse juízo que operamos esta seção em uma tese filiada ao campo da análise argumentativo-enunciativa não-engajada.

De maneira geral, como alternativa ao substantivo "homossexualismo" – hoje praticamente em desuso e cujo sufixo pode veicular uma carga semântica patológica e desviante –, termos como "homoerotismo", "homoafinidade", "relação gay", "homofilia", "homossexualidade" são, via de regra, mais adequados. Sem nos atermos à análise diacrônica do léxico, ressaltamos apenas que cada nominação, no momento histórico em que é considerada, avulta distintos aspectos sócio identitários, bem como supõe profícuas discussões teóricas e históricos de contenda social protagonizados por movimentos militantes diversificados.

Entendemos nominação como "o ato, realizado em discurso, por meio do qual um sujeito nomeia, em outras palavras, categoriza um referente, inserindo-o em uma classe de objetos identificados no léxico, a menos que o sujeito queira inovar" (Détrie, Siblot e Vérine, 2001, p. 205 *apud* Hugonnier e Vernet, 2023, p. 84, tradução nossa)[7].

---

[6] Para o autor, "talvez o que diferencie uma perspectiva representacional e política (Pêcheux, Fairclough) de uma perspectiva enunciativa e pragmática seja mais os seus *a prioris* e categorias de análise do que o fato de ser crítica ou não. A própria palavra *crítica* não está isenta de análise. E o analista não é um sujeito *a*ideológico" (2022, p.39), nesse sentido, para Emediato, o sujeito é, felizmente, desestruturador e "o assujeitamento ocorre onde o pensamento crítico falha e não age, ou seja, nos indivíduos com crenças cristalizadas e no fanatismo (político, religioso, moral, etc.) que se submetem passionalmente de tal forma às representações dóxicas que têm o sistema heurístico e o raciocínio lógico bloqueados, interrompendo, por alguma razão a ser investigada pela psicologia cognitiva e social, a ação e a função do pensamento crítico que é a de resistir aos automatismos. Porém não é o que ocorre com os indivíduos em geral. De modo geral, o pensamento crítico funciona (…)" (2022, p.49)

[7] l'acte par lequel un sujet nomme en discours, autrement dit catégorise un référent en l'insérant dans une classe d'objets identifiée dans le lexique, à moins qu'il ne veuille innover.

> Tradicionalmente, a homofobia foi estudada em análise do discurso por meio de termos cuja função é nomear a homossexualidade (Tin 2003; Van Raemdonck 2011; Lorenzi-Bailly et Guel-louz 2019; Moïse et al. 2021), o que levou Dan van Raemdonck a afirmar que 'as palavras que nomeiam o homossexual figuram, a miúde, como as palavras da homofobia' (Hugonnier e Vernet, 2023, p.80, tradução nossa)[8].

Hugonnier e Vernet (2023) distinguem então denominação e designação, no que diz respeito ao campo semântico da homossexualidade. A denominação é o tipo de nomeação que, sendo mais estável ao longo do tempo e convencionalmente aceito, permite que o enunciador a utilize sem que seja necessário justificar a relação entre o significante e o objeto de discurso. Já a designação, é uma associação ocasional entre uma estrutura linguística e um elemento da realidade e que, portanto, apresenta mais instabilidade semântica. Desse modo, a denominação seria uma formulação lexical dóxica e a designação uma nominação completa ou parcialmente inédita que propõe uma elaboração distinta daquela que o senso comum ampara. Se reiterada e estabilizada, a efemeridade de uma designação pode se converter em uma denominação.

Na redação da nossa pesquisa, preferimos priorizar a denominação "homoafetividade" em lugar da variação "homossexualidade", corriqueiramente utilizada e, seja dito de passagem, a entrada preferida nos documentos pontifícios do nosso *corpus*. Segundo Toledo (2016), na utilização de "homossexualidade" enquanto nominação, tende-se a incorrer na generalização apressada ou na exclusão de determinados comportamentos e visões de mundo. Ecoando autores como Fry e Macrae (1985) e Dover (1982), o pesquisador defende que o termo carrega uma extensa e polissêmica carga cujo conteúdo polêmico permeia inúmeras variações das relações afetivas, sexuais, políticas, eróticas e de desejo entre pessoas do mesmo gênero ou sexo.

Dessa maneira, ao adotarmos preponderantemente o item lexical "homoafetividade", aspiramos de um lado evitar o uso de "homossexualidade" – notadamente em disputa e cujo trabalho de arqueologia semântica não está contemplado nos objetivos desta tese – e, por outro lado, realçar a dimensão intersubjetiva da troca de afetividades na variação escolhida. Em determinados momentos, com menor frequência, utilizamos também as alternativas "gay" e "homoerotismo". À luz do nosso *corpus*, o uso particular que fazemos dos termos tratarão, na maior parte dos casos, da homoafetividade entre homens no âmbito interno do clero e, em menor medida, também entre mulheres, no caso do tema das bênçãos a casais homoafetivos.

[8] traditionnellement, l'homophobie a été étudiée en analyse de discours à travers les termes qui servent à nommer l'homosexualité (Tin 2003 ; Van Raemdonck 2011 ; Lorenzi-Bailly et Guel-louz 2019 ; Moïse et al. 2021), ce qui fait dire à Dan van Raemdonck que « les mots pour dire l'homosexuel s'avèrent être la plupart du temps les mots de l'homophobie » (2011 : 185)

Para além do aspecto sexual, nossa predileção léxica visa a veicular a pressuposição de vínculos emocionais estabelecidos a partir do compartilhamento de experiências (Lomando e Wagner, 2009; Mesquista e Perucchi, 2014; Toledo, 2016). Ainda que homoafetividade, como qualquer nominação que circula no espaço social de trocas argumentativas, seja um conceito aberto a reinvestimentos, pretendemos nos afastar ao máximo de denominações e designações ou que poderiam engendrar efeitos de sentido pejorativos.

O comprometimento moral e ético do pesquisador ao assumir e operacionalizar termos que não sejam depreciativos não pressupõe a ingenuidade de negar as disputas semânticas tanto no nível acadêmico quanto naquele social mais amplo. O fato do próprio *software* de correção gramatical que utilizamos para redigir esta tese não reconhecer o termo "homoafetividade", à data da redação da seção, já configuraria, a certo modo, um exemplo da disputabilidade do item lexical e, mesmo, um indício dos modelos de representação endossado pelos programadores do algoritmo que opera o nosso corretor *online*.

Para apresentar a ambiguidade de uma homoafetividade vaticana, que parece mimetizar ambivalências da própria sociedade, trazemos interpretações e elementos evidencias oriundos de uma pesquisa do sociólogo francófono Frédéric Martel, publicada no ano de 2019 sob o título *Sodoma: Enquête au cœur du Vatican*. Embora seja uma obra fundamentada em sua própria metodologia e que, não sendo um trabalho inscrito eminentemente no gênero acadêmico, visa a um auditório mais amplo, há elementos no livro certamente pertinentes à descrição da conjuntura social que toca nossa problemática de pesquisa. O título da obra no original, portanto, é coerente, já que se trata, literalmente, de uma *enquête*, isto é, um estudo de uma questão a partir de testemunhos e experiências[9]. As citações diretas que apresentamos a seguir se tratam de uma seleção mínima dentre uma cornucópia de material linguístico e etnográfico presente nas mais de 600 páginas da obra – e em outras 300 que podem ser acessadas online em *sodoma.fr*, dentre as quais há um tomo inteiramente voltado para o âmbito eclesiástico do Brasil.

O lançamento da obra, programada pelas editoras como *best-seller*, foi feito simultaneamente em 8 idiomas. No caso brasileiro, o livro foi publicado pela Editora Objetiva, do grupo Companhia das Letras, como *No armário do Vaticano: poder, hipocrisia e homossexualidade*. A escolha da equipe de tradução da remoção do item "Sodoma" do título e adição de "homossexualidade" atualiza, a certa maneira, a nominação do teor homoafetivo do

[9] Definição baseada na primeira entrada do termo que nos oferece o dicionário *Larousse online*, acessível em: https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/enqu%C3%AAte/29709

título[10]. Um dos principais argumentos da obra, que alimentou o furor gerado na sua publicação, é o de que

> A homossexualidade se estende à medida que nos aproximamos do santo dos santos [o papa]; há cada vez mais homossexuais quanto mais subimos na hierarquia católica. No Colégio Cardinalício e no Vaticano, o processo preferencial teria tido êxito: a homossexualidade torna-se a regra, a heterossexualidade, a exceção (Martel, p.36, 2019, acréscimo nosso entre colchetes).

A investigação de Martel se baseia, segundo o próprio autor, em entrevistas realizadas ao longo de quatro anos, com mais de 1500 pessoas ligadas à Santa Sé, dentre as quais, 41 cardeais, 52 bispos e *Monsignori*, 45 núncios apostólicos, estes, grosso modo, os embaixadores e diplomatas da Santa Sé. Vários dentre esses religiosos e ex-religiosos consultados são nominalmente citados, com devida autorização.

No seio do evento discursivo gerado pela publicação do livro, dentre detratores e promotores, como editoriais no *Le Monde*[11], no *Figaro*[12], no *The Times*[13], na revista confessional *La Famille Chrétienne*[14] e artigos acadêmicos, não houve vozes dissonantes que fizessem descrer irrevogavelmente a fiabilidade dos dados apresentados na obra. A propósito das rotulações da obra de Martel como militante e panfletária, o autor respondeu às críticas em um artigo bilíngue publicado no *Le Point*[15]. Ademais, engrossando o coro dos promotores, segundo levantamento da revista online católica *Crux*[16], o próprio papa Francisco teria lido o livro, afirmado que era bom, e que ele próprio estava ciente do comportamento de diversos religiosos gays mencionados em Sodoma.

A pesquisa rodada por Frédéric Martel o levou a afirmar que "a dimensão gay não explica tudo, é claro, mas é uma questão decisiva para quem deseja compreender o Vaticano e as suas posturas morais" (*ibid.*, p.15). Na mesma toada, para o autor, o próprio sacerdócio foi, por muito tempo, um caminho para expiação do sofrimento de jovens gays, de modo que a

---

[10] O processo de localização e tradução se relaciona a um ofício que, pela sua própria natureza movediça, demanda precisão, ousadia e, idealmente, certa intuição linguística e comercial.

[11] Para fins de facilitação da consulta, preferimos referenciar os editoriais e as reportagens mencionadas sobre *Sodoma* diretamente em rodapé. Vide: https://www.lemonde.fr/international/article/2019/02/14/un-livre-revele-le-systeme-gay-du-vatican_5423411_3210.html

[12] https://www.lefigaro.fr/vox/religion/2019/02/25/31004-20190225ARTFIG00226--sodoma-de-frederic-martel-distinguer-les-faits-relates-et-la-demarche-militante.php

[13] https://www.thetimes.co.uk/article/in-the-closet-of-the-vatican-power-homosexuality-hypocrisy-by-frederic-martel-review-the-catholic-clergy-who-like-to-prey-s2357qtds

[14] https://www.famillechretienne.fr/eglise/vie-de-l-eglise/sodoma-une-enquete-militante-mais-utile-249856

[15] https://www.lepoint.fr/societe/vatican-frederic-martel-le-vatican-c-est-fifty-shades-of-gay-13-02-2019-2293209_23.php

[16] https://cruxnow.com/church-in-europe/2019/05/advocate-says-pope-read-liked-new-book-on-gays-in-the-vatican

homoafetividade seria uma das chaves da vocação religiosa dessas pessoas. Martel avança outras afirmações potencialmente polêmicas, por exemplo, a de que a possibilidade de que um prelado seja gay é proporcional ao quão mais homofóbico for o religioso em questão e que ser "homossexual no Vaticano é possível, fácil, banal e até incentivado; mas a palavra e a visibilidade são proibidas. Ser discretamente homossexual é fazer parte *da paróquia*; ser aquele que provoca o escândalo é se excluir da *família*." (*ibid.*, p. 29, destaques nossos).

Malgrado o tipo de registro da obra, que pode passar por espetacularização comercial – além do fato de que as entrevistas não são transcrições literais na íntegra, mas trechos selecionados que coenunciam as teses de Martel –, o autor visa a fiar uma rede interdiscursiva que sustente suas leituras a partir de citações literais obtidas de vozes autorizadas no contexto vaticano. Frédéric Martel, nesse sentido, assume e explicita componentes recorrentes do léxico dos entrevistados, como as codificações equivalentes à comunidade gay do Vaticano, vistas nos termos que destacamos acima – *família*, (membro da) *paróquia*. Da mesma forma, os entrevistados adotam *praticante*, ou ainda *no armário*, este último, uma tradução à brasileira dos originais *dans le placard* e *closeted*[17]. Relativamente ao último dos casos mencionados, usa-se em francês lato sensu o anglicismo verbal *outer*, no sentido figurado, como fazer vir a público, denunciar publicamente e, pejorativamente, como confessar a homoafetividade em público, sair do armário[18].

Na nossa leitura, há um fenômeno correlato àquele que ocorre em movimentos de militância laica LGBT+[19], de uma apropriação ressignificada de termos pejorativos. Nesta, as vozes autorizadas da coletividade reinterpretam o uso da designação de modo a dignificar seus semelhantes e fazer lembrar o pertencimento a uma mesma militância. O insulto "bicha", por exemplo, pode ganhar contornos afetivos quando utilizado como vocativo no âmbito delimitado de uma coletividade homoafetiva por um dos seus integrantes. Afinal, nenhuma nominação é intrinsecamente um insulto. No caso cardinalício, por extensão, essas ressignificações parecem legitimar partícipes de representações coletivas compartilhados, remetendo a uma confraria homoafetiva tacitamente velada.

---

[17] Remetendo àquilo que Määttä e Vernet (2023), em termos de *topoi*, tratam na sua análise como *the topos of the closet* / *topos du refoulement*.

[18] Vide: https://www.lalanguefrancaise.com/dictionnaire/definition/outer.

[19] Escolhemos utilizar esta sigla na tese com o propósito de padronizar um termo mais encurtado, contudo, cujo adicional "+" deixa explícito a sua potencial extensividade. Com a pluralização das vozes e fóruns desde a popularização das primeiras siglas (por exemplo, GLS) aquela que adotamos também está em disputa. Um exemplo evidente do processo é LGBTQQICAAPF2K+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polissexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink).

Ainda no que diz respeito ao socioleto vaticano, outro fenômeno sociolinguístico a se notar é o da recorrente flexão no feminino de adjetivos que qualificam religiosos homens do círculo próximo ao papa, nas palavras do autor:

> Sua Eminência [o cardeal Raymond Leo] Burke é louca! — diz um deles, um francês, que atribuiu, com toda a lógica gramatical, o adjetivo no feminino. Essa feminização dos títulos de homens é surpreendente, e precisei de um tempo para me habituar ao modo de falar dos cardeais e bispos do Vaticano. Se [o papa] Paulo VI tinha o hábito de se expressar na primeira pessoa do plural ("Dizemos…"), descubro que Burke gosta que utilizem o feminino para se referir a ele: "Vossa Eminência pode estar orgulhosa", "Vossa Eminência é grandiosa", "Vossa Eminência é muito bondosa". (*ibid., p.57*, acréscimos entre colchetes nossos).

O religioso em questão, o americano Raymond Leo Burke, remarcado pelo comportamento ultraconservador – bem como pelo estilo extravagante das suas indumentárias religiosas[20]–, corporifica o arquétipo do cardeal reacionário, cujas declarações polêmicas, permitem inferir as cisões internas no Vaticano em movimentos de oposição ao papado de Francisco. Em entrevista cedida ao *The Washington Post,* o cardeal Burke afirmou que o papa Francisco "gerou muito dano… o papa não goza da liberdade de mudar os ensinamentos da Igreja em relação à imoralidade dos atos homossexuais" (não paginado, 2015, tradução nossa)[21], argumentando, assim, na interface da homoafetividade e da moral católica. Em outras declarações, retomadas na mesma reportagem, Burke correlaciona os problemas do clero com a feminização da Igreja, e exorta a instituição à *emangelization*, neologismo feito à maneira de palavra-valise que comporta a ideia de uma (re)masculinização da evangelização.

É notável a tensão em curso, posto que, ao mesmo tempo em que expressa um comportamento adamado no agir e extra-performático na estética, o cardeal Burke argumenta frequentemente a partir de valores[22] misóginos e homofóbicos.

---

[20] "O que me impressiona, quando contemplo a *Cappa Magna*, os hábitos ou o chapéu sobrepujado por ornamentos florais de cardeais como Burke, é o exagero. Cada vez maior, cada vez mais comprido, cada vez mais alto; tudo isso é muito típico dos códigos das *drag queens*. Há essa *extravaganza* e essa artificialidade desmesurada, o repúdio ao *realness* (realidade), como se diz no jargão *drag*, para classificar aqueles que querem parodiar a si próprios." (ibid., p.69). O uso do feminino, especulamos, poderia ser uma derivação do pronome de polidez no italiano, "Lei", comum aos gêneros feminino e masculino, que em minúsculo inicial, "lei", denota apenas "ela".

[21] No original, "done a lot of harm. … The pope is not free to change the church's teachings with regard to the immorality of homosexual acts" (*The Washington Post*, 2015). Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/morning-mix/wp/2015/01/13/former-highest-ranking-u-s-cardinal-blames-feminized-church-for-the-catholic-churchs-problems/ .

[22] Entendemos valor nesta tese fundamentalmente segundo a toada da NR, isto é, em suma, um juízo abstrato ou concreto que provém de um acordo argumentável que pode independer da realidade objetiva. Os valores conduzem o processo argumentativo junto aos fatos e podem se confundir com esses. Recorrendo a Emediato (2022) tomamos, então, valor como um aspecto integrante da doxa.

> Em Roma, Burke parece um elefante numa loja de porcelanas: a sua homofobia é tamanha que incomoda inclusive os cardeais italianos mais homofóbicos. O seu *hetero-panic* lendário, expressão característica de um heterossexual que exagera tanto o seu medo da homossexualidade que chega a suscitar dúvidas quanto à sua orientação, faz sorrir. A sua misoginia irrita. A imprensa italiana ridiculariza suas pretensões de dama literata, suas batinas de cor lilás e seu catolicismo de renda. (*ibid*, p.71)

Este caricato personagem da alta cúpula vaticana, embora represente mais a exceção do que a regra, sendo reconhecido como um caso extremo de manifestação distópica e escalafobética no clero, faz notar contradições gestadas na instituição Santa Sé. Na condição de um construto humano, o regime social vaticano parece reproduzir as ambivalências e limiares fluidos observados, em diferentes medidas, em qualquer arranjo institucional.

No que concerne às ambiguidades que tangenciam a figura máxima da hierarquia da Igreja, encarnação da própria Santa Sé, Martel chega a apresentar uma narrativa, fruto das suas entrevistas, que nas palavras do autor se trata de uma realidade que ultrapassa a ficção:

> Na Idade Média, os papas João XII e Bento IX cometeram o "pecado abominável", e no Vaticano todo mundo conhece o nome do amigo do papa Adriano VI (o célebre João de Salisbury) e os dos amantes do papa Bonifácio VIII. A vida maravilhosamente escandalosa do papa Paulo II é igualmente célebre: morreu, dizem, de um ataque cardíaco, nos braços de um pajem. Quanto ao papa Sisto IV, nomeou cardeais vários dos seus amantes, entre eles o seu "sobrinho" Rafael, feito cardeal aos dezessete anos (a expressão "cardeal-sobrinho" passou à posteridade). Júlio II e Leão X, ambos protetores de Michelangelo, ou ainda Júlio III são apresentados em geral, também eles, como papas bissexuais. Por vezes, como já referia Oscar Wilde, alguns papas escolheram o nome Inocêncio por antífrase! (*ibid.*, p.81)

O aparente teor contraditório percebido entre o comportamento do sujeito-social e o conteúdo enunciado pelo sujeito-locutor ganha relevo ao se considerar o código de conduta religioso que presume a castidade. Sopesadas então as especificidades da imagem[23] cardinalícia, com frequência vinculado à ideia de reclusão casta e de descolamento da sociedade, esses contrapontos que potencialmente coabitam um mesmo sujeito não se desassociam dos comportamentos sociais da época em que se inserem.

Os embates argumentativos que ocorrem no interior da Santa Sé sobre homoafetividade dialogam de modo direto ou latente com o debate laico sobre o tema. Este, na esfera pública, é também clivado de contradições – entre sujeitos e mesmo entre as múltiplas facetas do mesmo

[23] Nesta tese, adotamos o termo "imagem" não no sentido icônico, mas naquele *ethótico* de projeção, salvo nos casos em que explicitamos abertamente o uso icônico. Conforme evidenciamos ao longo da tese, reservamos o termo "*ethos*" para o caráter de si projetada no discurso, no sentido da *Retórica* aristotélica, e "imagem" para uma ideia prévia que o alocutário ou interlocutor faz do caráter do locutor, baseada em seus discursos anteriores e modelos de representação compartilhados em sociedade.

sujeito – e altercações que encontram motores criativos no embate argumentativo, enfim, nas interações polêmicas pautadas em distintas evidências e representações que subjazem o discurso.

A propósito do dialogismo que ecoa o debate público em vozes ligadas à Santa Sé, o padre James Martin, jesuíta estadunidense, apontado pelo papa Francisco em 2017 como consultor do Dicastério para a Comunicação, disse em entrevista à BBC que

> muitas vezes as pessoas se esquecem de que o que prega a Igreja não é sobre um livro [a Bíblia], mas sim sobre uma pessoa: Jesus e essa pessoa nos mostrou o que significa estender a mão para aqueles que estão à margem (...) não consigo pensar em outro grupo mais marginalizado da Igreja hoje do que as pessoas LGBTQ. (2023, não paginado, acréscimo nosso)[24]

Enquanto antípoda do Cardeal Burke, Martin projeta o argumento de marginalização da população LGBT+ na Igreja, em âmbito oficial, ao convocar pautas da militância, correlacionando-as positivamente à doutrina de Jesus. Notemos que a linha argumentativa de James Martin que não anula aquela Martel, posto que este trata do meio eclesial enquanto o jesuíta se refere aos fiéis gays.

James Martin é autor do polêmico livro publicado em 2017 sob o título *Building a Bridge: How the Catholic Church and the LGBT Community Can Enter into a Relationship of Respect, Compassion, and Sensitivity* – Construindo uma ponte: como a Igreja Católica e a Comunidade LGBT podem chegar a uma relação de respeito, compaixão e sensibilidade. Na ala dos detratores da obra, que medraram tal como seus promotores, o próprio cardeal Burke, em 2018, qualificou o posicionamento de Martin sobre a homoafetividade como excessivamente "aberto e incorreto"[25] e incoerente frente "aos ensinamentos da Igreja sobre homossexualidade"[26].

Na mesma toada do argumento do seu livro, em 2022, Padre Martin inclusive submeteu perguntas por escrito ao papa, publicadas no site do Vaticano, dentre as quais questionava a Francisco o que este diria a um católico LGBT+ que sofreu rejeição da Igreja, ao que o santo padre respondeu,

---

[24] Citação obtida em entrevista cedida à BBC News e publicada na BBC Brasil de 10 de junho de 2023. https://www.bbc.com/portuguese/articles/crg7ezvjkgxo?utm_campaign=later-linkinbio-bbcbrasil&utm_content=later-35802451&utm_medium=social&utm_source=linkin.bio

[25] Para acessar entrevista na íntegra: https://www.americamagazine.org/faith/2018/08/29/cardinal-burke-it-licit-call-resignation-pope-francis

[26] https://thewandererpress.com/catholic/news/frontpage/interview-with-cardinal-burke-be-transformed-and-put-on-the-mind-of-christ/

> gostaria que reconhecessem isso não como 'a rejeição da Igreja', mas em vez de 'pessoas na Igreja'. A igreja é mãe e reúne todos os seus filhos. Tomemos, por exemplo, a parábola dos convidados para as bodas: 'os justos, os pecadores, os ricos e os pobres, etc.' [Mateus 22:1-15; Lucas 14:15-24]. Uma igreja 'seletiva', de 'sangue puro', não é a Santa Madre Igreja, mas sim uma seita (Vatican News, 2022, tradução nossa)[27]

Recorrendo à sobre-enunciação de texto constituinte, Francisco contra-argumenta a formulação da pergunta, deslocando a responsabilização da instituição Igreja aos seres humanos potencialmente falhos que a compõem. Na passagem, essa propensão humana ao erro não se confunde com a natureza sobre-humana da Igreja, metaforicamente apresentada pelo seu porta-voz máximo como uma mãe divina que acolhe sem restrições. Esta elaboração da Igreja como mãe e mulher e, de outro lado, Cristo como esposo, é recorrente no argumentário da Santa Sé.

É interessante notar que tanto o título do artigo – *Do papa aos católicos LGBT: 'Deus é um Pai que não renega nenhum dos seus filhos'*[28], em tradução livre do nome da publicação do *Vatican News* que divulga a resposta – como o conteúdo de contextualização da réplica de Francisco, assinado pela repórter vaticanista Linda Bordoni, e mesmo as perguntas autorais do religioso Martin mobilizam os sintagmas "católicos LGBT" e "população LGBT". Não se coloca em xeque a existência ou o reconhecimento dessa população. Com efeito, a legitimidade da sua existência está tacitamente pressuposta, mesmo que a doutrina admoeste a relação entre pessoas do mesmo sexo. Entretanto, em suas respostas, Francisco não usa o mesmo léxico, já que este não é corrente no campo semântico documental da Santa Sé, preferindo os pronomes "they" e "you", no sentido respectivo de "eles"/ "elas" e "vocês".

Se por um lado Francisco corresponde às expectativas semânticas do seu cargo, *noblesse oblige*, por outro, o *Vatican News*, portal oficial de notícias da Santa Sé, acomoda tensões no seu vocabulário mais inclusivo, cumprindo com a sua vocação de ser um dos principais meios de comunicação com a mídia geral e fiéis não especializados. Enquanto mídia religiosa (Franco, 2018), a construção de sentido que o gênero discursivo veicula pode se assemelhar a procedimentos da imprensa de referência laica – por exemplo, a partir da utilização de gêneros como editoriais, notas e entrevistas. Já em matéria das particularidades do *Vatican News*, o portal é administrado pelo próprio Dicastério para a Comunicação – no qual James Martin está

[27] I would have them recognize it not as "the rejection of the church," but instead of "people in the church." The church is a mother and calls together all her children. Take for example the parable of those invited to the feast: "the just, the sinners, the rich and the poor, etc." [Matthew 22:1-15; Luke 14:15-24]. A "selective" church, one of "pure blood," is not Holy Mother Church, but rather a sect. Acesso em https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2022-05/pope-letter-fr-martin-lgtb-outreach-questions.html

[28] Pope to LGBT Catholics: 'God is Father who does not disown any of his children'.

lotado –, hoje, um órgão atípico, já que dirigido por um leigo, o jornalista Paolo Ruffini, apontado por Francisco como Prefeito do Dicastério em 2018.

As perguntas submetidas por James Martin e a publicação da sua *magnum opus*, portanto, sucedem o evento discursivo catalisado pelo episódio de 28 de julho de 2013 quando, em uma coletiva de imprensa no curso de um voo do Rio de Janeiro para Roma, o papa foi questionado pela repórter Ilze Scamparini sobre como enfrentaria a questão do "lobby gay". De maneira improvisada, diferentemente da publicação sobrepensada de 2022, Francisco alegou aquilo que se tornaria uma fórmula bastante conhecida como uma súmula da sua pastoral, a saber, "Se uma pessoa é gay e busca o Senhor, se ela demonstra boa vontade, quem sou eu para julgá-la?"[29].

Respondendo à pergunta de Scamparini com outra pergunta, Francisco, naturalmente, não alterou a doutrina, mas sinalizou inclinações de ordem pessoal e missionária da pessoa do papa. Este episódio, corrobora um dos argumentos defendidos nesta tese de que o acolhimento do laicado gay é mais evidente nas manifestações pessoais e espontâneas do papa, do que nas suas declarações institucionais e doutrinárias. Da mesma forma, na contramão de uma suposta maioria de prelados que negligenciam e mesmo amparam tacitamente a homoafetividade no alto clero, a pessoa de Francisco, o religioso latino Jorge Bergoglio, parece condenar a contradição de modo mais enfático do que o papa Francisco.

Ainda que reporte a integridade moral do papa Francisco, a partir dos depoimentos de várias fontes no clero, fato que faria desse pontífice um estranho no ninho, Martel matiza a coerência do papa, trabalhando com a ideia de dois Franciscos.

> a ambiguidade permanece preferível, o que condiz com esse papa jesuíta que pode, numa mesma frase, dizer uma coisa e o seu oposto. Ser simultaneamente gay-friendly e antigay — que talento! (...) Francisco, por exemplo, defende constantemente os imigrantes, mas, ao se opor ao casamento gay, impede que os estrangeiros homossexuais ilegais se beneficiem de uma regularização possível graças a um parceiro estável; Francisco também se diz "feminista", mas abstém-se em relação às mulheres que não podem ter filhos, rejeitando a reprodução assistida. Em 2018, o monsenhor Viganò o acusará, na sua Testimonianza, de estar rodeado de homossexuais e de se mostrar muito gayfriendly; ao mesmo tempo, Francisco sugerirá que se recorra à "psiquiatria" para os jovens homossexuais (afirmações de que diz ter se arrependido). (ibid., p.122)

[29] Na língua e formulação originais: "(...) come Sua Santità intende affrontare tutta la questione della lobby gay?" e "(...) Se una persona è gay e cerca il Signore e ha buona volontà, chi sono io per giudicarla?". A transcrição pode ser consultada na sua integralidade em: https://www.corriere.it/cronache/13_luglio_29/intervista-papa-lobby-gay-ratzinger-scarano_6c99664c-f83d-11e2-a59e-96a502746665.shtml.

Se o deus cristão é infalível, seu representante máximo na terra é, no mínimo, ambivalente. Entretanto, as potenciais incoerências em relação à imagem liberal do atual papa, frequentemente veiculados na esfera midiática, são certamente amainadas na maior parte dos seus gestos públicos. Isto ocorre frente ao incontornável contraste de declarações e cursos de ação da pessoa do papa Francisco em relação à linha solidamente conservadora vaticana – esta por vezes referida como a corrente ratzingueriana, em referência ao nome de família do papa Bento XVI.

Evidentemente, as citações diretas apresentadas até então remetem aos *pontos de vista* das fontes que convocamos e à própria amarração argumentativa tencionada na nossa tese. A contextualização em AD faz ver interpretações e recortes possíveis. É tendo isto em vista que tecemos considerações de ordem contextual sobre posicionamentos movediços do alto clero acerca da homoafetividade que vacilariam entre a empatia e a aversão. Considerada a deontologia sacerdotal do celibato e da reprovação ostensiva do homoerotismo, indagamos, retoricamente, se não ocorreria um movimento constante de importação de valores homofóbicos, intersubjetivamente compartilhados, que extrapolam a institucionalidade da Igreja. Valores que, produzidos e expressos no e pelo discurso, naturalizam e priorizam o comportamento heterossexual sob a aparência de senso comum.

Entendemos por homofobia o "ódio, medo, desconfiança e/ou discriminação contra pessoas não-heterossexuais" (Griffin, 2017 *apud* Määttä e Vernet, 2023), "fundamentados não somente em processos mentais individuais, como na cultura e nas interações sociais" (Herek, 2004 *apud* Määttä e Vernet, 2023, p. 618, tradução nossa)[30]. Acrescentamos que, em sua forma mais acabada, sendo um fenômeno de interação, a homofobia implica efeitos danosos de ordem psicológica, moral e mesmo física em sujeitos não-heterossexuais.

Ao definirem a homofobia para além do aspecto do ódio, isto é, também como um fenômeno social potencialmente emergente no entrelaçamento da discriminação com o medo, os autores nuançam o entendimento sobre essa modalidade de discriminação. No caso do nosso objeto, a partir da definição, é possível, então, avançar uma apreciação mais compreensiva acerca da proporcionalidade direta, conforme trazida por Martel (2019), entre ser gay e ser homofóbico no Vaticano. Notemos que, por definição, ser homoafetivo não impede que o sujeito pratique homofobia. O contrassenso é apenas aparente.

[30] Homophobia could be succinctly defined as) hatred, fear, mistrust, and/or discrimination against non-heterosexual persons (see e.g. Griffin, 2017, s.v. homophobia), rooted not only in individual thought processes but also in culture and social interactions (Herek, 2004: 11).

Entender a homofobia assim como um atravessamento de valores, cujo vetor resultante é nocivo ao sujeito não-heterossexual – e, por que não, ao todo da sociedade em suas variações sexuais –, evidencia a complexidade do ente social potencialmente propenso a hesitar entre a atração e a repulsa, o desejo e a culpa. É pressupondo essa flutuação que entendemos na presente tese o colocar-se em enunciação do *homo narrans,* este que argumenta em chaves possivelmente homofóbicas. Nesse sentido, defendemos que, para o estudo de determinados fenômenos discursivos, os dualismos ou maniqueísmos são academicamente improdutivos, a depender da maneira como se justificam.

Se ainda a partir da definição organizada em Määttä e Vernet (2023) compreendermos a homofobia não como um gesto mental individual, mas como um fenômeno de cultura, intersubjetivado, e somente então expresso pelo individual, o comportamento segregador e homofóbico de certos prelados teria algo a nos dizer sobre a cultura social vaticana. Esta, resguardas as peculiaridades da ordem social cardinalícia, é um microcosmo da sociedade e do espírito do seu tempo, como qualquer outra instituição ou agremiação de seres sociais.

Assim sendo, metaforicamente, se os muros vaticanos deslindam um regime de saberes compartilhados e representações coletivas que operam a partir critérios próprios de verdade, esses mesmos muros são, ao menos parcialmente, transponíveis. Se o acesso a certos cargos e edifícios do Vaticano é dado apenas a um seleto e, em princípio, homogêneo contingente, as fronteiras do Estado do Vaticano são penetráveis a todo sorte de ente social. Os muros vaticanos são transponíveis para laicos heterossexuais e bissexuais, religiosos assexuados e prelados gays reprimidos na castidade, cristãos homoafetivos e batizados trans, turistas crédulos e incrédulos, peregrinos vocacionados e agentes de viagem, pervertidos e ascetas, pedintes e anarquistas, chefes de Estado à direita e à esquerda do espectro, em síntese, representantes de toda sorte das múltiplas combinações encontradas na sociedade.

Partimos da premissa de que são inextrincavelmente complexas as intersecções entre homofobia, momento histórico e religião lato sensu, variando certamente não apenas no comparativo entre religiosos e laicos, como também entre os próprios sacerdotes que encarnam a cúpula decisória da Santa Sé. Entretanto, se as correlações e atravessamentos não parecem ser facilmente discerníveis, enquanto entes sociais, os religiosos também argumentam e interagem em uma "doxa" permeada por juízos, virtualmente homofóbicos, inscritos em uma constelação de discursos heteronormativos.

> Na análise do discurso e sobretudo mais na retórica, esta noção [de doxa] tem uma longa história que remonta a Aristóteles (Cauquelin, 1999). Nesta tradição, entendida como um "senso comum", a doxa é então uma norma social e desempenha um papel absolutamente fundamental na comunicação ao permitir que o significado seja elaborado sobre um implícito partilhado – daí decorre todo o seu potencial na retórica (ver Amossy, 2002, para um resumo). (Fernandino e Vernet, 2024, p. 11, acréscimo entre colchetes nossa, tradução nossa)[31]

Ao tratar do teor dóxico da naturalização da heterossexualidade como norma, flertamos com aquilo que Emediato chama de "o problema da representação", a partir da defesa de que uma "das definições mais tradicionais – e mais complexas – de Discurso é que ele é um lugar de representações. Discurso é representação." (2022, p.69) Neste âmbito, mobilizar analiticamente a doxa, este conceito escapadiço, é tratar, direta ou indiretamente, das várias possíveis constelações de valores que não parecem ser satisfatoriamente entendidos em chaves redutoras de oposição sistemática. Certamente, valer-se a noção de doxa no fazer científico é aventurar-se em um "terreno pantanoso", recorrendo à figura de Seixas (2023), sobre o qual erram entendimentos de múltiplas filiações teóricas acerca da pluralidade de representações que autorizam determinadas vozes em detrimento de outras. Dito de modo mais eloquente,

> A *doxa* é um dos tipos de representação mais citados nos estudos do discurso relacionados com a retórica. A ideologia, as significações imaginárias, o *habitus*, as representações sociais e os valores podem constituir aspectos e dimensões integrantes da doxa. A doxa não é uma representação global, determinando rigorosamente nossa forma de pensar e agir, mas ela sustenta semanticamente as opiniões. Ela orienta nosso agir comunicativo no plano ético, nos oferece uma base para as escolhas morais e para as estratégias argumentativas, sustenta as decisões, permite postular identidades, reivindicar direitos, promove a comunhão (a *homonóia*) engaja os sujeitos em posições dóxicas, e define o regime de racionalidade da argumentação (Emediato, 2022, p.120).

Portanto, refletir sobre temáticas de sexualidade em sociedade a partir de seus aspectos dóxicos, é considerar a existência de modelos de representação que orientam o agir comunicativo. Esta sustentação semântica das opiniões, com efeito, não parece se dar de modo

[31] No princípio dessa "longa história", destacamos Aristóteles por seu rompimento com a dicotomia platônica de separação entre *logos* e doxa, isto é, respectivamente, o objetivo e o subjetivo, respectivamente, o racional, baseado em um conhecimento verdadeiro – *epistème* – e o desarrazoado amparado em pouca racionalidade – fundamentado no opinável. Aristóteles então, deixando de priorizar o *logos* como superior à opinião, estima a *endoxon*, ou seja, a opinião de respeitáveis legitimados e sábios, sustentada por uma autoridade e que pode forjar acordos prudentes, mais benfazejos ao todo por estarem mais próximos da verdade ou do verossímil – em oposição à *adoxa* ou *paradoxa*, em outras palavras, opiniões desprestigiadas ou problemáticas. A seguir, o original sobre o qual se baseia a tradução do trecho ao qual acrescentamos nossas reflexões sobre o protagonismo de Aristóteles: En analyse de discours et plus encore en rhétorique, cette notion a une histoire longue qui remonte à Aristote (CAUQUELIN, 1999). Dans cette tradition, elle est entendue comme un « sens commun », la doxa est alors une norme sociale et joue un rôle absolument fondamental dans la communication en permettant de bâtir du sens sur un implicite partagé – de là découle tout son potentiel en rhétorique (v. AMOSSY, 2002, pour une synthèse).

determinístico, mas fornece elementos para a atividade da argumentação em sociedade. Em nada concorrente com a abrangente definição de Emediato (2022), Vernet (2023) nos brinda com reflexão que parte do entendimento bourdieusiano de que a experiência primordial do mundo social é a experiência da doxa, posta a sobreposição indiscernível e inseparável entre as esferas do pensamento e do mundo social.

Isto ocasionaria um efeito de evidência da ordem social que eclipsa o fato de que, para o autor, a relação entre representações e produção do real é um ato de conhecimento. Nesse sentido, a percepção do mundo social passa a ser dar, então, como um ato de ignorância. Em outras palavras, desenvolvendo o raciocínio, a doxa

> é internalizada pelos indivíduos, não como uma resultante socialmente construída, mas sobretudo como uma evidência e, em geral, os indivíduos são cegos às evidências. Endossamos então a definição de Vernet ao considerar a doxa como um conjunto de "representações/ideias não reconhecidas como representações ou ideias pelo próprio fato da sua hegemonia: assumindo a cor da própria realidade, tornam-se as únicas possíveis, as únicas pensáveis. Não se trata mais então de "concordar" ou "discordar" com tais ideias, porque elas são tão estruturantes no espaço ideológico que se opor a elas é o mesmo que se excluir imediatamente do campo do pensável. » (2023, p. 33). A Igreja Católica, enquanto um campo social bem definido, produz e reproduz necessariamente a sua própria doxa. (Fernandino e Vernet, 2024, p. 12, tradução nossa)[32]

Pressupondo então que uma oposição aos modelos de representação possíveis implica uma sorte de exclusão do campo do pensável, na doxa católica há limites dogmáticos do argumentável que, se extrapolados, transbordam ao campo de uma contradoxa podendo se tornar discursos de resistência (Fernandino e Vernet, 2024). Esta capacidade social de questionamento e reformulação de representações, compatibiliza-se harmoniosamente com o entendimento apresentado de que a doxa, embora gere efeitos de evidência e delimite uma extensão do pensável, não é uma determinação global, sempiterna e necessariamente rigorosa do pensar. Assumindo que o nosso objeto de reflexão está inescapavelmente inserido na inesgotável e pantanosa seara do problema da representação e do relativo[33], entre autonomias

---

[32] elle est intériorisée par les individus, elle n'apparait pas comme une donnée socialement construite, elle est plutôt une évidence et les individus sont en général aveugles à l'évidence. Nous rejoignons alors la définition de Vernet en considérant la doxa comme un ensemble de « représentations/idées non reconnues comme des représentations ou idées du fait même de leur hégémonie : revêtant la couleur de la réalité elle-même, elles deviennent le seul possible, le seul pensable. Il n'est alors plus question d'être « d'accord » ou « pas d'accord » avec de telles idées, car elles sont à ce point structurantes dans l'espace idéologique que s'y opposer, c'est s'exclure immédiatement du champ du pensable. » (2023, p. 33). L'Église catholique est un champ social à part entière, elle produit et reproduit nécessairement sa propre doxa. (...).

[33] "Emediato (2016) afirma, a esse propósito, que as verdades, por serem relativas, dependeriam dos seus domínios de validação: no domínio científico, os critérios são epistêmicos e metodológicos, os quais fornecem as bases epistêmicas, indicadoras da validade ou do falseamento de um raciocínio; no domínio jurídico, as bases são deônticas, elaboradas na forma de uma codificação advinda da tradição ou de leis e que deve ser seguida; *no*

da agência e condicionamento da estrutura, deslindamos a seguir alguns aspectos do terreno acidentado da ordem heteronormativa.

Por meio de análise argumentativa e de *topoï* de um *thread* de discussão no *Youtube*, Määttä e Vernet (2023) afirmam ainda que, no *corpus* analisado, as fronteiras entre homofobia e heteronormatividade são opacas, ao ponto de que mesmo argumentos anti-homofóbicos podem transmitir, implicitamente, valores heteronormativos. Isto é, uma argumentação assentada na oposição à homofobia não deixará necessariamente de aderir a discursos que endossam o heterossexual como regra.

Por exemplo, em um dos posts analisados no *thread*, que a princípio, condena a homofobia, e cujo conteúdo é "por qual motivo você diz isso, eles não amam o mesmo sexo de propósito!" (2023, p.626)[34], em lugar de uma desconstrução da homofobia, o locutor expressa empatia, porém de modo dúbio. A expressão *faire exprès*, que traduzimos como "fazer de propósito", como explicam os autores, é geralmente usada de modo associado a um pedido de desculpas. O uso do sintagma pode tanto ser inócuo quanto poderia "ecoar argumentos encontrados em discursos religiosos, segundo os quais a sexualidade LGBT+ é um desvio que poderia acontecer com qualquer um; assim, neste caso a empatia se assemelha à compaixão e mesmo à piedade" (Ibid., p.626)[35]. Implicitamente, por meio do *topos* da fatalidade, argumenta-se em prol de uma pretensa defesa, contudo, sustentada por argumentos frequentemente usados em representações heteronormativas.

Partindo dos debates mais recentes nos estudos de gênero, sexualidade e teoria *queer*, os dois pesquisadores consideram a ordem heteronormativa como uma constelação estruturada de discursos que transmitem e naturalizam a heterossexualidade como norma e comportamento afetivo e sexual privilegiado. Na esfera religiosa católica, a permeabilidade em relação a essa constelação de discursos que configuram a ordem heteronormativa parece ser mais evidente do que na esfera laica, posto que a doutrina a justifica.

No contexto do nosso *corpus*, por exemplo, essa naturalização é argumentada com matizes canônicos:

---

domínio religioso, as bases de validação são epifânicas e, portanto, não verificáveis, atreladas a uma ideia do absoluto infalível vinculado à fé; no domínio político, por sua vez, as bases são ideológicas, o que torna as verdades discursivas e retóricas e, portanto, heterogêneas e contextuais (Emediato, 2016, p. 17)". (Seixas, 2023, p.149, itálico nosso)

[34] pourquoi tu dis ça ils ne l'ont pas fait exprès d'être amoureux du même sexe !

[35] The verbal phrase faire exprès ('to do something on purpose' or 'to mean to do something') carries the implication that this form of love is not the most desirable: the expression j'ai pas fait exprès ('I did not do it on purpose') is typically used when apologizing for a mistake. The choice of this verbal phrase may have been innocuous, or it may echo arguments that are found in religious discourses according to which LGBTQ sexuality is a twist of fate that can happen to anyone; hence, empathy here is close to compassion or even pity.

> Por tal motivo, não é lícito conceder uma bênção a relações, ou mesmo a parcerias estáveis, que implicam uma prática sexual fora do matrimônio (ou seja, fora da *união indissolúvel de um homem e uma mulher*, aberta por si à transmissão da vida), como é o caso das uniões entre pessoas do mesmo sexo. (Ladaria e Morandi, 2021, não paginado, destaques nossos)

Mais adiante, neste mesmo *responsum*, o locutor parece tentar antecipar e neutralizar contra-argumentações operadas a partir da qualificação do texto como homofóbico. O efeito de sentido gerado, porém, é o de endosso da ordem heteronormativa que reforça e é reforçada pela doutrina – em uma organização proposicional cujo argumento principal sucede o operador *mas*.

> A declaração de ilicitude das bênçãos de uniões entre pessoas do mesmo sexo *não é, e não quer ser, uma injusta discriminação*, *mas* quer relembrar a *verdade do rito litúrgico* e de quanto corresponde profundamente à essência dos sacramentais, assim como a Igreja os entende. (*Ibid.*)

Caso semelhante, recorrente na esfera laica, é observado na estrutura cristalizada "não sou homofóbico, mas", que, ao negar, parece reforçar a ideia rechaçada e avalizar o heterossexual como norma – ver, novamente, Määttä e Vernet (2023). A noção de heteronormatividade permite, assim, um ganho epistemológico e social ao aspirar desconstruir a ideia preconcebida da sexualidade gay como a origem e/ou estopim de altercações sociais. Muda-se, então, o foco da sexualidade LGBT+ como causa. Isto é, o conceito nos permite deixar de valorar o sujeito homoafetivo como responsável pelo próprio agravo que sofre, ao elucidar a constelação de discursos que formata argumentações contra maneiras de ser não-heterossexuais. Este movimento de leitura não nos parece em nada concorrente com a premissa de que há critérios de validação de verdade próprios do meio religioso, cujas bases epifânicas, fundadas na fé, não são, por definição, verificáveis.

A partir de Bryant e Vidal-Ortiz (2008), o conceito de homofobia pode ser desenvolvido no sentido em que

> vem sendo criticado por acadêmicos devido a sua natureza exacerbadamente individualística e psicológica, bem como pela carência de uma criticidade em relação aos seus possíveis efeitos. A homofobia é recorrentemente associada com a violência extrema, enquanto a heteronormatividade e o heterossexismo [a atitude discriminatória em relação aos não-heterossexuais] correspondem a uma 'anti-homossexualidade estruturada' *e sua expressão como homofobia*. Assim, os conceitos de heterossexismo e heteronormatividade têm funcionado como correções das limitações da noção de homofobia. (Määttä e Vernet, 2023, p.619, tradução nossa, acréscimo entre colchetes nosso, destaque em itálico nosso)[36]

[36] many scholars have criticized the concept for its overly individualistic and psychological nature, and for a lack of critical attention to the possible effects it may have. Homophobia is frequently associated with extreme violence,

Conforme os conceitos que aqui adotamos, heteronormatividade e homofobia são, portanto, fenômenos sociais distintos, embora correlatos. Além da possibilidade de que um mesmo locutor que se opõe à homofobia endosse a ordem heteronormativa, esta viabiliza a homofobia como uma forma de expressão deletéria da constelação de discursos que naturalizam o heterossexual como regra. A ordem heteronormativa, nesse sentido, parece ser um motor que faz circular a homofobia seja no meio secular, seja naquele religioso cristão[37].

Postular a existência ordem heteronormativa e a premência da compreensão e da superação das suas expressões perniciosas, não implica uma homogeneidade dos seus efeitos, tampouco uma estabilidade ao longo do tempo. Se a própria pletora de denominações possíveis para a homoafetividade pode ser vista como indício da variação do entendimento em um mesmo período histórico, diacronicamente, as conotações e o lugar social da relação entre pessoas do mesmo sexo têm variado de maneira considerável.

Em sua tese de 2016, também defendida no *PosLin* da UFMG, Almeida afirma que:

> Falar sobre quem é o homossexual/gay é muito complexo e, por vezes, contraditório. Falar sobre sua história é ainda mais complexo, dado que sua construção é relativamente recente e o que fazemos é lançar no passado o nosso entendimento atual. O mundo nem sempre foi contra eles. Ou melhor, nem sempre (e nem em todas as culturas) houve registro de um questionamento sobre eles sob o ponto de vista sexual. Na Antiguidade, por exemplo, as relações sexuais entre dois homens estavam ligadas a determinadas faixas etárias (na Grécia, era comum o homem viril, mais velho, deitar-se com um adolescente) ou a determinadas circunstâncias (em Roma, deitava-se o senhor com seu escravizado) que não excluíam, nesses mesmos indivíduos, práticas sexuais concorrentes com pessoas do sexo oposto. Acreditava-se que os jovens, após os doze anos, só podiam absorver as virtudes de um bom cidadão se eles mantivessem relações sexuais com homens mais velhos. Daí o termo pederastia que, originalmente, designa a atração sexual primária entre homens adultos e adolescentes ou pré-púberes (do grego antigo paederasteia,as – παιδεραστία, de παῖς "menino" e ἐράω "amar").. (Almeida, 2016, p.34)

No caso específico do exemplo grego trazido pelo autor – recorrentemente evocado em argumentações que visam a apresentar a conotação contextual e histórica da homoafetividade masculina–, a relação de um homem mais velho com um mancebo implicava um status político de distinção social. Afinal, esta formatação de relação era amplamente reconhecida como uma

whereas heteronormativity and heterosexism account for 'structured anti-homosexuality' and its expression as homophobia. Thus, the concepts of heterosexism and heteronormativity 'have acted as correctives to some of homophobia's limitations' (Bryant and Vidal-Ortiz, 2008: 387–391).

[37] Escolhemos pensar o nosso problema de pesquisa a partir do conceito da ordem heteronormativa, marcadamente em seus aspectos linguísticos e discursivos, contudo outras nomenclaturas, e discussões a estas associadas, poderiam ter sido mobilizadas, e.g., "homonegatividade", "homoterrorismo", "heteroterrorismo", "heterossexualidade compulsória" – para uma fonte, ver a tese de Schirmer (2015) em psicologia social. No nosso caso, trata-se de um escolha deliberada de focalização teórica em um trabalho cujo objetivo geral, embora implique incontornáveis aspectos e interfaces sócio-políticas, volta-se a um estudo argumentativo-enunciativo.

das mais nobres formas de manifestação do *eros*. A relação amorosa com um jovem, se ativa, era harmoniosamente compatível com a performatividade de uma identidade viril. Por outra parte, a reprovação social ocorreria no caso de uma relação homoafetiva com outro adulto (Zanotti, 2010). A pederastia grega, portanto, era mais um gesto político, em cujo erotismo se ligava à posição que se gozava na esfera pública, do que ao ato puramente físico. O homem se singularizava então não pelos seus gestos sexuais ou formas de *eros*, mas pelo seu desempenho na polis.

Posteriormente, já ao princípio da Era Comum, novas interpretações foram investidas nas práticas relacionadas à sexualidade no ocidente a partir de noção de moralidade, marcadamente uma moralidade cristã, afiançada por sobre-enunciações de próceres como Agostinho e Tomás. O senso comum passa a ser aquele do sexo como uma dádiva atribuída por deus para o ato da reprodução. Bazan (2010) precisa que no século IV, Constantino institui o Cristianismo como religião do Império Romano, impondo condutas confessionais, como a prática do sexo apenas marital, tão somente como fins de reprodução, portanto entre homens e mulheres, em apenas 44 dias do ano, isto é, nos dias não-santos.

Ao longo do tempo, conforme a narrativa histórica ocidental que nos chegou, a homoafetividade passou então a ser incluída no rol dos pecados contra a natureza. Isto se deu provável e principalmente a partir das instruções morais encontradas no Antigo Testamento, nos capítulos 18 do Levítico e no 22 do Deuteronômio. Já na Idade Média, surge o uso metonímico, pejorativo e mesmo incriminatório, do termo "sodomita", oriundo de uma reinterpretação do livro do Gênese, para designar o gay homem. Trata-se de uma

> passagem de um dos livros do Novo Testamento (NT) que remete a um episódio do Antigo Testamento (AT). Segundo este último, em seus capítulos 18 e 19 do livro do Gênese, as cidades de Sodoma e Gomorra foram destruídas por deus em razão dos pecados cometidos por seus habitantes. Se a natureza desses pecados que inspiraram a cólera divina não é determinável no AT, já a partir do século IV, a homossexualidade começa a ser associada aos crimes dos moradores de Sodoma por comentadores que se fundamentaram no NT. (Fernandino e Vernet, 2024, tradução nossa)[38]

Localizando o tema na atualidade, o próprio Padre Martin nos lembra que "O que consideramos hoje 'comunidades LGBTQ' não existia quando foram redigidos o Antigo e o Novo Testamento (...) Em algumas passagens, a Bíblia fala sobre a homossexualidade. E a

[38] passage d'un livre du Nouveau Testament (NT) qui renvoie à un épisode de l'Ancien Testament (AT). Selon ce dernier récit, chapitres 18 et 19 du livre de la Genèse, les villes de Sodome et de Gomorrhe ont été détruites par dieu en raison des péchés perpétrés par ses habitants. Si la nature des péchés qui ont inspiré la colère divine n'est pas précisée dans l'AT, à partir du IVe siècle, en s'appuyant sur le NT, l'homosexualité commence à être associée aux crimes des résidents de Sodome par des commentateurs.

condena."[39]. Na sequência, o jesuíta suaviza retoricamente o ponto de vista, a partir do caráter datado do texto sagrado:

> Por exemplo: nenhum de nós, espero, ainda acredita que alguém que tome o nome do Senhor em vão ou cometa adultério deva ser executado (...) Contudo, vemos essas condenações em seu contexto histórico. É importante ver essas passagens em seu contexto, como veríamos as passagens sobre apedrejamento de pessoas que tomam o nome de Deus em vão[40]

No que diz respeito às versões em português da Bíblia, esta fonte evidencial e constituinte recorrentemente mobilizada nos discursos segregadores da Santa Sé, ressaltamos que não faz constar "homossexualidade" e suas variantes em nenhum livro canônico das sagradas escrituras. O item lexical surgirá apenas posteriormente, já no século XIX. No *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (2010), o lexicógrafo Antônio Geraldo da Cunha afirma que a entrada "homossexual" só foi incorporada ao vocabulário oficial em 1899, ao passo que "sodomita", como "aquele adepto à prática sexual anômala", já estava presente nos primórdios da língua portuguesa, como herança do latim tardio – originalmente do hebreu, e deste para o grego, chegando ao latim.

Furtando-nos, portanto, da realização de uma detida narrativa historiográfica da homoafetividade, que não cabe no escopo da seção, valemo-nos dessas pontuações históricas a fim de ressaltar o caráter contextual do fenômeno que atravessa o nosso *corpus* de pesquisa. Além de necessariamente relativa ao momento social, institucional e histórico, entendemos a relação entre pessoas do mesmo sexo como um acontecimento discursivo-performático. É nesse mesmo sentido que Almeida (2016), marcadamente a partir das reflexões de Judith Butler (1988), convoca o conceito de performatividade para nos brindar com o entendimento de que a homoafetividade é materializada por meio do discurso. Nesta concretização, ocorrida no cruzamento entre linguagem e desejo, o contexto sócio-histórico importaria às estratégias das performatividades da sexualidade e das homoafetividades – deliberadamente referidas no plural.

Ao delinear o caráter relativo da sexualidade, o autor nos faz lembrar que a homoafetividade e o par heteronormatividade-homofobia também se associam a critérios de verdade que deslizam tanto ao longo do tempo histórico quanto entre diferentes núcleos sociais e culturas em uma mesma época. No caso do nosso objeto de pesquisa, se existir uma

---

[39] Citação obtida em entrevista cedida à BBC News e publicada na BBC Brasil de 10 de junho de 2023. https://www.bbc.com/portuguese/articles/crg7ezvjkgxo?utm_campaign=later-linkinbio-bbcbrasil&utm_content=later-35802451&utm_medium=social&utm_source=linkin.bio

[40] Ibid.

homoafetividade vaticana, institucionalizada e intersubjetivada internamente, esta plasma suas ambivalências relativamente ao momento do contexto específico que a alicerça em suas próprias representações e performatividades.

Ao traçar um panorama social e linguístico, evidentemente, não visamos a formular uma investigação em profundidade sobre este matiz iridescente da cena da enunciação[41] da Santa Sé. Buscamos, portanto, elaborar uma visão abrangente, ainda que exígua e superficial, que dialogasse com o polivalente estado da arte em interface com o nosso tema e que fizesse notar heterogeneidades e diversos matizes comportamentais no âmbito cardinalício.

Se fazer ciência em AD, a despeito da linha teórica, é lidar com dinâmicas sociais em seu teor político, insistimos na relevância da apresentação de uma visão das tensões institucionais e sócio-históricas investidas no *corpus*. Na contextualização da análise, cabe ao analista do discurso selecionar e elaborar, interpretativamente, um momento dessa amarração política estruturante do material analisado. Também no fazer científico descritivo-interpretativo, evidenciar que há agentividade e interpretação do pesquisador, mesmo na etapa de rigorosa descrição, não invalida a pesquisa, pelo contrário, deslinda ética e moralmente a responsabilidade enunciativa e de facto de quem pesquisa. A AD, e a argumentação nesta, são disciplinas constitutivamente críticas, no sentido mais amplo do termo; é preciso, entretanto, diferenciá-las da militância política, a partir da busca da justa medida entre método e responsabilidade social. Se a plena justeza na medida é certamente um ideal, a sua busca é um norte no sopesamento entre convicção científica e engajamento social.

Ponderar sobre a agentividade de quem pesquisa é um objetivo acessório que perpassa nossa pesquisa na sua totalidade. Refletindo assim de modo metalinguístico sobre os pontos de vista que aqui enunciamos e a responsabilidade enunciativa que assumimos, colocamos também em destaque a argumentatividade desta tese que se sujeita à doxa na qual se insere e, mesmo, à eventual reprodução involuntária de valores heteronormativos. Afinal, "dado que a ordem heteronormativa está profundamente internalizada, é difícil tanto elaborar argumentos que não se limitem por essa ordem quanto os utilizar de modo bem-sucedido em uma discussão" (Määttä e Vernet, 2013, p. 632, tradução nossa)[42]

---

[41] Maingueneau entende a cena da enunciação simultaneamente como um processo e um quadro. Esta se compõe dos hipônimos (i.) cena englobante, grosso modo, o tipo de discurso; (ii.) cena genérica, isto é, gêneros discursivos; (iii.) e cenografia que é uma encenação singular da enunciação. Segundo o autor (2014, p. 123), "A noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar. Todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende, de fato, suscitar a adesão dos destinatários instaurando a cenografia que o legitima. Esta é imposta logo de início, mas deve ser legitimada por meio da própria enunciação".

[42] given that the heteronormative order is deeply internalized, it is difficult to construct arguments that are not limited by it, and to use them successfully in a discussion.

Permitindo-nos recorrer ao amparo inefável da literatura, ecoamos metaforicamente Pessoa (2006, p.70) quem, sob o heterônimo de Bernardo Soares, brinda-nos com o desassossego de que não crer que "a história seja mais, em seu grande panorama desbotado, que um decurso de interpretações, um consenso confuso de testemunhos distraídos. O romancista é todos nós, e narramos quando vemos, porque ver é complexo como tudo.". Enquanto formulador de narrativas políticas ao longo do processo de contextualização historiográfica e socioinstitucional do objeto de pesquisa, o analista, embora não seja romancista, é fundamentalmente intérprete. Cabe a este contextualizar os pontos de vista das suas análises ciente do teor necessariamente limitado, interpretativo e político de toda formulação de panoramas. Afinal, o analista do discurso também vê enquanto um ente social inserido no regime geral da enunciação, e ver é, com efeito, complexo como tudo.

2.3 Discurso religioso: anunciando e enunciando a voz de deus

Feita a apresentação de aspectos institucionais, culturais e políticos da nossa *inventio*, a insólita formatação do discurso religioso é caminho incontornável na descoberta do nosso problema de pesquisa. Isto posto, sem a finalidade de avançar inovações na seara, o objetivo desta sucinta seção é indiciar linhas gerais e conceitos correlatos dessa modalidade de discurso "em que fala a voz de Deus" (Orlandi, 1987, p.242). Se a demarcação do momento histórico de surgimento do discurso religioso é inexata em absoluto, posto ser possível entender que esse discurso veio à luz desde que passou a existir a noção de fé e de crença em um ente superior (Franco, 2018), é razoável definir um corte historiográfico discricionário.

Em última análise, defendemos que a origem do discurso religioso poderia ser convencionada mesmo em relação ao processo de constituição da língua. Neste caso, a fundação do discurso religioso, ou de uma de proto forma deste, seria sopesada em matéria das suas correlações com o surgimento da língua e do seu potencial demiúrgico de gestação de realidades *ex nihilo*[43]. Entretanto, remeter o nosso corte à origem da língua ou da linguagem parece não

[43] Tal como o deus cristão que cria o mundo a partir do verbo, um celebrante cria a condição de cônjuge com a veiculação da sua bênção. Da mesma forma, o *homo sapiens* primitivo, no alvorecer da língua (entendida enquanto atividade social e histórica) e da linguagem (tomada como faculdade mental mais ampla), engendrou o signo arbitrariamente e, por que não, foi engendrado por suas próprias representações mentais. Como explicam Daval e Frath (2019), especialmente a partir dos trabalhos de Humboldt, de Edward Sapir e daqueles prosseguidos por seu discípulo Benjamir Whorf, a visão cartesiana de uma língua que é gestada no cérebro de maneira conceitual, isto é, não linguística, foi questionada em prol da defesa da preponderância das representações mentais do locutor. Nesse sentido, a relação entre pensamento e linguagem é de tal sorte complexa que não pode se reduzir ao *cogito*. Segundo os autores (2019), a língua é opaca e determinada também pelo nosso *ubuntu*, grosso modo, pelo meio que nos forma e nos estrutura. Ademais, a língua possuiria a competência demiúrgica de dar existência separada a entes (por exemplo, ao diferenciar *fleuve* de *rivière*, enquanto no português conservamos o item lexical "rio", tanto

ser adequado aos propósitos de uma investigação em argumentação contemporânea, em uma seção sobre o discurso religioso que é sumária e que, formalmente, não se filia campo da filosofia da linguagem.

Se nos parece então essencial pelo menos oferecer indícios do surgimento do fenômeno, escolhemos enfim referenciar nossa retomada dos primórdios do discurso religioso em relação à palavra mágica. Isto se justifica em razão da evidente correlação desta com a crença humana no transcendente, assim como dos traços defensavelmente legados pela palavra mágica ao discurso religioso contemporâneo. Praticada, especialmente, até o Período Arcaico da Grécia Antiga[44], a palavra mágica era aquela que não diferenciava eventos das suas representações performativas por meio de fórmulas de fala místicas. Este ato de fala *avant la lettre*, singularizado por seu aspecto histórico pré-retórico, recorria simbolicamente ao absoluto com uma finalidade de alteração de um estado de coisas. Se de um lado toda enunciação tem aspectos lógicos e psicológicos, causando, potencialmente, efeitos ilocutórios e perlocutórios, a palavra mágica é uma enunciação cuja cena da enunciação é bastante rígida:

> Sabemos, com efeito, que a fórmula não tem potência mágica em si mesma; tal potência é adquirida apenas em circunstâncias específicas, por uma pessoa que goza do direito ou do poder de pronunciá-la. Em outras palavras, a magia não é um enunciado, mas uma enunciação (...) desejar provocar uma ação por meio da fala não é suficiente para garantir um caráter mágico a esta fala (Todorov, 1973, p.41, tradução nossa)[45].

Pensamos, por exemplo, na figura atemporal da curandeira que, valendo-se da sua autoridade legitimada e da conjuração de fórmulas cristalizadas, tenciona reestabelecer a saúde de um enfermo. Nesta enunciação, além da especificidade da prosódia e da construção dos elementos da frase, o lugar social que ocupa o ente no mundo associado à instância que enuncia, assim como as circunstâncias próprias da interação, tal como o espaço, a utilização de gestos, símbolos e objetos apotropaicos, são condições fundamentais na eficácia performativa da palavra mágica.

---

para o curso de água mais caudaloso que deságua no mar, primeiro dos casos, quanto cursos menores que deságuam e afluem em rios maiores), além de transmitir significados da realidade que não existiria tão-somente por si mesma, mas a partir do carrear do já-dito.

[44]Terceiro período histórico da Grécia Antiga, convencionado entre 800 a.C. e 500 a.C. Sucedeu os períodos Pré-Homérico (XX - XII a.C.) e Homérico (XII - VIII a.C.) e antecedeu o Período Clássico (V - IV a.C.).

[45] On sait bien que la formule, en elle-même, n'a pas de puissance magique ; elle ne l'acquiert que dans telles circonstances précises, prononcée par telle personne qui en a le droit ou le pouvoir. Autrement dit, la magie n'est pas un énoncé mais une énonciation (...) Vouloir provoquer une action par la parole n'est visiblement pas suffisant pour assurer à cette parole un caractère magique

Para Danblon (2005), a ausência de distinção entre o natural e o social, que garantiu a eficácia da palavra mágica, parece ter deixado rastros na retórica que viria a se fundar a partir do século V a.c., com a passagem do mito à razão e, simultaneamente, com popularização crescente da escrita. A queda do general ateniense Trasíbulo em Siracusa e as consequentes disputas por restituição de terras, como reporta Ferreira (2010), são um dos possíveis marcos do princípio dessa retorização do discurso e esvaziamento da palavra mágica – com ênfase primária, portanto, no aspecto jurídico[46]. Outro miliário histórico que se convenciona para demarcação da gênese do campo retórico é a elaboração no século V a.c. do tratado atribuído ao nome de Córax[47]. Neste tratado de retórica, já se gestava a ideia do verossímil como sendo mais estimado que o verdadeiro.

Em essência, por meio da retórica, o discurso religioso moderno parece portar atributos da palavra mágica. No caso cristão, mesmo a sua mística fundacional repousa na criação do mundo por um ato de fala mágico divino – "E disse Deus: Haja luz; e houve luz." (Gn 1, 3). Quanto às bênçãos e às invocações e apóstrofes cristãs, parece haver uma extensão e atualização dos traços mágicos legados ao discurso religioso. Em relação ao primeiro dos casos, por exemplo, a fórmula ilocucionária do enunciado "eu te batizo em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo" altera formal e metafisicamente a condição social do batizado no âmbito da comunidade. No que diz respeitos às apóstrofes, pensemos na exortação "Vinde, Espírito Santo!" (Francisco, 2020, não paginado) que parece visar a uma alteração no mundo imanente por uma causa de ordem transcendente. Em igual medida, ainda que não passe necessariamente por fórmulas cristalizadas fundadas na equivalência do natural e do social, a existência de locutores autorizados e de circunstâncias específicas é também condição de existência do discurso religioso.

Este tipo de discurso, se amplamente compreendido, caracteriza-se pelo "fato de ser produzido em situações de comunicação pertencentes ao domínio de prática religioso" (Melo, 2017); como enfatiza a autora, porém, essa definição aporética e preliminar não abarca todas as manifestações do discurso religioso, por exemplo, em suas intersecções com o domínio midiático (Franco, 2018; Emediato e Franco, 2017). Estendendo o raciocínio, Melo define o discurso religioso como:

---

[46] Como detalha Luiz Antônio Ferreira acerca do nascimento da retórica "O século V a.C., século de Péricles (495/492 a.C.-429 a.C.) – um dos principais líderes democráticos de Atenas – marca o período de transição da eloquência espontânea para a erudita. Os atenienses aprenderam que deviam responder por suas ações diante da comunidade e essa obrigação se transformou, depois, no que conhecemos por discurso judiciário. Assim, já não era a linguagem divinizada que conduzia a vida humana, mas a retórica" (2012, p.38).

[47] O pensador também teria vivido Siracusa, sul da península itálica, à época denominada Magna Grécia. Córax é hipoteticamente associado a Tísias como se tratando da mesma pessoa.

> *aquele que se propõe a doutrinar um conjunto de fiéis leigos*, propondo a eles orientações de ordem espiritual e comportamental a partir de um conjunto de princípios previamente definidos, que se pautam num *amálgama das ordens do humano e do divino*, do terreno e do sobrenatural. Esse discurso não se fecha, contudo, em si mesmo, mas *se relaciona com as diversas práticas sociais e discursivas, mantendo interseções com os domínios político*, midiático, científico, como apontamos acima, assim como outros, tais como o jurídico e o econômico. (2017, p.144, itálico nosso).

Ecoando Melo, salientamos que as intersecções do discurso religioso com outros domínios é, com efeito, um elemento fundamental no estudo discursivo do fenômeno; nesta tese, por outro lado, preferimos estudar e entender tal discurso menos no seu teor doutrinário sobre fiéis, e mais na sua qualidade ambígua, com efeitos lógicos e psicológicos não apenas sobre leigos, mas também religiosos. Compreendemos então o discurso religioso como aquele que se concretiza na atividade argumentativa de enunciação humana da palavra do divino e não necessariamente na sua finalidade ou dimensão doutrinária sobre o alocutário. Esta co, sobre, ou subenunciação pode ser realizada de modo mágico, isto é, de maneira performática, mística e simbólica, enquanto ato de linguagem de vozes autorizadas; é, além disso, necessariamente atravessada por outros domínios, em especial, pelo político. Escolhemos então tomar o discurso religioso nesta estável contradição, em que o terreno enuncia o etéreo, a despeito do coeficiente doutrinário que se pode apreender em uma análise enunciativa. Isto não significa minimizar a relevância da argumentatividade desse discurso que visaria a mover de alguma forma o alocutário.

Sem contrapor a definição de Melo (2017), Orlandi já havia definido discurso religioso como "aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus" (1987, p.242). No que diz respeito aos atributos definidores desse discurso, a autora destaca a intertextualidade, a antítese, o uso do imperativo e do vocativo, bem como o de metáforas, explicadas por paráfrases, marcadamente nos sermões. Da mesma forma, há o uso de citações em latim, traduzidas por perífrases explanatórias, de performativos e de sintagmas cristalizados, este último caso exemplificado pelas orações religiosas. Para a pesquisadora, o discurso religioso estabelece uma relação espontânea com o sagrado, de modo mais informal se comparado com o discurso teológico. Este, por sua vez, formaliza e organiza os dogmas. Orlandi resume que, a despeito dessa distinção, a não-reversibilidade[48] entre locutor e alocutário se mantém em ambos os casos.

[48] Orlandi fala em ilusão da reversibilidade, entendendo ilusão como a "passagem de um plano a outro, de um mundo a outro" que pode ter duas direções "de cima para baixo, isto é, Deus partilha com os homens suas propriedades; de baixo para cima, ou seja, o homem se alça até Deus" (1987, p.251).

Na nossa tese, empregamos apenas o termo discurso religioso católico como um hiperônimo tanto de discurso teológico quando dos gêneros menos formais. Esta escolha nos permite superar a classificação ambígua de documentos híbridos, como as encíclicas. Nestas o locutor combina uma pluralidade de temáticas e conteúdos teológicos e doutrinários com, por exemplo, predicações e comentários informais sobre debates públicos. Ademais, a depender da configuração da cenografia (Maingueneau, 2014) e da hierarquização das vozes, entendemos de modo ligeiramente diferente que o locutor, potencialmente, pode entregar um efeito de sentido de reversibilidade – como nas reformulações que subenunciam a voz do deus do antigo testamento, alçando o locutor para o centro de decisão do desígnio, "agora o amor já não é apenas um « mandamento », mas é a resposta ao dom do amor" (Bento XVI, não paginado, 2005).

Ainda de acordo Orlandi, se se trata da voz de deus, haveria um desnivelamento hierarquizado, no qual o locutor se nutre em um plano espiritual, o divino, e se dirige ao alocutário assujeitado em plano temporal, o ser humano, de modo que, "na desigualdade, Deus domina os homens" (Orlandi, 1987, p.243). Dessarte, se tomarmos a instância papa-Santa Sé como a voz (representante) de deus, em seu efeito de sentido de monofonia, existe, em princípio, um assujeitamento da eclésia. Nessa tendência à não-reversibilidade, contudo, entendemos haver espaço para alguma fluidez de instanciação, como no caso de aparente reversibilidade no modelo *bottom-up* adotado no atual Sínodo sobre a sinodalidade – ainda que, mesmo nesse caso, as decisões finais caibam ao alto clero.

Essa representação do divino na agentividade do papa-Santa Sé configura um exemplo daquilo que Orlandi chama de mistificação, isto é, o apagamento da maneira pela qual o representante assume essa voz divina sem explicitar o mecanismo ou o processo de apropriação e de representação. Na mistificação do discurso religioso, o sujeito que representa a voz de deus não goza de autonomia perante esta. Nesse sentido, o discurso religioso tenderia então à monossemia, já que a interpretação da palavra de deus é intensamente regulada. Quando certos limites dessa regulação estrita são excedidos, como na blasfêmia ou no desrespeito dos sacramentos, considera-se o ato como transgressão – ou, nos nossos termos, contradóxica (Fernandino e Vernet, 2024). De toda maneira, ocorrendo de modo transgressivo ou não, como acrescenta Melo (2017),

> Não é difícil perceber que a religião, assim como a política, não pode agir sem a palavra. No domínio religioso os documentos (no catolicismo, por exemplo, a Bíblia, as encíclicas, e demais documentos oficiais publicados pelo Vaticano) orientam os discursos que a partir deles são produzidos (homilias, pregações) e definem os meios e as finalidades da ação religiosa sobre a instância leiga. A palavra no discurso religioso estabelece finalidades que vão do saber-saber (informação) ao saber-crer (persuasão) e, finalmente, ao fazer-fazer (incitação).

Melo se volta assim para o aspecto pragmático do discurso religioso, ou seja, da sua função de impelir o outro à ação, que depende do reconhecimento do alocutário da autoridade do enunciador e das suas fontes evidencias. A palavra de deus exercida por um enunciador amparado pela tradição e por uma institucionalidade, pode então visar a diferentes níveis de argumentatividade, isto é, movimentos mais ou menos evidentes que vão da dimensão argumentativa ao choque extremo entre teses antagônicas que pode exceder os limites da troca persuasiva (Amossy, 2020).

A palavra de deus, independentemente da crença que a professa ou do ponto em que se encontra no continuum de argumentatividade, pode ser entendida como discurso constituinte, isto é, as falas de autoridade que dão sentido aos atos de uma coletividade, além das quais somente há o indizível. Além de legitimarem temas, discursos constituintes "constituem" a sua própria existência como se a sua legitimidade proviesse de um absoluto inquestionável (Maingueneau e Cossutta, 1995; Maingueneau, 2015). Pelo seu status autofundado, os discursos constituintes podem afiançar dialogicamente outros discursos – como é o caso dos constituintes filosófico, científico e o próprio discurso religioso católico.

Neste último caso, destacamos como textos expoentes o Antigo e o Novo testamentos da Bíblia, os quais, como defende Rabatel (2021), são atravessados por movimentos dialógicos do locutor com a tradição e consigo mesmo em relação a objetos de discurso bastante complexos. Para Maingueneau (2006), autofundação é uma qualidade evidente no caso desses textos religiosos, que não gozam uma autoria no sentido usual do termo, dado que os autores humanos são entendidos como veículos movidos por inspiração divina. Discursos constituintes se distanciam da imperfeição, já que esta é potencialmente atribuída aos intérpretes e jamais à fonte divina sobre-enunciadora.

A ideia de discurso constituinte, embora não seja precisa em matéria de operacionalização, provoca reflexões pertinentes ao estudo do discurso religioso em razão dos seus atributos enunciativos, que amparam múltiplos gêneros do discurso, e das suas funções sociais. Naturalmente, nem todo conceito precisa ser operacionalizável, caso goze de atributos heurísticos e hermenêuticos. Assim, em termos procedimentais, a análise de discursos constituintes poderia se voltar – de maneira enunciativa, funcional e situacional – para a relação

entre o intradiscursivo e o extradiscursivo, ao indiciar como enunciações integram e legitimam aquilo por elas representado. Posto que esses discursos, cujo lugar na tópica social é incomum, não são elaborados pelo conjunto da sociedade, o seu estudo deve se debruçar sobre as comunidades restritas que gestam os enunciados de alcance global – como nas vozes e papéis sócio-discursivos desempenhados pela Santa Sé na dinâmica enunciativa da comunidade discursiva Vaticano-eclésia.

Sendo religioso ou não, o discurso constituinte ocupa, assim, um lugar inusitado no interdiscurso ao operar a produção simbólica de uma sociedade sob a função de *archeion* (Maingueneau, 1995). Do grego *arché*, incorporado no latim como *archiva*, equivalente às entradas "governo" e "fonte", trata-se do nascedouro do princípio, do poder, a sede da autoridade. Como exemplos iconoplásticos de *archeion*, podemos considerar os corpos de magistrados e as catedrais. Estas últimas, referidas por "Sé" no português e *Sedes* no latim, equivalem em significado tanto a "cátedra episcopal" quanto "assento". Em ambos os significados, efetivamente, há uma vinculação a locutores legitimados e a uma memória social institucionalizada. Ao espaço paradoxal que essas enunciações constituintes detêm na sociedade, dá-se, então, o nome de paratopia. Afinal, discursos constituintes não estariam nem no interior, tampouco no exterior da coletividade. Situam-se no limite e lidam com o limite. Trata-se de discursos concomitante e contraditoriamente autoconstituídos, pelo poder transcendente que atribuem a si, e heteroconstituídos, pela sua fonte legitimadora. Contudo, o fato de os discursos constituintes reconhecerem apenas a sua própria autoridade não implica que outras zonas de produção verbal, como a da imprensa e da academia, não exerçam efeitos sobre esses[49].

O discurso religioso se assenhora assim de uma polivalência que certamente extrapola as epitomadas considerações que tecemos sobre sua natureza mágico-performativa, retórica, ambígua, doutrinária, mística e constituinte. Ao permear diversos espaços da sociedade, de modo mais ou menos evidente, dóxico ou contradóxico, o discurso religioso é acontecimento social e um vetor potencialmente politizável. É entendendo esse discurso enquanto variável também política que endossamos Melo (2017):

[49] Na análise da encíclica *Fratelli Tutti* (2020) interpretamos essa dinâmica limite entre discursos constituintes e outras formas de discurso, bem como entre dois ou mais constituintes que se atraem e se repelem. Nos jogos dialógicos do caso em tela, sob os constrangimentos do gênero e as expectativas sobre o alocutário, o locutor do discurso religioso parece invocar o científico para afirmá-lo e, ao cabo, superá-lo.

> Na atualidade, os conflitos em função da intolerância religiosa, os debates em torno de temas polêmicos que esbarram nos princípios religiosos, tais como as relações homoafetivas, a relação entre religião e Estado, a atuação cada vez maior de religiosos na política, tudo isso nos faz perceber que o escopo da religião não se restringe aos templos tampouco se limita a orientações de natureza espiritual, mas sua influência é constante na vida em sociedade (p.132).

Aspectos enunciativos associados ao discurso religioso podem servir de suporte às vozes dos actantes inseridos no regime de trocas argumentativas da vida social além-muros do templo. Este pressuposto sustenta a seleção e organização do nosso *corpus* de pesquisa, entendido como um microcosmo da complexa trama de tensões sociais que o discurso religioso pode vir a urdir.

2.4 O percurso heurístico: objetivos, critérios de seleção e eixos temáticos

A contextualização institucional, sociopolítica e discursiva que realizamos até então vem fundamentar a explicitação do percurso de descoberta do nosso problema de pesquisa, cuja elaboração partiu da seguinte pergunta: como a Santa Sé trata o tema da homoafetividade nos seus textos oficiais? Por um lado, a relevância social da questão de partida se justificou no entendimento de que,

> a homossexualidade sempre foi um tema recorrente nos discursos religiosos, a influência e interpretação da identidade homossexual em religiões, principalmente de linhagem cristã deixam o campo das crenças e acabam penetrando espaços da vida privada, da política e sobretudo dos direitos individuais da população (Toledo, 2016, p. 73).

Por outra parte, após instigantes reflexões junto à orientadora desta pesquisa, a definição do nosso recorte temático foi marcadamente inspirada e fundamentada – e redirecionada, relativamente ao nosso pré-projeto –, pela publicação do *Responsum da Congregação para a Doutrina da Fé a um dubium sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo* em 22 de fevereiro de 2021. Este texto, parte do nosso *corpus*, responde negativamente a uma suposta consulta de um interlocutor não-nomeado que pergunta no cabeçalho do documento: “A Igreja dispõe do poder de abençoar as uniões de pessoas do mesmo sexo?” (Ladaria e Morandi, 2021, não paginado). Embora seja ostensivamente autorizado pelo papa, que consta como uma voz convocada, diferentemente do que ocorre em uma encíclica, por exemplo, o texto não é assinado pelo sumo pontífice, mas pelo prefeito e pelo secretário da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF).

Dessarte, interessou-nos analisar o processo de imputação proposicional do conteúdo polêmico à instância enunciativa da CDF, ao final do *responsum*, realizada nos seguintes termos:

> O Sumo Pontífice Francisco, no curso de uma Audiência concedida ao abaixo assinado Secretário desta Congregação, foi *informado* e deu seu *assentimento* à publicação do mencionado Responsum ad dubium, com a Nota explicativa anexa (Ladaria e Morandi, 2021, não paginado, destaques nossos).

No nosso gesto de leitura primário, ao mesmo tempo em que a subenunciação e a imputação proposicional ocorrem, o papa, enunciativamente distanciado, legitima o documento, conferindo-lhe autoridade – afinal, enquanto sumo pontífice, em tese, toda decisão da Santa Sé deve irradiar do papa. A própria CDF, lembremos, é parte da Cúria Romana, o arranjo de institutos e dicastério aos quais o papa delega e autoriza funções para exequibilidade da sua função eclesial.

Desse modo, uma vez munidos do nosso recorte temático, ainda na fase de elaboração do projeto final, realizamos uma consulta em profundidade no repositório *online* do Vaticano[50] visando aos textos mais recentes publicados pela Santa Sé cujo conteúdo tangenciasse, direta ou indiretamente, os temas da homoafetividade e/ou da convivência com o próximo. Em um corte discricionário que aspirou robustez científica e atualidade, nossa consulta cobriu a integralidade do período que se estendia do princípio do pontificado de João Paulo II ao momento da elaboração do nosso projeto final, isto é, de 1978 a 2021.

A plataforma vaticana possui um sistema de busca de fácil uso que permite cruzar informações, como palavras-chave por papa. Isto posto, para chegar aos textos do nosso *corpus*, baseados tanto no campo lexical do *responsum* quanto na nossa pergunta-problema, recenseamos em inglês, espanhol, francês, italiano e português todos os documentos do nosso marco em que constavam entradas como “homossexual”, (mesmo) “sexo”, “matrimônio”, “sacramento”, “respeito”, “convivência”, “preconceito”, “pecado”, “união”, “amor” e “conjugal”. Na mesma toada, buscamos as diversas combinações, flexões e variações dos itens em questão – tais como “homossexualidade”, “LGBT”, “matrimonial”, “gay”(s) e “homoafetivo”, esta última, preferida na redação da nossa tese e que não apareceu no repositório.

[50] Acessado pela última vez para definição do corpus em 10 de outubro de 2021 no endereço: https://www.vatican.va/content/vatican/pt/search.html?q=

Deliberadamente, evitamos levantar termos-chave como “pedofilia”, “abuso”, “proteção de menores” e suas derivações, bem como desconsideramos textos que abordassem direta ou indiretamente tais temáticas e que surgiram espontaneamente a partir das demais buscas. Além de não se tratar diretamente do objeto de discurso de interesse da nossa proposta, precavemo-nos de incorrer no erro de reproduzir um efeito indireto de correlação, que não é necessário, entre pedofilia e homoafetividade institucionalmente reprimida. Este gesto de cautela pareceu razoável em vista do fato de que, no debate público, é possível observar essa associação sendo usada como *topos* em argumentações relacionadas à homoafetividade no clero. Ainda no que tange às precauções, ao definir um marco estritamente contemporâneo, quisemos evitar a realização de paralelos com o Cristianismo Primitivo, bem como o momento medieval da Santa Sé. Afinal, este ente institucional, fundado no princípio da Era Comum, além de encerrar diversas e, amiúde, concorrentes vozes, não deve ser entendido com mesmo actante enunciativo diacronicamente. Ao longo dos séculos, as condições de produção, a doutrina, as vozes e o grau de autorização dessas vêm sem alterando ao sabor do espírito do tempo.

Na sequência da consulta ampla no repositório, refinamos a nossa primeira amostra a partir de dois critérios, quais sejam: selecionando os textos com maior relevância temática para a investigação, ou seja, os documentos que mencionavam diretamente a homoafetividade; bem como aqueles textos de mais alto estrato na hierarquia documental pontifícia que poderiam ou não lidar como o tema da homoafetividade, mas que necessariamente tratassem do convívio com o próximo. Este procedimento nos conduziu, de um lado, a textos de gêneros pontifícios variados cujo conteúdo censurava a homoafetividade no espaço eclesiástico. Por outro lado, chegamos a um gênero específico, as cartas encíclicas, o segundo documento hierarquicamente mais importante na ordenação legal canônica.

A seguir, procedemos a uma análise preliminar do conjunto que nos levou à hipótese da ocorrência de um movimento pendular no discurso da Santa Sé. Este se caracterizaria pelo revezamento entre a publicações ora restritivas, quanto à homoafetividade na Igreja, ora acolhedoras, no que diz respeito à conclamação do amor cristão ao próximo sem restrições. Analogamente, diluindo a aparente contradição, o papa, referência máxima na Santa Sé, presente em todos os textos do *corpus*, pareceu-nos encarnar a figura do pai que admoesta, ora censurando, ora acolhendo.

Definimos, então, discricionariamente, dois eixos temáticos, ao que denominamos de (i.) eixo temático da segregação, configurado na desaprovação da homoafetividade no âmbito eclesial e no sacramento do matrimônio, (ii.) e eixo temático da agregação, fundamentado na tese do amor (cristão) ao próximo irrestrito e sem preconceitos. Portanto, foi o recorte temático

da homoafetividade no discurso moderno da Santa Sé, motivado pela publicação do *responsum* de 2021, que nos levou a ressaltar a aparente existência de *pontos de vista* concorrentes no interior do mesmo locutor papa-Santa Sé. Da mesma forma, o recorte nos levou ainda a observar a recorrência do tema do amor irrestrito ao próximo, enfática e emblematicamente presente nas encíclicas papais do período.

A escolha da encíclica se deveu aos próprios atributos desta formatação documental. Original e etimologicamente, trata-se de uma circular assinada pelo papa, isto é, um meio de comunicação da Santa Sé que funciona como uma carta aberta dirigida a uma audiência ampla e compósita que se estende de cardeais e bispos a fiéis sem cargo eclesial. Em termos da programação do conteúdo, as encíclicas tratam de temas relacionados à doutrina da Igreja e indicam as prioridades no momento da publicação. Comparativamente a outros textos pontifícios, nas cartas encíclicas, o sumo sacerdote dá a sua assinatura e usa de modalizadores e figuras de efeito e de estilo que fazem perceber sua autoria pessoal.

Desse modo, consubstanciado na Santa Sé, o papa convoca a responsabilidade enunciativa para si e, aporeticamente, afiança o conteúdo de sua autoria pela sua própria autoridade derivada de um absoluto infalível[51]. Na hierarquia documental eclesiástica, uma encíclica detém menos autoridade somente em relação a uma constituição apostólica, frente à qual goza de mais informalidade. Isto se deve ao fato de que, diferentemente da constituição, a carta encíclica não modifica dogmas, mas simplesmente atualiza a doutrina. De todo modo, as encíclicas parecem possuir mais capacidade de penetração na eclésia por serem, em tese, mais difundidas do que as constituições apostólicas. Em suma, a encíclica é, metaforicamente, a carta ao povo cristão por excelência.

Uma vez definidos gênero, o recorte temático, os parâmetros da pesquisa e os eixos temáticos, chegamos a um total de seis textos que respondiam à nossa pergunta-problema, refinada na forma objetivo de pesquisa, qual seja: oferecer uma análise da argumentação e da gestão dos pontos de vista da alta cúpula da Igreja Católica moderna acerca dos temas do amor ao próximo e da homoafetividade em textos publicados pela Santa Sé, assinados ou ostensivamente autorizados pelo papa. Prezando pela proporcionalidade, do universo de seis

[51] Efeito semelhante ocorre no gênero pontifício *motu proprio* definido no Código de Direito Canônico – referido pelo acrônimo CIC do latim *Codex Iuris Canonici* – como um documento emitido e assinado pelo papa, cuja validade está respaldada pelo sumo pontífice e não por razões de outra ordem, mesmo que repouse sobre um fato falso que, juridicamente, invalidaria o documento. Em outros gêneros, esses efeitos de sentido podem não ocorrer do mesmo modo, como nos documentos que selecionamos no eixo temático da segregação. Ressalvamos que as definições que trazemos nesta seção sobre carta encíclica concebem apenas o sentido moderno do gênero. Ademais, na atualidade, o substantivo encíclica é também usado, diferentemente, por anglicanos e pela igreja ortodoxa.

textos, três correspondiam ao eixo da agregação e três ao da segregação. Pela mesma razão, os seis textos cobriam três pontificados, com dois textos por papa, alocados um em cada eixo.

Por conveniência, selecionamos os textos em língua portuguesa. Portanto, os documentos analisados provêm diretamente do repositório do Vaticano, sem que sobre estes incida traduções ou adaptações. Via de regra, os textos oficiais da Santa Sé são publicados, simultaneamente, em diversos idiomas – de modo geral, no mínimo, em alemão, inglês, espanhol, francês, italiano, polonês e português –, sem que seja informada a língua da primeira redação do texto.

Ao longo da nossa formação doutoral, a proposta da tese e as conclusões parciais foram divulgadas tanto por meio dos quatro artigos autorais e coautorais, que constam da bibliografia, quanto da apresentação de seminários em instituições como a própria UFMG e as universidades de Aix-Marseille, Pisa, Grenoble e Helsinki. A partir os comentários dos pares e do processo heurístico do autor, em franco diálogo com a orientadora da tese e supervisor no período de mobilidade internacional, pareceram evidentes a necessidade de redução do *corpus* e os benefícios atribuídos ao trabalho com tal gesto.

Quadro 1 - *Corpus* de pesquisa

Título do texto na versão oficial em português	Data da publicação	Gênero discursivo	Pontificado	Emissor institucional da publicação	Assinado por
Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais e da sua admissão ao Seminário e às Ordens Sacras[52]	4 de novembro de 2005	Instrução	Bento XVI	Congregação para a Educação Católica (CEC)	Zenon Grocholewski (*Prefeito da CEC*) & J. Michael Miller (*Secretário da CEC*)
Deus Caritas est: sobre o amor cristão[53]	25 de dezembro de 2005	Encíclica	Bento XVI	papa	Bento XVI
Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social[54]	3 de outubro de 2020	Encíclica	Francisco	papa	Francisco
Responsum da Congregação para a Doutrina da Fé a um dubium sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo[55]	22 de fevereiro de 2021	Responsum	Francisco	Congregação para a Doutrina da Fé	Luis F. Card. Ladaria (*Prefeito da CDF*) & Giacomo Morandi (*Secretário da CDF*)

Fonte: elaborado pelo autor

Dessarte, com o avançar da redação da investigação e das análises, percebemos que otimizaríamos a atualidade, coerência e parcimônia da tese com remoção dos dois textos publicados no pontificado de João Paulo II[56]. Ademais, as polarizados imagens atribuídas aos

[52] Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20051104_istruzione_po.html. Acesso em 3 dez. 2021.

[53] Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html. Acesso em 3 dez. 2021.

[54] Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em 3 dez. 2021.

[55] Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20210222_responsum-dubium-unioni_po.html. Acesso em 3 dez. 2021.

[56] Os textos de João Paulo II desincorporados são a encíclica *Ut unum Sint: sobre o empenho ecuménico*, de 25 de maio de 1995, e as *Considerações sobre os projectos de reconhecimento legal das uniões*, publicadas em 3 de

papas Francisco e Bento XVI – geralmente, e de modo assaz simplificado, tomados no senso comum como representantes antipodais, respectivamente, das linhas liberal e conservadora da Igreja – evidenciaram as conclusões do nosso gesto de leitura. Grosso modo, interpretamos uma continuidade do fazer argumentativo do locutor papa-Santa Sé mesmo entre dois pontificados, em princípio, diametralmente opostos. Existem, pelo menos, dois locutores derivados da mesma fonte enunciadora papal; a saber, por uma parte, aquele associado à pessoa do papa, notado sobretudo em falas espontâneas e, de outro lado, o locutor relacionado com o papa-instituição que desponta nos textos da Santa Sé e que tende a ser uma voz mais contínua entre pontificados.

De modo sumário, concluímos que, a despeito das falas espontâneas de cada papa, nas quais emerge a pessoa de carne e osso que encarna o sumo sacerdote, a antípoda se transmuta em continuidade na construção discursiva restritiva do homoerotismo quando se trata da fala do papa-instituição. Contudo, naturalmente, continuidade não implica imutabilidade. O fato de a noção vaga (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996) da "homossexualidade" ser avançada com frequência crescente nos documentos papais, reconhecendo a temática como existente e pertinente, já provoca a formatação de contra-discursos com potencial de promoção da mudança. O discurso atemporal da Igreja não está imune às vicissitudes do tempo histórico. Na verdade, a atualização do tema da homoafetividade na doxa católica, vis-à-vis as demandas político-sociais do momento social, parece sempre ter tido lugar no discurso da Santa Sé. Mesmo que o tempo da Igreja seja diferente daquele do mundo laico, atualizações de toda sorte são irrefreavelmente integradas à paisagem discursiva católica.

Para cada um dos dois pontificados compreendidos no nosso marco – Bento XVI (2005-13) e Francisco (2013- em curso) – mantivemos a seleção de um documento relativo a cada eixo temático. No eixo da segregação temos as publicações *Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais e da sua admissão ao Seminário e às Ordens Sacras* (2005) e o já mencionado *Responsum* de 2021. Por outra parte, no eixo da agregação, chegamos a duas cartas encíclicas, a saber, *Deus Caritas est* (2005) e *Fratelli Tutti* (2020). Embora não se trate de produções nativas da internet[57], os textos em

junho de 2003, pela Congregação para a Doutrina da Fé, cujo Prefeito, à época, era Joseph Ratzinger, futuro para Bento XVI. A redução do corpus implicou ainda, deliberadamente, um período mais extenso tanto para a realização das produções científicas de divulgação da tese quanto para o aperfeiçoamento da síntese teórica e da contextualização política do tema.

[57] Segundo Marie-Anne Paveau, "Chamamos de nativas as produções elaboradas on-line, nos espaços de escrita e com as ferramentas propostas pela internet, e não aquelas transpostas para o espaço digital conectado após a digitalização de espaços escriturais e editoriais pré-digitais" (p. 57, 2021)

questão são disponibilizados *online* e, portanto, acessáveis também a partir da lógica do discurso digital. Levamos tal especificidade em consideração, porém em segundo plano, já que nossos objetivos não contemplam diretamente esse tipo de discurso – que poderia, evidentemente, servir de norte para outro tipo de investigação a partir do mesmo *corpus*.

Para a confirmação do *corpus* e respectivos dados discriminados no Quadro 1, com o endosso da orientadora da pesquisa, logramos ser admitidos como membro pesquisador na Biblioteca Apostólica Vaticana. Assim, em maio de 2022, presencialmente, realizamos a mesma consulta por palavras-chave no sistema interno da Biblioteca. No ensejo, não chegamos a resultados substantivamente diferentes em relação àqueles provenientes da nossa busca de 2021, realizada no repositório *online*.

Nesta tese, as análises não são realizadas em capítulo à parte, mas em seções alocadas ao longo dos capítulos. Em *Dispositio*, analisamos, respectivamente, na ordem em que foram publicadas, a encíclica de Bento, a partir da teoria dos *pontos de vista* de Rabatel, e a encíclica de Francisco, esta por meio da problemática de Amossy. Em *Elocutio*, avançamos uma análise das instruções de Bento amparada pela nossa proposta de articulação teórica entre Amossy e Rabatel. Por fim, em *Actio*, analisamos o *responsum* de Francisco também por meio da nossa síntese teórica e, ainda, a partir de considerações da literatura sobre valores e emoções.

Evidentemente, a organização partiu de um gesto deliberado, isto quer dizer que cada texto poderia ter sido analisado em outra seção, por exemplo, interpretando a encíclica de Bento por meio da argumentação no discurso e a de Francisco pela nossa síntese teórica original. De qualquer maneira, todas as seções analíticas convergem para a última seção da tese, *Memoria*, na qual retomamos as principais considerações das nossas análises, realizando um movimento de leitura do todo do *corpus* por meio da síntese teórica que propomos.

No que se refere ao título dado à presente tese, fizemos constar, em ordem alfabética, tanto "homoafetividade" quanto a antípoda temática junto a qual escolhemos operar o nosso estudo argumentativo-enunciativo, qual seja, o "amor ao próximo". Ademais, em se tratando de uma proposta de investigação em AD, evidenciamos nossa filiação ao introduzir o termo discurso, no singular, justaposto à fonte enunciativa das vozes em tela, "Santa Sé", o emissor oficial dos quatro textos do *corpus*. Posto que o papa e a jurisdição do papado se confundem simbólica, legal e discursivamente, prezando pela brevidade, preferimos não trazer os termos "papa" e/ou "nos pontificados de".

Mesmo que pressuponhamos que os textos da Santa Sé relacionados ao tema da homoafetividade possam responder a polêmicas públicas, dadas as limitações espaciais e objetivo da investigação, evitamos abordar o fenômeno da polêmica neste trabalho; isto, porém,

não nos impediria de prosseguir o estudo, nesses termos, em investigação pós-doutoral. Afinal, mesmo o recorte da nossa pesquisa poderia ser entendido como resposta a uma demanda sócio-histórica generalizada e polemizada. Nesse sentido, mesmo considerando nas nossas análises as condições institucionais, sociais e históricas, enfatizamos que nosso objetivo se volta, sobretudo, para a tensão ou arranjo de pontos de vista internos à Igreja.

Dessa forma, neste recorte, olhamos para um embate argumentativo no interior do Vaticano, mas que, naturalmente, reflete o externo ao se relacionar com polêmicas públicas e espírito do tempo da sociedade. Ademais, sem tencionar proceder com a classificação de variáveis que caracterizariam inclinações localizadas na díade conservadores-liberais, interessa-nos evidenciar segmentações no modo como o locutor, discursivamente, toma partido, argumenta e hierarquiza *pontos de vista* em relação aos temas da homoafetividade e do amor ao próximo nos textos selecionados.

De partida, entendemos que haveria uma encenação argumentativa de uma tensão interna entre os pontos de vista dos locutores da Santa Sé. Tais pontos de vista seriam sustentados sobre distintos arranjos de valores. A assunção deliberada de conteúdos proposicionais, ora universalmente acolhedores, com base no amor cristão, ora repelentes ou censuradores, diante do tema da homoafetividade, visaria à adesão de um amplo e diversificado alocutário. Assim, especulamos se tal tensão interna entre pontos de vista, seria programada para não engendrar ao paroxismo e independeria do *ethos* de cada papa.

Nesse sentido, no limite daquilo o que nosso *corpus* corrobora, versamos sobre como juízos conflituosos se harmonizariam no interior da Santa Sé. Da mesma forma, fornecemos uma interpretação sobre a possibilidade de a tensão interna entre pontos de vista ser um elemento constitutivo do discurso moderno da Igreja – postas as imagens de si, por vezes conflitantes, locucionadas pela Santa Sé. Isto considerado, os documentos analisados não seriam contraditórios entre si, mas comporiam a lógica da encenação enunciativa do locutor Santa Sé que projeta a imagem da instituição para a instância alocutária da eclésia.

Ainda que a autoria ou anuência de todos os textos do nosso *corpus* seja, de jure, atribuída ao sumo sacerdote, interessou-nos menos analisar o sujeito papa no dito mundo real, isto é, aquela instância das volições e dos comportamentos dos atores sociais, objeto frequente de estudos em ciências sociais. Com efeito, quisemos pensar como a instância linguística do locutor realiza a gestão, internamente à Santa Sé, das potenciais contradições discursivas e argumentativas em relação ao contexto sociocultural e institucional de cada publicação. Assim, realizamos nossas análises de maneira contextualizada com a expectativa de ser linguista e, simultaneamente, deixar de sê-lo (Courtine, 1999). Isto é, também inseridos no regime geral de

enunciação, analistas deveriam, idealmente, deixar de ser linguistas ao interpretar as condicionalidades e agentividades – por exemplo, históricas, sociais, institucionais e interdiscursivas –, mas realizar suas análises na materialização do texto, isto é, sendo linguistas.

Além da contextualização institucional, social e discursiva do nosso problema de pesquisa, é mister tecer sucintas considerações sobre o processo sinodal que se inicia no mesmo ano da publicação do *responsum* que, em menor medida, também motivou o nosso recorte temático. O movimento de sinodalidade se tratou da realização de uma ampla consulta à eclésia para que as demandas da base da hierarquia da Igreja viessem a nutrir o processo de discernimento de uma cúpula decisória de mais alto nível, o chamado sínodo dos bispos. A inovação da consulta dos estratos inferiores da hierarquia para atualizações da doutrina, configurou a natureza extraordinária dessa consulta ampla.

Este recenseamento das bases alimentou o quinto sínodo, isto é, a quinta reunião de bispos, instituída pelo papa Francisco desde o princípio do seu papado, na sequência de dois primeiros encontros que refletiram sobre a família, um terceiro sobre os jovens e o quarto, em 2019, sobre a Amazônia. A excepcionalidade do quinto sínodo é o fato de se tratar de um sínodo sobre a sinodalidade, dito de outro modo, uma reunião da cúpula decisória vaticana sobre o modus operandi da Igreja.

Encetado em 2021 junto às Igrejas locais, o processo sinodal que antecedeu o sínodo adotou um modelo *bottom-up*. Isto é, após as sondagens realizadas junto às comunidades locais, base da hierarquia da Igreja, a consulta passou ao nível superior das assembleias regionais, quais sejam, províncias eclesiásticas e conferências episcopais. Em 2023, o processo culminou no sínodo dos bispos, a mais alta instância de colegialidade exercida pelos bispos junto ao papa. Neste nível, onde então, formalmente, ocorreu o quinto encontro de bispos, foram deliberadas as sugestões provenientes dos processos de discernimento dos dois patamares hierárquicos precedentes.

Imagem 2 - Instâncias territoriais da Igreja

Fonte: Gil Filho (2005)[58]

Francisco sinalizou o caráter potencialmente reformista da sua convocação – que não foi consensualmente aceito pelos cardeais que detêm poder junto ao seu papado – inspirado na maneira colegiada das decisões tomadas pelos primeiros cristãos no período do Cristianismo Primitivo. Segundo fala do próprio papa, em celebração do 50º aniversário da instituição do primeiro sínodo dos bispos pelo papa Paulo VI:

> O caminho da sinodalidade é o caminho que Deus espera da *Igreja do terceiro milênio*. O que o Senhor nos pede, de certo modo, está já tudo contido na palavra 'Sínodo'. *Caminhar juntos* – Leigos, Pastores, Bispo de Roma – é um conceito fácil de exprimir com palavras, mas não é assim tão fácil pô-lo em prática. (Francisco, 2015, destaques nossos)

A partir desse movimento que aspirou, idealmente, sondar todos os fiéis sobre o futuro da Igreja, espera-se que sejam implementadas mudanças estruturais da mesma ordem de relevância daquelas ocorridas após o Concílio Vaticano II (CVII). Trata-se, assim, de um evento

[58] Na pirâmide organizada por Gil Filho (2005), a partir da adaptação do conteúdo do CIC (1983), evidencia-se não as instâncias hierárquicas administrativas do clero, mas aquelas vinculadas a uma base territorial. Dentre outras possibilidades, trata-se de uma proposta de organização e de simplificação da hierarquia de poder das estruturas da territorialidade da Igreja, especificamente focalizada no braço latino-americano.

discursivo que se relaciona diretamente com uma importante rede interdiscursiva de reforma confessional. Formalmente denominado Segundo Concílio Ecumênico do Vaticano, o CVII ocorreu entre 1962 e 1965, após ter sido convocado pelo Papa João XXIII e encerrado já no Pontificado do seu sucessor, Paulo VI – este, instituidor do primeiro sínodo dos bispos após a demanda ter sido expressa pelos padres conciliares do Concílio Vaticano II.

O CVII é um acontecimento assaz relevante para a contextualização de estudos voltados às adaptações e reorientações da Igreja na modernidade. Após as deliberações deste emblemático fórum, por exemplo, foi implementada certa descentralização do poder papal em favor dos cardeais, como na própria inauguração do sínodo dos bispos, a relativização da infalibilidade papal e se instituiu o fim da missa tridentina, celebrada em latim, em prol da celebração rezada na língua de cada país.

Azevedo (2003) resume que este Concílio foi um evento de envergadura histórica durante o qual a Igreja visou a endereçar temas sensíveis, como alterações na doutrina, buscando se adaptar às questões apresentadas pela modernidade, sobretudo aquelas de ordem sociopolítica. O CVII foi, assim, uma marcante movimentação de reorganização e busca de um *aggiornamento* da Igreja Católica frente às progressivas diferenciações e revoluções sociais, às novas lógicas de organização do trabalho, à laicização e às renovadas cosmovisões e formas de exercício da espiritualidade, culminadas na segunda metade do século XX.

Franco (2018, p.38) comenta que, de um lado, o CVII reconheceu, com efeito, a existência do mundo moderno ao qual a Igreja deveria se adaptar, porém, "Mesmo com essa disposição de reconhecer que o mundo evoluiu em diversas áreas, o Concílio Vaticano II não alterou muito a postura da Igreja Católica em relação às questões de ordem moral. Libanio (1984) admite que esse é o 'calcanhar de Aquiles' do fórum. Questões como a liberação sexual, o reconhecimento dos homossexuais, o controle de natalidade e o protagonismo da mulher, que ganharam corpo na sociedade moderna, continuaram não sendo aceitos pela instituição".

Adquirindo ou não a roupagem de um CVII do terceiro milênio, o processo sinodal segundo nossa análise, tem o potencial para ocasionar em médio e em longo prazo eventos discursivos relevantes relativamente ao recorte temático da homoafetividade no discurso oficial da Santa Sé. Assim sendo, em se tratando de um processo recente – e ainda em curso, já que os relatórios e diretrizes finais são esperados até o fim de 2024 – ressalvamos que, na presente pesquisa, trazemos o tema do sinodalidade com um elemento apenas subsidiário, mas que nos parece contribuir com justificativa e relevância da nossa investigação. Potencialmente, o processo sinodal é um nicho para futuros desenvolvimentos da nossa agenda de pesquisa ou investigações afins em análise do discurso.

Uma vez apresentados e apreciados o contexto, as condições de produção, o processo e os critérios que nos conduziram à formalização da *inventio* nossa pesquisa, voltamo-nos então à disposição do nosso marco teórico fulcral. A partir deste analisamos argumentativa e enunciativamente os dois textos alocados no eixo da agregação e lançamos as bases para elaboração do nosso gesto de aproximação de categorias teóricas.

DISPOSITIO: DISPONDO ARGUMENTOS DA LITERATURA

Segundo a organização do sistema retórico clássico, uma vez que o orador realiza a etapa preparatória da *inventio*, passa-se à organização dos elementos descobertos. A este momento de disposição das informações levantadas se dá o nome de *dispositio.* Dito de outro modo, retomando Barthes (1975), que usa os termos no grego, na arte retórica, à sequência da operação inicial das *pisteis*, isto é, do levantamento das provas do processo argumentativo, realiza-se a chamada *taxis*. Esta, nada mais é do que a *dispositio*, no latim, ou seja, a colocação e organização das provas em uma determinada ordem, e que, em geral, contempla ainda a consideração da palavra do outro, *refutatio*, junto àquilo que o orador quer defender, *probatio.*

Inspirando-nos em tal classificação, denominamos o presente capítulo de *dispositio*. Neste, organizamos argumentos da literatura, apresentando o cerne do nosso marco teórico. Dessa forma, à maneira do capítulo 1, organizamos o nosso *dispositio* também em quatro partes. Primeiramente, dissertamos acerca da teoria dos pontos de vista e, em subseção, trazemos uma análise da encíclica de Bento XVI. Na segunda metade do capítulo, apresentamos a problemática da argumentação no discurso e, também em subseção, analisamos a encíclica de Francisco.

Dito de modo mais detalhado, na primeira seção, versamos sobre o dialogismo enunciativo e aquele interdiscursivo, apresentando nuanças da perspectiva de Alain Rabatel (2006, 2016a, 2016b, 2021) sobre *ponto de vista*[59], posturas enunciativas e responsabilidade enunciativa. Então, a partir dessa lente, interpretamos a carta encíclica *Deus Caritas est.* A seguir, apresentamos as abordagens que integram a definição de argumentação, conforme a problemática desenvolvida por Ruth Amossy como um ramo da análise do discurso. Sugerimos ainda pontuais reflexões críticas sobre a obra *A argumentação no discurso* (2020) a fim de demarcar o uso que fazemos da problemática, antes de analisar a encíclica papal *Fratelli Tutti* (2020). Neste momento de análise, a partir de reflexões sobre a argumentatividade do amor católico, começamos a gestar conceitos centrais que amparam as conclusões da tese.

3.1 O *ponto de vista* de Alain Rabatel

No título deste tópico, jogamos com a dupla acepção de *ponto de vista*, a saber, corriqueiramente, ou seja, qual é a perspectiva geral de Alain Rabatel, e tecnicamente, isto é, a teoria dos pontos de vista. Para tanto, entabulamos a nossa leitura dos trabalhos do autor a partir

[59] Nesta pesquisa, adotamos a grafia em itálico em todas as situações nas quais nos referimos ao conceito segundo Alain Rabatel. Nos casos em que utilizamos "ponto de vista" sem destaques, trata-se da expressão *lato sensu*, conforme seu uso mais abrangente, isto é, equivalendo-se, por exemplo, a uma maneira específica e particular de conceber, perceber ou julgar algo.

da explicitação do dialogismo nas suas dimensões enunciativa e interdiscursiva. O dialogismo enunciativo está localizado na esfera da modalização do texto e das figuras do locutor e do enunciador, inseridas na dinâmica interacional intrínseca à enunciação. Também chamado de dialogismo interno, neste destacam-se contribuições de autores como Jakobson e Benveniste, no eixo da dêixis, e Bally e Ducrot, no eixo modal. Grosso modo, enquanto no eixo dêitico o foco recai sobre as marcas de *ego*, *hic* e *nunc*, no eixo modal, analisa-se a postura do sujeito em relação ao dito.

Por outra parte, o dialogismo interdiscursivo se manifesta no âmbito mais amplo do interdiscurso, articulando o funcionamento interno do texto, por exemplo, às representações de sistema de valor e de ideologias, conforme trabalhado por autoras e autores como Bakhtin, Authier-Revuz e Charaudeau[60]. Remetem a esta dimensão de dialogismo as posições que os *pontos de vista* ocupam no interdiscurso.

Uma terceira dimensão, que não é trabalhada nesta tese, é aquela do dialogismo interlocutivo. Este compreende as interações face a face e ou mediadas por tecnologia[61], entre dois ou mais locutores, em debate localizado no plano da análise conversacional. O texto que se elabora a partir do dialogismo interlocutivo é aquele que leva em conta os atos de linguagem dos interactantes, as suas reações responsivas e os procedimentos semântico-pragmáticos envolvidos na interação – por exemplo, pressuposições, inferências e implicaturas.

Se em uma interação dialogal as três dimensões do dialogismo estão integradas – as partes interactantes no debate, ao se expressarem, agenciam locutores e enunciadores e assumem posições dóxicas –, analiticamente, cada teoria tende a se debruçar em aspectos específicos do dialogismo a fim de evidenciar determinados elementos que cada dimensão valoriza. Os conceitos apresentados a seguir, elaborados pelo linguista Alain Rabatel, no bojo do interdiscurso em que se inserem os autores acima mencionados, estão, assim, estruturalmente articulados ao dialogismo enunciativo. Contudo, a despeito dessa focalização, Rabatel desenvolve seus trabalhos a partir da pressuposição de que a enunciação é um fenômeno linguístico que ocorre em um espaço saturado de interações dialógicas internas, mas também

[60] Deliberadamente, não especificamos as obras dos autores que influenciaram o projeto de Rabatel, tampouco explicitamos discussões detalhadas sobre a proposta de cada intelectual – e como Rabatel dessas se vale. Por exemplo, em Bakhtin ressaltaríamos a promoção da ideia de polifonia, a partir dos seus estudos literários, em Authier-Revuz, a heterogeneidade enunciativa, em Charaudeau, a instância do *Tiers etc*. Consideramos as limitações espaciais e objetivo desta seção, isto é, aquele da realização de um sucinto panorama de certos conceitos de Rabatel. Para mais informação sobre o dialogismo interdiscursivo que atravessa a teoria rabateliana, vide introdução e cap. I da obra *Homo Narrans*, vol. 1.

[61] O dialogismo interlocutivo pode também ser analisado nos casos de interação virtual, que não deixa de ser uma modalidade interação, ou mesmo de um texto A que, por exemplo, responde um texto B, formando uma interação polêmica – ressalvando que a interação polêmica impera uma situação interlocutiva para ser caracterizada enquanto tal, enquanto o discurso polêmico, não precisa ter interlocutor necessariamente.

entre as posições no interdiscurso indiciadas pelos *pontos de vista* trazidos pelos locutores e enunciadores.

Na obra traduzida para o português brasileiro como *Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração, teoria e análise* (2016)[62], conforme se nos apresenta o autor, o *homo narrans* é aquela unidade que narra/enuncia no e pelo discurso por meio de interações dialógicas. Nas palavras de Rabatel,

> *Homo narrans* é triplamente sujeito, sujeito coator, sujeito heterogêneo, sujeito polifônico, nas relações em que o narrador estabelece com seus pares, com seu auditório, assim como com seus personagens, sendo capaz de encenar uma multiplicidade de *pontos de vista* e de fazê-los *dialogar* entre si. (Rabatel, 2016a, p. 19, destaque nosso).

O *homo narrans*, assim, enuncia em um funcionamento opaco, complexo e interacional – entre locutores e enunciadores, por dialogismos interno e externo – elaborado de maneira conjunta em uma sucessão de *pontos de vista*, doravante PDV, que concebem os objetos do discurso. O *homo narrans* é, portanto, aquela instância em atividade, *narrans*, ou seja, que narra, constantemente em processo.

Alain Rabatel parte de uma tradição que vem repensando a relevante contribuição do corte saussuriano da língua e da fala – que funda uma ciência da linguagem calcada no sujeito ideal, esvaziado de intencionalidade e descolado da língua –, cujos expoentes, alguns já mencionados, seriam Bally (1909, 1932) e sua subjetividade indicial do seu sujeito falante; autoras e autores que trazem de Bakhtin (1997, 2013) a problemática do interdiscurso e da interlocução; Culioli (1990) e sua noção de coenunciação; Goffman (1967), quem destaca o papel do alocutário no processo de significação resultante de um interacionismo simbólico; Authier-Revuz (1995) com as suas difundidas concepções de sujeito heterogêneo e das heterogeneidades constitutiva e mostrada da linguagem; e, marcadamente, Ducrot (1984) com a noção de polifonia.

Desse modo, em *Homo narrans*, Rabatel quer organizar a teoria do ponto de vista com a qual já vinha trabalhando em artigos, ao trazer à baila os efeitos argumentativos indiretos na lógica da argumentação. A argumentação indireta, que se associa a ideia de dimensão argumentativa (Amossy, 2020), é aquela que, em bases inferenciais, apoia-se mais em

[62] Publicada em dois volumes no original sob o título *Homo narrans: pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit*, a obra é traduzida ao português brasileiro em quatro volumes, a saber, o v. 1, *teoria e análise*, o v. 2, *metodologia e interpretação*, publicado em 2021 pela UFRN, o v. 3, *dialogismo e polifonia na narrativa, pontos de vista e discursos representados* e o v. 4, *dialogismo e polifonia na narrativa, posturas, apagamento enunciativo e argumentação indireta*.

representações dóxicas e *topoï* do que no aparelho lógico da demonstração ou na lógica formal – como no caso da argumentação explícita, isto é, direta, a qual, evidentemente também pode se apoiar em lugares-comuns. Rabatel acrescenta que, por não ser evidente, a argumentação indireta não engendra, em princípio, uma contra-argumentação.

Nesta interface que faz dialogar Amossy e Rabatel, este trabalha com a argumentação indireta em relação à maneira como entende a gestão do dialogismo interno. A partir dessa concepção, Rabatel apresenta uma primeira noção ideal de PDV, notadamente voltada à uma filosofia da ação, como um conceito que extrapolaria o campo da AD. Para ele,

> o PDV, antes de ser um conceito linguístico, é, primeiramente, uma postura cognitiva e psicossocial, que leva o indivíduo a se colocar no lugar do outro, até de todos os outros, para poder melhor retornar ao seu, e até para poder melhor construir um ponto de vista comum que não é nem escrito com antecedência, nem a soma dos PDV particulares (2016, p.29).

Uma vez feita tal localização ampla e deontológica do conceito, delimitando o seu objeto a partir da definição ducrotiana, Rabatel afirma que um PDV se estabelece "pelos meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto, em todos os sentidos do termo considerar, quer o sujeito seja singular ou coletivo" (2016, p.30). Neste entendimento, o PDV não é necessariamente expresso pelas palavras do locutor, tampouco explicita uma evidente separação ballyana entre *dictum* e *modus*, grosso modo, entre o objetivo e o subjetivo, respectivamente, já que o chamado *dictum* também encerraria uma tomada de posição/percepção sobre o mundo.

Assim, mais objetivamente, PDV pode ser entendido como um conteúdo proposicional[63] cujo modo de atribuição dos referentes remete, direta ou indiretamente, a um enunciador na origem desse conteúdo. Nesse sentido, o *ponto de vista* pode corresponder a definições semânticas restritas ou à abordagem global indiferente ao conteúdo semântico. Em outros termos, o *ponto de vista* não passa necessariamente por palavras específicas. Trata-se de uma organização proposicional que pode ou não conter um subjetivema, ou seja, uma palavra que carrega traços – afetivos, emocionais, axiológicos etc. – da instância enunciativa.

[63] Estamos cientes de que as nomenclaturas adotadas – instâncias subjetivas, taxonomias, categorias de análise etc. – demarcam o campo de estudo linguístico a partir do qual o pesquisador fala. Assim sendo, se de um lado "conteúdo proposicional" remeteria, em um primeiro momento, ao campo da pragmática, utilizamos o termo na tese em razão do nosso percurso teórico se valer da teoria dos pontos de vista. Nesta teoria enunciativo-pragmática a entrada é mobilizada. Em se tratado de uma tese em AD e argumentação, contudo, priorizamos o uso outros termos, a depender do momento do nosso argumento de pesquisa, como "organização dos elementos", "construção", "conteúdo do enunciado", etc.

Na tradição a qual Rabatel se filia, o locutor (L) é a instância subjetiva que emite o enunciado, fonética ou escrituralmente, e assume um PDV, podendo ou não manifestar marcas dêiticas; o enunciador (E), por sua parte, é a instância que engendra um PDV, apresentando marcas modais. A partir desse entendimento, o autor se recentra no âmbito do texto sem, entretanto, ser estruturalista. Dito de outro modo, para ele não haveria uma estrutura subjacente ao texto que condicionaria as instâncias subjetivas. Diferentemente do sujeito assujeitado que encontramos, por exemplo, na primeira fase de Pêcheux, Rabatel defende a existência de uma autonomia relativa do actante enunciativo na gestão do dialogismo. A perspectiva do autor é enunciativa-pragmática.

Rabatel não se limita ao aparelho formal da enunciação, apenas no eixo da dêixis, tampouco considera somente o eixo da modalização. Dessa forma, as esferas da modalização e da dêixis podem se combinar e mesmo se desarticular, dado que é possível haver marcas modais mesmo na ausência de marcas dêiticas. Nesse sentido, enfatizamos que, embora enunciador e locutor possam se associar na enunciação, na instância locutor-enunciador (L/E), o enunciador não é o locutor. Este é o autor fático do enunciado. Como esclarece o autor:

> O *locutor* é a instância primeira, aquela que produz os enunciados materialmente. É por isso que a noção de locutor pode se conciliar àquela de voz. Esta é proferida (ou escrita) por um locutor (ou *scripteur*), dotada de uma materialidade e dependente da experiência sensorial. O *enunciador* é a instância que se posiciona em relação aos objetos de discurso aos quais se refere e que, ao fazê-lo, os assume sob sua responsabilidade [*prend en charge*]. A noção de enunciador corresponde a uma posição (enunciativa) adotada pelo locutor, no seu discurso, visando aos fatos, às noções, sob um determinado PDV assumido por si ou atribuído a outras instâncias. Desse modo, o enunciador é definido como a instância inscrita nos PDV. A disjunção locutor/enunciado denota as possibilidades que o locutor se dá, enquanto enunciador, para circunscrever objetos de discurso, para visar aos fatos, as palavras e os discursos, as noções, as situações, os eventos, os fenômenos de um dado PDV, no presente, no passado ou no futuro, em relação a si ou ao PDV alheio. (2010, p.370, tradução nossa, acréscimo entre colchetes nosso)[64]

No que diz respeito à filiação de Rabatel a Benveniste no eixo dêitico, ressalvamos brevemente algumas nuances dessa tributação, já que, para Benveniste, não haveria distinção

[64] Le locuteur est l'instance première qui produit matériellement les énoncés. C'est pourquoi la notion de locuteur peut être rapprochée de celle de voix. Elle est proférée (ou écrite) par un locuteur (ou scripteur), dotée d'une matérialité, subordonnée à l'expérience sensorielle. L'énonciateur est l'instance qui se positionne par rapport aux objets du discours auxquels il réfère, et, ce faisant, qui les prend en charge. La notion d'énonciateur correspond à une position (énonciative) qu'adopte le locuteur, dans son discours, pour envisager les faits, les notions, sous tel ou tel PDV pour son compte ou pour le compte des autres 10. De la sorte, l'énonciateur est défini comme l'instance aux PDV 11. La disjonction locuteur/énonciateur rend compte des possibilités que le locuteur se donne, en tant qu'énonciateur, pour tourner autour des objets du discours, pour envisager les faits, les mots et les discours, les notions, les situations, les évènements, les phénomènes de tel ou tel PDV, dans le présent, le passé ou le futur, par rapport à soi ou par rapport aux PDV d'autrui.

entre enunciador e locutor. Por sua parte, Rabatel adota a diferenciação ducrotiana e avança o raciocínio ao se voltar para o estudo da instância na origem do PDV ou do ato de enunciação, relativamente à assunção ou não da responsabilidade enunciativa (RE). Para Alain Rabatel, o locutor não é apenas uma instância abstrata do texto, o L, assim sendo, pode também expressar aspectos prosódicos, multimodais e interacionais que extrapolam o âmbito do texto escrito. Se o locutor, então, é o autor factual do texto que não assume necessariamente a RE, o enunciador, diferentemente, a assume inescapavelmente. Rabatel defende que, tomando o enunciador como uma posição discursiva que pode ou não estar conexa à situação de enunciação, este passa a figurar como uma instância disjunta do locutor. Afinal, o locutor pode mudar posição/*ponto de vista* e, então, não seria o mesmo analisar um objeto de discurso em relação de associação ou de ruptura com a situação de enunciação.

Por exemplo, na fórmula do provérbio há um enunciador, mas não um locutor apriorístico. No ditado popular "não deixe para amanhã aquilo que você pode fazer hoje", até que um locutor assuma o enunciado – seja tal assunção feita diretamente, de modo dêitico, ou indiretamente, sem marcas do *ego*, *hic*, *nunc* –, tratar-se-ia de uma asserção sem locutor. Esta, enquanto não for assumida por um autor fático, o L, existiria apenas enquanto um enunciado coletivamente compartilhado no repertório cultural de determinada época e grupo social. No nosso exemplo, mesmo se tratando de um provérbio em que o *ego* está, em tese, ausente, há um PDV – ou seja, há uma postura psicossocial relativamente a um dado objeto por meios linguísticos que remetem a um enunciador na origem do organização proposicional – afinal, não há enunciador sem *ponto de vista*, da mesma forma que não há *ponto de vista* sem enunciador.

Aprofundando o entendimento de modo metalinguístico, poderíamos afirmar que esse ditado que mobilizamos com finalidade exemplificativa, embora previamente existente no repertório de expressões populares, passou a ter um locutor – quem assina esta tese – ao ser escolhido e trazido para cenografia do presente texto, em princípio, sem marcas dêiticas. Da mesma forma, o movimento ocasionou um enunciador, isto é, um suporte da postura enunciativa adotada pelo locutor. Mais ainda, essa combinação da instância que produz materialmente o enunciado, o locutor, e esse posicionamento em relação a um objeto de discurso que assume a responsabilidade, o enunciador, opera a argumentação indireta da nossa tese. Ademais, aquele quem assina esta tese é, evidentemente, também o autor empírico, dependente da experiência sensorial, e o locutor-enunciador primeiro do texto.

Enquanto há apenas duas instâncias enunciativas, locutor e enunciador, as quais podem ser ilimitadamente numeradas, em princípio, a depender da enunciação e do *corpus* analisados

– locutor primário (L1), locutor segundo (l2), enunciador primeiro (E1), enunciador segundo (e2), etc –, existem três posturas enunciativas, a saber, sobre-enunciador, coenunciador e subenunciador. Dessa forma, ao considerar que enunciadores não se equivalem em grau de importância, de certo modo, Rabatel avança os trabalhos de Ducrot, promovendo a ideia de posturas, ou seja, de hierarquização de vozes no texto. Estas se agrupam segundo sua origem enunciativa, seus conteúdos postos e implícitos e sua função argumentativa. O sistema de classificação proposto entende as posturas enunciativas como estabelecidas em uma relação de simetria, a coenunciação, ou de dessimetria de *pontos de vista* na encenação enunciativa, a sobre-enunciação e a subenunciação. Trata-se de posturas graduais, ou seja, posicionamentos que implicam uma progressão de responsabilidade enunciativa, relativamente à assunção que um locutor faz de um *ponto de vista*.

O sobre-enunciador é aquela instância cujo PDV é apresentado como dominante e que, portanto, goza de certo grau de autoridade sobre os demais *pontos de vista* subenunciados. Ressalvamos que a sobre-enunciação não implica necessariamente uma submissão forçosa da instância subenunciada. A sobre-enunciação pode ser deliberadamente adotada como uma estratégia argumentativo-enunciativa de docilidade voluntária ou de apagamento enunciativo. Nesse sentido, a dominação sobre o subenunciador pode ser imposta, como nos casos envolvendo, por exemplo, respeito, temor reverencial ou constrangimento de alguma outra natureza, ou escolhida, por adesão livre ou uso estratégico. À guisa de exemplo, ao orientarem suas decisões pelo conteúdo da Constituição Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal – locutores – legislam/enunciam mobilizando a própria CF como uma fonte evidencial de sobre-enunciação[65].

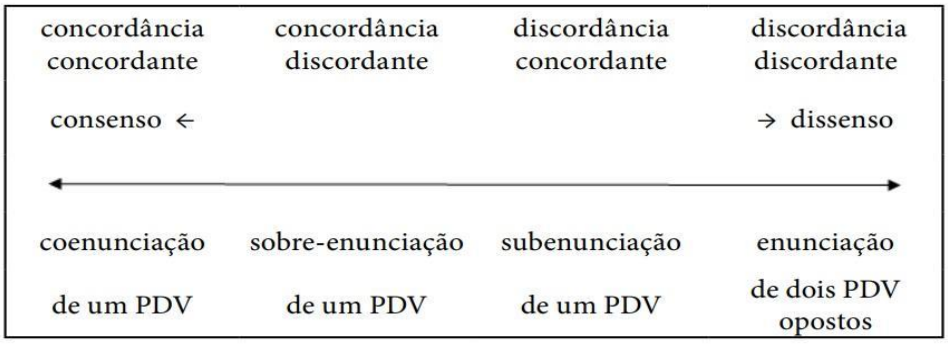
Já o coenunciador é o enunciador junto ao qual o locutor assume e partilha um PDV co-construído. Afinal, trata-se de uma relação de simetria de *pontos de vista* na encenação enunciativa. Retornando ao exemplo da Suprema Corte, um Ministro que evoca a decisão prévia de um colega para co-construção e enunciação do seu *ponto de vista* sobre um contencioso a ser julgado, a depender da organização proposicional adotada, realiza uma coenunciação. Segundo Rabatel, como o acordo entre PDV tende a ser limitado, a coenunciação é geralmente seguida por uma sub ou sobre-enunciação, dada a frequência dos desacordos inerentes à dinâmica psicossocial enunciativa.

[65] Analogamente, no caso do discurso religioso católico, o Novo Testamento, por exemplo, seria uma fonte evidencial de sobre-enunciação em relação ao locutor papa. Contudo, neste momento da tese, preferimos trazer exemplos de outra esfera temática, que não aquela religiosa católica, a fim de evitar a repetição de discussões gestadas nas seções de análise.

Essencialmente relacionada à postura do sobre-enunciador, o subenunciador é a instância que, em rigor, passa a existir ao se enunciar uma relação dissimétrica de PDV. Trata-se, portanto, da instância cujo *ponto de vista* é apresentado como dominado. Um Ministro do Supremo que faça valer sua autoridade, enunciando a partir daquilo que apregoa o estatuto da Casa, colocar-se-ia como subenunciador em relação ao estatuto – este último o sobre-enunciador. No caso do discurso papal, a subenunciação parece ser um movimento enunciativo estruturante, no qual a subjetividade aparente do locutor se apaga amiúde frente à sobre-enunciação constituinte das Sagradas Escrituras ou da própria institucionalidade do papado. Vale lembrar que mesmo o nome honorífico de um papa, já remete a um ato de subenunciação voluntária em uma inscrição deliberada no interdiscurso da tradição legitimado pela eclésia.

O autor fático responsável por um texto que, enquanto locutor, não necessariamente assume a RE, convoca enunciadores cujos *pontos de vista* são hierarquizados na encenação enunciativa a partir da relação de concordância – coorientação – ou discordância – antiorientação – que o próprio locutor estabelece com essas instâncias enunciadoras. As posturas enunciativas não dependem da quantidade de enunciações atribuídas a cada instância, mas do modo como os PDV são representados e da relação que mantêm entre si. Portanto, a hierarquização dos PDV e, por conseguinte, as posturas enunciativas, dependem da forma como o locutor se posiciona em relação aos enunciadores dos PDV que ele pode assumir – ou, simplesmente, relatar *pontos de vista* sem assumir seu conteúdo e suas implicações. Neste tocante, enfatizamos que enquanto o locutor é a instância que emite o enunciado e assume um PDV, mas não necessariamente a responsabilidade enunciativa, podendo ou não manifestar marcas dêiticas, o enunciador engendra e se inscreve no PDV, apresentando marcas modais e assumindo a RE. No caso do sincretismo do locutor-enunciador, naturalmente tais atributos se confundem na mesma instância.

Imagem 3 - PDV no eixo Consenso-Dissenso



Fonte: Rabatel (2021, p. 119)

No eixo consenso-dissenso do quadro estabelecido por Rabatel (2021) – e, anteriormente, por exemplo, em Rabatel (2006) – a concordância concordante é a forma de coenunciação por excelência. Já a concordância no desacordo expressa o modo da sobre-enunciação, isto é, quando sobre-enunciador faz prevalecer um *ponto de vista*. Assim como na sobre-enunciação, no caso discordância no acordo – subenunciação – não há um engajamento igual de PDV, ou seja, o subenunciador distancia-se de um PDV dominante, sem o substituir por um contrário. Por fim, a discordância discordante é a manifestação ostensiva de PDV antinômicos. Dito de outro modo, com fins de explicitação, a concordância discordante, ou concordância no desacordo, retoma o tema e modifica o rema – comentário – anterior; a discordância concordante, ou discordância no acordo, também retoma o tema, mas modaliza dissonantemente o rema anterior[66].

Segundo Alain Rabatel,

> apenas a coenunciação diz respeito a uma colocução que chega até à *responsabilidade enunciativa* de um PDV comum [conjunto], enquanto que a subenunciação e a sobre-enunciação apoiam-se em uma co-construção de um só PDV, sem que os dois locutores/enunciadores engajem-se, tanto um, quanto outro, quer o sobre-enunciador imponha seu PDV ao outro, agindo como se seu PDV fosse apenas uma paráfrase do PDV do interlocutor, quer o subenunciador retome o PDV do outro, distanciando-se dele, sem, no entanto, chegar a substituí-lo por um PDV antagonista, ou, no mínimo, sensivelmente diferente. (Rabatel, 2021, p. 118, itálico nosso).

O autor opera o excerto em questão a partir da ideia de responsabilidade enunciativa, isto é, o fato de assumir o conteúdo de uma enunciação como verdadeiro. Esta assunção que, não necessariamente, apresenta marcas linguísticas típicas. A instância que assume a RE é também responsável por enunciados, contudo, o fato de ser responsável por enunciados não é necessariamente o mesmo que assumir a responsabilidade enunciativa.

Obviamente, a responsabilidade *lato sensu*, em suas dimensões moral, jurídica e deontológica, não é o mesmo que responsabilidade enunciativa. Como no caso em tela na tese, estando o papa institucionalmente instituído para o exercício de uma função que lhe atribui poderes legislativo, executivo e judiciário, este irá, em princípio, assumir não só a responsabilidade generalizante, mas a responsabilidade enunciativa, ao assinar e reconhecer documentos. Via de regra, a dar a assinatura, o sujeito é, simultaneamente, autor empírico,

[66] Embora tenhamos escolhido explicitar o eixo rabateliano do consenso-dissenso para pesquisas que, a partir da nossa tese, possam vir a se beneficiar dessa organização, na nossa própria seção de análise, não mobilizar o eixo e seus termos. Em vista dos nossos objetivos de pesquisa, as categorias de co, sobre e subenunciador já nos permitem descrever e analisar o corpus de modo inteligível, sem incorrer em uma análise sobrecarregada.

responsável, locutor e enunciador. Se é enunciador, portanto, assume a responsabilidade enunciativa, posiciona-se.

Esta modalidade linguística de responsabilidade é articulada à explicação da gradação das posturas enunciativas. Partindo dos conteúdos proposicionais oriundos da fonte enunciativa na origem da finalidade argumentativa, Rabatel evidencia a responsabilidade que cada instância assume na relação enunciador/locutor. No movimento do *homo narrans*, o enunciador, que assume a RE, é somente o suporte de um PDV; é o locutor, apenas, a instância que fala. Dito de modo mais detalhado, em origem, a RE está ligada à imputação proposicional de um conteúdo a uma instância enunciativa. Esta assume, ou não, a atribuição de responsabilidade na etapa chamada de *prise en charge* (PEC), em outras palavras, o processo de assunção que resultará na responsabilidade enunciativa. Toda PEC implica imputação precedente – nesse processo de imputação/assunção do qual a responsabilidade enunciativa é a resultante. Reciprocamente, a *prise en charge* pode prescindir de marcas específicas, como modalizadores epistêmicos e dimensões lexicais e axiológicas (Rabatel e Chauvin-Vileno, 2006).

Rabatel se preocupa em discernir qual é a instância que realiza a PEC de uma percepção, ou seja, a assunção de uma representação (enunciativa) de ideias – considerando que essa representação ocupa um lugar no dialogismo interno e no interdiscurso. Dessarte, a responsabilidade enunciativa "se relaciona com o ponto de vista através da intervenção que se faz naquilo que se dá a ver nas interações, em outras palavras, de como L1/E1 se posiciona em relação ao discurso de outro" (Faria, 2015, p.74). Enquanto a PEC diz respeito à assunção da "verdade discursiva" no nível do enunciado, fundamentada e valores, a RE se refere à totalidade do texto. Faria (2015) acrescenta que o termo *prise en charge* e sua versão conjugada *prend en charge* impõem certa dificuldade quanto à tradução em língua portuguesa. A complexidade do vocábulo, presente em distintos arcabouços teóricos e não apenas aquele rabateliano, associa-se às questões sobre modalização, dialogismo, polifonia e, naturalmente, responsabilidade enunciativa – bem como às teorias das operações enunciativas e dos blocos semânticos. Na nossa agenda de pesquisa decidimos adotar de modo intercambiável as formas *assunção* e *prise en charge.*

Nos casos das encenações enunciativas que dispensem a fórmula "Eu digo X", sendo *eu* o locutor primeiro, certamente haverá uma fonte enunciativa, embora esta não precise ser evidente. Portanto, haverá *ponto de vista* e, potencialmente, processos de assunção/PEC que resultem em responsabilidade enunciativa. Para a singular configuração de enunciações em que L1/E1 afirme, por exemplo, que "lx diz que" – sendo *lx* um locutor secundário –, Rabatel (2009) nos brinda ainda com a noção de quase-*prise en charge*.

> Não há PEC, pois aqui ela não é atualizada por um "eu digo X", pressupõe-se tenha ocorrido anteriormente (*sic*). A imputação é, portanto, uma PEC com responsabilidade limitada, porque foi construída pelo enunciador, atribuído por ele a um locutor/enunciador segundo que sempre se pode argumentar que ele não é responsável (Rabatel, 2009 *apud* Faria, 2015, p. 78).

Isto é, a PEC define uma responsabilidade plena em relação ao PDV de L1/E1 e parcial na expressão de um *ponto de vista* alheio, uma quase-*prise en charge*. Neste último caso, em um processo de imputação indireto, há uma responsabilidade limitada e uma PEC pressuposta. Afinal, *lx*, ou o ser no mundo que o representa, pode não assumir o PDV sobre o qual ele detinha a quase-responsabilidade enunciativa. Em outras palavras, potencialmente, *lx* pode a qualquer momento enunciar "Eu não disse isso", desqualificando o processo de imputação ao não realizar a assunção. Em suma, na quase-PEC o l2 trazido à cena não expressa marcas de aprovação da PEC; esta é, assim, uma "quase" assunção justamente por ser pressuposta como verdadeira.

Outro conceito rabateliano que joga luz sobre o processo de *prise en charge* é o seu parônimo *prise en compte*. Este é o nome dado ao processo em que L1/E1 assume a imputação, mas não o conteúdo imputado. Ou seja, trata-se da encenação enunciativa na qual o locutor primeiro não asserta acordo ou desacordo com relação ao PDV que apresenta, colocando-se como uma instância descolada da enunciação.

Nesta seção teórica, por exemplo, o uso que fazemos da estrutura "segundo Rabatel", subenunciando-nos enquanto locutor, pode ser entendido como um processo de *prise en compte.* Assumimos a imputação, mas não o conteúdo. Este movimento enunciativo seria transformado se por acaso realizássemos um processo de *prise en charge*, ao assumir a responsabilidade enunciativa, coenunciando, por exemplo, que "concordamos com Rabatel e acreditamos que seu conceito X serve à nossa pesquisa por ser elucidativo". Afinal, por meio dessa organização proposicional estaríamos também avalizando e assumindo o conteúdo, ostensivamente, no nosso *ponto de vista*.

A *prise en compte*, reforçamos, não deve se confundir com o processo de *prise en charge* (PEC). Este último é a assunção de uma representação enunciativa no nível mais restrito do enunciado. Na *prise en compte*, os pontos de vista são retomados no modo da subenunciação, sem que o locutor principal se manifeste, em princípio, com relação à validade dos PDV convocados. Com efeito, na *prise en compte*, L1 não deixa evidente se concorda ou discorda do *ponto de vista.* Demarcando as especificidades de cada conceito, Rabatel afirma que:

> As modalidades da PEC não são as mesmas para o locutor/enunciador primeiro e para os enunciadores intradiscursivos, *a fortiori* quando estes últimos são a fonte do PDV que não se trata de falas, mas que se exprime por meio de comportamentos, ações, maneiras de perceber. É justamente para diferenciá-las que reservo a noção de PEC para L1/E1 e aquela de imputação ou quase-PEC para um PDV atribuído por L1/E1 a um e2, o que equivale a pressupor que e2 teria realizado a assunção [*pris en charge*] (em outro espaço e em outro tempo) desse PDV (Rabatel, 2009a). Tal presunção de PEC é necessária ao L1/E1 para que ele possa se posicionar em seguida em relação ao PDV imputado em razão das máximas conversacionais. (2010, p.370, tradução nossa, acréscimo entre colchetes nosso)[67]

Por fim, dentre a gama de conceitos de Rabatel, trazemos a noção de não-responsabilidade enunciativa. Esta ocorre nos casos em que L1/E1 opera um distanciamento em relação a um PDV imputado ao outro, por exemplo, em uma interação conversacional que se desenvolvesse nos seguintes termos, "mas não sou eu quem está dizendo isso, ouvi a informação da boca de fulano". Esta modalidade de RE, na nossa interpretação, também pode servir como uma proteção de face. A não-RE poderia ocorrer mesmo nas situações de diálogo consigo, ou seja, no caso de uma enunciação de um locutor sobre si próprio ou direcionada a si próprio com fins retóricos. Este fenômeno poderia ser interpretado na seguinte passagem hipotética, na qual um pesquisador conversa exclamativamente consigo mesma, "não foi uma boa ideia você ter começado a revisar esta tese no mesmo mês da sua defesa".

De todo modo, sem prejuízos ao conceito de não-responsabilidade enunciativa, e demais noções correlatas, ressaltamos que locutor tem responsabilidade por todos os pontos de vista que traz, ainda que não assuma a RE. No nosso exemplo, "ouvi a informação da boca de fulano", o locutor é responsável pela seleção, organização, apresentação e argumentatividade daquele PDV em um dado contexto de produção. Ademais, a depender do impacto social do tema, o locutor tem responsabilidade mesmo por aqueles *pontos de vista* não convocados, mas relevantes à encenação enunciativa em questão – como no caso de um presidente que, em discurso oficial, não se manifestasse sobre polêmicas públicas ligada a si que, no momento da sua enunciação, estejam em foco na mídia como eventos discursivos. Nesse sentido, a partir do entendimento fulcral de que o *logos* pode também ser ambíguo e que parte dessa ambiguidade repousa em implícitos, uma análise do não-discurso e das formas do silêncio e silenciamento poderia também ter lugar na teoria de Rabatel.

---

[67] les modalités de la PEC ne sont pas les mêmes pour le locuteur/énonciateur premier et pour les énonciateurs intradiscursifs, a fortiori lorsque ces derniers sont la source de PDV qui ne sont pas des paroles, mais s'expriment à travers des comportements, des actions, des manières de percevoir. C'est pour distinguer les uns et les autres que je réserve la PEC pour L1/E1 et parle d'imputation et de quasi-PEC lorsqu'un PDV est attribué par L1/E1 à un e2, ce qui revient à présupposer que e2 aurait bien pris en charge (en un autre lieu et en un autre temps) ce PDV (Rabatel, 2009a). Cette présomption de PEC est nécessaire à L1/E1 pour qu'il se positionne ensuite par rapport au PDV imputé en fonction des maximes conversationnelles.

3.1.1 O Velho que manda, o Novo que ama: uma análise da encíclica *Deus Caritas est*

A escolha da encíclica "Deus é amor", tradução livre do título em latim, deve-se também à sua relevância documental, primeira de Bento XVI que, procedimentalmente, estabelece o tom do seu pontificado. Da mesma forma, justificamos a nossa escolha por se tratar de uma publicação temporalmente próxima ao segundo documento publicano no mesmo papado, parte do eixo da segregação, a saber, a *Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais e da sua admissão ao Seminário e às Ordens Sacras* (2005). Realçando o contraste, a encíclica antecede em apenas cinco meses a divulgação da instrução de 2005, cujo argumento de censura é, a certo modo, antinômico em relação àquele da encíclica. Nesta seção, voltamo-nos então, primeiramente, à realização de uma análise da gestão dos PDV no texto alocado no eixo da agregação, a carta encíclica *Deus Caritas est*.

Embora tenhamos estudado a integralidade da carta, em termos dos fragmentos apresentados nesta seção, detemo-nos especificamente sobre a introdução da *Deus caritas est.* Fundamentamos a nossa escolha metodológica no entendimento de que o trecho selecionado para compor o substrato da nossa análise: (i.) apresenta enunciativamente o tema, o objetivo e a programação do conteúdo integral do documento; (ii.) revela o locutor-enunciador principal e demais enunciadores e locutores secundários, que se estendem na cena da enunciação e no texto; (iii.) explicita a tese da argumentação e a gestão hierarquizada dos PDV; (iv.) fornece um encadeamento argumentativo-enunciativo suficientemente representativo para engendrar uma análise da gestão dialogismo e dos jogos de assunção e imputação.

Nesta análise, prescindindo da normalização padrão, adotamos como referência dos fragmentos que citamos a indicação numeral, entre parênteses, da referida linha na introdução, composta de um total de 33 linhas na versão em português. Não adicionamos à frente de cada excerto o ano de publicação, 2005, assim como não mencionamos "itálico nosso" ou "destaque nosso", evitando indesejada repetição.

Os conceitos mobilizados nesta análise, como *prise en charge* e responsabilidade enunciativa, retomam, especificamente, a perspectiva rabateliana. Entretanto, como confirma a brevidade da nossa seção teórica relativamente à proficuidade de Rabatel, não nutrimos a pretensão de esgotar todas as facetas sobre as quais o autor se debruçou ao longo da sua carreira, menos ainda de nos valer de todo o alcance epistêmico dos conceitos que trazemos.

A carta encíclica *Deus Caritas Est*, cuja metade inicial foi originalmente escrita em alemão, é a primeira do gênero firmada pelo papa Bento XVI. Assinada no Natal de 2005, isto é, o ano inaugural do papado de Bento, a encíclica contém 31 páginas de extensão na versão

oficial em português. “Deus é amor” foi promulgada no princípio de 2006, em latim, conforme a tradição, e traduzida para sete idiomas, dentre esses, a língua de Camões. Trata-se da primeira encíclica publicada com proteções autorais, prática que, desde então, passou a ser usual no que diz respeito aos escritos papais.

Como explicitam o título e o subtítulo do texto – *Deus é amor: sobre o amor cristão* –, o amor, pensado desde o prisma católico, é um dos principais eixos temáticos da carta. Esta foi formulada a partir da releitura de escritos incompletos do predecessor papa João Paulo II, que resultou na segunda parte do texto, e de elaborações autorais de Bento XVI. Notado pela sua erudição em estudos clássicos e teológicos, Bento XVI deixa perceber seu refinamento, tanto informacional quanto retórico-argumentativo, nesta sua encíclica que traz a voz do papa anterior como enunciador e fiador e inscreve Bento, coerentemente, no mesmo interdiscurso papal.

No caso das encíclicas, é legítima e comum a prática da releitura e utilização de trechos inacabados do papado anterior por aquele subsequente, sobretudo na primeira Carta de cada Pontífice. Divergências hermenêuticas e de estilo entre a primeira encíclica de Bento – das três que escreveu até a sua renúncia – e aquelas do predecessor João Paulo II parecem ser diluídas na continuidade do discurso desse locutor inabitual, o papa. Inabitual, pois, segundo a mística católica, uma vez sagrado papa, aquele homem que personifica o cargo no mundo real é apenas um instrumento da mesma e perene fonte enunciadora divina. Assim, em ambos os papados, é a mesma instância papa quem enuncia, amparada pela institucionalidade atemporal da Santa Sé. Bento XVI, investido da inspiração divina que qualifica a sua função sacerdotal, é, então, instrumento dignatário que dá continuidade às enunciações petrinas que o antecedem.

No que diz respeito aos subtemas do eixo temático do amor, na primeira metade do documento, o locutor pondera acerca dos conceitos de *eros*, ágape e *philia*. O conteúdo desta parte se volta sobretudo à filosofia, convidando pensadores como Nietzsche e Virgílio, sob o verniz da perspectiva cristã católica. Para o locutor, *eros* e ágape não são formas distintas de amor – “eros como termo para significar o amor « mundano » e ágape como expressão do amor fundado sobre a fé e por ela plasmado” (Bento XVI, parágrafo 7.) –, mas metades do mesmo movimento que dá e recebe. Já na segunda metade, a carta trata de modo mais objetivo das atividades litúrgicas e da promoção da justiça social e da caridade frente à cosmovisão do amor cristão contemplativo.

Como atestado por Rabatel (2016a, 2021), analisar um *ponto de vista* é recuperar os contornos do conteúdo proposicional, bem como sua fonte enunciativa, implícita ou não, por meio da atribuição dos referentes e dos agenciamentos das frases. Para tanto, a fim de descrever

e interpretar a gestão dos PDV e do dialogismo interdiscursivo por meio do estudo de posturas enunciativas, encetamos nossa análise do conteúdo do texto pelo nome da *Deus Caritas est* (2005). Tradicionalmente, o título de uma encíclica reproduz as primeiras palavras, em latim, de uma citação que sinaliza o tema da circular. Trata-se de uma prática canônica acerca da forma do documento. Portanto, em se tratando de um ato deliberado, a abertura de um documento classificado neste gênero do discurso pontifício é um elemento expressivo para análises pragma-enunciativas. No caso da *Deus caritas est*, trata-se de uma citação direta da Vulgata, Epístola de João, capítulo 4, versículo 16, que pode ser traduzida do original em grego como *Deus é caridade* ou *Deus é amor*[68].

Se toda citação invoca uma nova instância enunciativa, no gênero encíclica, a frase inicial do corpo do texto estabelece necessariamente um jogo dialógico que tematiza e afiança a credibilidade do conteúdo. Este é enredado em uma trama interdiscursiva, a princípio, a partir da adoção da subenunciação. No caso específico da carta que analisamos, ocorre uma subenunciação em relação ao sobre-enunciador da Vulgata. Na versão do título em português, a Santa Sé optou pela tradução *Deus é amor* seguida do subtítulo explanatório *sobre o amor cristão*. Em argumentação indireta, delimita-se o título e o tema da carta ao endereçar qual tipo de amor que *Deus est*, ou seja, o amor cristão-católico.

Imagem 4 - Cabeçalho da *Deus caritas est* (2005)

Fonte: repositório online do Vaticano[69].

[68] Ὁ Θεὸς ἀγάπη ἐστίν, no grego; *Ho Theos agape estin*, na transcrição em latim realizada na Vulgata.
[69] Reprodução livre. Acessada no dia 9 de agosto de 2022 em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html

No cabeçalho do documento, o título em latim *Deus caritas est* é antecedido pela denominação do gênero, carta encíclica; pelos *hiperlinks* às demais treze traduções oficiais e ícones para impressão e difusão do conteúdo em redes sociais, correio eletrônico e RSS[70]; bem como, marcadamente, pelo brasão da Santa Sé-Vaticano[71]. No caso acima, a utilização do brasão acarreta um aspecto de oficialidade no documento e, por esse meio, pode contribuir com a força argumentativa[72] de um conteúdo visualmente oriundo da autoridade máxima da Igreja.

A única menção à Santa Sé, em toda a extensão da carta encíclica, ocorre já no parágrafo 32, fora do conteúdo do nosso corte metodológico, em "(...) feita pelo meu *venerado predecessor* Paulo VI, como *instância da Santa Sé* responsável pela orientação e coordenação entre as organizações e as actividades caritativas promovidas pela Igreja Católica" (Bento XVI, destaques nossos). No trecho, além de se inserir na continuidade de uma rede histórico-interdiscursiva com *venerado predecessor Paulo VI*, papa que encerrou o Concílio Vaticano II e instituiu o primeiro Sínodo dos Bispos, o locutor primeiro enuncia o papa, notemos, como uma instância da Santa Sé.

Prosseguindo o movimento de leitura do cabeçalho da carta, o título negritado é sucedido, respectivamente, pela nomeação da posição institucional do locutor principal, imediatamente abaixo; pelo alocutário, a saber, *aos presbíteros e diáconos, às pessoas consagradas e a todos os fiéis leigos*, dito de outro modo, nos termos desta pesquisa, a eclésia; e, finalmente, pelo subtítulo explanatório em português.

A introdução propriamente dita se inicia em discurso constituinte, seguindo a fórmula usual do gênero, ao subenunciar a citação bíblica que ocasiona o título "« Deus é amor, e quem permanece no amor permanece em Deus e Deus nele » (1 Jo 4, 16)" (Bento XVI, 1). Assim, o corpo do texto é inicialmente avançado em um processo de *prise en compte* ao não expor ostensivamente o PDV do locutor da carta. Ou seja, aquele que dá sua assinatura no documento,

---

[70] Do inglês, *Really Simple Syndication*, que é um padrão simplificado para apresentação de conteúdo *online*.

[71] Este, embora não seja uma enunciação *per se*, gera um efeito de sentido que pode ser argumentativo a partir do seu conteúdo icônico e da autoridade que convoca. Afinal, se a argumentação for considerada, para além dos meios verbais de ação sobre o outro, como uma atividade discursivo-linguageira, um signo iconoplástico passa a ser um elemento analisável na atividade de argumentação. Rabatel tem se debruçado sobre uma transposição da sua teoria pragma-enunciativa do PDV para a análise iconoplástica — dito de modo amplo, a análise de imagens, estáticas ou móveis, digitais ou analógicas, com ou sem conteúdo enunciativo. Para uma súmula dessa proposta semiolinguística ainda a ser refinada em artigos com expectativa de publicação em 2025, assista à conferência *Modelização pragma-enunciativa do ponto de vista: teoria, metodologia (e elementos de didatização)*, ministrada por Alain Rabatel em 28 de maio de 2024 na ABRALIN e moderada pela professora Maria das Graças Rodrigues (UFRN). Acesso em: https://www.youtube.com/watch?v=IglDngZUJl0.

[72] Nesta tese, a força argumentativa é tratada como sinônimo de "força dos argumentos". Entendemos esta a partir da NR, isto é, "uma noção confusa, mas ao que parece, indispensável." (1996, p.524), que se liga à intensidade da adesão do alocutário aos argumentos. A força dos argumentos, nesse sentido, é um elemento contextual que "varia conforme os auditórios e o objetivo da argumentação" (ibid.).

o locutor principal/primeiro (L1), não apresenta, neste momento, um juízo acerca do *ponto de vista* que convoca.

A mesma citação do Evangelho segundo João, que invoca essa instância enunciativa sustenta, interdiscursivamente, a tese do amor em *Fratelli Tutti* (2020) a partir da estabilização de crenças já legitimadas. Embora a referenciação jamais seja um ato enunciativo neutro, o locutor principal não se mostra em prol da valorização do *ponto de vista* de um sobre-enunciador bíblico. Este enunciador interdiscursivo, em princípio, não é João, posto que o autor humano da epístola não expressaria um PDV próprio, mas apenas transmitiria o desígnio da inspiração divina, nos critérios de verdade da doxa em questão. É nessa composição sui generis que nos aproximamos tanto da noção de discurso constituinte como fonte evidencial, bem como daquela de um hiperenunciador que fundamenta a encenação enunciativa.

Já na linha subsequente, em "Estas palavras da I Carta de João exprimem, com *singular clareza*, o centro da fé cristã" (Bento XVI, 2), anula-se, de certo modo, a *prise en compte* a partir da modalização. Na qualificação destacada, especificamente, percebemos a primeira elocução que expõe o *ponto de vista* de L1, o qual continua se elidir no apagamento enunciativo da subenunciação. Nesta desinscrição enunciativa do locutor em que se realça a dimensão argumentativa, L1 atribui o seu PDV a um sobre-enunciador e imputa a esta instância uma quase-PEC, adotando a postura de subenunciador dominado.

No excerto a seguir, observamos a escolha de denominação qualificadora no sintagma que destacado em itálico "no mesmo versículo, João oferece-nos, por assim dizer, uma *fórmula sintética* da existência cristã: « Nós conhecemos e cremos no amor que Deus nos tem »" (Bento XVI, 4 e 5). Ademais, há nesse trecho uma continuidade da gestão dialógica que convoca a voz João na instância de l2 – e não apenas de veículo do discurso constituinte – o que se mantém no correr de toda a introdução. Assim, o encadeamento semântico *fórmula sintética* qualifica o PDV imputado ao centro de perspectiva l2. Para L1, l2 é aquele capaz de sintetizar a amplitude da existência cristã. Concomitante e indiretamente, L1 se arroga, assim, a titularidade daquele cujo discernimento se lhe permite constatar e assegurar o fato.

Ressaltamos no mesmo fragmento o uso do dêitico *nós*, tanto na citação do versículo como na forma pronominal *oferece-nos*, que parece remeter a um "eu-tu" específico e não ao todo da sociedade. Trata-se do alocutário endereçado no cabeçalho, cuja existência é configurada em relação ao locutor, isto é, o "eu-tu" Vaticano-eclésia. Por conseguinte, em termos do efeito de sentido, ao engendrar essa delimitação dêitica, acrescenta-se problematologicamente um "eles". Esta nova instância, em relação a qual o Vaticano-eclésia se diferencia, seria composta, especulativamente, pelos não-cristãos.

Destacando-se na opacidade do texto, a partir da linha 6, notamos que o locutor primário começa a se apresentar de modo mais evidente como coenunciador ao longo do processo de imputação da responsabilidade enunciativa a l2. Destacamos os sintagmas axiologizados *opção fundamental* (Bento XVI, 6), *novo horizonte* (*ibid.* XVI, 8), *rumo decisivo* (*ibid.*, 8 e 9) e a passagem "a fé cristã acolheu o núcleo da fé de Israel" (*ibid.*, 11 e 12), cujo efeito de sentido gerado transmite convicção e autoridade.

Na continuidade, um novo enunciador, doravante e3, é mobilizado em:

> com as palavras do Livro do Deuteronómio, nas quais sabe que está contido o centro da sua existência: « Escuta, ó Israel! O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor! Amarás ao Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças » (6, 4-5). (Bento XVI, 13 a 16).

Enquanto a Epístola de João dialoga com o e2 do Novo Testamento (NT), a citação de Deuteronômio traz o e3 do Antigo Testamento (AT) para a encenação enunciativa. Em paralelismo com figura de João como l2, o l3 é representado por Moisés, o veículo que profere os sermões contidos no Deuteronômio. Esta citação trazida por L1 é convencionalmente tida como uma das mais importantes do Livro do Deuteronômio a qual aparece igualmente no NT, em Marcos 12:28-34, em passagem sobre-enunciada pela voz constituinte de Jesus.

Desse modo, na condição de uma instância na origem de um PDV que não é o locutor, o Deuteronômio é trazido à cenografia, engendrando uma tensão constitutiva na heterogeneidade do texto. Afinal, este enunciador remete à mesma fonte evidencial constituinte, a Bíblia – fonte da qual também procede João, representando o NT – enquanto, simultaneamente, convoca o PDV, amiúde conflitante, do AT.

O paroxismo da tensão Novo-Antigo parece ser atingido e, ato contínuo, atenuado na seguinte passagem:

> [16] Jesus uniu — fazendo deles um único [17] preceito — o mandamento do amor a Deus com o do amor ao próximo, contido no Livro do [18] Levítico: « Amarás o teu próximo como a ti mesmo » (19, 18; cf. Mc 12, 29-31). Dado que Deus foi [19] o primeiro a amar-nos (cf. 1 Jo 4, 10), agora o amor já não é apenas um « mandamento », mas [20] é a resposta ao dom do amor com que Deus vem ao nosso encontro. (Bento XVI, 16 a 20, numerações em colchetes nossas)

Primeiramente, destacamos a enunciação de uma nova instância, Jesus – que classificamos como um l4/e4 ou locutor-enunciador atípico, posto que este, hierarquicamente superior às demais vozes bíblicas, confunde-se com a própria fonte do discurso constituinte das Sagradas Escrituras. Se o papa já é um locutor insólito ao se inscrever no interdiscurso da

autoridade petrina como chefe da Igreja, Jesus é uma voz ainda mais atípica nos textos católicos. Afinal, segundo a tradição, Jesus batizou Pedro, líder dos Apóstolos, como a pedra fundacional da Igreja e primeiro sumo sacerdote. Enquanto o papa é representante do divino na Terra, Jesus Cristo é o próprio divino humanizado.

Ora, se a enunciação atribuída a esta instância atípica é constitutiva e diretamente divina, entendemos que a voz Jesus não poderia ser designada da mesma forma que aquela do papa ou dos locutores bíblicos em uma análise de *pontos de vista*. Se tal especificidade deve ser ressaltada no plano enunciativo, dada a sua relevância no posicionamento dóxico cristão e nos critérios de verdade neste gestados, propomos, por hora, tratar Jesus como enunciador ou locutor-enunciador atípico. Desse modo, indiciamos as reflexões a serem elaboradas ao longo da tese sobre esta instância *sine qua non* do discurso da Santa Sé.

Mesmo que o papa aja com autoridade *in persona Christi* e os locutores bíblicos veiculem a palavra sagrada, a instância Jesus se trata de um caso único no gênero, também em razão de não ter voz própria, mas sempre atribuída. Os Evangelhos canônicos do Novo Testamento, que narram vida e ensinamentos do Cristo, historiograficamente, foram escritos por seus discípulos e seguidores e não pelo próprio Cristo. Analogamente, guardadas as devidas medidas, podemos pensar nos casos em que os dicastérios da Cúria que, como discípulos, escrevem a palavra do papa. Este, porém, diferentemente do Cristo, também escreve a punho próprio e, enfatizamos, não é a encarnação de deus, mas o escolhido daquele que é a encarnação de deus.

No fragmento selecionado, o enunciador atípico é convocado como um sobre-enunciador que plasma uma reformulação do Velho Testamento, Deuteronômio/Levítico, por meio do Novo Testamento, Livro de Marcos. Ademais, a adoção das aspas acentua a autoridade do argumento. Nesta altura do encadeamento discursivo, a enunciação *19, 18; **cf.** Mc 12, 29-31* (negrito nosso), ou seja, confronte/conforme Levítico com Marcos, completa a gestão do dialogismo interdiscursivo realizada na introdução da encíclica. Tal fragmento pode ser interpretado como uma sobre-enunciação crística que L1 articula do NT sobre o AT.

O PDV do amor (cristão-católico) que L1/E1 elabora é notadamente afim àquele do Novo Testamento, cujo conteúdo é marcado por estruturas que geram efeitos de sentido relacionados a valores pautados na concórdia e no respeito ao próximo sem restrições. Tal promoção ecumênica da união é realizada ao invés de uma argumentatividade marcada, por exemplo, pela punição e temor da ira divina, típicas do argumentário do AT. Portanto, L1/E1 legitima sua tese a partir de uma sobre-enunciação interdiscursiva que imputa responsabilidade enunciativa ao Novo Testamento das Sagradas Escrituras e ao enunciador atípico.

Em *(cf. 1 Jo 4, 10)*, L1 imputa uma PEC com responsabilidade limitada ao locutor João, dessa vez, sem recorrer às aspas. Ou seja, trata-se de uma quase-PEC da enunciação *Deus foi o primeiro a amar-nos*, que parece promover a dimensão argumentativa do texto frente à eclésia. No dialogismo externo em questão, segundo a hagiografia católica, João é um ponto de ruptura hermenêutica por ser aquele a quem se atribui uma ampliação da visão do amor de deus ao evocar uma nova e mais compreensiva concepção do ágape.

Nas linhas 19 e 20, o locutor principal legitima seu principal *ponto de vista* a partir de itens lexicais reconhecidos pela comunidade linguística da eclésia, sobretudo *amor*, *mandamento* e *Deus*. L1, respaldado na sua institucionalidade papal, coenuncia o NT, junto aos locutores segundos Marcos e João, como uma superação ou uma atualização do AT em *agora o amor já não é apenas um « mandamento », mas é a resposta ao dom do amor com que Deus vem ao nosso encontro*. No excerto, apresenta-se abertamente a tese da encíclica e a autoridade de L1 que se nutre na infalibilidade divina.

O dêitico *agora* salienta o tempo presente da locução como aquele da renovação desse ponto de inflexão crístico asseverado por João, ao passo que o qualificador *apenas* desinveste a argumentatividade do Velho Testamento em prol do Novo. Dito de modo estilizado, o Velho que manda é atualizado a favor do Novo que ama. Ademais, o item lexical *mandamento*, apresentado entre aspas, estabelece uma marca de distanciamento. Os chamados "Dez Mandamentos" são registrados no AT e apenas parcialmente mencionados no NT, em Mateus e na Epístola aos Romanos. Se "uma palavra, em certas condições, pode ser suficiente para remeter a um PDV" (Rabatel, 2016a, p.101), naquilo que Rabatel chama de micro-PDV, "mandamento*"* parece remeter a um enunciador naturalmente identificado pela comunidade linguística da eclésia.

Por outra parte, o operador argumentativo *mas* apresenta, na sua sequência, a parte mais expressiva do encadeamento, ou seja, o argumento *a resposta ao dom do amor* que *já não é apenas um mandamento*. Este efeito de sentido ocorre como um ato de retificação (Lima, 2001), configurado em *não é apenas*, ao demarcar o cenário precedente do amor como mandamento pré-crístico, sucedido de *mas*, que enfatiza a novidade do amor humano como resposta ao amor divino.

Na continuidade do conteúdo da introdução, a tese do amor católico, conforme argumentada por L1/E1, é valorizada no processo de construção de um subenunciador indeterminado. Este está antiorientado em relação ao locutor principal em "Num mundo em que ao nome de Deus se associa às vezes a *vingança* ou mesmo o *dever do ódio e da violência*, esta é uma mensagem de *grande* actualidade e de significado *muito* concreto." (Bento XVI, 21 e

22). A origem e o agente da vingança, do ódio e da violência, não são nomeados, mas trazidos com fins de respaldar a relevância e finalidade argumentativa da encíclica, amparada na coenunciação do Novo Testamento. Esse elemento incógnito poderia se tratar de fiéis de outras religiões ou de instâncias da própria religião católica que justificam atos a partir dos ensinamentos do deus do Antigo Testamento.

Além disso, no excerto que trazemos acima, a enunciação de L1 é enfatizada pelo uso de qualificadores como *grande* e *muito* e confirmada no trecho seguinte: "Por isso, na *minha* primeira Encíclica, *desejo* falar do amor com que Deus *nos cumula* e que *deve* ser comunicado aos outros por nós." (Bento XVI, 23 e 24). Neste extrato, o locutor principal convoca a responsabilidade enunciativa para si, evidenciando-se e sobre-enunciando-se.

Há diversas marcas dêiticas, como (eu) *desejo*, *nos cumula* (aqui e agora), e modalizações do L1, como *minha* e *deve*. Embora se mostre com mais evidência apenas nesse momento, L1 é a instância subjetiva, inescapavelmente, responsável pela gestão de todos os pontos de vista do texto – tais como aqueles contidos na Bíblia e os demais PDV provenientes de instâncias indeterminadas. Ressaltamos, ainda, o movimento heterodialógico – em oposição ao autodialogismo na expressão de um PDV – realizado em *nos cumula*, à maneira de uma assunção empática do *ponto de vista* do outro. O pastor fala por suas ovelhas. Trata-se de um aspecto recorrente no âmbito mais amplo do discurso religioso, no qual a voz autorizada, agindo como uma interface de comunicação, fala tanto em nome do divino quanto da população de fiéis. A voz do papa é, nesse uso da primeira do plural, um dêitico de coletividade, a voz da eclésia.

Na continuação da carta encíclica lemos: "*desejo* – ao início do *meu* Pontificado – *especificar* nela [a primeira parte da carta] alguns dados essenciais sobre o amor que Deus oferece de *modo misterioso* e gratuito ao homem, juntamente ao nexo intrínseco daquele Amor com a realidade do amor humano." (Bento XVI, 26 a 28, acréscimo entre colchetes nosso). Neste fragmento, o locutor começa apresentar e estabilizar a sua tese contida na primeira parte da encíclica, nomeadamente, aquela da confluência do amor de deus, ágape, e do amor humano, eros.

No período em questão, de forma subentendida, L1 se arroga a capacidade de *especificar*, isto é, versar sobre o *modo misterioso* a partir do qual amor divino cumula a humanidade. A aparente contradição de explicar o insondável/inexplicável, parece-nos ser diluída na argumentatividade engendrada por esse locutor *sui generis* ao ser investido de autoridade petrina. Assim, à maneira de uma sobre-enunciação, além de se arrogar essa capacidade de discernimento, o locutor principal realça sua autoridade, em um ponto de virada

no desenvolvimento da cronologia do papado, destacadamente no trecho *desejo ao início do meu Pontificado*. No mesmo fragmento, L1 reforça tanto a sua responsabilidade enunciativa quanto a sua posição argumentativa global. Nesta, acomodam-se pacificamente os vários *pontos de vista* mobilizados ao longo da introdução, enquanto o locutor primeiro tenciona projetar uma boa imagem de si.

Por fim, já no fechamento da introdução, o locutor principal asserta que: "O *meu desejo* é insistir sobre alguns *elementos fundamentais*, para deste modo suscitar no mundo um *renovado* dinamismo de empenhamento na resposta *humana* ao amor *divino*" (Bento XVI, 31 a 33). Ressaltando a sua dimensão argumentativa, sobretudo nos trechos destacados em itálico, L1 reforça e conclui o encadeamento enunciativo da introdução. Esta, retomando nossa análise, iniciou-se com a subenunciação de L1, por meio da convocação de uma instância enunciativa constituinte, e se seguiu por coenunciações – e, mesmo, por sobre-enunciações, em certas passagens – em relação aos enunciadores e locutores segundos convocados da fonte evidencial bíblica.

Trazendo à baila a cena da enunciação em que se insere o gênero encíclica, podemos resumir que (i.) em plano simbólico sincrético, interdiscursivamente, o *ponto de vista* do locutor principal – o sumo sacerdote que assina o documento – é legitimado pela sua institucionalidade no âmbito do Vaticano-eclésia; (ii.) o locutor principal papa, por meio da garantia discursiva do brasão no cabeçalho do documento, é afiançado pela Santa Sé-Vaticano, e é, como o seu antecessor Paulo VI, também uma "instância da Santa Sé" (Bento XVI, parágrafo 32); (iii.) nos termos de Orlandi (1987) a mistificação do discurso religioso cristão (da voz de deus), ou seja, o apagamento da maneira pela qual o L1 assume essa voz divina sem explicitar o mecanismo de representação, ocorre em bases pragma-enunciativas; (iv.) a tese de L1 é avalizada pelo sobre-enunciador que o legitima, a Sagrada Escritura, para o seu alocutário específico, a eclésia.

Em suma, segundo nosso percurso analítico, o locutor primário se vale engenhosamente das três posturas enunciativas em relação à fonte evidencial bíblica. L1 se aproxima do (e mesmo sobre-enuncia o) enunciador do Novo Testamento, enquanto se desassocia do (e atualiza o) enunciador do Velho Testamento. Nessa gestão de *pontos de vista*, atravessada pelo dialogismo interdiscursivo, o enunciador/locutor primeiro assume responsabilidades enunciativas e imputa conteúdos proposicionais a enunciadores e locutores segundos. Em tal dinâmica dialógica, o componente interdiscursivo do amor crístico é essencial na organização das posturas que operam o texto enunciativamente.

3.2 A argumentação no discurso de Ruth Amossy

Por meio de uma síntese de abordagens linguísticas, iniciada no ano 2000, a pesquisadora Ruth Amossy desenvolveu uma problemática plural para análises em argumentação e AD a que batizou de argumentação no discurso[73]. O título desta seção, assim, deliberada e novamente dúbio, tanto denota a problemática a ser apresentada quanto conota ser esta também um empreendimento argumentativo da autora.

Seguindo a tradição a qual se filia Amossy, interessa-nos também pensar a argumentação enquanto alternativa à força bruta na esfera do convívio social. Em uma polivalência essencialmente antinômica, a argumentação tanto pode ocasionar implicações coletivas e individuais de ordem deletéria – como manipulação de massas, persuasão falaciosa, legitimação de pós-verdades e de censuras aos direitos humanos básicos – quanto aquelas próximas ao ideal da manutenção acordos de benefício mútuo baseados na razão empática.

Se a princípio presumivelmente gestada na tradição religiosa, essa alternativa à violência material extrapolou a alçada dos porta-vozes legitimados da palavra-mágica e daquela religiosa, passando a reger, ampla e mais permissivamente, a vida civil da sociedade moderna – ainda que em uma atualização da mesma lógica de vozes autorizadas e desautorizadas. Nas palavras de Perelman e Tyteca,

> O que é essencial é que, sejam quais forem os motivos do início da reflexão filosófica, ela não se concebe, a meu ver, sem uma ruptura da comunhão do homem com o seu meio, sem os primeiros questionamentos daquilo que, até então, era óbvio, tanto na visão do mundo como naquela do lugar que nele ocupamos; primeiros questionamentos tanto de nossas crenças como nossas modalidades de ação. Ora, do questionamento ao desacordo, e do desacordo ao uso da força para restabelecer a unanimidade, a passagem é tão normal que quase não necessita de comentários. (1996, p. 96).

Correlacionando questionamento das condições do meio, desacordo e uso da força, a *Nova Retórica* de Perelman e Tyteca (NR) apresenta na passagem acima uma súmula da suposta continuidade entre reflexão filosófica e argumentação na sociedade. No prosseguimento do mesmo fragmento, os autores detalham a leitura que fazem de um movimento realizado da tradição religiosa à persuasão que, idealmente, distanciar-se-ia da violência.

[73] Em 2021, Amossy publicou pela editora *Feuilleter* a quarta edição da obra que apresenta a sua concepção teórica. Contudo, dado que a nosso ver não há alterações ou acréscimos substantivos nesta edição mais recente, baseamos nossa apresentação da sua problemática – e das abordagens nesta contidas – na versão brasileira do livro *A argumentação no Discurso*, cuja publicação ocorreu em 2020.

> O que é excepcional, em contrapartida, e constituiu uma data na história da humanidade, é que se tenha permitido que, em matérias fundamentais, reservadas à tradição religiosa e aos seus porta-vozes, o uso da força possa ser substituído pelo da persuasão, que se possam formular questões e receber explicações, avançar opiniões e submetê-las à crítica alheia. O recurso ao logos, cuja força convincente dispensaria o recurso à força física e permitiria trocar a submissão pelo acordo, constitui o ideal secular da filosofia desde Sócrates. Esse ideal de racionalidade foi associado, desde então, à busca individual da sabedoria e à comunhão das mentes fundamentada no saber. Como, graças à razão, dominar as paixões e evitar a violência? Quais são as verdades e os valores sobre os quais seria possível esperar o acordo de todos os seres dotados de razão? Eis o ideal confesso de todos os pensadores da grande tradição filosófica do Ocidente. (*Ibid.*).

Ao flertar com reflexões de ordem prática e filosófica sobre a possibilidade de acordo entre seres dotados de razão, retomando igualmente o entendimento da retórica como negociação da diferença, Amossy enfatiza a argumentação como um elemento constitutivo do discurso. Partidária da NR, a autora se vale, assim, do uso intercambiável de retórica e argumentação.

Destarte, ao propor uma retomada histórico-teórica, Ruth Amossy parte da noção de que o locutor busca impactar o alocutário seja por uma *visée*[74] ou dimensão argumentativa. Enquanto a finalidade, ou *visée*, caracteriza-se pela disposição do locutor de promoção evidente da adesão à tese da argumentação, a dimensão almeja, mais indiretamente, modificar a maneira de ver e de sentir do alocutário. No caso da finalidade falamos em um intuito explícito de persuasão, como ocorre, geralmente, no discurso eleitoral. Quanto à dimensão, partindo do pressuposto da existência uma argumentatividade inerente ao discurso, trata-se de um intento de ordem menos ostensiva, por vezes não admitido, como o que vemos em uma narrativa ficcional. Em suma, a finalidade é programada e evidente, mas todo discurso, nessa leitura, tende a orientar modos de ver do alocutário[75]. Conceber a *visée* e dimensão argumentativa é uma escolha epistemológica fundamental para o empreendimento de Amossy, voltado à ampliação da consagrada definição de argumentação oferecida pela NR:

---

[74] Nesta tese, adotamos tanto o original *visée* quanto, em português, *finalidade*. Na tradução da Editora Contexto (2020), a versão adotada, que não usamos nesta pesquisa, foi *visada*. *La visée* é uma palavra de difícil tradução ao português que remete, em língua francesa, a ideia de um alvo. *A visada* implica mais um sentido de *visão* e que, não necessariamente, reflete a conotação no original de algo *visado, almejado.* Nossa escolha terminológica de evitar o uso de *visada* não é original. Por exemplo, na tradução de artigo de Ruth Amossy na Revista EID&A, *Argumentação e Análise do discurso perspectivas teóricas e recortes disciplinares*, de novembro de 2011 (n.1, p.129-144), preferiu-se *intenção.*

[75] Amossy (2020, p. 44) postula que para "evitar as confusões, é preciso, porém, diferenciar a dimensão argumentativa inerente a muitos discursos, da visada argumentativa que caracteriza apenas alguns deles. Em outros termos, a simples transmissão de um ponto de vista sobre as coisas, que não pretende expressamente modificar as posições do alocutário, não se confunde com uma empreitada de persuasão sustentada por uma intenção consciente e que oferece estratégias programadas para esse objetivo".

> *toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual*. Para que haja argumentação, é mister que, num dado momento, realize-se uma comunidade efetiva dos espíritos [das disposições intelectuais]. É mister que se esteja de acordo, antes de mais nada e em princípio, sobre a formação dessa comunidade intelectual e, depois, sobre o fato de se debater uma questão determinada. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 16, acréscimo entre colchetes nosso).

Tyteca e Perelman pretenderam promover a argumentação em seus componentes sociais, e não somente lógicos, como uma alternativa à guerra e às violências física e psicológica. Os autores parecem, então, responder também às inquietações correlacionadas ao espírito do seu tempo e as vivências pessoais experimentadas[76]. Vide, por exemplo, a carga axiológica dos termos empregados na definição de argumentação – como "comunidade" e "adesão" – e a ênfase, de base sociológica, na necessidade de um nível mínimo de acordo de juízos de que a questão a ser argumentada seja, pelo menos, existente e argumentável. Quanto a tal acordo de juízos, acreditamos que caso a versão em língua portuguesa, ao invés da tradução "espíritos", tivesse optado por entradas outras como "compreensão", "disposição intelectual", "mentes" ou "intelectos", aquilo que nos parece estar indicado no todo do Tratado seria mais bem expresso[77].

Ao dar continuidade à tradição perelmaniana-tytecaniana de questionamento da lógica formalista baseada nesse acordo de intelectos, Amossy define o seu objeto de estudo. Para a pesquisadora, argumentação quer dizer:

> [...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir // sobre seus alocutários, // tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (Amossy, 2020, p. 47, separações nossas).

Para além da influência da NR, decompondo a definição de argumentação em três partes, percebemos os diversos entendimentos harmonizados, provenientes de teorias retóricas, pragmáticas e mesmo lógicas. Conforme nos explica Lima (2022, p.165), contornando a

---

[76] Descendente de família judia, Chaïm Perelman vivenciou a Segunda Guerra inclusive na condição de militar quando da invasão das tropas alemãs na Bélgica em 1940. Foi um entusiasta intelectual no âmbito do *Comité de Défense des Juifs*, associação de resistência belga fundada em 1942 e desempenhou um papel relevante em várias iniciativas políticas de defesa dos judeus. Por sua parte, Tyteca foi uma notória acadêmica belga que começou a trabalhar com Perelman a partir de 1948, ano em que se voluntariou para apoiar a agenda de pesquisa do pesquisador. Posteriormente, Tyteca desenvolveu noções da NR de maneira independente. A pesquisadora também trabalhou com a relação entre retórica e *bande dessinée.*

[77] Destacamos algumas das definições do *Larousse online* para o substantivo *esprit* que fundamenta a nossa sugestão de adequação: *Principe de la vie psychique, intellectuelle ; capacités intellectuelles, intelligence; Siège de la pensée, des idées; Disposition particulière, aptitude de quelqu'un à faire preuve de quelque chose, à s'intéresser à quelque chose*; disponível em: https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/esprit/31059.

presumida incompatibilidade entre o sujeito soberano da retórica e o sujeito da AD, que não é a fonte do seu dizer, Amossy está inserida no movimento contemporâneo de aproximação das duas esferas "na confluência dos estudos do campo da filosofia da linguagem, da sociologia e da antropologia, com estudos enunciativos, contribuições de Bakhtin, da pragmática, da linguística do texto, entre outros", em um entendimento do funcionamento da argumentação no seu "espaço social, a partir de rituais sociolinguageiros, de relações de força que pressionam o sujeito, mas que não o impedem de se movimentar" (*Ibid.*).

Primeiramente, ao mobilizar na sua definição de argumentação "os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir", Ruth Amossy resgata e incorpora a abordagem figural. Assim, fica implícito que a argumentação se vale de figuras e de efeitos de estilo que implicam consequências no alocutário. Além disso, o trecho selecionado referencia uma abordagem textual, posto que, para a autora, a argumentação deve ser tomada também no que tange à construção textual. Isto quer dizer que a retórica/argumentação é concebida em sua trama coerente de enunciados e em seus respectivos processos lógicos de ligação – como silogismos e analogias, inseridos no discurso em situação.

Na continuidade, no fragmento "sobre seus alocutários", a autora recorre à abordagem comunicacional por supor uma instância receptora cuja ação só é compreendida na relação de interlocução. Da mesma forma, Ruth Amossy se vale da abordagem dialógica generalizada segundo a qual o locutor age em um espaço saturado de discurso. Ademais, nessa altura da citação, destacamos que a escolha taxonômica do termo "alocutário" demarca as instâncias subjetivas adotadas na obra.

Em linguística, tal como no âmbito das teorias sociológicas, a designação das unidades epistemológicas, ou instâncias subjetivas, é uma relevante indiciação da teoria mobilizada para se analisar um dado *corpus*. A pesquisadora afirma que emprega na obra, de maneira equivalente, os termos "auditório", "público", "alocutário" e "destinatário" (Amossy, 2020); ao longo do livro, porém, Ruth Amossy tende a preferir a díade locutor-alocutário. O alocutário é a instância para a qual se dirigem os meios verbais mobilizados pelo locutor. Este é também denominado, na obra, como "interlocutor" nos casos de diálogo efetivo.

Por nossa parte, na análise que realizamos o anteparo da argumentação no discurso, preferimos tratar as instâncias subjetivas de locução e alocução respectivamente, como "locutor" e "alocutário" apenas. Assim, se de um lado, baseamos nossa escolha em Amossy, no sentido da recorrência da sua utilização dos termos, por outro, afastamo-nos do entendimento de taxonomias intercambiáveis. A adoção de "locutor" – em lugar, por exemplo, de "orador" – serve ainda aos nossos propósitos de aproximação de categorias da teoria dos pontos de vista e

da argumentação no discurso, posto se tratar igualmente da denominação privilegiada por Rabatel. Assim, já no caso das análises realizadas a partir da nossa proposta de diálogo entre Rabatel e Amossy, adotamos também a instância "enunciador" e suas derivações.

Retomando a nossa análise tripartite da definição de argumentação segundo Amossy, conforme proposta na *Argumentação no discurso* (2020), o conceito prossegue e se finaliza nos seguintes termos: "tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema". Neste fechamento, são retomadas as noções de finalidade e dimensão argumentativas que abrem o livro, ou seja, trata-se tanto da adesão à tese quando de uma orientação de maneiras de ver e de sentir. Neste momento da definição, a abordagem linguageira é abrangida. Afinal, para Amossy, a argumentação não se reduz a processos lógicos, mas também compreende os meios que a linguagem oferece tanto no nível lexical quanto naquele das modalidades de enunciação e dos encadeamentos dos enunciados.

A fundadora da argumentação no discurso concebe essa abordagem também de maneira plural, permitindo a entrada de diferentes teorias na sua problemática. Embora partam do entendimento comum da argumentação como busca da adesão a uma dada conclusão deduzida de um enunciado anterior, há diversas teorias cujas matizações do entendimento definem seu escopo. Dentre as teorias mais consagradas, relativamente à abordagem linguageira, mas não somente, destacamos (i.) a já mencionada NR, cujo enfoque, mais afim à retórica clássica, considera a verdade como um consenso social, verdade proposicional, e a lei de passagem, LP[78], como aquilo entendido por justo pelo auditório; (ii.) Toulmin (1958), quem estabelece um modelo onde a LP é contestável e variável em função do tipo de argumento e do domínio específicos; (iii.) Charaudeau (2008), afim aos avanços de Perelman e Toulmin, nos quais valores, domínios de avaliação, funcionam como LP, explicitando, assim, o procedimento semântico; (iv.) Ducrot (1984), cuja Teoria da Argumentação na Língua, ou Teoria dos *Topoï*, apresenta o *topos* como a LP, de modo que o conjunto de *topos, topoï*, efetiva-se como a garantia do encadeamento discursivo. Em maior ou menor medida, todas essas perspectivas influenciaram Amossy no desenho da sua problemática.

Se o processo de finalidade ou de dimensão argumentativa ocorre em um tipo e gênero discursivos – nos quais há distribuição socioinstitucional de funções e papéis –, a abordagem genérica é também contemplada na definição de Amossy. Seja manifestando-se na materialidade de uma bula papal ou de uma bula de medicamento, seja subvertendo o gênero

[78] A despeito do uso consagrado de L como a sigla de "lei de passagem", adotamos a sigla LP a fim de distingui-la da entrada "locutor", esta sim, neste trabalho, referida pela sigla L.

discursivo, a argumentação se inscreve em gêneros já repertoriados ou que ainda podem ser configurados.

Retomando os princípios componentes da argumentação, conforme equacionados acima, a análise argumentativa proposta por Amossy se funda sobre as abordagens figural, textual, comunicacional, dialógica, linguageira e genérica. A expansão conceitual realizada apresenta, então, a argumentação como elemento constitutivo do discurso e não da língua. A argumentação no discurso arregimenta, então, em uma mesma episteme, as várias abordagens mencionadas sem incorrer na perda de coerência. Para Lima (2022, p.169), a notável contribuição de Amossy foi a de "ao promover uma espécie de ritual antropofágico – para usar um termo bem brasileiro – fazer com que o pesquisador iniciante em argumentação acesse significativo material para a análise dos discursos sociais".

Se partir do cruzamento da *Nova Retórica* com a AD francesa, a autora elabora, portanto, uma problemática consistente, elucidativa, e goza de poder explanatório, a argumentação no discurso em nada é estranha à lógica constitucional da AD. Afinal, "se a análise do discurso em sua origem sobrevalorizou a teoria social e política e a dimensão ideológica sobre a expressão linguística, o interesse pelas formas de expressão nunca foi minimizado" (Emediato, 2020, p. 20).

Neste cruzamento antropofágico, em se tratando de uma problemática que focaliza, então, a argumentação como componente do discurso, a argumentação no discurso é incontornavelmente tributária dos estudos retóricos clássicos, à maneira como foram retomados pela NR. Dentre o legado retórico assumido por Ruth Amossy, interessa-nos mencionar o seu entendimento de *ethos,* bem como explicitar o uso deste termo e de conceitos correlatos que fazemos na presente pesquisa. O *ethos,* chamado também de *présentation de soi* (Amossy, 2005), convoca a leitura aristotélica de que toda tomada de palavra implica, deliberadamente ou não, a construção de um caráter, uma imagem de si.

Por conseguinte, para a autora, o "*ethos* prévio" é "a imagem que o auditório pode fazer do locutor antes que ele tome a palavra" (Amossy, 2020, p. 90)[79]. Entretanto, nesta tese, preferimos não falar em tal "representação da pessoa do locutor que é anterior à fala" (Charaudeau e Maingueneau, 2002, tradução nossa)[80] já que essa concepção preliminar que se tem do locutor só poderia existir a partir de um *ethos* discursivo. Isto é, a ideia que se faz do

[79] Na obra de 2020, Amossy revisita este conceito elaborado por ela, Maingueneau e Haddad em *Imagens de si no discurso* (Amossy, 1999 [edição brasileira, 2005]).
[80] "la représentation de la personne du locuteur antérieure à sa prise de parole".

caráter do locutor está fundamentada em seus discursos anteriores e em modelos de representação compartilhados em sociedade.

Da mesma forma que não se pode imputar o *ethos*, este só pode existir se houver discurso. A própria *Retórica* (2005) confirma esse entendimento no sentido de que a confiabilidade advinda do *ethos* deve ser resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do locutor. Além do mais, o *ethos* não é "o que se mostra", por exemplo no sentido literal do enunciado "sou muito bom no que faço e vou puxar a sua orelha!", mas "o que se diz", ou seja, aquilo que o alocutário pode decodificar. Neste nosso exemplo, a depender do contexto, poderíamos cogitar sentidos *ethóticos* como "o locutor é prepotente", "é arrogante", "é autoritário", "é condescendente" etc. – em AD, contudo, não se dispõe, em regra, de instrumentais para verificação do entendimento do alocutário; o foco analítico, diferentemente, volta-se para potenciais efeitos de sentido gerados pelo locutor.

O *ethos* se dá, enfim, na enunciação e não no enunciado. Preferimos, então, usar o termo "imagem" nos casos em que queremos denotar a ideia prévia que o alocutário ou interlocutor faz do caráter do locutor, baseada no *ethos* de seus discursos anteriores e em saberes compartilhados. Nesse sentido, a "imagem" pode ser, então, um *ponto de vista* atribuído a outro locutor em relação ao seu caráter.

No que diz respeito à epistemologia da problemática de Amossy, por um lado, a autora se afasta de uma crítica ideológica do discurso ao afirmar que a análise da argumentação não tem que tomar partido nem falar "em nome de uma verdade exterior (feminista, marxista, etc.)" (Amossy, 2020, p. 112). Por outra parte, a pesquisadora defende que "definir um funcionamento discursivo é também colocar em evidência o modo pelo qual se tenta agir sobre o parceiro. Em outras palavras, a análise seria em si mesma "um instrumento crítico" [...]" (Amossy, 2020, p. 27, itálico nosso). Isto é, propondo uma análise que é por excelência um instrumento crítico, a argumentação no discurso quer compreender como elementos dóxicos compartilhados no coletivo autorizam a persuasão – sem os relacionar a ideologias, tampouco tomar partidos. A autora defende que,

> Definir *doxa* como o saber compartilhado de uma comunidade em uma dada época é conceber os interactantes como tributários das representações coletivas e das evidências que subjazem a seus discursos, é ver sua palavra modelada pelo que se diz e se pensa em torno deles, pelo que eles absorvem, muitas vezes de modo inconsciente, pelo que consideram evidente sem darem conta disso (Amossy, 2020, p. 112).

Em se tratando de alocutários analistas do discurso, ao ressaltar também a dimensão dóxica inconsciente, Amossy convoca o interdiscurso na sua qualidade de memória discursiva involuntária, conforme entendimentos fundadores do campo da AD. Por outra parte, observamos que a recomendação de que a análise argumentativa deva apresentar a provisoriedade dos elementos dóxicos sem escolher um lado, pressupõe ser possível uma análise livre de julgamentos.

Entretanto, se o pesquisador ou pesquisadora são também interactantes no discurso, fiadores da doxa e atravessados pelo interdiscurso, parece-nos inadequado endossar a possibilidade de realização de uma análise livre da tomada de partido. Afinal, segundo a própria argumentação no discurso, o locutor condiciona, ao mobilizar a linguagem como ação, e é condicionado, ao ser transpassado, inconscientemente, pela doxa – isto, no nosso entendimento, é sobremaneira relevante às reflexões que lidam com temáticas relacionadas a lutas e militâncias sociais, como no caso da homoafetividade. Em contrapartida, acreditamos que esse aspecto problematizável da problemática tende a ser apagado no nível metalinguístico, já que a própria obra é também um empreendimento argumentativo que intenciona mobilizar meios verbais para fazer seus alocutários – supostamente, analistas do discurso – aderirem a suas teses.

Ressalvamos que esta lacônica consideração metateórica sobre a obra é passível da mesma interpretação e assim sucessivamente. Isto é, a própria dimensão argumentativa da presente tese e do tema potencialmente polêmico que orientou a elaboração dos nossos eixos temáticos pode ser problematizada no mesmo sentido. Afinal, analistas do discurso e seus objetos estão necessariamente inseridos no regime geral de enunciação. Portanto, o argumento desta investigação serve, simultaneamente, como instrumento crítico – em consonância ao entendimento de Amossy – bem como, indiretamente, toma partidos mesmo na própria escolha da temática de estudo – contrariamente à deontologia da autora. Na nossa síntese teórica, amparados em Rabatel, pressupomos que a análise da argumentação arregimenta ela também *pontos de vista* que, essencialmente, são tomadas de posição.

Qualquer teoria é uma escolha de simplificação da realidade que visa a avanços científicos. Desse modo, certos elementos devem ser desconsiderados em prol da exequibilidade teórica. Na sua problemática, Amossy consegue conceber tanto a agentividade, no projeto de *visée*/dimensão argumentativa, quanto, concomitantemente, o quadro das restrições socioinstitucionais. A argumentação no discurso procura "esclarecer os funcionamentos discursivos, explorando uma fala situada e, pelo menos, parcialmente sujeita a coerções [...]" (Amossy, 2020, p.11). Assim, mantendo a parcimônia teórica, a problemática não nega a existência dos constrangimentos sociais, genéricos e institucionais sobre o discurso.

Ao mesmo tempo, sob as restrições da situação de comunicação, o sujeito é responsável pelas escolhas que realiza, ainda que não seja possível afirmar que o locutor teria controle total sobre seus dizeres. Como pondera Lima (2022, p.164), "o sujeito da argumentação no discurso não é um agente, mas, ainda que atravessado pela história, pelas relações de força, pode resistir". Nesse sentido, ao realizar uma contundente síntese de abordagens variadas, a argumentação no discurso nos parece contribuir efetivamente para a incorporação da argumentação retórica nos estudos em AD enfatizando, ainda, a existência de certo grau de responsabilidade social do ser no mundo que desempenha o papel de locutor.

3.2.1 A tese do amor: uma análise da encíclica *Fratelli Tutti*

Nesta seção, oferecemos uma análise da carta encíclica *Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social*, à luz da argumentação no discurso, a partir de trechos selecionados. Esta encíclica foi escrita originalmente em espanhol e assinada em 3 de outubro de 2020 no curso da simbólica ocasião da visita do atual papa à tumba do seu homônimo Francisco de Assis[81]. O documento foi publicado no dia do santo, 4 de outubro do mesmo ano. *Fratelli Tutti* é a terceira carta encíclica do pontificado de Francisco, precedida pela *Lumen fidei* (2013), iniciada por Bento XVI e finalizada e assinada por Francisco, e pela *Laudato si'* (2015), cuja autoria é integralmente atribuída a Francisco.

A escolha da encíclica *Fratelli Tutti* (2020), deveu-se ao fato de se tratar do texto de mais alta hierarquia documental publicado pouco tempo antes do *Responsum sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo* (2021). Esta encíclica – que, como tal, lembremos, é o segundo na hierarquia documental da Igreja, imediatamente após as constituições apostólicas – antecede a publicação do *Responsum* em cerca de 4 meses. Ademais, ao escolher esta carta para a nossa análise em argumentação no discurso, consideramos a atualidade e a acessibilidade do documento, bem como a sua pertinência na cena da enunciação contemporânea da Santa Sé.

Adotamos como referência dos excertos apresentados a notação numeral do referido parágrafo. Não adicionamos à frente de cada trecho o ano de publicação, 2020, assim como não mencionamos "itálico nosso", tampouco "não paginado". No caso específico da *Fratelli Tutti* arrebanham-se 287 parágrafos, já numerados no original, em 97 páginas na versão oficial em português. Quanto aos principais temas abordados nessa carta circular, além da própria doutrina, destacam-se reflexões sobre imigração, racismo, misoginia, relações internacionais e

[81] Giovanni di Pietro di Bernardone, canonizado São Francisco de Assis no século XIII, nasceu em Assis, no Ducado de Espoleto, hoje, território italiano.

economia. Há, ainda, diversas referências nominais que se estendem do próprio São Francisco, a Gandhi, a Ricoeur e mesmo a Vinicius de Moraes e seu "Samba da Bênção" – esta última menção que poderia ser interpretada como um aceno ao Brasil em sua ainda massiva representação na eclésia, por meio da mobilização da prova do *pathos*. Afinal, se o membro da eclésia depreende no sentido do discurso referências familiares e endêmicas ao seu local de origem, identificando-se com o conteúdo, emoções que o movem persuasivamente podem ser suscitadas. Falamos aqui, portanto, igualmente de uma dimensão argumentativa que, implicitamente, visa a modificar maneiras de sentir e ver do alocutário do texto.

Inicialmente, consideramos o lugar social da cena da enunciação no qual *Fratelli Tutti* se engendra. Trata-se de um texto publicado no repositório *online* do Vaticano e reproduzido de modo não rastreável pela e na *web*[82]. Nesse sentido, existem vetores pragmáticos e discursivos do gênero que implicam expectativa e maneira de consumo específicas. Isto é, presume-se que os estudiosos e os fiéis que se detêm sobre o material digital ou impresso – motivados por objetivos científicos, ontológicos ou doutrinários, por exemplo – antecipem em variadas medidas o conteúdo documental, tanto com base no que se espera da cenografia do gênero encíclica quanto na imagem de quem assina a carta, o papa Francisco.

Embora possam coincidir, são efeitos discursivos distintos, de um lado, o caráter de si que Francisco apresenta e, de outro, a imagem que a eclésia decodifica em função das expectativas que tem sobre seu caráter antes que o papa tome a palavra. Como lemos na *Retórica* (2005), "persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé" – no nosso caso, se permitirmo-nos jogar com o duplo sentido livremente, ser digno da fé cristã católica. A imagem que a eclésia e a mídia nutrem, via de regra, em relação ao atual pontífice tende a ser configurada em oposição àquela atribuída ao seu antecessor, o papa emérito Bento XVI. Símbolo de renovação na Igreja, o atual sumo sacerdote foi eleito em Conclave de 2013, supostamente, como uma alternativa à perda de fiéis e à abrupta renúncia de Bento. Grosso modo, enquanto o papado de Bento era caracterizado pelos seus acenos às alas mais conservadoras do Vaticano-eclésia, no caso de Francisco, há certa tendência ao endosso público de uma imagem liberal fundada na defesa do amor como serviço. Embora esta seção venha a confirmar essa primeira leitura, ao longo dos próximos capítulos, relativizaremos a continuidade da inclinação liberal nos discursos do papado de Francisco.

[82] Maingueneau nos brinda, ainda, com pertinentes reflexões sobre a interrelação entre poder, ética e *web*, ao trazer a noção de "traço". Para mais informações ver Maingueneau (2014).

De toda maneira, em consonância com a sua imagem, a organização do conteúdo da *Fratelli Tutti* gera o efeito de um caráter do locutor conciliador, holístico e modernizante. O seguinte excerto ilustra uma confirmação dessa imagem que já se poderia nutrir previamente acerca do caráter do locutor, a partir de saberes compartilhados e discursos anteriores de Francisco:

> Nesta encíclica, *quis* reunir muitas dessas intervenções, *situando-as num contexto mais amplo de reflexão*. Além disso, se na redação da Laudato si' tive uma *fonte de inspiração no meu irmão Bartolomeu, o Patriarca ortodoxo* que propunha com grande vigor o cuidado da criação, agora senti-me especialmente estimulado pelo *Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb, com quem me encontrei*, em Abu Dhabi, para lembrar que Deus «criou todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade, e os chamou a conviver entre si como irmãos».[5] Não se tratou de mero ato diplomático, mas duma *reflexão feita em diálogo e dum compromisso conjunto*. Esta encíclica reúne e desenvolve grandes temas expostos naquele documento que assinamos juntos. E aqui, na minha linguagem própria, *acolhi também numerosas cartas e documentos com reflexões que recebi* de tantas pessoas e grupos de todo o mundo (Francisco, 5)

Chamado pelo estagirita de a mais importante das provas (Aristóteles, 2005), o *ethos* fundamenta o discurso, mas não é um argumento propriamente dito (Plantin, 2011). Ou seja, o *ethos* é o caráter que se mostra e não aquilo que se diz. Além disso, *ethe* se vinculam ao exercício da palavra não do indivíduo *per se*, mas do papel social que o sujeito desempenha (Maingueneau, 2014) – o que é evidente no caso papal, cujos protocolos comportamentais são rigidamente delimitados pelas condicionalidades da tradição. Se o *ethos* discursivo contribui para eficácia do dizer, mas não é um argumento em si, o projeto argumentativo da promoção de uma tese deve partir de pontos comuns às partes interactantes. O *ethos*, assim, tem sua forma acabada no alocutário. É sobretudo a partir desse entendimento que nos interessa também considerar a instância do alocutário da encíclica que, no movimento da argumentação, recorre a valores e imagens compartilhados no âmbito da doxa. Ainda que a análise da argumentação no discurso se volte aos especulados efeitos de sentido daquilo enunciado pelo locutor – e, eventualmente, pelo interlocutor –, e não a partir dos efeitos psíquicos implicados no alocutário, este último norteia o projeto persuasivo do locutor e, portanto, interessa à análise enquanto condicionante do discurso.

Segmentamos o alocutário em dois grandes grupos. No primeiro, acomodamos toda a sorte de pesquisadores – laicos, como no nosso caso, e estudiosos crentes, por exemplo, teólogos e exegetas. Por outra parte, estabelecemos a segmentação alocutária dos fiéis,

entendida como mais numerosa e que mais interessa à presente pesquisa, subsegmentada entre fiéis mais reformistas e mais tradicionalistas.[83].

Imagem 5 - Cabeçalho da *Fratelli Tutti* (2020)

Fonte: repositório online do Vaticano[84]

Naquilo que tange o nome da circular, como em outros gêneros discursivos, o título, em princípio, vetoriza as expectativas do alocutário. Entretanto, reiteramos a especificidade no caso das cartas encíclicas. A Santa Sé nomeia esses documentos de modo homônimo às duas primeiras palavras do conteúdo, estas escritas, muito frequentemente, em latim na versão inicial. Assim sendo, podemos pressupor que a escolha da passagem que encetaria o conteúdo da *Fratelli Tutti*, exceção à regra no que diz respeito ao latim, explicita o intuito inaugural desse movimento de argumentação pontifício.

Irmãos todos é uma citação vocativa proveniente das *Admoestações de São Francisco*[85], datadas do século XIII, as quais gozam legitimidade frente ao alocutário fiel versado na mística, marcadamente frente àquela parcela franciscana. Lembramos que, embora seja um jesuíta, o primeiro dessa ordem a ser sagrado papa, Jorge Bergoglio, o religioso argentino que se tornaria pontífice, escolheu para si o nome Francisco. Isto indicia as inclinações também franciscanas desse jesuíta, afinal, a escolha do nome honorífico, neste movimento de subenunciação e

[83] Não procederemos com a classificação dos conjuntos de variáveis que caracterizariam as inclinações que tratamos no espectro reformistas-tradicionalistas e que poderiam, outrossim, serem lidos no continuum conservadoras-liberais – e.g. apoio/repúdio à consagração da união homoafetiva, ao direito ao aborto, à modernização da igreja etc. Da mesma forma, compreendemos que um estudioso fiel, por exemplo, pertenceria a ambas as segmentações do nosso corte epistemológico.

[84] Reprodução livre. Acessada no dia 14 de outubo de 2024 em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html.

[85] "Guardiamo con attenzione, *fratelli tutti*, il buon pastore che per salvare le sue pecore sostenne la passione della croce" (parágrafo 155, itálico nosso). Acesse as Admoestações na íntegra em: http://www.ofssanlorenzoalverano.it/home/documentazione/le-fonti-francescane/ammonizioni.

inscrição no interdiscurso católico, é um gesto discricionário da pessoa que ocupa o cargo de sumo pontífice.

A vontade de adesão que o locutor tenciona provocar no alocutário recorre à alçada hagiológica. Esta autoridade, sendo divina, é dogmaticamente irrefutável. O ato de remeter *ad verecundiam* às Admoestações para ter como efeito de sentido a fundamentação da dimensão argumentativa da encíclica já no seu título. Por meio de exortação com a qual enceta o documento, o locutor, concomitantemente, anima a eclésia e estabelece uma relação dialógica com a palavra São Francisco, convocando a sua autoridade de papa e de homônimo. Na carta analisada, a fórmula *Fratelli Tutti* se vale da cenografia das Admoestações em prol da tese do locutor; este, enfim, mobiliza e resgata a dimensão argumentativa que pode já desempenhar certo grau de adesão no alocutário *avant la lettre*. Tal convocação, embora fraternal e amigável, não parece ser desprovida de finalidade persuasiva.

Excepcionalmente, o título é mantido em italiano em todos os idiomas para os quais a Santa Sé ofereceu uma versão oficial, recorrendo, então, à memória discursiva das Admoestações franciscanas[86]. Quanto à contextualização das repercussões do título, houve críticas severas de que a literalidade de "irmãos todos", seria misógina ao não contemplar as mulheres no substantivo empregado – conforme afirmado, por exemplo, pelo padre jesuíta Thomas Reese e pelo *Catholic Women's Council*. Segundo a Santa Sé, em resposta apaziguadora às contestações polêmicas, a frase italiana foi empregada com a conotação de *toda a humanidade* e teve em vista respeitar a fidelidade ao original[87]. Se uma encíclica é vocacionada à renovação da visão da Igreja, a atualização é, naturalmente, limitada pela extensão do argumentável na doxa católica. A instável transgressão *fratelli e sorelle tutti* era uma opção, mas a estável tributação *Fratelli Tutti* foi a escolha.

Contudo, a apresentação do sintagma *fratelli tutti* na forma de vocativo, é sucedida por um gesto de cautela do locutor, "FRATELLI TUTTI: escrevia São Francisco de Assis, dirigindo-se a seus irmãos e *irmãs* para lhes *propor* uma forma de vida com *sabor* a Evangelho" (Francisco, 1.). Notamos a flexão no feminino, *irmãs*, que parece tencionar diluir a polêmica sobre o teor misógino do título. Ademais, o item lexical *sabor*, apela a uma experiência sensorial para o despertar do *pathos* na eclésia e o canalizar a tese central da carta, veiculada na dimensão argumentativa atenuada pelo verbo *propor*.

---

[86] Não se aplica, naturalmente, às versões transliteradas, por exemplo, ao chinês e ao ucraniano. Na data de submissão da tese, a Santa Sé oferecia acesso à encíclica em 17 idiomas.

[87] Veja a reportagem de capa do *L'Osservatore Romano*, intitulada *Un'enciclica per fratelli e sorelle tutti* (17 set. 2020) em: https://www.osservatoreromano.va/en/pdfreader.html/quo/2020/09/QUO_2020_212_1709.pdf.html.

Tomando as Admoestações como um dos discursos constituintes presente na encíclica, notamos que a autoridade plasmada na exortação é afluente de um discurso que ao constituir "legitima a instituição que o torna possível" (Maingueneau, p.143, 2014). Nesse sentido, ao ser uma atualização da doutrina, a *Fratelli Tutti* se pretende ser também um discurso que constitui a sua própria existência em nome do "absoluto". Este movimento, ao ser caucionado nos planos imanente e transcendente – respectivamente, pelo chefe da cadeira santa e pelo próprio divino –, parece favorecer a autofundação do discurso em questão.

Na introdução da encíclica, que apresenta os problemas a serem endereçados, à maneira de uma *dispositio*, o locutor expõe e justifica a cenografia por meio de construções axiológicas:

> irrompeu de *forma inesperada* a pandemia do Covid-19 que deixou a descoberto as nossas *falsas seguranças* [...] ficou *evidente* a *incapacidade de agir em conjunto*. [...] verificou-se *uma fragmentação que tornou mais difícil resolver os problemas* que nos afetam a todos. Se alguém pensa [...] que a única lição a tirar é que devemos melhorar os sistemas e regras já existentes, *está a negar a realidade* (Francisco, 7.)

Além disso, há uma construção antinômica do *nós*, liderado pelo locutor, em relação a um outro que conclama tão somente uma melhora no sistema de regras. Nota-se, neste entimema, a conclusão não-ostensiva de que, portanto, não se deve negar a realidade, sendo imperativo mudar o sistema de regras. A apresentação e fundamentação do argumento de urgência parece visar à aceitação e legitimação da *Fratelli Tutti* como um projeto de mudança efetiva assentado na atualização doutrinária da ação coletiva que o documento encerra.

A finalidade argumentativa da afirmação da ineficácia do sistema corrente, indicada no parágrafo 7 e indiciada no título, é então consumada de modo convocatório e deôntico em: "*precisamos duma comunidade* que nos apoie [...] *Sonhemos* como uma única humanidade, como *caminhantes da mesma carne humana*" (Francisco, 8.). O valor comunitário e universalizante conclamado – literal e etimologicamente *católico*, da transliteração do grego *katholikós*, isto é, "aquilo que reúne e abrange tudo e todos" – é mobilizado no plano do ideal por meio do imperativo de natureza subjuntiva *sonhemos*. Esse valor de coletividade cristã, estabilizado na doxa católica, relaciona-se tanto com a imagem agremiadora do papa Francisco, quanto, destacadamente, com a tese do amor cristão fraterno.

Essa tese fundacional da tradição cristã circula no discurso pontifício em diversas configurações, por exemplo, na fórmula do amor católico-cristão como morada e serviço. Difundida sobretudo com Francisco, a partir da encíclica *Laudato si'* (2015), o locutor papal da *Laudato* traduziu essa fórmula por meio da ideia-força de "casa comum". Na encíclica de 2020, este conceito é retomado com marcadores dêiticos de coletivização em "Mas precisamos de nos

constituirmos como *um «nós» que habita a casa comum* (Francisco, 17)" e, igualmente, em "Quando falamos em cuidar da *casa comum, que é o planeta,* fazemos apelo àquele mínimo de consciência universal e de preocupação pelo *cuidado mútuo* que ainda possa existir nas pessoas". (Francisco, 117). É, enfim, esta tese do amor, em suas diversas analogias e organizações proposicionais, mas sempre afiançada e corporificada na figura do prócer Jesus, que parece se fundamentar a argumentatividade e os valores católicos defendidos pelo locutor da *Fratelli Tutti.*

Para uma contextualização da noção de amor em sentido amplo, recorremos ao filósofo Comte-Sponville (1995). Segundo o autor, o amor pode ser pensado, em aproximação metonímica, relativamente à polidez e à moral. Por um lado, a polidez é um simulacro da moral, já que agir de maneira polida é atuar como se se fosse virtuoso. A moral, por sua vez, é o simulacro do amor, ou seja, agir moralmente é atual como se se amasse. Em termos kantianos, enquanto o amor não é um mandamento, mas um ideal, a moral é uma obrigação, aquilo que se deve fazer. Para Comte-Sponville, então, o amor consuma a moral e liberta o sujeito desta. Afinal, só se precisaria da moral na falta de amor[88]. Nesse sentido, evidencia-se o entendimento agostiniano de "ama e faz o que quiseres", estabelecido em relação dialógica com o Evangelho segundo Mateus.

Esta superação da moral terrena na transcendência do amor cristão, componente estrutural do discurso religioso católico, é apresentada na encíclica na forma de "um convite a um *amor* que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço" (Francisco, 1.). Dessa forma, o convite em tela confunde e dilui a materialidade da carta no próprio divino que endossa o seu discurso. Afinal, se "*Deus é amor*, e quem permanece no amor, permanece em Deus» (1 Jo 4, 16)" (Francisco, 4.), a encíclica é um convite à comunhão com o deus católico apresentado por seu porta-voz último, o papa.

O apelo ao amor é figurado na própria hierofania de deus. A argumentatividade desses enunciados, a partir dos quais se busca a adesão, não deve ser desconsiderada, mesmo que estejam amparados por uma crença já legitimada; afinal, uma crença estabilizada pode ser intensificada. Tal reforço, diretamente associado à identidade de grupo, é um dos principais atributos do gênero encíclica. Assegurada na autoridade de discursos constituintes – além das

[88] O entendimento de Sponville se afasta daquele nietzschiano de abolição da moral. O autor, na verdade, aproxima-se de Spinoza (1878) no sentido de confirmar a moral no fundo dos corações. Diferentemente da polidez, "a moral vem mais do sentido do que da lógica" (Comte-Sponville, 1995, p.244) e, acrescentamos, o amor vem apresentado pela lógica, mas apenas compreendido no sentido psicológico de abolição da moral na transcendência.

Admoestações, sustentada sobre o Evangelho segundo João – a platitude de um enunciado, a princípio vazio, é preenchida por uma dimensão argumentativa.

Na passagem "Este Santo [Francisco de Assis] do *amor* fraterno, da simplicidade e da alegria, que me inspirou a escrever a encíclica *Laudato si*', volta a inspirar-me para dedicar esta nova encíclica à *fraternidade e à amizade social*" (Francisco, 2., acréscimo nosso), São Francisco, em sua voz constituinte, é associado ao amor divino fraternal, leitmotiv dessa encíclica. Ademais, no fragmento, que encadeia a *Fratelli Tutti* como uma continuidade (dia)lógica da *Laudato si*', o locutor mobiliza valores abstratos, em princípio, inquestionáveis, para captar a benevolência do alocutário fiel. Caso se desconsidere o relativismo da maneira como cada alocutário decodificaria *amizade social, fraternidade* e *amor*, é possível tomá-los como universalmente aceitos.

Desse modo, persuadindo por argumentos estáveis, o locutor elabora na cenografia uma relação de causalidade entre *amor* – que é deus – e *felicidade*: "nele [no convite ao amor] declara *feliz quem ama* o outro" (Francisco, 1., acréscimo nosso). Grosso modo, a dedução, que implica determinada tese, é validada perante o alocutário desde que haja uma lei de passagem (LP) aceitável. Enquanto elemento abstrato amplamente desejado, a felicidade pode, então, ser interpretada como a LP que estabiliza a validade da conclusão que Francisco busca projetar, isto é, a adesão ao amor cristão.

A LP-felicidade é estável, ou seja, é necessária e não é facilmente refutável. Afinal, à sua maneira, todo ser parece almejar a felicidade. Embora seja um argumento vago, sua capacidade de persuasão reside exatamente nessa pretensa universalidade. A lei de passagem se trata, assim, de um lugar-comum ou *topos*, cuja aceitabilidade alocutária fiel é praticamente consensual. Além disso, as estruturas lógicas empregadas buscam realizar a moção do alocutário recorrendo a valores que instigam emoções. Nesse sentido, percebemos a inseparabilidade entre razão e emoção na encíclica, aspecto típico do discurso religioso, garantida pela imagem e pelo *ethos* discursivo.

Embora se trate de um texto religioso, a voz da *Fratelli Tutti* não desconsidera a ciência, mas a interpela frente à defendida depreciação de valores morais e espirituais:

> *não ignoramos os avanços positivos que se verificaram na ciência,* na tecnologia [...] *Todavia* ressaltamos que, juntamente com tais progressos históricos, grandes e apreciados, se verifica uma *deterioração da ética*, que condiciona a atividade internacional, e um *enfraquecimento dos valores espirituais e do sentido de responsabilidade* (Francisco, 29.).

Todo discurso só é possível no seu tempo e, a certo modo, sempre fala do seu tempo. Portanto, uma encíclica moderna, deve ela também endereçar a razão do seu momento histórico. Na sua função de apontamento das prioridades católicas no momento, é próprio da constituição do gênero delinear perigos à fé ou à instituição Igreja, exortando seus seguidores a cursos de ação específicos. O operador argumentativo *todavia*, seguido por *ressaltamos*, na sequência da negação, realça riscos e aspectos deletérios que o locutor quer enfatizar – a deterioração da ética e o enfraquecimento do sentido de responsabilidade e dos valores espirituais –, podendo, assim, suscitar adesão a partir da construção argumentativa da ameaça.

Não há nesta encíclica argumentos construídos sobre a ideia de "irracionalidade". Porém, a antípoda "racionalidade" pode ser encontrada com diversas intenções e usos[89]. O gênero em tela acomoda melhor uma dimensão argumentativa que persuade, implicitamente, ao indiciar o que seria mais "racional" em um dado momento do que por uma *visée* que se opõe, direta e abertamente, por meio de uma acusação do "irracional". Por exemplo, o locutor afirma que, "Perante esta realidade, hoje é muito difícil sustentar os critérios *racionais* amadurecidos noutros séculos para falar duma possível «guerra justa». Nunca mais a guerra!" (Francisco, 242.).

Com efeito, a denúncia irônica do relativismo, parcialidade e flutuação do "racional" é sustentada ao colocar em xeque a pretensa racionalidade na declaração e na execução da guerra. O argumento, calcado na desaprovação do bélico, é coerente ao *ethos* moderno da Santa Sé, caracterizado pela condenação incondicional à guerra[90]. Ao especificar o momento atual da Igreja, afastamo-nos analiticamente da realização de paralelos com o Cristianismo Primitivo e, sobretudo, com passado medieval da Santa Sé – período em que prosperam exemplos de exaltação de guerras santas, e.g., a expulsão dos mouros, as Cruzadas e a Inquisição. Trata-se de diferentes momentos da doxa católica, em uma acepção da doutrina que vem se modificando notavelmente ao longo dos séculos.

---

[89] Pesquisamos na íntegra do documento a recorrência da entrada "racional", bem como cognatos e variações, tais quais "racionais", "racionalidade" e "irracional".

[90]Entretanto, mesmo na modernidade, tal movimento de condenação à guerra não foi contínuo e uniforme, sobretudo consideradas as variações a cada pontificado. Um exemplo de ressalva é aquele relativo à polêmica que rodeou uma suposta carta enviada pelo papa João Paulo II, na década de 1980, a Leonid Ilyich Brezhnev, à época Secretário Geral do Partido Comunista Soviético. Segundo Carl Bernstein (1997), Reagan foi informado de que o papa teria redigido uma carta, admoestando Brezhnev acerca do respeito à soberania da Polônia e aos direitos do *Solidarność* – o Solidariedade polonês. Segundo rumores, negados pelo Vaticano, porém veiculados como furo jornalístico em edição do *The New York Times* de 1983, João Paulo II teria ameaçado liderar um movimento de resistência na Polônia caso as tropas soviéticas intervissem no território, inclusive "usando do seu próprio corpo entre o povo polaco e os tanques russos". Enfatizamos uma das conclusões da nossa tese que aponta na direção de que há, no mínimo, dois locutores derivados da mesma fonte enunciadora papal; quais sejam, de um lado, aquele ligado à pessoa do papa, evidenciado em falas espontâneas e, de outra parte, o locutor associado ao papa-instituição que emerge nos documentos da Santa Sé e que tende a ser mais contínua entre pontificados.

Na mesma encíclica de 2020 a noção de "razão" é igualmente usada, mas como substrato de sustentação de um argumento e não como denúncia de parcialidade ou incorreção:

> o diálogo é o caminho mais adequado para se chegar a reconhecer aquilo que sempre deve ser afirmado e respeitado e que ultrapassa o consenso ocasional. Falamos de um diálogo que precisa de ser enriquecido e iluminado por *razões*, por argumentos *racionais*, por uma variedade de perspectivas, por contribuições de diversos conhecimentos e pontos de vista, e que não exclui a convicção de que *é possível chegar a algumas verdades fundamentais* que devem e deverão ser sempre defendidas. (Francisco, 211.)

A utilização da mesma família lexical no parágrafo – como algo que enriqueceria e promoveria o diálogo benfazejo – pode ser lida como um deslize discursivo, posto que o próprio locutor reitera a incorreta parcialidade subjacente à qualificação "racional". Ademais, ao tratar de *verdades fundamentais*, afasta-se da tese da mudança dos *critérios racionais amadurecidos noutros séculos* (Francisco, 242.). Nesse sentido, o uso de "argumentos racionais" seria potencialmente deletério tão somente quando não fosse conveniente ao amparo da tese do locutor.

As construções adotadas parecem, enfim, visar a um efeito de objetividade em relação ao convite ao amor, este que, em essência e contraditoriamente, pertence à ordem do relativo. Dessa forma, a promoção de um discernimento *iluminado por razões*, que implicaria cursos de ação sensatos e universalmente acolhedores é, implicitamente, associada à doutrina católica – esta que está na base do argumento defendido da existência de *verdades fundamentais*.

Ao longo do texto que leva sua assinatura, o papa se apresenta, humaniza-se e se personifica. Do mesmo modo, enquanto promove a acolhida na casa comum e no amor, o locutor produz um efeito de sentido de afastamento do discurso mais tradicionalista da Igreja. A indiciação do *ethos* do papa, a promoção novidadeira de uma agremiação universalizante e o suposto distanciamento do tradicionalismo são efeitos que podemos observar em:

> A partir do «amor social»,[172] é possível avançar para uma *civilização do amor* a que todos *nos podemos sentir chamados*. Com o seu *dinamismo universal*, a caridade pode *construir um mundo novo*,[173] porque não é um sentimento estéril, mas o modo melhor de alcançar vias eficazes de *desenvolvimento para todos*. *O amor social* é uma «força capaz de suscitar novas vias para enfrentar os problemas *do mundo de hoje* e *renovar* profundamente, desde o interior, as estruturas, organizações sociais, ordenamentos jurídicos». (Francisco, 183)

Ao mesmo tempo, o *desenvolvimento para todos* parece encontrar limites. Embora a encíclica exorte os "irmão todos" à comunhão, mencionando e categorizando uma pletora de agrupamentos cuja forma de apresentação gera um efeito de sentido de exclusão e

vulnerabilidade – os assolados pela pandemia, os economicamente vulneráveis, os refugiados, os manipulados por demagogos, os Estados da periferia global, aqueles cujos direitos humanos são desrespeitados, os acometidos pela depressão, pela solidão, pela guerra, enfim, uma ampla gama de vulneráveis –, o locutor não realiza nenhum movimento implícito ou explícito de mobilidade empática ou aceno aos homens gays ou, mais amplamente, à população LGBT+. Trata-se de uma minoria invisibilizada na carta encíclica, posto o apagamento contraintuitivo de um sujeito no mundo relacionado ao locutor da carta que já era o "papa pró-gay" do episódio "quem sou eu para julgá-la?", ocorrido em 2013. Esta reflexão, portanto, preambula a interpretação que desenvolvemos a respeito do todo do nosso *corpus*, conforme sua culminação na *memoria* da tese.

Em suma, no que tange à presente análise, os sentidos ocasionados pela maneira como a carta encíclica *Fratelli Tutti* é organizada, permitem o gesto de leitura de que o projeto persuasivo do locutor se volta à intensificação de crenças já estabilizadas – mas apresentadas sob a aparência de uma necessidade atual e premente. Neste projeto se sobressai a dimensão argumentativa da tese do amor. Isto é, na forma de um convite à comunhão com o deus cristão, que não estigmatiza nem exclui, visa-se a fomentar uma agregação ampla da eclésia e a difusão da palavra católica. As construções argumentativas são elaboradas pelo locutor recorrendo à doutrina, atualizada no momento histórico da publicação, e buscando suscitar emoções no alocutário. Neste movimento, os efeitos de coerência da argumentação e de urgência do tema se fundamentam na inseparabilidade entre a prova do *logos*, o caráter papal construído no discurso e o *pathos*.

ELOCUTIO: O ESTILO TEÓRICO DA NOSSA TESE

A partir do século XVI, a *inventio* e a *dispositio* passaram a ser cada vez mais associadas ao campo da lógica, limitando a retórica por um extenso período, basicamente, aos estudos das figuras. Segundo Amossy, "o 'ramismo', assim, desmantela a retórica, reduzindo-a à arte do ornamento (2020, p. 19). Antes desse processo de desmantelamento, na arte retórica clássica, enquanto a *dispositivo* se tratava da organização das provas, a *elocutio*, seria o momento consecutivo de embelezamento do verbo, aquilo referido pelos gregos antigos como *lexis*. Nesta etapa, era esperado que o orador organizasse o estilo da colocação verbal e argumentativa ao nível da frase, afinal "não basta possuir o que é preciso dizer, mas torna-se também forçoso expor o assunto de forma conveniente" (Aristóteles, 2005, p.241). A *elocutio* é, enfim, a questão da composição e do estilo.

Recorrendo ao nome desse terceiro pilar do sistema retórico, neste capítulo, segmentado em duas partes, apresentamos, figurativamente, o *estilo* teórico da nossa argumentação de tese. Nomeadamente, em primeiro lugar, aventamos considerações autorais sobre uma aproximação de categorias da teoria dos pontos de vista e da problemática da argumentação do discurso. Não se trata de nova teoria, mas um movimento de leitura que quer ressaltar aspectos relacionáveis nos entendimentos de Rabatel e Amossy. Valendo-nos desse gesto de articulação, analisamos, na segunda metade do capítulo, o primeiro documento do eixo da segregação, a *Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais* (2005).

Enquanto um objetivo específico, a realização do nosso movimento de associação teórica, embora subsumido ao objetivo geral e motivado pelo nosso *corpus*, aspira ultrapassar o escopo da tese. Afinal, visamos a propor uma possiblidade de leitura que, idealmente, seja replicável a outros estudos voltados à argumentação e ao fenômeno da enunciação. Esta serve a investigações cujo *corpus*, na leitura de quem pesquisa, impera análises em argumentação no discurso mais detidas no que diz respeito à gestão dos *pontos de vista*. Entretanto, nossa primeira seção é ensaística e, igualmente, elementar. Dada a natureza teórica e copiosa do empreendimento, procuramos, ainda, organizar a proposta de diálogo em um quadro que, embora extenso, pretendeu simplificar e explicitar a viabilidade do empreendimento.

4.1 A boa nova: a argumentação no discurso do *homo narrans*

O item lexical "evangelho", cuja origem remonta à língua grega clássica, denota "boa nova". Esta, no campo semântico do Cristianismo Primitivo, desempenha a função de gênero no qual se inscrevem os textos do Novo Testamento, marcadamente, os evangelhos canônicos

que narram a vida de Jesus e os seus ensinamentos legados à humanidade, quais sejam, a Boa Nova. Isto considerado, jogando novamente com palavras, designamos a presente seção como a "nossa boa nova". Dito de outro modo, modalizamos no título a designação de um objetivo específico desta tese, qual seja, a realização de um gesto de aproximação de categorias da argumentação no discurso e da teoria dos pontos de vista[91].

Aventamos uma possibilidade de associação de aspectos teóricos argumentativos e enunciativos, focalizando a abordagem dialógica da problemática de Amossy – que, junto às demais, figural, textual, comunicacional, linguageira e genérica, sustenta epistemologicamente a sua problemática. Assim, entendemos que a *visée* e a dimensão argumentativa são engendradas pelos posicionamentos discursivos do *homo narrans*, esta instância que narra nos eixos modal e dêitico. Dessa forma, valemo-nos do pressuposto que a argumentação nos discursos se estrutura a partir da enunciação de posicionamentos – isto é, de *ponto de vista* acerca de um dado objeto de discurso.

Colocando esse pressuposto nos termos da argumentação no discurso, "globalmente, pode-se dizer que há argumentação quando uma tomada de posição, um ponto de vista, um modo de perceber o mundo se expressa sobre um fundo de posições e visões antagônicas, ou tão somente divergentes, tentando prevalecer ou fazer-se aceitar" (Amossy, 2020, p. 42). Isto é, a argumentação, cuja condição de existência repousa na divergência de posições, deflagra-se a partir da atividade de tomada de posição. Embora a pesquisadora se valha da entrada *ponto de vista* sem apresentar a definição linguística que sustenta o seu uso pontual na obra, Amossy parece nos dar margem para explorar a noção no seio da sua problemática.

Isto posto, demonstramos a seguir como o *ponto de vista*, entendido, sucintamente, como os "meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto (de discurso)" (Rabatel, 2016, p.30, acréscimo nosso), e as categorizações relacionadas a esta noção, como a hierarquização das vozes no texto, podem ser harmoniosamente associados argumentação no discurso, tendo em vista que esta também se volta ao fenômeno da enunciação. Naturalmente, partimos dos juízos de que a perspectiva de Rabatel não é aquela da argumentação no discurso e que Ruth Amossy analisa a enunciação, mas não necessariamente o *ponto de vista*; isto

[91] A delimitação da articulação que sugerimos nesta seção foi apresentada, de modo preambular, no *5º Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação* (SEDiAr), ocorrido na PUC-SP, na sessão de comunicação 03, em 19 de abril de 2023. Agradecemos aos demais apresentadores pelas suas agudas observações e sugestões, bem como pelas profícuas discussões da mesa que, certamente, contribuíram para o refinamento da redação final desta seção. Nesta, adotamos o uso de rodapés com uma frequência bastante mais elevada do que nas demais partes da tese. Desse modo, esperamos facilitar a leitura de um empreendimento que, sendo essencialmente interdisciplinar, ocasiona diversas correlações teóricas e impera a retomada de conceitos e autores que não apenas Rabatel e Amossy.

considerado, porém, na porosidade multidisciplinar do estudo da enunciação, propomos de caminho de diálogo entre o autor e a autora que, potencialmente, permite um refinamento da análise argumentativa, na abordagem dialógica, em seus aspectos enunciativos.

Para tanto, justificamos o nosso gesto sob um segundo pressuposto de que, em qualquer enunciação, há, no mínimo, uma dimensão argumentativa, isto é, um intuito implícito de orientação persuasiva do alocutário[92]. Por consequência, pressupor a ocorrência generalizada de algum grau de argumentatividade, presente na tessitura do discurso, é entender que há sempre um PDV, uma tomada de posição implícita ou explícita. Nosso gesto de aproximação de categorias, motivado pelo estudo do *corpus* da presente pesquisa[93] – em que predomina a *visée* nos textos de segregação e a dimensão argumentativa naqueles de agregação –, visa a ressaltar na análise a importância dos *pontos de vista* e da responsabilidade enunciativa na construção argumentativa.

Considerando que nossa formação acadêmica se filia aos estudos de argumentação e da retórica, percebemos, a princípio, como a argumentação no discurso atenderia, em escopo global, à nossa proposta de análise. Embora seja necessário amparar uma decisão de direcionamento teórico de modo impessoal, é ingênuo desconsiderar o peso das inclinações pessoais e do percurso da formação acadêmica sobre a escolha do marco teórico. Isto considerado, dada a sua natureza plural, entendemos que a problemática desenvolvida por Ruth Amossy e por outros autores nos permitiria analisar um *corpus* inserido em uma cena da enunciação complexa que conjuga elementos como discurso religioso e constituinte em suas finalidades e dimensões argumentativas, (des)inscrições enunciativas e (des)associações entre papa e Santa Sé, eventos discursivos polêmicos e temas sensíveis, como o da homoafetividade em âmbito eclesiástico e sacramental. Uma vez então iniciados os estudos preliminares no texto que motivou o desenho da pesquisa – o *Responsum* de 2021 que nega a bênção matrimonial à união homoafetiva –, sobretudo em razão dos jogos de imputação proposicional de responsabilidade enunciativa, o nosso "*corpus* nos falou" sobre a conveniência de uma análise enunciativa mais aprofundada.

---

[92] Assim sendo, nossa síntese vai ao encontro da adição à 4ª edição da *Argumentação no discurso*, em que Amossy sustenta que a incontornável natureza dialógica da expressão linguageira faz com que "toda utilização da linguagem ocasione, necessariamente, uma dimensão argumentativa, mesmo nos casos sem um empreendimento confesso, tampouco estratégias imediatamente percebidas (Amossy, 2021, p.46, tradução nossa).

[93] A analista do discurso deve ponderar qual tipo de abordagem, problemática ou teoria melhor se adequa a cada *corpus*, evidentemente, agindo com rigor científico e metodológico. Afinal, analistas não lidam com aplicação teórica, mas realizam percursos analíticos para um gesto de leitura. Os problemas de pesquisa surgem do contato reiterado e da análise contextualizada do *corpus*. Conforme polissêmica e ludicamente afirmado pela pesquisadora Helcira Lima, "sem intimidade, não há relação com o *corpus*" – Fala proferida em encontro *online* do grupo de pesquisa *Retórica e argumentação*, RetorAr (CNPq), no dia 28 de abril de 2023.

Ora, se em metodologia científica o pesquisador (i.) lida com um *trade-off* entre abrangência explanatória e simplicidade teórica e (ii.) parte do fundamento de que toda teoria é, em algum aspecto, insuficiente, concluímos, heuristicamente, que vincular noções de Rabatel e de Amossy nos possibilitaria focar o aspecto mais relevante para a nossa investigação. Simultaneamente, não incorreríamos na perda da multifatorialidade que plasma a conveniente abrangência da argumentação no discurso. Grosso modo, nosso esboço de síntese teórica, em aparente contrassenso, ao acrescentar, visou a atribuir parcimônia teórica. Afinal, concentramo-nos em um limitado número de categorias associadas à noção que adotamos de PDV[94].

Partirmos então da argumentação como uma atividade que "está inserida numa confrontação de pontos de vista da qual participa mesmo quando não há polêmica aberta ou dissenso declarado." (Amossy, 2020, p. 41). Contudo, o foco recai sobre o arranjo de hierarquização de posturas e responsabilidade enunciativas relacionado à finalidade e à dimensão persuasivas. Desse modo, a partir de uma estruturação parafrástica de noções dialogáveis presentes em Amossy e Rabatel, reorganizamos o conceito de argumentação como a atividade discursivo-linguageira, institucional e socialmente situada, por meio da qual a instância enunciativa expressa uma posição com a expectativa de que a instância alocutária aceite um ponto de vista.

Nesta síntese conceitual – que orienta a seleção das categorias que fazemos dialogar –, enfatizamos a argumentação como atividade, suscitada pela enunciação de uma tomada de posição com o fim de agir sobre outrem. É nesse sentido que está contida na definição a expressão de um gesto de posicionamento discursivo[95] que visa a que o alocutário aceite a dimensão e/ou finalidade de um PDV. Portanto, sem tencionar romper com a tradição aristotélica, já que mantemos a ideia latente de influenciar as disposições do alocutário,

---

[94] Pautados no mesmo objetivo de simplificação, assim como considerando a leitura especificamente argumentativo-enunciativa do *corpus* que inspira esta proposta de síntese, decidimos, por hora, não incorporar considerações de ordem iconoplástica, conforme os avanços mais recentes de Rabatel, ainda a serem publicados em 2025, em que a sua teoria pragma-enunciativa do PDV é transposta para a análise de imagens com ou sem conteúdo enunciativo. Ademais, se o estudo do dialogismo interlocutivo pode vir a ser incorporado em desdobramentos da nossa proposta, neste momento inaugural, a partir de Rabatel, nossa aproximação serve marcadamente ao estudo dos fenômenos dos dialogismos interdiscursivos e enunciativo.

[95] Em lugar de "posicionamento discursivo" poderíamos falar em "tomada de partido", o que implica um ganho de compreensão tanto pela ideia de movimento, quanto considerando o uso popular da expressão, como no caso "fulano tomou partido em prol dela", isto é, "fulano", a partir de uma divergência aberta ou velada, expressou um *ponto de vista* como uma dimensão e/ou uma finalidade com expectativas sobre uma instância alocutária. Ao apresentarmos o nosso conceito em minicurso cedido à Université Grenoble-Alpes, em abril de 2024, adotamos a expressão *prendre parti* na tradução da nossa definição, a saber: *l'argumentation est l'activité discursive-langagière institutionnelle et socialement située, à travers laquelle l'instance énonciative prend parti et l'exprime dans l'attente que l'allocutaire accepte la dimension ou la visée d'un point de vue.*

redirecionamos o foco analítico ao conceber a argumentação como atividade co-construída por *pontos de vista*[96].

Quadro 2 - Uma aproximação de categorias mobilizadas por Amossy e Rabatel

	Argumentação no discurso	**Teoria dos pontos de vista**	**Potencial articulação**
Composição teórica	Problemática interdisciplinar: teorias retóricas, pragmáticas e lógicas. Comporta as abordagens figural, textual, comunicacional, dialógica, linguageira, genérica Pode mobilizar a noção de enunciação em suas análises, mas não necessariamente em relação ao *ponto de vista* e à postura enunciativa	Abordagem dual: eixos modal e dêitico; dialogismos interno e externo Pressupõe um regime de trocas argumentativas, mas não se filia abertamente à noção de argumentação sobre a qual a argumentação no discurso se edifica	Análise argumentativo-enunciativa interdisciplinar focada na abordagem dialógica nos eixos modal e da dêixis
Instâncias subjetivas e nomenclaturas correlatas	Emprega de maneira equivalente *auditório, público, alocutário e destinatário;* tende, porém, a preferir a díade *locutor-alocutário* (e *interlocutor* nos casos de diálogos efetivos)	*locutor* (L), *enunciador* (E), *locutor-enunciador* (L/E) L e E podem ser ilimitadamente numerados – *locutor primário* (L1), *locutor segundo* (l2), *enunciador primário* (E1), *enunciador segundo* (e2), etc As vozes enunciadoras do texto podem ser classificadas de modo hierárquico nas posturas enunciativas de *sobre-enunciador*, *coenunciador* *subenunciador*	Instâncias locutoras: locutor; enunciador; locutor-enunciador; posturas enunciativas: sobre-enunciador; coenunciador; subenunciador Instâncias alcutárias: alocutário, interlocutor

[96] A reorganização do conceito de argumentação que propomos se diferencia ligeiramente de outras da literatura, tal como aquela da própria Amossy (2020, 2021), como "meio verbal", mas também daquela de "técnica discursiva", segundo a NR (1996), ou ainda "estratégia discursiva", em Grize (1971). Por outro lado, ainda quanto à focalização do fenômeno argumentativo com um andamento, sem a presunção de originalidade, aproximamo-nos de leituras como aquela de Doury (2016). Para a autora, a argumentação é uma confrontação entre discursos e contra-discursos que quer formular outro que seja mais impermeável à contestação. Outro exemplo, ainda que voltados para uma deontologia da boa argumentação, está presente na definição de Eemeren e Grootendorst (1984), como uma "atividade verbal e social da razão". A ideia de argumentação como atividade, a certo modo, já estava gestada na Retórica Aristotélica de um "agir", considerando o que é adequado em cada caso para persuadir.

Concepção epistemológica	Concebe tanto a agentividade, no projeto de *visée*/dimensão argumentativa, quanto o quadro das restrições socioinstitucionais	Concentra-se no âmbito do texto sem ser estruturalista. Não haveria uma estrutura subjacente ao texto que condiciona as instâncias subjetivas. Adota uma perspectiva enunciativo-pragmática ou pragma-enunciativa. Defende a existência de uma autonomia relativa do locutor na gestão do dialogismo. O sujeito tem uma responsabilidade social.	O locutor-enunciador tem certa autonomia (i.) na gestão dos dialogismos enunciativo e interdiscursivo e (ii.) no modo como tenta agir sobre o alocutário. Por outro lado, há restrições socioinstitucionais e pragmáticas A análise não é estruturalista nem deve ser uma crítica ideológica do discurso, mas pode assumir a roupagem de um instrumento crítico em uma perspectiva argumentativo-enunciativa O analista do discurso está necessariamente inserido no regime geral da enunciação, portanto, a discursividade das suas análises, que pode servir de instrumento crítico, está igualmente sujeita a discricionariedades e restrições.
Argumentação	"os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema" (2020, p. 47) Uma atividade de poder socialmente situada, que passa necessariamente pelo *logos* na sua relação constitutiva com o *ethos* e o *pathos* Uma alternativa à força física Um elemento constitutivo do discurso	Atividade linguageira que visa à aceitação de uma tese e que não se limita, definitivamente, a racionalizações frias que imperam uma eliminação da subjetividade do locutor e de suas paixões	A atividade discursivo-linguageira, institucional e socialmente situada, por meio da qual a instância enunciativa expressa uma posição com a expectativa de que a instância alocutária aceite um PDV. Ambas as instâncias, locutora e alocutária, são forçosamente atravessadas por subjetividade/interdiscursividade no processo de argumentação a argumentação depende da existência de uma instância que assume, ostensivamente ou não, um PDV e uma postura enunciativa. Esta é a instância privilegiada de uma análise da argumentação do *homo narrans*
Argumentação indireta	Aquela que, em bases inferenciais, apoia-se em	Acrescenta que, por não ser evidente, a argumentação	Além da argumentação direta, a *visée*, a análise

	representações dóxicas (como clichês e estereótipos) e *topoï*, e não no aparelho lógico da demonstração ou na lógica formal Na edição mais recente da Argumentação no Discurso (2021), ainda sem tradução para o português, Amossy equivale a dimensão argumentativa à argumentação indireta, citando Rabatel diretamente[97]	indireta não engendra, em princípio, uma contra-argumentação	argumentativo-enunciativa deve considerar a argumentação indireta, ou dimensão argumentativa, que não engendra, em princípio, uma contra-argumentação.
Ponto de vista	*Não se trata de um conceito sobre o qual Amossy tenha se debruçado em profundidade na Argumentação no discurso. Entretanto, há menções na obra, algumas trazidas no texto da seção.*	Um conteúdo proposicional cujo modo de atribuição dos referentes remete, direta ou indiretamente, a um enunciador na origem desse conteúdo Estabelece-se pelos meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto. É também, idealmente, uma postura cognitiva e psicossocial, que leva o indivíduo a se colocar no lugar do outro Categoria transversal e multidimensional que se refere à posição de um sujeito em relação a um objeto de discurso, e que pode ser manifesta tanto explicitamente quanto implicitamente no texto Não passa necessariamente por palavras específicas. Trata-se de uma organização de conteúdo que pode ou não conter um subjetivema	Tomada de posição discursivo-argumentativa, de um sujeito singular ou coletivo, em relação ao objeto do discurso e ao alocutário, expressa na forma de um conteúdo que não passa por palavras específicas e não é necessariamente explícito nem indispensavelmente formado por subjetivemas. A análise da argumentação do PDV do *homo narrans* deve se centrar tanto [i.] na maneira como o PDV estrutura o conteúdo da argumentação (age sobre os seus alocutários); [ii.] como no espaço dóxico da interação; [iii.] e na relação entre os diferentes PDV presentes no corpus, idealmente, ressaltando ainda o(s) próprio(s) PDV do analista do discurso em questão

Fonte: elaborado pelo autor

[97] La seconde [a dimensão argumentativa] est une conception élargie, en faveur de laquelle plaident aujourd'hui des chercheurs de plus en plus nombreux. Elle ne se penche pas seulement sur les discours qui ont une visée argumentative avouée ; elle entend aussi rendre compte de ce qu'on peut appeler la « dimension argumentative » ou, dans les termes d'Alain Rabatel, « l'argumentation indirecte », qui traverse les énoncés et les textes (Amossy, 2021, p.45, acréscimo nosso).

Realizar um movimento de articulação de categorias alicerçado na definição dialogal que propomos é, então, proceder com aquilo que podemos chamar de uma análise da argumentação no discurso do *homo narrans*. Esta que emerge da tomada de partido em relação a uma questão retórica, formulada de modo explícito ou tácito, em uma atividade que pressupõe a argumentação direta e indireta, isto é, respectivamente, *visée* e dimensão argumentativa.

Se argumentação "só tem sentido, de fato, onde o auditório pode dar seu assentimento sem ser constrangido pela força" (Amossy, 2020, p.1), a argumentação no discurso do *homo narrans* é também gesto de aproximação com o político, posto tratar, direta ou indiretamente, da circulação e da tópica do poder em sociedade[98] que, ainda que exercido sem um vetor de força material, pode implicar violência psicológica.

Nessa leitura, a argumentação é também um fenômeno que, além de interdiscursivo, é intersubjetivo – já que permeado pela subjetividade dos sujeitos na origem do PDV –, que embora podendo ocasionar violência é, outrossim, potencialmente regulador de conflitos em sociedade; é uma prática social que, em outras palavras, embora engendrada na diferença, faz reconhecer o outro como interlocutor legítimo e, possivelmente, promove a consciência crítica e meios de resolução de conflitos no espaço social democrático[99]. Junto à NR, entendemos que a erística, ainda que mais violenta de um modo geral, não é obrigatoriamente um mal a ser combatido. Dessa forma, na argumentação no discurso do *homo narrans*, o consenso é um ideal e a discordância, um elemento estruturante da gestão das tomadas de posição.

Afinal, não pode haver argumentação, na sua forma mais acabada, se não há, pelo menos, duas posições potencialmente divergentes que tentam prevalecer. Conforme enfatizado pela tradição retórica, não se argumenta acerca daquilo que é evidente. Como tal, faz sentido falar em tomada de posição, justamente porque há uma questão que pode ser medida por diferentes *pontos de vista*. É nesse sentido que "toda argumentação é estruturada por uma questão retórica que permite respostas antagônicas" (Amossy, 2020, p.42) em um contínuo de argumentatividade que, mesmo em intensidade mínima, expressa uma argumentação indireta e,

[98] Falamos aqui em "poder" prosseguindo com a tradição teórica a qual Amossy recorre. Entretanto, no nosso gesto de leitura, mobilizamos primordialmente as categorias de doxa e valor.

[99] Na mesma toada, em publicação de 2021, o monumental *La confrontation des points de vue dans la dynamique figurale des discours*, (655 pp.), Rabatel deixa ver o seu interesse no impacto social da investigação pragma-enunciativa. Na obra, o autor retoma a problemática figural, cara à retórica, a partir do seu entendimento de dialogismo e de confrontação de PDV – confrontação que, lembremos, não significa, forçosamente, uma oposição de PDV contraditórios. Em semelhante medida, na interseção entre pensamento crítico e argumentação, Wander Emediato, em sua compreensiva perspectiva enunciativa e pragmática da AD, ressalta que a estrutura é a objetividade da ordem do discurso e a desestruturação "é produto da subjetividade que liberta e expõe seu pensamento crítico, abrindo o debate e a argumentação" (2022, p. 17).

em grau máximo, encontra o choque extremo entre teses antagônicas que pode exceder os limites da troca persuasiva.

Na interface que propomos, o *homo narrans*, instância de análise cuja gênese se dá na e pela argumentação, é escolhido como a unidade privilegiada de estudos dos entreveros sociais.[100] Assim sendo, voltamo-nos, pois, especificamente às instâncias do locutor, enunciador, locutor-enunciador, sobre-enunciador, coenunciador, subenunciador na gestão argumentativa dos *pontos de vista*.

A partir de Rabatel, por PDV entendemos a tomada de posição de um sujeito, singular ou coletivo, em relação ao objeto do discurso e ao alocutário. Este posicionar-se é expresso na forma de um conteúdo que não passa por palavras específicas, e que não é necessariamente explícito nem indispensavelmente formado por subjetivemas – elementos linguísticos que expressam traços subjetivos afetivos, emocionais, axiológicos etc. A ausência de subjetivemas, evidentemente, não contradiz a premissa de que a argumentação, enquanto dinâmica discursivo-linguageira dos PDV humanos[101] tem também causas e efeitos subjetivos.

Se a argumentação é uma atividade atravessada por subjetividade, interessa-nos ainda, na medida em que a associação de categorias de Amossy e Rabatel permita, considerar na análise "as boas razões das emoções" da instância do *homo narrans* – valendo-nos da tradução do termo cunhado por Plantin (2011). Ainda que tenhamos preferido não inserir o termo emoção em uma definição de argumentação que já é extensa, entendemos que a subjetividade é, por definição, emocionada, e que a argumentação ocorre no entrelaçamento entre procedimentos lógicos e juízos com força patêmica[102].

Um gesto de leitura do PDV do *homo narrans*, assim, pode se centrar tanto (i.) na maneira como o PDV estrutura o conteúdo da argumentação[103] (age sobre os seus alocutários a

---

[100] Outras instâncias poderiam ser elencadas relativamente ao campo do saber, como o sujeito social na esfera sociológica, o afetivo na psicológica-psicanalítica, o comportamental na antropológica ou, ainda, o sujeito transcendental na teologia. Todavia, focalizamos aquele que narra modal e deiticamente, já que fazemos uma leitura de articulação filiada à AD, na encruzilhada de saberes que fundam o nosso campo de conhecimento[100]. A análise do discurso se trata de "um empreendimento fundamentalmente transdisciplinar, para alguns, pós-disciplinar, que, atravessando o conjunto das ciências humanas e sociais e das humanidades, vai contra a tendência da divisão do saber em domínios cada vez mais especializados (Maingueneau, 2015, p.9).

[101] Fica em aberto a discussão hermenêutica que a AD passará a enfrentar sobre a análise da dinâmica argumentativa em textos produzidos por inteligência artificial. Entretanto, mesmo nesses casos, o texto é resultado de uma tomada de posição de um usuário ou programador humano que induz a produção artificial a partir de um *prompt*.

[102] Para Plantin (2011), a argumentação ocorre como um contrato fiduciário, racional e patético, estabelecido entre seres sociais volitivos, cuja própria razão parece ser estruturalmente emocionada.

[103] Nesta estruturação caber analisar tanto as posições que o enunciado-locutor toma em relação ao objeto do discurso e ao alocutário, quanto os PDV relevantes à encenação discursiva, que os actantes enunciativos não adotam – ou dos quais parecem se afastar ou escamotear. Por exemplo, na heterogeneidade mostrada da imputação de responsabilidade enunciativa por uma subenunciação, caberia perguntar: dado o contexto social, histórico e institucional da encenação argumentativa estudada, qual o PDV não apresentado na organização proposicional que

partir de uma *visée* ou dimensão) em seus jogos de imputação e assunção de responsabilidade enunciativa[104]; (ii.) como na relação entre os diferentes PDV presentes no corpus, idealmente, ressaltando ainda o próprio PDV do analista do discurso em questão; (iii.) e, finalmente, no espaço dóxico da interação que sustenta a atividade argumentativa e os valores[105] nesta envolvidos.

Para a realização da interpretação dos PDV do texto, recuperam-se os contornos do conteúdo da enunciação, bem como a sua fonte enunciativa, implícita ou não, por meio da atribuição dos referentes e dos agenciamentos das frases. É a partir da matéria textual que se viabilizam percursos teóricos fundamentadas sobre os jogos argumentativos entre responsabilidade enunciativa e as posturas que remetem a enunciadores na origem da organização dos elementos do enunciado.

No que diz respeito à concepção epistemológica do nosso movimento de leitura, partimos da noção de que o ser que atua no mundo social é um ser retórico[106], isto é, um ente capaz de se valer da argumentação em um processo de interpretação e de ação social. Consoante à Amossy (2020, 2021), a argumentação no discurso do *homo narrans* considera que o locutor tem certa autonomia na gestão dos dialogismos enunciativo e interdiscurssivo e no modo como se tenciona agir sobre o alocutário. Do mesmo modo, tomamos como certas as restrições socioinstitucionais e pragmáticas sobre a instância que enuncia. Ainda coenunciando a autora, a aproximação de categorias que propomos não é estruturalista, tampouco deve ser uma crítica ideológica do discurso, mas pode assumir a roupagem de um instrumento crítico em uma

baliza o PDV ostensivo? De qual PDV o locutor se afasta? Qual é o *ponto de vista* latente? Haveria um PDV silenciado? etc.

[104] Junto a Rabatel, entendemos a responsabilidade enunciativa como a resultante de um processo de imputação e de *prise en charge*/assunção da veracidade do conteúdo proposicional de um PDV. Preferimos não adotar aqui as noções de quase-*prise en charge*, *prise en compte* e não-responsabilidade enunciativa, cujas sutilezas são a certo modo contempladas no próprio conceito de responsabilidade enunciativa. Embora se trate de noções elucidativas na interpretação dos jogos enunciativos, acreditamos que a análise da singularidade de cada RE, se realizada de modo detido, versará sobre a eventual ocorrência desses processos – respectivamente, a imputação com responsabilidade limitada; a assunção da imputação, mas não do conteúdo imputado e, por fim, o distanciamento do PDV imputado ao outro.

[105] Se fatos se definem a partir de um acordo sobre os dados objetivos, os valores, porém, deslindam-se como um juízo ou referência – abstrato, como "a justiça", ou concreto, por exemplo, "a Igreja" –, resultante de um acordo sobre algo que não depende necessariamente da realidade objetiva. Os acordos argumentáveis, nesse entendimento, se realizam a partir de fatos e valores (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996; Plantin, 2016).

[106] Essa escolha epistemológica vai ao encontro daquilo que Emmanuelle Danblon (2013) trata por *homo rhetoricus*. Este é, segundo Danblon, o ser retórico, aquele que modela e aclimata o mundo à sua medida, isto é, à medida da sua compreensão. Esta "figuração" é a potência do homem retórico. Neste prisma, a própria racionalidade é considerada como retórica e a retórica, aporeticamente, é "uma faculdade que ordena/emprega as múltiplas facetas da razão humana" (Danblon, 2013, p.9, tradução nossa). Retornando a Aristóteles, a autora defende ainda que o exercício dessa retórica é, simultaneamente, próprio do ser humano e uma condição de exercício da sua humanidade. É a retórica, neste sentido, que humaniza o mundo por meio do *logos*, que define o justo, o político, as identidades, enfim, que transmite a memória.

perspectiva argumentativo-enunciativa. Na instrumentalização crítica da análise, o analista do discurso é um ser retórico e político que pode vir a se confundir com o locutor-enunciador, já que igualmente inserido no regime geral da enunciação. A pesquisa acadêmica é também um empreendimento argumentativo.

Por outra parte, nossa leitura se afasta do entendimento da argumentação no discurso (2020) de que a análise argumentativa deve apresentar a provisoriedade dos elementos dóxicos sem escolher um lado. Afinal, para tanto, dever-se-ia aceitar plausibilidade de uma análise livre de julgamentos. Se quem pesquisa é também um interactante no discurso, que condiciona e é condicionado, entendemos não há análise do discurso livre da tomada de partido. A análise é também estruturada em *pontos de vista* e todo PDV é uma tomada de posição.

A instância enunciadora do analista do discurso, frente às restrições impostas pelo seu gênero discursivo, investe-se em um interdiscurso acadêmico como um

> *Homo narrans* (que) é triplamente sujeito, sujeito coator, sujeito heterogêneo, sujeito polifônico, nas relações em que o narrador estabelece com seus pares, com seu auditório, assim como com seus personagens, sendo capaz de encenar uma multiplicidade de *pontos de vista* e de fazê-los *dialogar entre si*. (Rabatel, 2016a, p. 19, itálicos nosso).

Se por uma parte parece óbvio que quem pesquisa é um ente retórico que interpreta polifonicamente em um espaço opaco, complexo e interacional, por outro lado, a configuração do gênero discurso acadêmico não-normativo e não-militante tende a desinscrever o PDV do analista do discurso da análise. Nosso movimento de leitura permite e, idealmente, oportuniza, um espaço analítico conveniente para a realização de considerações meta-analíticas sobre a argumentatividade do analista no escopo da sua investigação.

Possenti (2006) afirma ser corriqueira a publicação de pesquisas em AD cujos conteúdos mobilizam estruturas como "o texto deixa perceber que" ou "pode-se perceber no texto que" sem que se proceda a uma análise de fato. Nesse sentido, ou jogando aqui com palavras, neste efeito de sentido, ignora-se o pressuposto de que a linguagem não é transparente. O autor acrescenta que, por outra parte, trabalhos canônicos ou de referência cobrem, primeiramente, a análise textual. Isto é, antes da interpretação analítica, explicita-se quais elementos do texto, em relação com quais outros fatores, podem ser responsáveis por determinados sentidos. Para Possenti, é nesta discriminação que reside a diferença entre analisar e comentar[107].

[107] Embora a atualidade e o consenso ao redor do pensamento pecheuxtiano possam vir a ser questionados, ainda segundo Possenti (2006), Pêcheux nos brinda com uma passagem que epitomiza tanto a premência de uma descrição previamente à análise/interpretação quanto o pressuposto da existência de um real: "a primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição, nesta

Inspirando-nos nessas ponderações, o posicionamento indicado para o uso da nossa proposta é descritivo-interpretativo. Em outras palavras, a partir das categorias específicas que selecionamos em Rabatel e Amossy, idealmente, o pesquisador deve proceder à exposição interpretativa do corpus, a partir de uma descrição minuciosa do material linguístico e, acrescentamos, do contexto socioinstitucional. Desse modo, espera-se que o analista avance suas conclusões à luz do marco da argumentação no discurso do *homo narrans*.

Ao falar em "exposição interpretativa", buscamos nos diferenciar da leitura de Possenti (2006), indiciando que a separação dos momentos de descrição e interpretação é apenas didática, já que há teor interpretativo subjetivo e tomada de posição mesmo na etapa de descrição e na escolha do objeto de pesquisa. É, então, por meio do gesto de interpretação que acompanha a descrição que a análise pode vir a servir como um instrumento crítico em uma perspectiva argumentativo-enunciativa[108].

À guisa de conclusão, ponderando sobre o *ponto de vista* que visamos a articular nesta seção, ao associar elementos da teoria dos pontos de vista e da problemática da argumentação no discurso, evidenciamos como a produção e a gestão da atividade de argumentação estão relacionadas com a (responsabilidade da) tomada de posição pelo ente retórico. Se com Amossy, pressupomos a argumentação como elemento constitutivo do discurso, amparados por Rabatel realçamos o PDV como elemento constitutivo da argumentação.

4.2 Denominações: uma análise da *Instrução sobre tendências homossexuais*

Nesta seção, realizamos um movimento de leitura da *Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais* (2005) a partir da nossa proposta de aproximação de categorias, a argumentação no discurso do *homo narrans*. Esta, em se tratando de um gesto de leitura em AD, propõe um percurso analítico argumentativo-enunciativo, essencialmente alicerçado e justificado pelo espaço

perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar: essa concepção da descrição supõe, ao contrário, o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o *real da língua* [...]. Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos lingüistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma de existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan (Pêcheux, 1988, *apud* Possenti, 2006, p. 8, itálico nosso).

[108] Para além do âmbito da leitura que propomos, consideramos que a normatividade no fazer científico, se justificada no escopo da pesquisa, não é inadequada, mas uma escolha discricionária; julgar a validade de argumentações, com efeito, é uma prática que, além de possível em AD, está presente desde os primórdios e antecedentes retóricos dessa ciência polivalente. A despeito do posicionamento adotado, mesmo que a análise não seja declaradamente prescritiva, a pesquisa em análise do discurso, amplamente compreendida, parece ser um espaço propício para o apontamento, direto ou indireto, de críticas sociais articuladas aos discursos analisados.

socioinstitucional da interação. Isto quer dizer que o movimento que delineamos visa a analisar como o PDV estrutura proposicionalmente a argumentação não isoladamente, mas no espaço dóxico da interação, em sua tensa tessitura de agentividades e restrições sociais, históricas e institucionais. Ao longo da presente análise, indiciamos a inseparabilidade entre razão e emoções, ocasionando uma continuidade lógica com o capítulo *Actio*, no qual dissertamos sobre valores e emoções no discurso do *homo narrans*.

No caso em tela, esta instrução, que versa sobre critérios de admissão ou reprovação de gays para determinados cargos eclesiásticos, foi emitida em 4 de novembro de 2005, isto é, no mesmo ano da entronização de Bento XVI, após o pontificado de João Paulo II. O órgão da Cúria Romana responsável pela emissão desse documento, que alocamos no nosso eixo temático da segregação, é a Congregação para a Educação Católica (CEC). A responsabilidade jurídica, no âmbito do direito canônico, e aquela enunciativa, no plano argumentativo, não ocorrem, isoladamente, a partir do conteúdo do enunciado, mas associadas à institucionalidade e legitimidade dessa congregação.

Instaurada por constituição apostólica, no século XVI, a CEC foi fundada com o objetivo de administrar os centros de ensino da Igreja, eclesiásticos ou laicos, dirigidos por religiosos católicos. Cabe a essa Congregação, portanto, a gestão dos seminários de formação e consagração de padres. Nos termos do direito canônico, conforme atualização trazida pela constituição apostólica *Pastor Bonus*:

> A Congregação [para a Educação Católica] exprime e traduz na prática a solicitude da Sé Apostólica pela formação daqueles que são *chamados* às Ordens sacras, bem como pela promoção e ordenamento da educação católica." (João Paulo II, 1988, Art. 2, § 1, não paginado, acréscimo entre colchetes nosso, itálico nosso).

À época da publicação da instrução, a CEC era presidida pelo prefeito Zenon Grocholewski, cardeal polonês que, junto ao secretário da congregação, assina o documento aprovado pelo papa. Enquanto cardeal, Grocholewski esteve presente em ambos os colégios dos conclaves que elegeram Ratzinger em 2005 e, já em 2013, Bergoglio. Em 2015, após pedido próprio de renúncia por motivo de idade, Grocholewski foi destituído do posto de Secretário por Francisco em prol do cardeal italiano Giuseppe Versaldi. Este presidiu o órgão da Cúria até 2022. Neste ano, sob efeito da Constituição apostólica *Prædicate Evangelium*, a CEC passou a ser denominada Dicastério para a Cultura e a Educação, após sua fusão administrativa com o Pontifício Conselho para a Cultura.

Na versão oficial em português, a instrução está formatada em vinte parágrafos e três laudas de extensão, não paginadas. O conteúdo está organizado em três partes numeradas, além da introdução e da conclusão – a saber 1. *Maturidade afectiva e paternidade espiritual*; 2. *A homossexualidade e o ministério ordenado*; 3. *O discernimento da idoneidade dos candidatos por parte da Igreja*. Consta ao cabo do documento a assinatura de Grocholewski e do seu secretário, o arcebispo canadense Michael Miller, bem como a convocação da voz do papa por meio da fórmula: "O Sumo Pontífice Bento XVI, no dia 31 de Agosto de 2005, aprovou a presente Instrução e ordenou a sua publicação" (Grocholewski e Miller, 19)[109].

Trata-se de uma fórmula recorrente neste gênero de discurso, bem como em outros do tipo discurso canônico, por exemplo, o gênero *responsum*. O locutor primeiro Grocholewski-Miller realiza uma PEC em prol do sobre-enunciador papal. Neste agenciamento hierarquizado das instâncias enunciativas, enquanto L1 se subenuncia, a voz do sumo chefe da Igreja é convocada e, ao mesmo tempo, resguardada em certo grau de afastamento. Isto é, o papa, enunciativamente distanciado, legitima e confere autoridade ao documento, mas não assume autoria. Ora, enquanto sumo pontífice, toda decisão de órgãos da Santa Sé é, simbolicamente, uma decisão do papa; por outro lado, contudo, o efeito de sentido gerado, diferentemente do que ocorre em encíclicas, é aquele de dissociação da paternidade do texto.

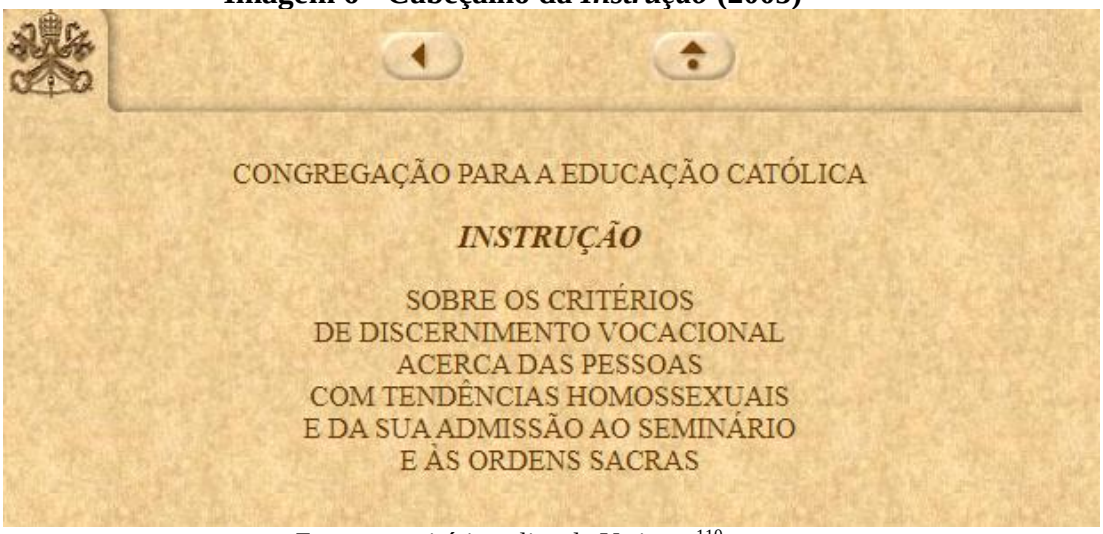
Grosso modo, a fonte da responsabilidade enunciativa é obscurecida, já que nem L1, tampouco o enunciador papal, parecem assumi-la plenamente. A instância Santa Sé, que passa a assumir a responsabilidade do texto é, então, evidenciada em seu caráter místico, ou seja, um enunciador divinizado, desassociado de um locutor terreno. No caso de temas potencialmente polêmicos, como neste da argumentação que faz dialogar dogma e sexualidade, essa estratégia de diluição da responsabilidade enunciativa parece implicar efeitos na força argumentativa. Quanto aos documentos que alocamos no eixo da segregação, da maneira como interpretamos o nosso corpus, trata-se de um movimento enunciativo estruturante do argumento da nossa tese.

Seguindo pressuposto da argumentação no discurso do *homo narrans*, importa mais pensar na CEC como locutor-enunciador atravessado por valores dos seres no mundo que a

[109] Prosseguimos com a padronização adotada nas seções de análise; evitamos, portanto, a repetição do ano de publicação, neste caso 2005, assim como não incorporamos, reiteradamente, a menção *não paginado* e *itálico nosso*. À maneira da análise da encíclica de Francisco, a numeração entre parênteses se refere ao número do parágrafo – no caso desta instrução, não numerados no original em português. Nas quatro análises da tese referenciamos o sobrenome daqueles que assinam o documento. Este gesto deliberado de referenciar os trechos não pela instituição que os pública, a CEC, mas pelos seres no mundo que a assinam, tenciona enfatizar, indiretamente, o pressuposto de que sempre há um sujeito carnificado na origem do enunciado. Enquanto gesto político nosso, aspiramos promover o entendimento de que, a despeito dos jogos enunciativos de imputação de responsabilidade enunciativa, sempre há que existir um ser com responsabilidade jurídica e moral dos posicionamentos enunciativos.

representam, ao invés dos seres no mundo, propriamente ditos, que desempenham os cargos de prefeito e secretário na congregação. A mesma diretriz é utilizada no caso da Congregação para a Doutrina da Fé e seus representantes. Afinal, na perspectiva linguística que adotamos, que se vale da sociologia, mas não é sociológica, não estudamos diretamente o ser no mundo e suas volições. Interessa-nos analisar o ato de enunciação e como este é condicionado pela robusta institucionalidade de cada uma das duas congregações – tal como a pessoa do papa teria relevância menor, neste gênero discursivo, do que o seu cargo e a liturgia e autoridade que o legitimam e constrangem. O ser no mundo passa, a institucionalidade, adequando-se ao espírito do tempo, parece permanecer.

Imagem 6 - Cabeçalho da *Instrução* (2005)



Fonte: repositório online do Vaticano[110].

O título do documento, *Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais*, carreia o exórdio de uma cena da enunciação religiosa complexa que, sob a tecnicidade investida no gênero, convoca um tema com forte conotação política, qual seja, a homoafetividade na Igreja. Neste espaço temático instável e que, potencialmente, garante as condições mínimas para a polarização de opiniões e gestação de polêmicas, a instrução faz flertar o terreno e o etéreo ao visar a agenciar sentidos nas interseções entre discernimento vocacional e sexualidade.

O título da instrução é antecedido pelo brasão da fonte enunciativa, cujos efeitos argumentativos iconoplásticos escapam ao nosso escopo de análise, mas presumidamente

[110] Reprodução livre. Acessada no dia 9 de agosto de 2024 em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20051104_istruzione_po.html.

ocasionam efeitos perlocutórios. Igualmente, a aparição no cabeçalho do nome do órgão que garante a instrução, a Congregação para a Educação Católica, reforça o caráter institucionalizado e canônico do conteúdo. Ademais, o título é operado sobre uma pretensão de objetividade, marcadamente pelo estilo adotado, assim como pelos termos mobilizados e das relações associativas a partir desses derivadas.

O léxico burocrático do nome da instrução, que implica apagamento aparente da subjetividade do sujeito na origem do texto, opera a veiculação de tecnicidade ao enunciar, por exemplo, os itens *critérios* e *instrução*. Estes parecem implicar efeitos semânticos tanto de sugestão e orientação, como vinculação e obrigação. Embora o mesmo tom técnico que qualifica o gênero seja mantido ao longo do texto – marcadamente em razão da sua formatação e pela intertextualidade estabelecida com diversos documentos canônicos –, a instrução ganha matizes notadamente compulsórios no andamento da gestão dos seus argumentos.

Se o item *instrução* ainda não tem sentido completo no título, ao longo do texto, o PDV principal é amparado por um campo lexical e construções semânticas que implicam, sobretudo, obrigação, por exemplo, "o candidato ao ministério ordenado *deve* atingir a maturidade afectiva" (Grocholewski e Miller, 4) e "No caso de uma séria dúvida a seu respeito, *não* devem admití-lo à Ordenação" (Grocholewski e Miller, 13).

Entretanto, a despeito da estratégia do apagamento de subjetividade, o teor axiológico do PDV de L1 sobre o objeto discursivo da homoafetividade é indiciado no próprio nome do documento pela qualificação *tendências*. Tacitamente, partindo não apenas do pressuposto dogmático da castidade, mas daquele do heterossexual como norma e, logo, da existência de uma sexualidade desviante, o locutor apresenta as primeiras evidências do seu posicionamento a respeito da potencial reversibilidade da homoafetividade. Extrapolando os limites do próprio texto, o binômio *tendências homossexuais* retoma uma denominação recorrente no campo lexical católico sobre temas correlatos à presença gay na Igreja. Da mesma forma, por exemplo, o termo é mobilizado no *Responsum* de 2021, já sob o papado de Francisco, corroborando o entendimento da manutenção do item lexical independentemente das volições e inclinações políticas de cada papa.

No caso da instrução em tela, já no corpo do texto, o valor semântico de *tendências* é apresentado pelo locutor em relação de dissociação aos *atos* homossexuais, em uma tomada de posição que é interdiscursivamente argumentada a partir da memória discursiva do catecismo CVII. Este, conforme nota explicativa, apregoa, de um lado, os *atos* como pecados graves que a "*Tradição* considerou-os constantemente como intrinsecamente imorais e contrários à lei natural. Por conseguinte, não podem ser aprovados em caso algum." (Grocholewski e Miller,

6). Em outras palavras, neste caso, o aspirante ao seminário ou às ordens sacras não deveria ser admitido. Por outro lado, o locutor modula e relativiza o impedimento a partir do conceito de *tendências homossexuais*, as quais são "objectivamente desordenadas e constituem frequentemente, mesmo para tais pessoas, uma provação. Estas devem ser acolhidas com respeito e delicadeza; evitar-se-á, em relação a elas, qualquer marca de discriminação injusta" (Grocholewski e Miller, 6).

Ou seja, no primeiro dos casos, a saber, os atos, caberia discriminação, no sentido de colocar à parte, barrar. Irrompe, então, o locutor que discerne e estabelece restrições procedimentais – muito embora esteja, em essência e conflitantemente, sempre respaldado no dogma fundacional do amor cristão irrestrito, que esteia a cosmovisão cristã. Esta construção de PDV que visa a turvar fronteiras e harmonizar opostos implica a crença na possibilidade de existência de um comportamento desviante, mas potencialmente temporário, na sua natureza de *tendência*. Nos termos da instrução:

> Diversamente, no caso de se tratar de tendências homossexuais que sejam *apenas* expressão de um *problema transitório* como, por exemplo, o de uma adolescência ainda não completa, elas devem ser *claramente* superadas, *pelo menos três anos antes da Ordenação diaconal*. (Grocholewski e Miller, 10)

O locutor relativiza assim a proibição da entrada de gays nos estratos eclesiásticos, posta a transigência implícita na apresentação da homoafetividade como um problema transitório e superável. Em tese, o locutor anula uma contra-argumentação fundamentada na intolerância da instrução e na incoerência em relação à máxima do amor cristão sem restrições. Dito de outro modo, L1, simultaneamente, proíbe e permite, idealmente, visando a alas conservadoras e liberais da eclésia. Ademais, na passagem *pelo menos três anos antes da Ordenação diaconal*, seu caráter técnico, em princípio, aumenta a força dos argumentos, ainda que a argumentação apele a números sem justificar seus critérios de estabelecimento.

O tom impessoal, contudo, sendo tão somente um efeito de sentido, não apaga de modo integral a tomada de posição de um locutor que se revela, por exemplo, nas modalizações *apenas* e *claramente*. Na passagem, a aparentemente controversa negociação do sentido realizada pela CEC é pode ser lida como um microcosmo; isto é, o agenciamento das frases, enfim, parece representar a estratégia argumentativa global no discurso da Santa Sé, na modernidade, sobre a homoafetividade na Igreja.

Na nossa leitura, "tendência" é uma nominação, com efeitos psicológicos que escapam ao nosso instrumental metodológico, mas cujo sentido de "transitoriedade" e "reversibilidade",

ao amparar a argumentatividade da instrução, interessa ao nosso percurso de análise em seus efeitos argumentativo-enunciativos. Entendemos “nominação” como um ato de categorização de um referente, realizado em discurso, que relaciona o objeto de discurso a um campo lexical de maneira inovadora ou não (Détrie, Siblot e Vérine, 2001, p. 205 *apud* Hugonnier e Vernet, 2023).

A nominação, baseada na distinção entre “ato” e “tendência”, conforme apresentada por L1, reproduz uma frequente representação semântica da homoafetividade por vias indiretas, por exemplo, antonomásias, circunlóquios, suavizações ou reificações. Hugonnier e Vernet (2023), estudando o campo semântico gay, categorizam dois tipos de nominação, a saber, a “denominação”, convencionalmente mais aceita, dóxica e, portanto, diacronicamente mais estável, e a “designação”, uma associação mais ocasional entre o objeto do discurso e um elemento da realidade.

No caso em tela, considerando um alocutário versado no léxico confessional católico, a utilização não fortuita de *tendência homossexual*, recorrente no interdiscurso convocado por L1, permite que a denominação seja mobilizada sem que se justifique a relação entre o significante e o objeto de discurso. Entretanto, em se tratando de uma nomeação menos recorrente no meio laico, a depender do grau desconhecimento do alocutário da memória discursiva associada ao termo, a nomeação pode ser processada como designação. Isto a torna mais instável e mais suscetível a ocasionar contra-discursos que reclamem um efeito pejorativo do termo. A designação, contudo, caso reiterada e legitimada, pode vir a se tornar uma denominação.

Na opacidade do texto, o locutor se desinscreve a partir da adoção da voz impessoal, o que, enfatizamos, não oblitera seu PDV, isto é, sua tomada de posição em relação ao objeto do discurso e ao alocutário, evidenciada na qualificação axiologizada *tendências*, já a partir do título. O agenciamento das frases pelo discurso religioso, ou seja, pela fala na qual o terreno enuncia o sagrado, é operado tanto pela autoridade canônica do documento quanto a partir da ambiguidade do binômio *discernimento vocacional*. Este é entendido na doxa eclesiástica, grosso modo, como a compreensão e aceitação do que é inescapável e evidente (aos olhos do deus católico), em outras palavras, é apreender, voluntariamente, a sua razão de ser no drama da existência já inscrita nos desígnios divinos.

A aparente objetividade da Instrução ampara assim a argumentação indireta, qualificada no posicionamento confessional do sujeito em relação ao dito, no eixo modal, ainda que na ausência de marcas do *ego* no eixo dêitico. Ademais, a partir da nossa abordagem dialógica, interpretamos indícios discursivos dos valores de um ente que se posiciona também

interdiscursivamente em relação à tradição e à extensa literatura constituinte. Isto começa a se dar quando L1 convoca, logo no título, a memória discursiva e formas de representação ligadas ao tema do *discernimento vocacional* que é um elemento linguístico estruturante na argumentação do locutor.

Conquanto o item lexical *discernimento vocacional* seja uma denominação no interdiscurso católico – e que, portanto, tendo o seu sentido estabilizado, dispensa a clarificação da relação entre significante e objeto –, sua definição evoca uma memória discursiva, mas não é facilmente rastreável. Em levantamento feito no repositório *online* do Vaticano, chegamos a 115 documentos cujo conteúdo mobiliza a entrada *discernimento vocacional*[111]; segundo nossa análise superficial, porém, os textos parecem tomar o sentido do termo como pressuposto sem o definir com precisão.

Dentre as publicações mais recentes, que sucedem à instrução, encontramos indícios de uma definição no parágrafo 62 do documento final do Sínodo dos Bispos, ocorrido em 27 de outubro de 2018 na Cidade do Vaticano. Segundo a passagem, "A primeira condição para o discernimento vocacional no Espírito é uma autêntica experiência de fé em Cristo, morto e ressuscitado". Esta instância do Cristo que, na nossa leitura, afiança direta ou indiretamente toda e qualquer produção discursiva da Santa Sé, é por hora apenas subentendida na cena da enunciação que nos oferece o título da instrução analisada. Já partir do terceiro parágrafo a evidencialidade do Cristo passa a ser convocada pelo locutor primário de maneira ostensiva como esteio da argumentação "o Espírito Santo configura o candidato a Jesus Cristo, por um título novo e específico" (Grocholewski e Miller, 3).

No meio religioso católico, sobretudo em situações de interlocução face a face sobre o tema da castidade, é razoável ocorrer a mobilização do sintagma *"*a noite escura da alma*"*, que retoma, interdiscursivamente, um poema cristão do século XVI. O jargão é utilizado, sobretudo no meio congregacional masculino, para conotar as inquietações lógicas e psicológicas relacionadas ao discernimento vocacional em meio a crises morais e éticas associadas ao voto de castidade. Trata-se de um sintagma que representa o percurso de ascese e de busca da união com o divino eivado de provações terrenas. Seja no draconiano gênero canônico da instrução ou naqueles de natureza mais coloquial – neste último caso, por exemplo, um capítulo geral congregacional, no qual é distintivo o dialogismo interlocutivo, em momentos de assembleia –, a instância enunciadora católica, que argumenta em torno do discernimento vocacional, parece, metaforicamente, narrar sob a noite escura da alma.

[111] Para tal propósito, o repositório foi consultado pela última vez na data de 8 de agosto de 2024.

O efeito de impessoalidade visado na instrução não parece descaracterizar as decisões vinculantes que o documento oficializa como juízos com força patêmica. Estes, em última instância, emanam da fonte evidencial do Cristo, isto é, da representação material e antropomorfizada do amor. Trata-se aqui de uma forma de amor específica que sustenta a doxa católica: o amor católico, cujo sentido fluido e escapadiço permite que a mesma fonte enunciativa da Santa Sé esteie e aumente a força dos PDV argumentados, mesmo que esses possam vir a se contradizer no comparativo entre textos ou no interior da mesma cena. O amor católico, tomado enquanto denominação, está no cerne do modelo de representação da Santa Sé, ao amparar os posicionamentos argumentados gerando efeitos de evidência. Um gesto de leitura de uma produção discursiva da Santa Sé parece, portanto, se beneficiar do pressuposto de que as trocas argumentativas analisadas são amparadas por juízos, posta a doxa em que se inserem.

Partimos, assim, da premissa de que a argumentação, tomada como um fenômeno discursivo-linguageiro de interação de PDV é, em maior ou menor grau, atravessada por emoções e valores do sujeito na origem do dito. Ou seja, não restringimos tal premissa ao tema do discernimento vocacional, ainda que, neste caso, o teor emotivo do amor católico seja mais evidente. Mesmo que as restrições impostas pelo gênero instrução pareçam reduzir o grau de subjetividade aparente, a argumentação no discurso do *homo narrans* permanece sendo uma interação dóxica sustentada tanto por procedimentos lógicos como juízos patêmicos. Dito de outro modo, como coloca Plantin (2011) a própria razão do locutor parece ser estruturalmente emocionada.

Se a argumentação é uma atividade discursivo-linguageira, institucional e socialmente situada, a instanciação e tomada de posição sobre o discernimento vocacional é, então, um gesto de racionalização da subjetividade do *homo narrans*. Isto é, pela mistificação da voz de deus (Orlandi, 1987), L1 se desinscreve e instancia racionalmente uma voz divina, a qual é essencialmente emoção, sem explicitar o mecanismo de representação, tampouco sem assumir o teor patêmico de seus juízos fundados na tradição sobre vocação religiosa católica.

> Não se pode esquecer que o próprio candidato é o primeiro responsável da sua formação. Ele deve apresentar-se com *confiança* ao discernimento da Igreja, do Bispo que chama às Ordens, do reitor do Seminário, do director espiritual e dos outros educadores do Seminário a quem o Bispo ou o Superior Geral confiaram a formação dos futuros sacerdotes. *Seria gravemente desonesto que um candidato ocultasse a própria homossexualidade para aceder, não obstante tudo, à Ordenação*. Um procedimento *tão* inautêntico não corresponde ao *espírito de verdade*, de *lealdade* e de *disponibilidade* que deve caracterizar a personalidade *daquele que se sente chamado a servir Cristo e a sua Igreja* no ministério sacerdotal. (Grocholewski e Miller, 16)

No fragmento selecionado, o locutor se posiciona em relação ao objeto discursivo da vocação, apresentada indiretamente como o *chamado a servir Cristo e a sua Igreja*. Por ser essencialmente subjetiva e assaz imprecisa e, ainda que amplamente reconhecida e legitimada na eclésia, a noção de *chamado* parece contribuir para um aumento da força argumentativa da passagem. A imputação de responsabilidade moral ao candidato pela sua formação e eventual impostura aspira dissuadir da carreira eclesiástica aquele que, veladamente, ignorasse os critérios estabelecidos, conforme reforçado em "Não se pode esquecer que o próprio candidato é o primeiro responsável da sua formação (Grocholewski e Miller, 16).

Ademais, o *topos* latente da punição divina parece qualificar a *grave desonestidade* desse *procedimento tão inautêntico* como um ato com consequências. Em outra passagem, o locutor enuncia ainda que "a vocação é um dom da graça divina, recebido através da Igreja, na Igreja e para o serviço da Igreja" (Grocholewski e Miller, 11). Ou seja, trata-se de um chamado não apenas à vida ascética, mas a vida ascética cristã católica que só pode existir na e pela Igreja, afinal, "O simples desejo de ser sacerdote não é suficiente, e não existe um direito de receber a sagrada Ordenação. Compete à Igreja, na sua responsabilidade de definir os requisitos necessários para a recepção dos Sacramentos instituídos por Cristo" (ibid.). A Igreja, conforme a passagem, não seria, naturalmente, equivalente ao todo da eclésia, mas à cúpula decisória da Santa Sé.

A construção dos *pontos de vista* dos fragmentos supramencionados não acontece no hermetismo de uma objetividade jurídico-canônica. Mesmo que na impessoalidade do seu apagamento enunciativo, na qual L1 tende a evitar o uso de elementos linguísticos que expressem traços subjetivos, itens como *espírito de verdade, disponibilidade, confiança* e *lealdade* podem ser interpretados como subjetivemas com carga, emocional, axiológica, religiosa etc.

Em *Seria gravemente desonesto que um candidato ocultasse a própria homossexualidade para aceder, não obstante tudo, à Ordenação*, a modalização da qualificação de desonestidade parece ser mais bem compreendida em vista dos juízos cristãos a respeito da honestidade pia que um representante *in persona Christi* deveria praticar. Esta fonte evidencial pressuposta do Cristo, que corporifica a noção trazida de *espírito de verdade*, só pode ser plenamente aceita na ordem do dogmático e da crença, isto é, daquilo que, sendo emoção, escapa à razão.

Entendemos que um dos aspectos definidores do discurso religioso, e que o diferencia do discurso mágico, é o movimento sempre inacabado de tentativa racionalização do irracional.

Se a palavra mágica não distinguia os eventos das suas representações performativas pela fala mística, o discurso religioso, embora não explicite os mecanismos de tradução da palavra divina, parece visar a atribuir uma leitura lógica a um fenômeno de bases epifânicas. O trecho em destaque exemplifica o movimento de racionalização do epifânico, que é, por excelência irracionalizável: "Tal maturidade torna-lo-á [o candidado] capaz de estabelecer uma correcta relação com homens e com mulheres, desenvolvendo nele *um verdadeiro sentido da paternidade espiritual*" (Grocholewski e Miller, 4, acréscimo nosso). Essa constante atualização simbólica e argumentativa, embora um contrassenso em si, deixa de ser paradoxal se interpretada no modelo de representação místico e dogmático que a sustenta. No caso da instrução, recorrendo à instância do Cristo – a antropomorfização da verdade divina –, L1 justifica e estabiliza o sentido das restrições que a instrução enuncia.

Retomando o dialogismo que pode ser interpretado no título da instrução, a escolha do locutor que endereça o tema polêmico da homoafetividade, na contraditória intersecção com o ordenamento sacro, permite inferir que o tema é, no mínimo, relevante para a Santa Sé no momento histórico da transição de milênio e de pontificados. Ora, não se argumenta a respeito do que é evidente e pacificado; é preciso haver, logo, uma divergência de posicionamentos, um embate argumentativo de sentidos que visam a prevalecer. Portanto, L1 nos fala que o tema é pertinente e há, assim, um acordo mínimo com relação aos limites do argumentável.

A princípio, conforme construído na versão em português, o título gera no alocutário a expectativa de aceite de gays no seminário quando lido em sua forma elíptica *Critérios acerca das pessoas homossexuais e da sua admissão ao seminário.* Entretanto, ao longo do texto, mesmo que haja espaço para certa relativização, por meio da voz impessoal assinada pelo prefeito da CEC e autorizada por Bento XVI, a doutrina permanece rígida com relação à aceitação de gays nas ordens sacras e seminários.

Outra quebra de expectativa de sentido engendrada pela atividade argumentativa do título se configura com a escolha do restritivo *pessoas* homossexuais, que ocasiona a inferência de que o documento versaria igualmente sobre a aceitação de religiosas gays. Já no corpo do texto, não obstante, L1 convoca metonimicamente a voz sobre-enunciadora do papa predecessor como *a Tradição*. Em citação indireta da Carta Apóstólica *Ordinatio Sacerdotalis* (1994), assinada por João Paulo II, o locutor primário afirma: "Segundo a *Tradição* constante da Igreja, *só o baptizado de sexo masculino* recebe validamente a sagrada Ordenação" (Grocholewski e Miller, 13).

Um alocutário versado no campo lexical eclesiástico poderia interpretar essa instabilidade semântica mesmo no interior do próprio título, isoladamente, ao saber de antemão

que, por definição, ambos o seminário e as ordens sacras acolhem apenas homens. Enquanto os seminários recebem os neófitos em formação para padre, as ordens sacras são compostas de diáconos, presbíteros e bispos na ordem maior e, no caso da ordem menor, acólitos, leitor, ostiários e, historicamente, exorcistas.

No que diz respeito então à aceitação ostensiva da homoafetividade nos seminários e ordens, para L1 é preciso argumentar, mas não é preciso mudar. Se há mudança, esta deve ocorrer no candidato homem em relação à sua sexualidade se esta for aceita como *tendência, problema transitório, adolescência ainda não completa* (Grocholewski e Miller 10). Isto é, a ordenação e a entrada nas ordens é possível somente caso haja uma mudança percebida de comportamento afetivo do candidato. A argumentação por condição, patentemente, pressupõe de um lado que a homoafetividade é um problema e, de outro, que é superável. A sexualidade gay, então, é argumentada como uma escolha que, caso qualificada como "ato" é incompatível com o serviço na Igreja. Este *ponto de vista* estrutura a atividade argumentativa analisada.

Reforçamos entender os *pontos de vista* como tomadas de posição argumentativa, hierarquizadas na encenação enunciativa. Dessa forma, é possível interpretar os principais PDV em jogo, bem como certos procedimentos discursivos e argumentos. Para tanto, recuperam-se as fontes enunciativas e os conteúdos proposicionais do agenciamento das frases desse insólito locutor que, além de *homo narrans* é também, e sobretudo, um *homo religiosus*. No caso da instrução, podemos interpretar, no mínimo, quatro principais fontes, implícitas ou não, a saber, (i.) o locutor primeiro Grocholewski-Miller, que é, em tese, o autor empírico e responsável pelo texto, mas que se desinscreve no tom impessoal do texto e não parece assumir a RE; (ii.) o sobre-enunciador papal, que valida o documento, porém de modo descentralizado, sem tampouco assumir a RE; (iii.) a Tradição, interdiscursivamente convocada em enunciadores como o CVII, o Sínodo dos Bispos e os papas Paulo VI e João Paulo II; (iv.) Cristo que atravessa não só o texto analisado, mas todo o nosso corpus de tese, enquanto um enunciador atípico, já que se confunde com a própria fonte do discurso constituinte bíblico enquanto o divino que se fez carne[112].

No que diz respeito aos principais PDV em jogo, sobressai-se na cena o leitmotiv da instrução que, para além do título, pode ser isolado na introdução do documento, qual seja, "Esta Instrução contém normas acerca de uma questão particular, que a situação actual tornou

[112] Neste último caso, trata-se de uma fonte evidencial que esteia tanto a tese do amor nas encíclicas, quanto a segregação qualificada nos "atos" e "tendências homossexuais". A insólita instância Jesus Cristo, além de ser a antropomorfização por excelência do divino, é atípica ao não ter voz própria, isto é, segundo a tradição cristã sua palavra foi narrada por discípulos e não escrita a punho próprio. Portanto, se a RE pode ser afiançada e atribuída a fonte do Cristo, a autoria empírica e a responsabilidade de fato não lhe caberiam.

mais *urgente*, isto é, a admissão ou não ao Seminário e às Ordens sacras dos candidatos que tenham *tendências homossexuais profundamente radicadas*." (Grocholewski e Miller, 2). Por meio de procedimentos como a argumentação por urgência, a modalização da sexualidade e a qualificação de um tipo de homoerotismo, o introito da tese do locutor Grocholewski-Miller é apresentado.

Os PDV são hierarquizados na encenação enunciativa a partir da relação de coorientação e antiorientação, grosso modo, respectivamente, concordância ou discordância. Isto posto, em um segundo PDV que destacamos, a fonte evidencial Cristo é apresentada em relação de antiorientação à aprovação do candidato gay, cuja sexualidade praticada é equivalida à imaturidade, "O sacerdote, com efeito, representa sacramentalmente *Cristo*, Cabeça, Pastor e *Esposo da Igreja* (...) Por isso, o candidato ao ministério ordenado *deve atingir a maturidade afectiva*." (Grocholewski e Miller, 3 e 4). Afinal, por definição dogmática, o representante do Cristo, esposo apenas da Igreja, não poderia nutrir relações conjugais hetero ou homoafetivas – conquanto o tema da prática heteroafetiva seja um PDV afastado e silenciado na instrução e apenas subentendido na passagem "Nos colóquios com o candidato, o director espiritual deve recordar, nomeadamente, as exigências da Igreja acerca da *castidade sacerdotal* e da maturidade afectiva específica do sacerdote (Grocholewski e Miller, 15).

Nesta tomada de posição, configura-se então um quadro completo de argumentação conforme a entendemos: uma atividade discursivo-linguageira, institucional e socialmente situada, por meio da qual a instância enunciativa toma e expressa uma posição com a expectativa de que a instância alocutária aceite a dimensão ou a finalidade de um *ponto de vista*. Se a dimensão, ou argumentação indireta, parece ser aquela da agremiação da maior porção possível da eclésia, entre fiéis mais tradicionalistas e mais heterodoxos, a finalidade se evidenciaria no PDV que busca elidir o locutor e evitar subjetivemas e procedimentos de apelo às emoções,

> este *Dicastério*, de acordo com a *Congregação para o Culto Divino* e a *Disciplina dos Sacramentos*, considera necessário afirmar claramente que a Igreja, embora respeitando profundamente as pessoas em questão, *não pode admitir ao Seminário e às Ordens sacras aqueles que praticam a homossexualidade, apresentam tendências homossexuais profundamente radicadas ou apoiam a chamada cultura gay* (Grocholewski e Miller, 8).

Novamente recorrendo à fonte Tradição e à distinção estabelecida entre *atos* e *tendências homossexuais*, L1 entrega o PDV da restrição em relação de antiorientação ao PDV pressuposto da aceitação de candidatos gays, do qual se afasta. O locutor primeiro define então

sua posição em relação ao objeto de discurso, ainda que brindando o alocutário com a argumentação indireta de uma tendência que poderia ser aceita, caso não seja *profundamente radicada* – qual seja, a "expressão de um problema transitório como, por exemplo, o de uma adolescência ainda não completa" (Grocholewski e Miller, 10). Sendo um objeto de discurso que pode ser medido por diferentes argumentos, pressupomos que a dinâmica discursiva entre tomadas de posição abertas e latentes, antiorientadas ou coorientadas "está inserida numa confrontação de pontos de vista da qual participa mesmo quando não há polêmica aberta ou dissenso declarado." (Amossy, 2020, p. 41).

A hierarquização dos PDV que estruturam proposicionalmente a argumentação se dá, invariavelmente, no espaço da doxa católica, isto é, por meio de modelos de representação que, apresentados e legitimados como a própria realidade, tornam-se, em princípio, o único meio possível, a única extensão do pensável. Em tal espaço dogmaticamente carregado, opor-se aos modelos de representação possíveis é se excluir do campo do pensável (Vernet, 2023). Nesse sentido, nos limites da eclésia, em princípio, não está em questão se a reversão ou a repressão de uma sexualidade é um contrassenso, tampouco se a instrução reproduz uma ordem heteronormativa ou se transmitiria matizes homofóbicos. Em outras palavras, se fora do meio clerical as tomadas de posição do locutor poderiam ser mais naturalmente postas em questão em seus aspectos sócio-políticos, na estabilidade da doxa católica, há limites dogmáticos do pensável que, se extrapolados, transbordam ao campo de uma contradoxa (Fernandino e Vernet, 2024).

Da mesma forma, a relativização da aceitação aberta de gays[113] é estruturalmente limitada pela dita tradição. Metaforicamente, Sodoma e Gomorra, ainda que destruídas pela ira do deus do Antigo Testamento, permanecem de pé na doxa católica do momento histórico e institucional da publicação analisada. Nesse sentido, além dos modelos de representação que delimitam o possível e o argumentável no meio eclesiástico, há ainda restrições da conjuntura do alvorecer do novo milênio, no qual uma Igreja em transição de papado tenciona endereçar um aspecto do controverso, polêmico e polivalente tema da presença gay na Igreja.

O ano de 2005 – além de ser o mesmo da publicação da encíclica *Deus caritas est*, um texto de agregação, como o chamamos, publicado sob o mesmo papado cinco meses antes da Instrução –, foi globalmente marcado por discussões ligadas à pauta LGBT+. Estas se deflagraram sobretudo em razão de movimentos conflitantes em altas instâncias jurídicas e legislativas que fizeram avançar e retroceder direitos em diversos países e Estados. Na frente

[113] Deliberadamente, não adentramos nos pormenores de uma aceitação tácita, por exemplo, conforme defendida por Martel (2019).

acolhedora, por exemplo, o Estado de Illinois, nos EUA, proibiu a discriminação no setor privado baseada na identidade de gênero e na orientação sexual; em Nova York decidiu-se que a proibição de uniões gays violava a constituição do Estado; o judiciário no Canadá publicou o *Civil Marriage Act* que legalizou o casamento homo em todas suas províncias; Na Espanha a mesma legalização foi aprovada. Por outro lado, no mesmo ano, a título de ilustração, uma emenda que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi acrescentada à constituição da Uganda; na Letônia, o mesmo ocorreu.

Ainda que a perda de direitos e as proibições tenham sido menos numerosas em 2005, os movimentos antipodais indiciam o quão controverso era o tema dos direitos LGBT+ na conjuntura global laica do momento. Embora as vozes da Santa Sé se conformem a um atípico arranjo religioso, social e político, que certamente não reflete as mesmas condições de produção da esfera leiga (Fernandino, 2021, 2022), o locutor da instrução dialoga inevitavelmente com o espírito do seu tempo. Em um primeiro nível, L1 se volta ao alocutário religioso em formação, contudo, parece também querer flertar com o Colégio Cardinalício em suas cisões conservadoras e reformistas, com o crente gay, com a opinião pública e midiática, com o fiel ortodoxo e seu negativo heterodoxo etc. A amplitude da eclésia, o auditório universal da Igreja, impera posicionamentos públicos em relação às questões do momento e, idealmente, posicionamentos suficientemente relativos para captar a benevolência de um amplo espectro do auditório.

Por fim, analisar o PDV, conforme nossa síntese teórica, é um esforço necessariamente incompleto e, igualmente, axiológico. No que diz respeito à incompletude, trata-se de um gesto teórico-interpretativo que pode ser ilimitadamente estendido. Afinal, gozamos de um espaço teórico coerente para considerar o arranjo de hierarquização de PDV, de agenciamento de posturas enunciativas e de RE para estabelecimento da argumentação, em sua *visée* e dimensão, além de contemplar, complementarmente, entendimentos de ordem figural, textual, comunicacional, linguageira e genérica.

Por outro lado, no que tange à agentividade do analista do discurso, estamos igualmente inseridos no regime geral da enunciação e, portanto, a discursividade da nossa análise está também sujeita a discricionariedades, restrições socioinstitucionais e pragmáticas e, aberta ou indiretamente, à tomada de partido. Poder-se-ia, naturalmente, analisar a dimensão argumentativa da nossa análise que, discricionariamente e a partir de um arranjo teórico determinado, operou a organização e agenciamento de conteúdos, inicialmente, a partir de interpretações sobre o item *tendências,* tomado na doxa católica.

Nossa análise não visa a ser indiferente ao objeto do discurso e, com efeito, compõe a dimensão da nossa tese, na dupla acepção do termo. Em escopo social mais amplo, para além dos muros do Vaticano, esta análise quer sustentar, tacitamente, o entendimento de que, mesmo que forjada na diferença, a atividade da argumentação faz reconhecer o outro como interlocutor legítimo. Ademais, idealmente, fornece meios de resolução de conflitos no espaço social democrático atravessado pelo discurso religioso. O ser social na origem do PDV em relação ao qual L1 se antiorienta é reconhecido como existente e pertinente, a despeito do fato de ser aberta ou latentemente convocado como uma voz no texto. Junto a Perelman e Tyteca, sustentamos que, na mesma medida que o consenso é um ideal, o embate argumentativo é uma realidade social que pode ocasionar um espaço potencial negociação de diferenças.

ACTIO: INTERPRETANDO A *PISTIS* CRÍSTICA

Segundo a cânone da retórica clássica, a chamada *actio*, ou *hypocrisis* no grego antigo, é a etapa de encenação do discurso total por um orador (Barthes, 1975), sobretudo no que tange gestos e dicção. Ou seja, uma vez que já se descobriu ou que dizer, no momento da *inventio*, organizou-se a disposição do conteúdo prospectado, pilar da *dispositio*, decidiu-se sobre o estilo que ornará sua fala, *elocutio*, e se memorizou a apresentação a ser feita ao auditório, chega-se, enfim, ao momento de realizar o exercício de gesticulação e dicção da palavra pública.

Destarte, fazendo tributo a esse último pilar da retórica, chamamos de *Actio* o capítulo em que, visitando discussões sobre valor e emoções – sem o objetivo de traçar uma teoria dos valores propriamente dita, tampouco uma ampla retomada do estado da arte das emoções –, apresentamos o princípio de fé e persuasão do discurso católico, a *pistis* do Cristo. Tanto a breve retomada teórica deste capítulo quanto a noção de *pistis*, conforme a entendemos, são vinculadas ao nosso movimento de aproximação de categorias em Rabatel e Amossy. Assim, considerando que o nosso gesto de articulação teórica pode ser utilizado na análise de outros *corpora*, neste momento, direcionamos a argumentação no discurso do *homo narrans* para aspectos do nosso corpus.

Metaforicamente, enfim, encenamos neste capítulo os gestos e dicção no discurso analítico total da tese. À maneira da divisão do capítulo anterior, nossa *actio* é também bipartida. No primeiro momento, apresentamos sucintas considerações da literatura sobre valores. Conduzimos essa retomada associando-a às discussões teóricas vinculadas ao discurso católico e aos aspectos centrais do nosso corpus. Ainda na primeira seção, a partir de uma noção de valor, apresentamos, então, o conceito de *pistis* crística e, a seguir, de modo a explorar o teor subjetivo da *pistis*, delineamos alguns aspectos das emoções no discurso e na argumentação. Na segunda metade do capítulo, por meio do todo teórico da tese, efetuamos, então, um gesto de análise do segundo texto do eixo da segregação, o *Responsum sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo* (2021).

Este momento da redação da investigação é, alegoricamente, a Roma da pesquisa, o ensejo em que culminam e coincidem todos os caminhos trilhados previamente, da descoberta do tema de tese à disposição e ornamento dos argumentos da literatura. Analogamente, os três percursos analíticos precedentes, realizados nos eixos da agregação e da segregação, norteiam as conclusões deste capítulo, sobretudo da última análise, aquela que motivou o recorte da nossa pesquisa.

5.1 Alfa e Ômega da Santa Sé: contradições coerentes e juízos emocionados

Novamente recorrendo ao campo lexical bíblico, o título que adotamos nesta seção conota o objetivo de desenvolver aspectos linguísticos relacionados aos valores que se encerram no discurso contemporâneo da Santa Sé. Alfa e Ômega, respectivamente, a primeira e última letras do alfabeto grego, é uma perífrase utilizada no Livro do Apocalipse como equivalente a Jesus, aquele que, segundo a tradição, é, simultaneamente, o começo e o fim. Nosso subtítulo, que indicia uma harmonia de posicionamentos antipodais, delimita o propósito da seção de oferecer uma leitura sobre o aparente oxímoro de tomadas de posição de um mesmo actante enunciativo que, entre textos, parece ora agregar, ora segregar.

Visamos a desenvolver aqui uma reflexão que caiba no escopo da nossa leitura articulada entre Amossy e Rabatel. Indiretamente, pormenorizamos o postulado apresentado de que a argumentação no discurso do *homo narrans* é uma atividade dóxica amparada não apenas por procedimentos lógicos, como também por juízos com força patêmica do ente na origem do dito. A relevância científica e social de se considerar que há sempre um sujeito na fonte do dito se dá, sobretudo, em relação aos gêneros nos quais se facilita o efeito de sentido de apagamento da subjetividade e de veracidade inquestionável dos argumentos. No caso da mistificação (Orlandi, 1987), aspecto fundamental do discurso religioso, gera-se uma configuração discursiva propícia ao apagamento enunciativo e dispersão da responsabilidade enunciativa. Igualmente, há, entretanto, um ser no mundo responsável pelo enunciado que narra, argumentativamente, a partir de valores.

A noção de valor[114], enquanto um conceito polifacetado em discurso, fornece uma chave explanatória para abordar certos aspectos da relação entre razão e emoção nas trocas argumentativas. De partida, entendemos valor nesta pesquisa como um aspecto da doxa, isto é, um componente dessa representação que sustenta semanticamente opiniões (Emediato, 2022) e que, de tão difundida, ganha aspecto de uma realidade evidente e, amiúde, de única representação possível (Vernet, 2023; Fernandino e Vernet, 2024).

[114] Estamos cientes que se trata de um conceito que, embora presente nos estudos em argumentação, marcadamente após a publicação da NR, não possui uma definição unívoca. O nosso gesto de explicitação e retomada do "valor" é um resumo que, embora insuficiente para uma teoria dos valores, serve aos propósitos de fundamentação do nosso conceito de *pistis* crística e da enxuta reflexão sobre emoções que o segue. Na mesma toda, Paiva (2020) envidou esforços para trazer à luz uma definição de "valor" no âmbito dos estudos argumentativos, embora tenha concluído que não há um conceito acabado e definitivo. Mesmo nos cânones e dicionários de AD e filosofia, a conceituação seria turva e plural. Para a autora, há uma certa resistência de estudiosos a enfrentar a conceituação de "valor" que poderia estar relacionada com a vontade de expressar objetividade nas suas pesquisas, mas "a própria escolha sobre o objeto de estudo, já é, por si só, apaixonada". (Paiva, 2020, p. 110). Recomendamos a tese de Tatiana Afonso Ferreira Paiva para uma perspectiva mais detida acerca do tema dos valores e dos estudos axiológicos.

Charaudeau e Maingueneau (2002) sumarizam que, apenas ao fim do século XIX, uma teoria geral dos valores, propriamente dita, surge na esteira da tradição filosófica de herança platônica. A partir desse momento, houve uma abundante produção sobre valores e julgamentos de valor que se prolongou à psicologia, às humanidades e mesmo ao discurso corriqueiro. Falar em julgamento de valor, nesse sentido, é pressupor tomadas de posição que podem se tornar objetos de análises retórico-discursiva. Assim, não haveria linguagem livre de julgamentos de valor. Esta leitura, com efeito, interessa ao percurso analítico que adotamos nesta tese.

Os mesmos autores (2016) ainda informam no verbete que "valor" é por vezes tomado como um equivalente de "opinião", dada a sua associação aos estudos da afetividade e da subjetividade. Nesta linha interpretativa, segundo Plantin (2016), a ideia de "valor" remete a questões relacionadas à subjetividade, à afetividade e, no plano semântico, à orientação da fala. Assim sendo, juízos humanos, no que diz respeito à argumentação, teriam aspectos de ordem racional e emocionada que se entrelaçam na validação de uma proposição nas trocas argumentativas.

A *Nova Retórica* de Perelman e Tyteca (1996) estabeleceu seu programa de pesquisa arrazoando acerca dos julgamentos de valor. Questionando pressupostos do positivismo clássico e retomando Aristóteles, a NR defende que os valores estariam na base do raciocínio prático, voltado à busca do razoável e não necessariamente do verdadeiro e do lógico. Portanto, o discurso argumentativo não está submetido, simplesmente, a procedimentos de validação de verdade. A leitura que fazemos de "valor" nesta seção vai preponderantemente neste sentido[115].

A proposta da NR se trata, assim, de interrogar o projeto epistemológico do positivismo jurídico, orientado pela lógica formal, como meio exclusivo de se pensar o Direito. É neste sentido que os autores quiseram ler o convívio social a partir do razoável e de um raciocínio retórico. Efetivamente, o argumentativo presume uma lógica de valores, com a qual, virtualmente, qualquer locutor pode cimentar sua argumentação. Para a NR, o valor, isto é, um juízo ou referência que estrutura o processo de troca argumentativa, pode se imiscuir com fatos, embora independa da realidade objetiva. Além disso, analiticamente, mais importante do que considerar que valores são compartilhados por todos é observar como os sujeitos os hierarquizam diferentemente. Emediato acrescenta que

[115] Entretanto, no que diz respeito ao entendimento de emoção que esboçamos aqui, ecoamos o entendimento de Lima (2006) de que a *Nova Retórica* não contribuiu substancialmente para o estudo das emoções, posto ter conferido primazia ao estudo do *logos*.

> valores provocam adesão e são *patemizados*, ou seja, engajam emoções e fazem com que superem até mesmo as evidências mais racionais. Eles estão também na base de crenças religiosas (...) Isso explica a dificuldade de os sujeitos cederem sobre os valores e negociarem suas hierarquias (...) os valores são bem mais facilmente observáveis na materialidade discursiva e podem ser um princípio de ancoragem importante para um processo interpretativo." (2022, p. 117)

Os valores, então, na condição de componentes da doxa, estão relacionados à manutenção das distâncias sociais. Por meio de julgamentos de valor[116], engendra-se o "nós" e o "outro" pela assimilação, indiferença, ou confrontação de determinado arranjo de juízos. Lima (2016), nesses termos, complementa que as emoções são primordiais nos embates sociais que engendram determinados grupos, já que, a partir dessas, as distâncias são negociadas. Nesse sentido, a identidade de grupo seria constituída por juízos emocionados, histórica e socialmente construídos.

Operando e associando os entendimentos apresentados a partir da NR, os valores, então, são aspectos da doxa que remetem à subjetividade e à orientação da fala e, enquanto juízos que estruturam o processo argumentativo, podem se confundir com fatos e contribuir com a formatação de distâncias sociais. Desse modo, se a interação entre locutores tributários de valores conflitantes parece ocasionar um espaço de negociação argumentativa entre grupos, seria também razoável cogitar a existência de valores discordantes argumentados no seio do mesmo grupo? Mais ainda, uma mesma instância enunciativa poderia, coerentemente, visar à aceitação de PDV concorrentes fundados, em princípio, em valores antitéticos? Em ambos os casos, no nosso gesto de leitura, a resposta é afirmativa.

Um grupo é uma abstração que homogeneíza e essencializa individualidades ao realçar as interseções de interesses. Isto, naturalmente, não implica uma coincidência plena de inclinações ou uma anulação de divergências. O valor, nesse sentido, além de um juízo, é uma forma de acordo sobre os fatos que depende de uma realidade subjetiva e dóxica. Caso não excedam os limites da troca argumentativa por um choque absoluto de teses, a mesma doxa pode, com efeito, acolher juízos concorrentes. Em se tratado de uma fonte enunciativa com um amplo alocutário – que pode recorrer a diversos enunciadores e vozes entre textos ou na cena da enunciação, como no caso da Santa Sé –, parece razoável supor que o mesmo locutor-

[116] Ressalvadas as especificidades da sua problemática, Charaudeau (2008) afirma que, para se comunicar, é necessário acordar e compartilhar não apenas conhecimentos, mas julgamentos de valor sobre o mundo. Isto não implica, necessariamente, concordância entre interlocutores, mas consciência de que o valor alheio existe. Esses conjuntos de valores, segundo o autor, funcionariam como uma mediação social externa que permitiria ao locutor se reconhecer como pertencente a um grupo com o qual comunga imaginários sócio-discursivos. Meyer (2007), trabalhando no escopo mais amplo da retórica, e não apenas com valores, fala em negociação de distâncias.

enunciador, possa argumentar posicionamentos conflitantes, sustentados em valores antitéticos, visando à ampla aceitação de suas teses.

A NR nos brinda ainda com o conceito de noções vagas, isto é, entendimentos turvos que, justamente por sua imprecisão, parecem galvanizar um acordo prévio entre os actantes. Esses entendimentos não-consensuais, potencialmente polêmicos, ilustram a perene disputa pelos significados de uma língua, por definição, opaca. Nesse sentido, as noções vagas se articulam aos valores que sustentam posições antagonistas. Mais ainda, como entendemos o conceito, um valor pode ser classificado na categoria de noção vaga. Afinal, as noções vagas, juízos e fatos parecem poder se consubstanciar na estruturação do acordo argumentável, das distâncias e das identidades de grupos. No nosso caso, a homoafetividade, nas variações que encontramos nos textos analisados – como "homossexualidade" e "tendência homossexual"[117] – pode ser enquadrada como uma noção vaga, posto que não é claramente definida e polariza posicionamentos intimamente relacionados à identidade da eclésia e à configuração das distâncias entre, grosso modo, católicos tradicionalistas e reformistas.

Embora não contemplemos no nosso corpus respostas às publicações analisadas, tampouco discursos ou contra-discursos de fiéis gays que orbitam a noção vaga da "tendência homossexual," evidentemente, analisamos produções de um enunciador polêmico, que se insere em uma altercação, cujas "boas razões das emoções" são fundamentadas em valores dogmáticos. Há, portanto, juízos que, por sua natureza de verdade divina, sustentam a crença implícita nos vetos ao gay católico. Dentre essa constelação de valores se sobressai, com efeito, aqueles ligados à moralidade católica que, marcadamente a partir do século IV, incluiu o sexo entre homens no bojo dos chamados pecados contra a natureza[118].

O locutor da segregação não parece inclinado a negociar esses juízos tampouco os explicitar, posto que, se dóxicos, são tácitos e delimitam a fronteira do pensável e do argumentável. O dogma – isto é, um princípio religioso basal e, em princípio, inegociável –

[117] O substantivo "gay" é menos preferido nas publicações da Santa Sé. No nosso *corpus*, por exemplo, o item aparece apenas na instrução de 2005, no trecho, "aqueles que praticam a homossexualidade, apresentam tendências homossexuais profundamente radicadas ou apoiam a chamada cultura *gay*" (Grocholewski e Miller, 8, itálico nosso). Com matizes políticos e valoração ostensiva, em uma obra que, embora não tenha seguido o método científico ou passado pelo parecer de pares, diz-nos algo sobre a cultura e léxico vaticanos, Martel (2019, p.19) afirma: "O papa latino-americano foi o primeiro a utilizar a palavra 'gay' — e não apenas homossexual —, e podemos considerá-lo, se o compararmos com os seus antecessores, o mais gay-friendly dos sumos pontífices modernos. Houve palavras cuidadosamente escolhidas sobre a homossexualidade: 'Quem sou eu para julgar?'. E podemos presumir que esse papa não tem nem as tendências, nem a inclinação que foram atribuídas a quatro dos seus predecessores recentes. No entanto, em virtude precisamente do seu pretenso liberalismo quanto às questões de moral sexual, Francisco é alvo, hoje, de uma violenta campanha iniciada pelos cardeais conservadores que são muito homofóbicos — e, em sua maioria, secretamente homossexuais. De algum modo, o mundo está do avesso!".

[118] Ver Fernandino e Vernet (2024) e seção da tese "Considerações sociais e linguísticas sobre heteronormatividade".

está, no nosso entendimento, necessariamente amparado por noções vagas, já que se trata de um ato de crença que, por definição, prescinde de verificação ou precisão[119]. No caso do valor da moralidade católica, as interpretações atribuídas à punição de Sodoma e Gomorra estão no fundamento das noções vagas que sustentam o dogma do pecado da homoafetividade.

De um lado, em se tratando dos textos que estudamos no eixo da agregação, os principais argumentos defendidos por L1 são plasmados em valores mais abertamente elaborados enquanto juízos ou referências que podem se imiscuir com fatos. Nesses momentos, o locutor se vale, ostensivamente, da tese do amor. No eixo da agregação, assim, a dimensão subjetiva é evidenciada. Por outro lado, nos textos do eixo da segregação, os vetos defendidos por um L1 que se desinscreve da cena da enunciação são argumentados a partir de valores cuja natureza subjetiva é eclipsada na formalidade e objetividade do gênero. Portanto, neste eixo falaremos de uma ênfase na dimensão do *logos*, ainda que um *logos* estruturalmente associado a valores. Entre segregação e agregação, argumentando na complexa e nebulosa interseção do discurso religioso cristão com o domínio político, o papa-Santa Sé se dirige a um auditório amplo, cujos valores particulares são potencialmente conflitantes. Em tal arranjo argumentativo, utilmente dúbio, que orbita um objeto de discurso polemizável, os integrantes da eclésia parecem medir suas distâncias e reforçar identidades político-religiosas.

A contradição aparente do locutor papa-Santa Sé que visa a ora agregar, ora segregar é diluída na polivalência da fonte evidencial que, direta ou indiretamente, está no fundamento de todo texto emitido pela Santa Sé: a instância Jesus Cristo. Esta que, tanto quanto enunciador e afiançador de legitimidade, pode ser mobilizada como um valor, isto é, um juízo ou referência que estrutura o opinável. Jesus Cristo é, nesse sentido, um aspecto imprescindível da doxa católica, que estabiliza a tensa negociação de espaços e identidades no Vaticano-eclésia.

A instância Cristo é a representação máxima do amor católico, no seu aspecto mais fundacional, mais acabado e, ao mesmo tempo, sua forma mais humanizada, que legitima dogmas. Em se tratando de discurso religioso, os locutores podem recorrer estavelmente e, mais, racionalmente aos dogmas formatadas nos seus mitos fundacionais. Cristo é, enfim, a

[119] Embora suas reflexões estejam relacionadas ao campo dos afetos e da psicanálise, encontramos elementos em Jung (1984) que lançam luz sobre o fenômeno discursivo do dogma. Na obra *Psicologia e Religião* (Editora Vozes) o autor afirma que "o dogma exprime, por meio da sua imagem, uma totalidade irracional (...) o dogma deve sua existência, por um lado, às experiências da gnose – consideradas como reveladas e imediatas; p. Ex., o Homem-Deus, a cruz, a concepção virginal, a Imaculada Conceição, a Trindade, etc. – e, por outro lado, à colaboração ininterrupta de muitos espíritos e de muitos séculos." (p.50).

pistis das contradições coerentes do discurso da Santa Sé, na dupla acepção do termo, ou seja, o princípio basal de fé e de persuasão retórica[120].

O aparente conflito de posicionamentos elucidado em campos lexicais e valores concorrentes, discursivamente argumentados, é de jure, mas não de facto. Metaforicamente, recorremos às imagens prévias do Cardeal Burke e do padre jesuíta James Martin como arquétipos personificados, respectivamente, da constelação de valores que esteia as boas razões da segregação e da agregação argumentativa na Santa Sé. Embora recorram a juízos, em princípio, díspares, e que sustentam posicionamentos antipodais, ambos, fundamentalmente, estão amparados na tese do amor cristão e na fonte evidencial da *pistis* Cristo. Os locutores Martin e Burke falam a partir da mesma macro institucionalidade que, evidentemente, agrupa micro institucionalidades acessórias que disputam sentidos e regulam distâncias em relação ao objeto de discurso da homoafetividade.

No caso de Burke, ainda na leitura arquetípica que propomos, a metonímia institucional se configuraria no *Dignitatis Humanae Institute* (DHI), um instituto católico com inclinação abertamente conservadora e tradicionalista que chegou a ser presidido por Raymond Burke[121]. Por outro lado, tomamos como ilustração o *Outreach*, uma instituição, fundada por James Martin, configurada na forma de uma plataforma *online,* que busca "oferecer notícias, artigos, recursos e espaços comunitário para católicos LGBTQ e para aqueles que realizam apostolado junto a essas pessoas ao redor do mundo"[122]. Embora o discurso gestado em cada uma das duas institucionalidades recorra a valores distintos e mesmo concorrentes, já que encarnam modelos arquetípicos do tradicionalista e do reformista católico na cúpula da Santa Sé, ambas as fontes enunciativas se esteiam sobre o terreno comum do amor crístico.

No caso do eixo da agregação, na nossa analogia, por meio do "arquétipo padre Martin", lemos na apresentação da iniciativa *gay-friendly* que "O Outreach é operado sob os

---

[120] *Pistis* é um termo originado no grego antigo e amplamente utilizado tanto desde as reflexões do Cristianismo primitivo sobre o Novo Testamento quanto na filosofia da Grécia Antiga. As traduções mais consagradas se estendem, na esfera cristã, de um entendimento de "fé", "crença", "confiança", "retidão", "lealdade", "graça" e "salvação"; até, já no âmbito da retórica clássica, "credibilidade de um argumento", "confiança mútua" e "persuasão". Nas cartas de Paulo aos romanos e aos gálatas, este que é o representante por excelência do fenômeno da conversão Cristã, o apóstolo defende que é a pistis Jesus e não à adesão às leis mosaicas que garantiriam a salvação do fiel.

[121] Em se tratando de uma analogia que simplifica a realidade com finalidade didática, não adentraremos nos pormenores da contextualização dos fatos que, em 2019, levaram Burke a publicar uma carta por meio da qual oficializou o seu desligamento do DHI após desentendimentos com Steve Bannon – também associado à instituição, após este último, supostamente, manifestar apoio à realização de uma adaptação cinematográfica do livro de Frédéric Martel, *Sodoma: Enquête au cœur du Vatican* (2019). Ver carta na íntegra em https://x.com/cardinalrlburke/status/1143557405592162305.

[122] Tradução nossa. No original: We offer news, essays, resources and community for LGBTQ Catholics and those who minister with them in the Catholic Church worldwide. Ver na íntegra em: https://outreach.faith/about-outreach/.

auspícios da America Media, um *apostolado jesuíta*, e está *enraizado no amor de Jesus*, aquele que foi em busca dos s*eres que se sentiam excluídos*"[123]. Em fórmula semelhante, no caso do "arquétipo Cardeal Burke", respaldando-se na mesma memória discursiva, mas gerando um efeito de sentido distinto, uma declaração do DHI assevera que:

> RECONHECE-SE PROFUNDAMENTE que uma sociedade que mantém no mais íntimo dos seus guardados culturais a crença de que a revelação mais acabada de Deus à Humanidade [*mankind*] foi na *pessoa de Jesus Cristo*; que ele criou todos os *homens* iguais, que o *mandamento* central para o seu povo era que eles se *amassem uns aos outros*, que o *Homem* é a criação com propósito de um Deus benevolente"[124].

Embora os valores e efeitos interpretados sejam evidentemente diferentes na confrontação das duas passagens – com um locutor jesuíta que prega o amor pelos excluídos em contraposição ao locutor doutrinário que assevera a tradição em seus aspectos vinculantes de mandamento e virilidade –, ambos os locutores-enunciadores se arrimam na instância do Cristo, cerne da tese do amor católico. A negociação de distâncias, ainda que tensa e potencialmente polêmica, se dá, assim, sob um mesmo terreno em nada acidentado.

Dentro dos muros vaticanos, por mais díspares que sejam os posicionamentos à primeira vista, a dinâmica enunciativa de vozes parece estável e, em última análise, funcionalmente contida no mesmo modelo de representação. Caso caibam na amplitude da doxa católica, que sustenta semanticamente os argumentos e define um campo do pensável, o embate de posicionamentos internos é pacificado nessa esfera sociocultural. Afinal, dá-se sobre o mesmo terreno evidencial, isto é, sobre o mesmo fundamento discursivo da *pistis* Cristo. Alicerce discursivo este que, enquanto *pistis* é, etimologicamente, "credibilidade lógica" e "fé mística", razão e emoção.

Paiva (2020, p.133) entende que tal "como os valores constituem um objeto de estudo complexo e longe de ser conceituado de maneira rigorosa e objetiva, as emoções também compõem um campo de estudo amplo que abarca conhecimentos interdisciplinares". Baseado no mesmo pressuposto de entrelaçamento interdisciplinar de elementos de ordem racional e

---

[123] Tradução e itálico nossos. No original: Outreach operates under the auspices of America Media, a Jesuit ministry, and is rooted in the love of Jesus, who reached out to all those who felt excluded (ibid.). Ressalvamos que, como demonstram Määttä e Vernet (2023) em uma análise de estruturas argumentativas e *topoi*, uma argumentação fundamentada na confrontação à homofobia não deixará necessariamente de aderir à ordem heteronormativa.

[124] Tradução, acréscimo entre colchetes e itálico nossos. No original: PROFOUNDLY ACKNOWLEDGES that a society which holds within the very deepest vault of its culture a belief that God's fullest revelation to Mankind was in the person of Jesus Christ; that he created all men equal, that the central commandment to his people was for them to love one another, that Man is the purposeful creation of a benevolent God. Ver na íntegra em: http://www.dignitatishumanae.com/index.php/declaration/.

subjetiva que ampara os entendimentos que mobilizamos de valor e noções vagas, Plantin (2023, p.45, tradução nossa)[125] afirma que "todo discurso ordinário, que elabora uma representação de um evento, atribui a este, simultaneamente, uma emoção. Isto endossa a ideia de que, no discurso ordinário, a elaboração cognitiva não se separa da elaboração emocionada".

Para o autor (2011), em geral, engendram-se duas principais atitudes prescritivas em relação às emoções na argumentação. Por uma parte, houve uma instrumentalização feita pela retórica com efeitos sócio-políticos; de outro, diferentemente, ocorreu uma rejeição das emoções pela teoria das falácias. Enquanto aquela, no caso brasileiro, foi trazido pelos jesuítas como uma retórica esvaziada de emoções, esta, simultaneamente, designa uma forma de argumento e o valora negativamente – com o fim normativo de eliminar as emoções.

Divergindo de ambas as leituras, Plantin visou a elaborar uma perspectiva plural e interacional que qualificasse as emoções na argumentação como um processo mental racional e estruturante. Do ponto de vista psicológico, a emoção é "uma síndrome que afeta um sujeito, uma síntese temporária de estados de diversas ordens, e que varia segundo o tipo de emoção experimentada" (Plantin, 2021, tradução nossa)[126] ou ainda uma "experiência vivida, consciente, que se manifesta como uma síndrome que transforma os comportamentos e os modos de ação e de interação daquele que a experiencia" (Plantin, 2023, p.25, tradução nossa)[127]. Portanto, diferentemente de um humor, caracterizado como um estado, por sua natureza afetiva mais estável, a emoção está na ordem do evento, do passageiro.

Se de um lado a emoção é uma síndrome psicológica, cognitiva, neuropsicológica e atitudinal, especificamente no que se refere à argumentação, a emoção é tomada então como um fenômeno social e culturalmente construído que implica efeitos sobre as escolhas linguísticas e estratégias discursivas do locutor. Mais ainda, a capacidade de expressar emoções é uma condição de exercício da argumentação. É nesse sentido que Plantin (2010) entende ser possível argumentar emoções. Reciprocamente, patemas podem ser identificados no enunciado, isto é, traços argumentativos emocionais.

De maneira afim, não entendemos as emoções na argumentação apenas como resultados diretos de estímulos psicossociais, mas uma construção progressiva e mutável no cronotopo,

---

[125] Tout discours ordinaire qui construit une représentation d'un évènement lui attache simultanément une émotion. Tout cela converge vers l'idée que, dans le discours ordinaire, l'élaboration cognitve n'est pas séparable de l'élaboration émotionnelle.

[126]est un syndrome affectant un sujet, une synthèse temporaire d'états de divers ordres, et variant avec le type d'émotion éprouvé. Artigo *online* da entrada *émotion* do *Dictionnaire de l'argumentation* 2021. Diponível em: https://icar.cnrs.fr/dicoplantin/emotion/.

[127] Une expérience vécue, consciente, qui se manifeste comme un syndrome transformant les comportements et les modes d'action et d'interacion de l'expériencieur.

relacionada à determinada situação – cultural, histórica, institucional, política etc. Por exemplo, Lima (2006, p.126), tratando do caso brasileiro, explana como a emoção se associa à ideia de uma "feminilização" do sujeito, já que como as mulheres representariam "seres humanos menores e por isso mesmo mais susceptíveis a 'ações irracionais', elas seriam o lado humano ideal para a manifestação de toda espécie de emoções".

Trata-se, portanto, de um fenômeno essencialmente relacionado ao PDV, já que a emoção não é apenas uma implicação do acontecimento em si, mas, sobretudo, um fenômeno polivalente desencadeado pela avaliação do acontecimento. Nesse sentido, discursivamente, emoções seriam também uma forma de posicionamento e de julgamento moral fundamentado em padrões (Fernandino, 2023a; 2023b) e sustentado por arranjos de valores e noções vagas. Se o sujeito não tem controle absoluto do dito, falamos então em uma agentividade condicionada, na qual o *homo narrans* avalia, valora e se posiciona, mas sofre efeitos dessa síndrome psicológica, cognitiva, neuropsicológica e atitudinal.

Tendo em vista propor um modelo que permitiria reconstruir o desenvolvimento das emoções no discurso[128], Plantin (2011) defende que a análise da palavra emocionada, pode ser realizada de três modos: expressivo-enunciativo, pragmático e comunicacional-interacional. Nos três polos de análise, a palavra emocionada pode ser classificada como "emotiva" ou "emocional"[129], isto é, respectivamente, um uso com finalidade ou espontâneo. Esta distinção coloca a comunicação emotiva como estratégica, amparada por marcas de polidez, ocorrida pela emoção, em uma desorganização organizada de uma emoção pública. Por outra parte, a comunicação emocional seria aquela irrupção natural, realizada não pela emoção, mas de emoções, em uma desorganização desorganizada de uma emoção privada.

É esperado que um texto religioso que lida com o tema polêmico da homoafetividade busque dissociar sua argumentação do discurso emocionado ostensivo, marcadamente aquele emotivo, que tende a revelar de modo mais contunde o sujeito na origem do enunciado que

[128] Para outras perspectivas e mais detalhamentos sobre métodos de estudo das emoções ver, por exemplo, Rodrigues (2021). A autora mobiliza no seu artigo as obras de Micheli *L'émotion argumentée: l'abolition de la peine de mort dans le débat parlementaire français* (2010) e *Les émotions dans les discours: modèle d'analyse, perspectives empiriques* (2014). Embora a representatividade da obra de Micheli no campo do estudo discursivo das emoções se equivalha àquela de Plantin, deliberadamente, não mobilizamos Micheli. Mesmo a apresentação e uso que fazemos do modelo de Plantin é assaz superficial, dado que o objetivo geral da presente pesquisa não é realizar uma retomada do estado da arte ou um estudo propriamente dito das emoções da Santa Sé. Entretanto, indiciar o tema das emoções no nosso percurso de análise, pareceu-nos um gesto necessário que, inclusive, permite operar os nossos eixos temáticos e hipóteses, bem como sinalizar caminhos de desenvolvimento da agenda de pesquisa.

[129] No original, respectivamente, *émotive* e *émotionnelle.* Para mais detalhes sobre o enquadramento teórico que o autor vem propondo a respeito da experiência emocionada, ver Plantin (2023), em artigo que abre a obra *Retórica, argumentação e emoções* (Editora Pontes).

pode ser responsabilizado. Ademais, como apontam Courbin, Courtine e Vigarello (2016), a noção de emoção se associou ao longo da história à conotação de um estado de excitação e mesmo de concupiscência. Ao realizar uma genealogia do termo, os autores defendem que o item lexical "emoção" surge apenas no século XII, associado à ideia de movimento corporal, perturbação física passageira e violenta, movimento de tropas e sublevação popular – como no caso de "*comoção* pública".

Naturalmente, isto não implica que antes da popularização do termo não houvesse a percepção psíquica da emoção *avant la lettre*. Contudo, é somente a partir da Baixa Idade Média que o item surge enquanto tal, primeiramente como movimento e, posteriormente, como uma forma de abstração, tornando-se enfim um fenômeno, de fato, imaterial, tal como o concebemos na modernidade. Dito de outro modo, metaforicamente, a emoção é germinada na sociedade como um fenômeno físico, mas brota como metafísica.

No tempo presente, como afirmado em *A história das emoções*

> A sociedade impõe uma norma fortemente sexuada, já que proíbe a um sexo o que permite a outro, sabendo que o que ela reprime não é a emoção em si mesma, mas sua exposição, sua expressão. Trata-se de um meio de reconhecer o lugar primordial das emoções na organização de toda a sociedade, tanto em suas componentes políticas quanto religiosas (Courbin, Courtine e Vigarello, 2016, p. 84).

Mesmo que o L1 dos textos que analisamos no eixo da segregação pareça se distanciar de uma argumentação abertamente patêmica, desincrevendo-se e apagando evidências volitivas, é emocionada a razão que apregoa que a bênção das uniões gays não pode ser considerada lícita (Ladaria e Morandi, 2021) e que a Igreja não pode admitir candidatos com tendências homossexuais profundamente radicadas (Grocholewski e Miller, 2005). As razões da Santa Sé e os julgamentos de valor das suas vozes, amparados pela *pistis* crística, podem também se configurar como gestos enunciativos políticos com efeitos não só de sentido, mas também na dinâmica social dentro e fora da eclésia.

5.2 No princípio era o contra-discurso: uma análise do *Responsum sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo*

Analogamente às seções precedentes, elaboramos o título desta por meio de figuras de estilo e intertextualidade. Fazendo uma reformulação proposital, dialogamos com a memória discursiva associada ao Novo Testamento, nomeadamente, aos primeiros versículos do evangelho de João, transliterados do grego como "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava

com Deus, e o Verbo era Deus" (Jo 1, 1). A passagem retoma a fórmula da gênese do mundo segundo a crença cristã, na qual o divino se confunde com o *Lógos* que, além de *Verbo*, na sua forma traduzida ao português, acomoda sentidos como *razão, proporção, palavra* e *discurso.* Na disputada exegese desse fragmento bíblico, a entrada *Lógos* é ainda interpretada como equivalente a Jesus, o princípio humano do divino cristão, o *homo adamicus* do discurso católico.[130]

A interdiscursividade e o posicionamento que adotamos no título tencionou, então, apresentar o *Responsum* de 2021 como uma resultante discursiva que, certamente, se inscreve em uma rede de sentidos e valores que antecedem a publicação e que responde a outros discursos – que falam *antes, alhures e independentemente*, conforme postulou Pêcheux[131]. Com efeito, o mesmo se aplica ao nosso gesto de análise, também resultante, também contra-discurso. Muito embora na organização cronológica de redação que adotamos essa seja a última análise da nossa tese, trata-se do primeiro texto do nosso corpus, aquele que motivou a elaboração dos objetivos da pesquisa. Em outras palavras, estilizando a explicação, no princípio era esse o contra-discurso que ocasionou a tese.

Objetivamente, quanto ao propósito da seção, apresentamos uma análise do texto *Responsum da Congregação para a Doutrina da Fé a um dubium sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo*, publicado no nono ano do pontificado de Francisco, que nega categoricamente a bênção de uniões gays. Nosso gesto analítico é operado tanto pela argumentação no discurso do *homo narrans* quanto pelas reflexões que oferecemos acerca das boas razões das emoções e valores da Santa Sé. Ou seja, analisamos os posicionamentos e posturas adotadas pelo locutor nos eixos modal e dêitico, bem como o teor patêmico dos juízos enunciados em sua atividade de argumentação.

---

[130] Em uma possível transliteração ao grego moderno da passagem que trazemos de João, a partir do original em grego koiné – idioma que antecedeu e provisionou o grego moderno, falado ao longo do período helenístico, do Império Romano e mesmo no alvorecer do Império Bizantino –, temos: *En archē ēn ho Lógos, kai ho Lógos ēn pros ton Theón, kai Theós ēn ho Lógos*. Destacamos aqui, os termos *Theón*, o divino, o deus cristão; *archē*, trabalhado por Maingueneau (1995) como *princípio de autoridade*; e, naturalmente, *Lógos*, cuja lista de sinônimos que mobilizamos no corpo do parágrafo pode ser encontrada no prefácio de Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho à obra *Retórica, Argumentação e emoções* (2023) da Editora Pontes. As versões consagradas nos textos bíblicos em inglês e francês, por exemplo, preferiram traduzir *Lógos* pelas entradas *the Word* e *la Parole*, respectivamente. Quanto à associação exegeta a Jesus em nossa paráfrase do *homo adamicus*, em textos medievais, por exemplo, em S. Tomás de Aquino (*Aurora sive Aurea Hora*), Cristo é igualmente referido como o *Segundo Adão*, já que é também princípio, começo. Entretanto, conforme a mística, o Segundo Adão, diferentemente do Primeiro que se tornou mortal, ressuscitou à eternidade.

[131] Nos referimos aqui a passagem *le fait que 'ça parle' toujours avant, ailleurs, ou indépendamment* que aparece na obra *Les Vérités de La Palice* (1975, p. 147) editada pela Maspero, segundo a qual, no primado do interdiscurso sobre o discurso, qualquer fala remete a um já-dito, de modo que não haveria um discurso primevo – ou uma fala *adâmica*, valendo-nos da imagem já utilizada.

Esta análise, portanto, estando no cerne da motivação e da organização da tese, foi alocada nesse momento final da redação, a fim de que nos fosse permitido beneficiar nossa leitura do acumulado das seções precedentes em seus avanços teóricos, contextuais e analíticos. Nossa empreita que é, em princípio, contraintuitiva – dado o efeito de objetividade visado por L1 e circunscrito pelo gênero *responsum* –, busca, com efeito, avançar o pressuposto de que a razão da Santa Sé é emocionada, independentemente do eixo temático e gênero ao qual o texto se vincula, e fundamentalmente amparada pela *pistis* crística.

O *responsum* em tela foi publicado *online* em 22 de fevereiro de 2021, dia da emblemática celebração da Festa da Cátedra de São Pedro, efeméride na qual se evidencia o símbolo da cadeira de São Pedro, que rememora e renova a autoridade atribuída a Pedro por Jesus e o carisma petrino que cada papa herdaria ao assumir a cátedra. Em termos do contexto histórico global do momento, o tema da união gay seguia na ordem do dia, por exemplo, com a aprovação da proteção constitucional do casamento gay no Estado da Nevada, nos EUA, em novembro de 2020, e no Tlaxcala, no México, em dezembro do mesmo ano. Já no âmbito eclesiástico, na também polêmica questão de gênero na Igreja, um mês antes da publicação do *Responsum*, Francisco, em gesto de agregação, autorizou bispos a instituírem mulheres a postos nas ordens sacras, como acólitas e leitoras – embora, informalmente, elas já desempenhassem as funções em diversas partes do globo católico.

Na *Fratelli Tutti* (2020) e na carta apostólica *Spiritus Domini* (2021), esta última que oficializou a acolhida a mulheres nas ordens sacras, o locutor enuncia no eixo da agregação e se aproxima do arquétipo padre Martin; no *responsum*, contudo, o locutor que defende a ilicitude canônica da bênção a uniões gays fala no eixo da segregação. Embora expedida sob o mesmo papado de Francisco, a negativa publicada no *responsum* de 2021 parece, então, estar mais próxima da tese defendida pelo Cardeal Burke de que "o papa [Francisco] não goza da liberdade de mudar os ensinamentos da Igreja em relação à imoralidade dos atos homossexuais" (não paginado, 2015, tradução e acréscimo entre colchetes nossos)[132], do que do "convite a um amor que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço" (Francisco, 1., não paginado, 2020).

Nessa tensa tecitura contextual, o *responsum sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo* foi emitido sob a responsabilidade canônica da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF). Chamada a partir de 2022 de Dicastério para a Doutrina da Fé, trata-se da reformulação

[132] No original: "The pope is not free to change the church's teachings with regard to the immorality of homosexual acts" (*The Washington Post*, 2015). Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/morning-mix/wp/2015/01/13/former-highest-ranking-u-s-cardinal-blames-feminized-church-for-the-catholic-churchs-problems/.

e atualização institucional do órgão pontifício medieval antes conhecido como Suprema e Sacra Congregação da Inquisição Universal[133]. A CDF é o primeiro dos dicastérios da Cúria em termos de antiguidade e, atualmente, ocupa-se do discernimento acerca da doutrina e da disciplina católica. Segundo o texto da constituição apostólica *Prædicate Evangelium* que reforça o papel do órgão mesmo após a sua mais recente mudança de nome:

> A missão do Dicastério para a Doutrina da Fé é ajudar o Romano Pontífice e os Bispos no anúncio do Evangelho em todo o mundo, promovendo e tutelando a integridade da doutrina católica sobre a fé e a moral, como a recebe do depósito da fé e resulta de um entendimento cada vez mais profundo do mesmo face às novas questões. (Francisco, 2022, Art. 69, não paginado)

Especificamente no que diz respeito ao órgão responsável pela manutenção da doutrina, o locutor da constituição apostólica complementa que:

> Para *salvaguardar a verdade da fé e a integridade dos costumes*, a Secção Doutrinal: 1. examina os escritos e as opiniões que se mostram *contrários ou prejudiciais à reta fé e aos costumes*; procura o diálogo com os seus autores e apresenta os *remédios idóneos a serem aplicados*, segundo as normas próprias; 2. cuida de que não falte uma *refutação adequada dos erros e doutrinas perigosas*, que se espalham entre o povo cristão. (Francisco, 2022, Art.73, não paginado, itálico nosso).

Por meio da construção enunciativa da ameaça face a um bem imaterial que deve ser conservado, o locutor da *Prædicate Evangelium* assevera a razão de ser da seção doutrinal da CDF, qual seja, resguardar um estado de coisas alicerçado em um modelo de representação de doutrina, de fé e de costumes. Sabe-se, por convenção, que os temas controversos levados para discernimento e consulta da CDF, um *dubium*, são encaminhados por bispos, arcebispos e cardeais que, na organização centrípeta eclesiástica, representariam as instâncias hierárquicas anteriores. Assim, por exemplo, uma comunidade local, pode apresentar uma questão à sua paróquia, que a levaria ao nível da diocese ou da arquidiocese, potencialmente, atingindo o estrato do dicastério enquanto *dubium* – ver imagem 2, sobre a hierarquia organizacional da

[133] A Congregação da Inquisição Universal, como indica o nome, foi responsável, a partir da Baixa Idade Média, pela condução da Inquisição, movimento de perseguição de minorias denunciadas, por exemplo, por blasfêmia, bruxaria e apostasia. Com esta informação histórica, não aspiramos indiciar ou sugerir paralelos axiológicos entre instituições que, embora formalmente derivadas uma da outra, certamente responderam a distintas cosmovisões e espíritos do tempo. Portanto, não nos parece política e academicamente plausível esboçar comparação analítica entre, no caso mais extremo, a oficialização da negativa à benção e as condenações e brutalidades cometidas no medievo contra pessoas identificadas como hereges. Ademais, nesta pesquisa, voltamo-nos justamente da argumentação, isto é, uma atividade alternativa brutalidade física. Embora desde 2022 o nome desse órgão da Cúria tenha passado a ser *Dicastério para a Doutrina da Fé*, adotamos na tese a alternativa *Congregação para a Doutrina da Fé*, posto ser a versão utilizada no título e corpo do *responsum* analisado.

Igreja. O *responsum* é o gênero definido assim como uma resposta oficial e formal da CDF a uma consulta sobre matérias de fé e moral apresentadas à Santa Sé por leigos ou religiosos.

Nas palavras da CDF, única organização doutrinal com poder de emitir um *responsum*, em comentário de esclarecimento ao documento de 2021,

> A presente intervenção da Congregação para a Doutrina da Fé constitui a resposta a um quesito – em termos clássicos, a um dubium – levantado, como acontece normalmente, por pastores e fieis que têm necessidade de um esclarecimento orientativo sobre uma *questão controversa*. Diante da incerteza suscitada por afirmações ou por práticas problemáticas acerca de *âmbitos decisivos para a vida cristã*, pede-se para se *responder afirmativa ou negativamente*, bem como para *expor os argumentos* que sustentam a posição assumida. A finalidade da intervenção é a de sustentar a Igreja universal no esforço de corresponder melhor às *exigências do Evangelho*, de dirimir controvérsias e de favorecer uma sadia comunhão no povo santo de Deus. (CDF, 2021, itálico nosso)[134]

Um *responsum* é, assim, assumidamente, um exercício de argumentação sobre temas controversos. O documento ao qual nos voltamos, sobre o qual o comentário prestou esclarecimentos, foi assinado por Luis F. Card. Ladaria, jesuíta e teólogo espanhol, à época prefeito da CDF, e pelo arcebispo italiano Giacomo Morandi, secretário da mesma Congregação. De modo semelhante ao movimento enunciativo adotado pelo L1 da instrução de 2005, o locutor do *responsum*, embora dependente da autorização e decisão final do papa, distancia o sumo pontífice do centro dêitico. Por meio da mesma fórmula de uma imputação atenuada da RE ao sobre-enunciador papal, o locutor primeiro convoca a instância do sumo chefe da Igreja indiretamente, resguardando-a em certo grau de afastamento. No fechamento do texto, lê-se:

> O Sumo Pontífice Francisco, no curso de uma Audiência concedida ao abaixo assinado Secretário desta Congregação, *foi informado* e *deu seu assentimento* à publicação do mencionado Responsum ad dubium, *com a Nota explicativa anexa*. (Ladaria e Morandi, 13)[135]

---

[134] Em arquivo separado, o comentário foi publicado no mesmo dia de divulgação do *responsum*. Acessado no dia 26 de agosto de 2024 em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20210222_articolo-responsum-dubium-unioni_po.html.

[135] Como de praxe, na notação adotada, não reiteramos o ano de publicação, neste caso 2021, assim como dispensamos a repetição das menções *não paginado* e *destaques nossos* com o fim de facilitar a leitura. A numeração entre parênteses, conforme análise precedente, refere-se ao número do parágrafo – não numerados no original em português. Referenciamos o sobrenome daqueles que assinam o documento sustentado, indiretamente, o pressuposto de que há inescapavelmente um sujeito na origem do enunciado com responsabilidade jurídica e moral dos posicionamentos enunciativos. Em relação à fórmula adotada na instrução, percebemos ligeiras variações. De modo geral, no *responsum* a construção parece ser suavizada, ao preferir *aprovou* em lugar de *foi informado* e *assentimento* em lugar de *ordenar*. A confrontar: "O Sumo Pontífice Bento XVI, no dia 31 de Agosto de 2005, aprovou a presente Instrução e ordenou a sua publicação" (Grocholewski e Miller, 19).

Novamente, a instância papa legitima e autoriza o documento, mas não assume autoria, já que enunciativamente distanciado. Tampouco L1 parece reclamar a responsabilidade enunciativa, dado que a imputa à escapadiça e distanciada instância papal. Como resultante, a Santa Sé é a instância que, no nosso gesto interpretativo, realiza a assunção da RE na cenografia. Neste movimento, o locutor estabiliza sentidos, sobretudo a partir da instanciação mística da Santa Sé como enunciador desassociado de um locutor terreno, dogmaticamente localizado para além do bem e do mal. A assunção da Santa Sé, não obstante, ocorre sob a denominação *Igreja* que L1 faz aparecer já na pergunta do cabeçalho do documento – ver imagem 7.

L1 prossegue o texto com tal imputação proposicional de capacidade e autonomia ao centro de perspectiva "Igreja". Em termos da autoridade para decidir sobre matérias de doutrina e fé, o locutor Ladaria-Morandi poderia ter atribuído o poder decisório do *responsum* tanto à *Igreja* quanto à *Santa Sé* já que, para o direito canônico, "A Igreja católica e a Sé Apostólica têm a natureza de pessoa moral por própria ordenação divina". (Ratzinger e Bertone, 1998, Cân. 113, § 1, não paginado). Se, por um lado, ambas as instâncias são equivalentes enquanto autoridade máxima simbólica, por outro, a denominação *Igreja* acomoda também o sentido lato do todo da eclésia, qual seja, das comunidades de base ao papa. Em outras palavras, qualquer fiel pode clamar ser parte da Igreja, mas nem todo membro da eclésia, leigo ou religioso, pode se dizer parte da Santa Sé.

Justificando-se na doutrina, conforme a nomenclatura utilizada em trechos do direito canônico mobilizado intertextualmente no *responsum*, o locutor principal prefere, assim, valer-se do hiperônimo *Igreja*. Este aparece 14 vezes ao longo do texto, enquanto o restritivo de autoridade *Santa Sé* não é trazido à cena. A única referência a esta instância teria sido realizada, iconoplasticamente, no brasão posto ao canto esquerdo superior do cabeçalho. Entretanto, em razão da indistinção das cores, mesmo essa convocação heráldica é incerta. Afinal, a única diferença em relação ao escudo do Vaticano é que, no caso da Santa Sé, o segredo da chave dourada se inclina à esquerda e o da prateada, à direita.

L1 escolheu, portanto, uma denominação cujo efeito de sentido parece ser o de responsabilização coletiva da decisão imposta. Em outros termos, a responsabilidade da negativa à benção de uniões gays é imputada, em termos, ao todo da eclésia, e não à cúpula decisória – que poderia ter sido, com efeito, perfeitamente representada pela instância jurídica imaterial da Santa Sé e por sua materialização estatal na Cidade do Vaticano.

Imagem 7 - Cabeçalho do *Responsum* (2021)

[DE - EN - ES - FR - IT - PL - .

***Responsum* da Congregação para a Doutrina da Fé**
a um *dubium* sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo

AO QUESITO PROPOSTO:
A Igreja dispõe do poder de abençoar as uniões de pessoas do mesmo sexo?

RESPONDE-SE:
Negativamente.

Nota explicativa

Fonte: repositório online do Vaticano[136]

A abertura do texto que sucede o título é feita de maneira dialogal, com pergunta e resposta, embora seja evidentemente monologal e não nomeie um sujeito na origem da demanda. A escolha da forma pronominal impessoal em *responde-se*, reiterada ao longo de todo o texto, indicia o tom técnico, esvaziado de subjetividade, visado pelo locutor-enunciador. Entretanto, com efeito, há uma tomada de posição subjetivada que deflagra a atividade de argumentação.

O documento foi publicado simultaneamente em sete idiomas, conforme indicam os *hiperlinks* da imagem 7. Comparativamente às encíclicas, trata-se de um número reduzido de versões. No caso da *Fratelli Tutti* (2020), por exemplo, dispomos de dezessete línguas. O número de versões do *responsum* poderia indiciar a extensão da eclésia visada e o tipo de alocutário priorizado[137]. Na sequência do subtítulo *Nota explicativa*, o texto é organizado em quatorze parágrafos não numerados, incluindo a segunda nota explicativa, já apresentada, que explicita o assentimento papal. O exórdio do documento, parágrafo 1, introduz o objeto de discurso como

[136] Reprodução livre. Acessado no dia 26 de agosto de 2024 em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20210222_responsum-dubium-unioni_po.html#.

[137] Embora escape ao objetivo da nossa análise, certamente seria possível propor hipóteses que correlacionem, por exemplo, a natureza polêmica de publicações ao número de traduções. De toda maneira, em um gesto de leitura superficial, parecem ser prioritárias a publicação nos idiomas convencionalmente tratados como línguas de poder, assim como para os maiores contingentes linguísticos católicos, no caso do polonês e do português.

> *projetos e propostas de bênçãos para uniões de pessoas do mesmo sexo*. Não raro, tais projetos são motivados por uma *sincera vontade* de acolher e acompanhar as *pessoas homossexuais*, às quais se propõem caminhos de crescimento na fé, «para que quantos manifestam a *tendência homossexual* possam dispor dos auxílios necessários para compreender e realizar plenamente a vontade de Deus na sua vida» (Ladaria e Morandi, 1)

Isto é, sem marcas aparentes de *ego*, L1 apresenta a questão da promoção da união gay sopesando que, geralmente, é motivada por uma vontade de acolhida na fé católica. Entretanto, a dimensão argumentativa dessa construção proposicional, engendra uma avaliação axiológica, qual seja, o PDV já antecipado no cabeçalho de que, mesmo que os projetos *e propostas*, em princípio, sejam fundamentados em *sincera vontade*, a Igreja não pode dar sua autorização.

Se há *ponto de vista*, há um enunciador que se mostra na opacidade do texto, entendendo que a "noção de enunciador corresponde a uma posição (enunciativa) adotada pelo locutor, no seu discurso" (Rabatel, 2010, p.370, tradução nossa)[138]. L1/E1, como se organizando o passado, hierarquiza a relação de *pontos de vista* que amparará a decisão já anunciada. É evidente que, mesmo no meio dogmático, não basta impor, é preciso persuadir, argumentar as boas razões das emoções.

No mesmo fragmento destacado, L1 prossegue então com a apresentação suavizada e indulgente do problema que motiva a negativa, coenunciando na cenografia l2 Francisco que, em exortação apostólica de 2016, a *Amoris laetitia,* falando no eixo da agregação, endereçou o tema da *tendência homossexual*. Pressupondo que nomear, bem como não nomear, é um gesto discursivo-performático (Almeida, 2016; Butler, 1988), ressaltamos que, o locutor principal desinscrito preferiu *pessoas do mesmo sexo* e *pessoas homossexuais.* A noção vaga *tendência*, por outra parte, parece visar a um sentido de estado passageiro. De forma indireta, a denominação preferida implica a existência de sexualidade desviante em relação ao heterossexual como norma.

Nesse introito, atravessado pelo interdiscurso que vem sendo analisado nesta tese, L1 parece, após a austeridade técnica e draconiana do cabeçalho, dirigir-se ao alocutário não-tradicionalista, como o fiel gay que, potencialmente, argumentaria um PDV antiorientado, visando a captar sua benevolência. Nesse sentido, já revelando na argumentação indireta matizes de uma razão dogmática e emocionada, como implícito no potencial subjetivema *sincera vontade*, o locutor principal estaria dizendo, grosso modo, *entendo a justa intenção de acolhida que pode existir na proposta de bênção à união gay, mas não posso permiti-la pelos motivos que seguem.*

[138] La notion d'énonciateur correspond à une position (énonciative) qu'adopte le locuteur, dans son discours.

Na enumeração de argumentos que sustentam o posicionamento global agenciado no texto, o locutor evoca, a partir da autoridade do CVII, na voz do l3 papa Paulo VI, a categorização da benção como um *sacramental*, isto é, "sinais sagrados por meio dos quais, imitando de algum modo os *sacramentos*, são significados e se obtêm, pela oração da *Igreja*, efeitos principalmente de ordem espiritual" (Ladaria e Morandi, 3). Ainda no terceiro parágrafo, convidando voz constituinte, L1 também postula que "O *Catecismo da Igreja Católica* especifica ainda que «os sacramentais não conferem a graça do Espírito Santo à maneira dos sacramentos; mas, pela oração da *Igreja*, preparam para receber a graça e dispõem para cooperar com ela» (n. 1670).".

Os sacramentos são rituais de culto estruturantes da fé católica que, neste modelo de representação, concedem a graça divina ao fiel por meio da renovação simbólica do mistério pascal de Cristo. Portanto, enquanto os sacramentos gozam de maior importância e são apenas sete – Batismo, Crisma/Confirmação, Eucaristia, Reconciliação/Penitência, Unção dos enfermos, Ordem, Matrimônio –, os sacramentais são entendidos como um fac-símile dos sacramentos instituídos *pela oração da Igreja* para boa recepção dos sacramentos. Além das bênçãos, categoria pertinente ao *responsum*, os sacramentais podem se tratar, por exemplo, de objetos consagrados, como velas, terços, água benta, escapulário, indumentária; ou, ainda, gestos ritualísticos físicos e mentais, como o exorcismo e as meditações na devoção da via-sacra.

Valendo-se da memória discursiva canônica, há uma hierarquização de elementos simbólicos na encenação enunciativa na qual os sacramentais, dádiva da Igreja, subsomem-se como um caminho de preparação à graça dos sacramentos, dádiva do Espírito Santo. Os sacramentos, com efeito, sequer estão em discussão, tampouco são apresentados como objeto de controvérsia; não há, assim, acordo mínimo para negociação desse sentido que escapa ao campo do argumentável sinalizado pelo locutor primário. Tratar-se-ia não de um gesto decisório da Igreja, mas uma manifestação da graça do espírito santo, revelada pelo Cristo.

Isto é, se há dogma, não há, em princípio, espaço para disputa de sentido. Afinal, mesmo que, enquanto produto cultural, o dogma esteja necessariamente sujeito à renovação de sentido ao longo do tempo, sua pretensa natureza de princípio sempiterno e indiscutível, impede que seja apresentado como uma convicção que, embora rígida, é também variável. Na "lógica ilógica" que estrutura o dogma, a dimensão argumentativa de L1 na apresentação do objeto parece ser aquela de, contraditoriamente, buscar introduzir uma argumentação coerente. Esta se orientaria por uma esterilização prévia de PDV antiorientados que possam vir a ressignificar

o dogma do sacramento do matrimônio heterossexual – que, enquanto juízo que, potencialmente, imiscui-se com fatos, poderia ser lido como um valor.

Apresentado o objeto de discurso, agenciadas as vozes e estabilizados os sentidos de base da argumentação, L1/E1 veicula o cerne da tese que ampara a decisão, posicionando-se:

> Em consequência, para ser *coerente* com a natureza dos sacramentais, quando se invoca a bênção sobre algumas relações humanas, *é necessário* – além da *reta intenção* daqueles que dela participam – que aquilo que é abençoado seja *objetiva e positivamente ordenado a receber e a exprimir a graça*, em função dos *desígnios de Deus inscritos na Criação e plenamente revelados por Cristo Senhor.* São pois compatíveis com a essência da bênção dada pela Igreja *somente* aquelas realidades que de per si são ordenadas a *servir a tais desígnios*. (Ladaria e Morandi, 5)

A posteriori, é razoável inferir que, se não há autorização de benção, não houve, inicialmente, *reta intenção*, tampouco uma *ordenação objetiva e positiva* por parte dos casais homoafetivos – ou ainda, houve reta intenção, mas o casal que aspira a benção não foi *objetiva e positivamente ordenado a receber e a exprimir a graça*. Na estabilização desse juízo, a *pistis* Cristo, entendida como princípio de fé e de persuasão retórica que sustenta as contradições coerentes do discurso da Santa Sé, é convocada. Ao asseverar que a união gay não estaria apta a receber a graça *em função dos desígnios de Deus inscritos na Criação e plenamente revelados por Cristo Senhor*, o locutor principal realiza um movimento enunciativo de justificativa que, embora pouco elucidativo em uma leitura racionalizante, goza de notável força argumentativa na doxa católica. O argumento é apresentado como um fato autoevidente e implacável na sua qualidade de desígnio.

O item *desígnios*, retomado ao fim do fragmento, conota a mistificação da voz de deus (Orlandi, 1987) que, sem explicitar o movimento de representação, determina e condiciona – o fiel não irá se assenhorar, mas *servir a tais desígnios*. Os desígnios do deus católico são, portanto, um valor inegociável no contexto histórico-institucional da publicação. Trata-se de um juízo que, enquanto um aspecto da doxa, pode se confundir com elementos objetivos e contribuir na formatação de distâncias na eclésia. O dogma ganha então matizes factuais que tornam mais opaca a sua natureza patêmica de crença. Ora, como atesta a NR, se o dogma é apresentado como fato, ele não pode ser contestado, na rigidez da doxa em questão, sem que deixe de ser um fato.

O efeito de sentido de factualidade é amparado e ampliado pela gravidade institucional do gênero *responsum* e pelas escolhas lexicais objetivizantes, inflexíveis e tecnicistas, por exemplo, *é necessário*, *ser coerente*, *em função*, *somente*, que se multiplicam ao longo dos demais parágrafos. Nesse propósito de tornar objetiva uma decisão evidentemente subjetiva e

mística, enumerando razões insondáveis, dá-se a impressão de legitimação do interlocutor que não é beneficiado pela decisão. Este, porém, é reduzido ao silêncio, posto não haver espaço para contra-argumentação na austeridade gênero em questão.

O fecho do gesto de segregação, que promove a categorização de autorizados e não autorizados a receber a graça católica, é também enunciado com um L1 desinscrito e fundamentado, novamente, na fonte evidencial do Catecismo da Igreja Católica – conforme nota número 6 presente no sexto parágrafo do *responsum*:

> Por tal motivo, não é *lícito* conceder uma bênção a relações, ou mesmo a parcerias estáveis, que implicam uma prática sexual fora do matrimônio (ou seja, fora da *união indissolúvel de um homem e uma mulher, aberta por si à transmissão da vida*), como é o caso das uniões entre pessoas do mesmo sexo [6]. A presença, em tais relações, de *elementos positivos*, que em si são dignos de ser apreciados e valorizados, *não é porém capaz de torná-las honestas* e, assim, um destinatário *legítimo* da bênção eclesial, pois tais elementos se encontram a serviço de uma união não ordenada ao *desígnio* do Criador. (Ladaria e Morandi, 6)

No excerto, o locutor-enunciador primário prossegue e reforça a estratégia argumentativa dos períodos anteriores, recorrendo ao campo semântico jurídico, na intersecção com o direito canônico, ao valorar o posicionamento argumentado por meio das noções de licitude e legitimidade. Ademais, a força argumentativa do período é fomentada por implícitos já que, com efeito, é mais custoso para o interlocutor contra-argumentar o que não é ostensivamente dito. Afinal, além do alocutário contrair o ônus da reorganização do argumento para recuperar e evidenciar os contornos da argumentação, o locutor sempre poderá afirmar não ter sido esse o sentido visado. Além disso, falando em nome da instância Igreja, ao subtender sentidos, L1/E1 parece dar suporte à (não) imputação de responsabilidade enunciativa.

Quanto ao conteúdo subentendido, L1/E1 se posiciona na defesa do PDV que o matrimônio só poderia se configurar na união heteroafetiva, posto ser a única capaz de ocasionar a procriação. Aliás, não se trataria de um arranjo conjugal qualquer, mas aquele que não pode se desfazer, *indissolúvel.* Indiretamente, o discurso constituinte da ciência, além daquele do *desígnio do Criador*, parece amparar a objetividade da decisão, apagando traços emotivos e valorações do locutor, uma vez que, em princípio, seria a conformação fisiológica da espécie que impediria a transmissão da vida que qualifica o matrimônio. Ficam, portanto, excluídas do campo do pensável e do argumentável alternativas como uniões efêmeras e, marcadamente, maternidade de substituição – na qual uma mulher, fora da relação conjugal, poderia se dispor a gestar uma criança que seria, após o parto, entregue aos cuidados do casal gay, por exemplo, composto de dois pais fisiologicamente homens.

Na versão oficial em italiano do documento, em lugar do sintagma *torná-las honestas*, lemos o equivalente *coonestare*, cujo significado de dar aparência honesta àquilo que é desonesto usando argumentações cavilosas ou falsas, evidenciaria com mais contundência o juízo de valor do locutor na origem do enunciado[139]. A despeito da disposição volitiva e do engajamento emocionado de L1/E1, a justificação argumentativa da negação do sacramento do matrimônio é feita como se a declaração não estivesse imbuída dos valores que sustentam complexa trama interdiscursiva do discurso moderno da Santa Sé. Apresentando juízos como fatos incontestáveis e universais, o locutor se distancia do centro dêitico e apaga traços emotivos e emocionais. No trecho *torná-las honestas*, destacado pelo operador argumentativo *porém*, L1 defende que elementos positivos e moralmente valorizáveis não garantem a licitude da proposta de extensão da bênção. Ou seja, o locutor principal parte de uma apreciação de virtudes do ser no mundo ao qual se nega a bênção para, na sequência, qualificar e reforçar a sua tese inscrita no eixo da segregação. Configurando semelhantes estratégias semânticas, o texto abunda em conectivos adversativos além do *porém*, como *mas* e *entretanto.*

No nosso gesto de leitura, entendemos haver então uma precaução retórica por parte de L1, embora elementos de desqualificação possam ser interpretados – como observamos no cotejo, respectivamente, entre os excertos *elementos positivos, que em si são dignos de ser apreciados e valorizados* e *não é porém capaz de torná-las honestas.* A louvação estabiliza a censura. Realizamos o mesmo movimento de leitura na confrontação dos parágrafos 7 e 8. De um lado, inferimos a cautela de L1, novamente apresentada em construção adversativa e fundada na autoridade do centro de perspectiva *Igreja*:

> A declaração de ilicitude das bênçãos de uniões entre pessoas do mesmo sexo *não é, e não quer ser*, uma injusta discriminação, *mas* quer relembrar a verdade do rito litúrgico e de quanto corresponde profundamente à essência dos sacramentais, assim como a *Igreja* os entende (Ladaria e Morandi, 8)

Por outra parte, o mesmo locutor avança a desqualificação fundamentada na denúncia de imitação*:*

[139] Dada a tradição italófona dos procedimentos da CDF e a nacionalidade do secretário Morandi, a quem se atribui à redação do documento, é razoável especular que aversão italiana tenha sido a materialidade primária, a partir da qual as seis traduções oficiais foram feitas. Ainda que a comparação entre traduções oficiais do *corpus* não seja contemplada pelos objetivos da nossa pesquisa, nosso gesto tosco de tradução comparada evidencia desdobramentos potenciais da pesquisa e novas rotas heurísticas a partir do mesmo *corpus*. Para a definição da entrada *coonestare* recorremos ao dicionário do *La Reppublica*, disponível em: https://dizionari.repubblica.it/Italiano/C/coonestare.html.

> a bênção das uniões homossexuais não pode ser considerada *lícita*, enquanto *constituiria de certo modo uma imitação* ou uma referência de analogia à bênção nupcial [7], invocada sobre o homem e a mulher que se unem no sacramento do Matrimônio, dado que «não existe fundamento algum para assimilar ou estabelecer analogias, *nem sequer remotas*, entre as uniões homossexuais e o *desígnio* de Deus sobre o matrimônio e a *família*» [8] (Ladaria e Morandi, 7)

No fragmento, enquanto a nota de rodapé 7 traz a voz constituinte bíblica à cenografia, referenciando os capítulos 1 e 2 do livro do Gênese, a nota número 8 convoca novamente a voz de l2 papa Francisco, modalizada em *nem sequer remotas*, a partir da exortação apostólica pós-sinodal *Amoris laetitia*[140]. O trecho também recorre a itens, via de regra, relacionados ao campo lexical tradicionalista e conservador, como *Deus* e *família.* A repetição do jogo enunciativo de cautela, que estabiliza o sentido da desqualificação indireta, reitera a valorização do dogma do sacramento do matrimônio heterossexual.

A excepcionalidade da doxa católica cimenta um campo do argumentável que, embora inexoravelmente inserido nos embates político-sociais do seu momento histórico e institucional, na nossa interpretação, ocupa um espaço paratópico (Maingueneau, 1995), isto é, nem no interior, tampouco no exterior da tópica social. Assim sendo, se é pouco razoável falar discurso homofóbico no *responsum*, em sua configuração típica, parece plausível considerar que a ordem heteronormativa atravessa a paratopia da doxa católica com naturalidade – considerando esta ordem, conforme Määttä e Vernet (2023), como uma constelação estruturada de discursos que transmitem e naturalizam a heterossexualidade como norma e comportamento afetivo e sexual privilegiado.

Conquanto não seja um objetivo da presente seção, uma leitura discursivo-argumentativa desse atravessamento poderia ser realizada no nosso marco teórico, com ou sem uma finalidade crítica – ressalvando que, em última análise, como defende Emediato (2022) toda AD é essencialmente crítica. Recordamos que, a despeito do objetivo de pesquisa, a investigação acadêmica é igualmente um gesto argumentativo e que quem pesquisa é, também, um ente político inserido no regime geral da enunciação, cuja discursividade está sujeita a restrições e discricionariedades.

Ademais, ainda no que se refere a um movimento de leitura político, preferimos não falar exclusivamente em falácias no *responsum*, também em razão das particularidades do lugar social da doxa em questão. Afinal, nos critérios de verdade da cosmovisão católica, seria academicamente insuficiente limitar o nosso percurso de análise a um apontamento de erros

[140] A notar que, mesmo se trate um documento que classificaríamos no eixo da agregação, o locutor da exortação parece argumentar no trecho a favor de tratamento desigual. Conforme aponta o nosso percurso de análise ao longo desta tese, um texto embora globalmente de agregação pode conter elementos de segregação e vice-versa.

lógicos. Da mesma forma, tão simplesmente invalidar argumentos em suas contradições lógicas, implicaria, decerto, minimizar a argumentatividade dos valores da doxa em questão, isto é, dos juízos desse modelo de representação[141]. Ecoamos, portanto, Guerrini (2019) e sua distinção entre o aspecto alético e epistêmico da verdade. Para o autor, enquanto o primeiro é um julgamento de fato, entre falso e verdadeiro, sem espaço para as gradações enunciativas, o aspecto epistêmico contextualiza o locutor e presume a verdade como um valor.

No que diz respeito à elaboração mais explícita de tais juízos, já no fechamento do texto, o locutor mobiliza pela primeira e única vez no texto o item lexical *amor*. Ainda que menos recorrente nos textos de segregação da Santa Sé, a entrada indicia a continuidade da fonte evidencial do amor católico crístico que ampara, em essência, todos os textos pontifícios.

> Entretanto, a Igreja recorda que Deus mesmo não deixa de abençoar cada um de seus filhos peregrinos neste mundo, porque para Ele «somos mais importantes que todos os *pecados* que podemos cometer» [12]. Mas *não abençoa nem pode abençoar o pecado*: abençoa o ser humano *pecador*, para que reconheça que é parte de seu *desígnio de amor* e se deixe transformar por Ele. De fato, Ele «aceita-nos como somos, *mas* nunca nos deixa como somos»[13]. (Ladaria e Morandi, 11).

Em associação à tese do amor, o locutor apresenta a fórmula do deus cristão que *não abençoa nem pode abençoar o pecado* – fórmula que será, inclusive, retomada por fiéis ortodoxos no debate público sobre os desdobramentos do *responsum*, conforme analisamos em Fernandino e Vernet (2024). O pecado, em suas variações *pecados* e *pecador*, é enunciado três vezes, apenas nessa passagem destacada, salientando o implícito de ilicitude e transgressão. Especificamente no que diz respeito ao tema dos pecados em sua interface com as emoções,

[141] No caso desse possível apontamento de falácias, estamos nos referindo, por exemplo, à falsa causalidade entre *desígnios* e *sacramentais*; à falsa dicotomia que desconsidera alternativas, como uma ponderação baseada na conduta individual da pessoa; à petição de princípio no qual a conclusão de *não estar nos desígnios de deus* se baseia, grosso modo, na premissa de não estar nos desígnios de deus; ao raciocínio circular ou aporético de não se permitir um sacramental por não poder gozar de um sacramento; e mesmo o apelo à natureza, à ignorância, etc. Tantas mais falácias procurássemos, mais as encontraríamos, posto que a totalidade dos argumentos trazidos à cenografia, em essência, se reduziriam à *ad fidem*. Isto, porém, não implicaria uma análise perspicaz e parcimoniosa. Assim como uma citação direta em um trabalho científico não se trata de uma falácia de autoridade, o discurso da Santa Sé não se opera por falácias *ad fidem*. O *responsum* em tela está em uma situação argumentativa específica, aquela religiosa católica. Se a falácia pela ótica da pragmadialética seria um desvio, pela perspectiva argumentativa é um recurso e, acrescentamos, cuja carga axiológica se fundamenta também na interpretação de quem pesquisa. Como afirma Plantin (2009), apontar uma falácia é igualmente invalidar um argumento, avaliando-o negativamente, mas falar de *argumento*, presume que o pesquisador, ao menos provisoriamente, suspendeu o seu julgamento de invalidação ou reconheceu que a questão merece ser discutida. Neste gesto de leitura, não se trata de denunciar ou invalidar, mas interpretar a complexidade simbólica de argumentos que não se sustentam ao crivo da lógica. Na argumentação no discurso do *homo narrans*, aproximamos categorias em um movimento argumentativo-enunciativo interdisciplinar, focado na abordagem dialógica nos eixos modal e da dêixis, que presume que as trocas enunciativas na cenografia ocorrem tanto por procedimentos racionais como juízos com teor patêmico. Naturalmente, isto não implica menoscabo da análise das falácias, que pode servir como um valioso instrumento de promoção de uma consciência cidadã mais crítica e menos sujeita à manipulação. Trata-se aqui de objetivo de pesquisa e lente teórica distintos.

Plantin (2011) nos explica que o discurso sobre emoções se estabelece em relação, tanto associativa quanto confrontativa, com a doutrina religiosa dos pecados capitais. No fragmento em tela, posicionando-se, L1 convoca a voz de Francisco e a memória da doutrina, e dialoga com a categoria dos pecados, hipotética e marcadamente, o pecado capital da luxúria.

Coerentemente ao fundamento ontológico dos demais textos oficiais da Santa Sé, a segregação é argumentada pelo amor cristão católico. Trata-se de um valor, essencial à sustentação da doxa católica, apresentado logicamente, mas apreendido psicologicamente. No discuso da Santa Sé, a depender da cenografia, esse amor, além de valor, pode ser entendido como uma superação ou confirmação da moral (Comte-Sponville, 1995; Spinoza, 1878), no caso, a moral católica, ou ainda como puramente uma emoção – isto é, uma síndrome psicológica, cognitiva, neuropsicológica e atitudinal (Plantin, 2021, 2023).

No caso do *responsum*, a força argumentativa parece ser catalisada na construção sintagmática com matizes dogmáticos que combina o valor do *amor* e, novamente, *desígnio*. Este último item, mobilizado ao longo de todo texto no movimento discursivo de mistificação, ocasiona efeito de sentido de inegociabilidade, posto ser expressão inquestionável do divino e que não pode ser racionalmente verificada. Em outras palavras, entendendo desígnio como a vontade de deus, o sintagma *desígnio de amor* conota uma *vontade de deus de amor*. Nesse modelo de representação, se "Deus é amor" (Jo 4, 16), podemos ainda avançar nossa interpretação por substituição dos elementos do sintagma, alterando o item amor por seu equivalente "deus". Assim, reconstruindo o sintagma, evidenciamos a sua redundância epistemológica como uma "vontade de deus de deus". Ou seja, trata-se de uma disposição divina implacável e reiterada que, na voz de l2 Francisco, *aceita-nos como somos, mas nunca nos deixa como somos*. O mesmo deus que aceita o fiel como é, não deixa o deixa como é. O mesmo deus que acolhe, é o deus que impera seus desígnios. Nesse sentido, o sintagma é outro microcosmo enunciativo do discurso amplo da Santa Sé que, ora acolhe, ora segrega, de acordo com o *desígnio do amor*.

Entendemos que a emoção é uma reação natural e racional, estruturante da argumentatividade, e que o texto religioso é um dos seus âmbitos de manifestação por excelência. No nosso percurso analítico, a palavra emocionada é analisada então como um elemento *sine qua non* do discurso religioso católico. Este é o tipo de discurso que, na generalidade, lida com a experiência do rapto emocional no divino. Assim como a existência de um texto religioso, via de regra, reporta-se a uma religião, a existência desta remete à fé, de maneira abertamente dogmática ou não. Por sua vez, defendemos que a fé pode ser tomada como uma disposição passional ou um arranjo de emoções e valores.

No caso do texto analisado, a comunicação de emoções, embora presente, está eclipsada pela estratégia argumentativa global adotada por L1/E1 e pela finalidade de objetividade que configura o gênero discursivo em questão. A comunicação emocional do *responsum* de 2021, ou seja, aquela da irrupção natural, ocorre veladamente e amparada pelos valores da do modelo de representação católico. As construções argumentativas emocionadas do texto são amparadas por uma lógica religiosa que, a princípio instável, sustenta-se coerente e consistentemente na doxa, na tese do amor e na *pistis* do Cristo para justificar a asseveração de sua tese.

MEMORIA: REMEMORAR E AMPLIFICAR OS ARGUMENTOS DA TESE

Memoria. Este é o nome do pilar que os romanos da Roma Antiga acrescentaram às quatro partes do sistema retórico – já transliteradas ao latim como *inventio*, *dispositio*, *elocutio* e *actio*, conforme nos explica Mosca (1997). Tal adição visou a acentuar também o momento em que o orador recorre à memória para, então, atuar o seu discurso. Nessa concepção clássica, a tônica da arte da *memoria* se baseava em técnicas de retenção e disposição das ideias, bem como na rememoração e organização da fala a ser apresentada ao auditório.

Nesta tese, invertemos a ordem dos dois últimos pilares, alocando a etapa da *memoria* na sequência da nossa *actio*. Novamente, a partir de um uso estritamente metafórico, escolhemos mobilizar a nomenclatura desse acréscimo romano para designar o nosso tópico final da redação da nossa investigação, elaborado à guisa de conclusão não exaustiva. Desse modo, neste momento, rememoramos e organizamos as principais interpretações que oferecemos ao longo do nosso percurso analítico, indiciando e sugerindo, ainda, potenciais desenvolvimentos da investigação em novas agendas de pesquisa.

Se investigação científica ocorre a partir da inquietação intelectual de quem pesquisa, no nosso caso, intrigou-nos o fazer argumentativo de um locutor sacralizado que fala a partir da especificidade de uma religião com Estado. Com a publicação em 2021 do *Responsum sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo*, definimos então o objeto de pesquisa. A divulgação do documento nos fez cogitar uma divergência de sentidos e estilos argumentativos em torno ao tema da homoafetividade – intuitiva e inicialmente, entre aquilo que a pessoa do papa diria, por exemplo, a jornalistas, espontaneamente, e o que a instituição do papa publicaria em seus documentos oficiais.

Assim, identificamos em textos da base de dados do Vaticano dois movimentos argumentativos, em princípio, concorrentes, emitidos no mesmo marco temporal e pelo mesmo ente institucional, a Santa Sé. Esta ora se posicionava a favor de uma agremiação irrestrita, baseada no amor ao próximo, ora argumentava em prol de restrições segregadoras, em temas correlatos ao homoerotismo. Perguntamo-nos então se, e como, valores a princípio ambivalentes, e em essência contraditórios, são argumentados pelo locutor papa-Santa Sé na negociação das distâncias no Vaticano-eclésia. Adicionalmente, interessou-nos comparar argumentários de dois pontífices cujas imagens, no senso comum, são geralmente tomadas como antipodais no espectro tradicionalista-reformista.

Dessa forma, chegamos a um corpus composto de quatro textos, que organizamos em dois eixos temáticos, agregação e segregação, segundo o teor global conciliatório ou censurador. Em cada eixo, alocamos um texto do atual papa, Francisco, e outro do seu antecessor, Bento XVI, a fim de nos beneficiar da confrontação tanto temática quanto em

termos da imagem do caráter de cada locutor. Desse modo, em prol da classificação em eixos temáticos que constelam valores, afastamo-nos discricionariamente de uma chave de categorização que opusesse liberais e conservadores na Santa Sé[142].

O nosso gesto de leitura apontou para a conclusão geral de que, no que diz respeito ao corpus de pesquisa da tese, o mesmo locutor Santa Sé, amparado por noções vagas e valores da doxa católica, argumenta, com efeito, PDV díspares e, em princípio, mesmo contraditórios. Contudo, o hiato da aparente incongruência é preenchido a partir da mesma fonte evidencial dogmática da *pistis* crística que ampara a tese do amor católico. O grau de contradição aparente é relativo ao gênero discursivo e ao objeto de discurso.

No caso das encíclicas, as inclinações pessoais de cada papa e as distinções estilísticas são mais distintivas. Nesses textos, cuja finalidade da tese global é agregar a eclésia, a responsabilidade enunciativa é assumida pelos papas, que assinam o documento, e a dimensão argumentativa é mais evidente – isto é, uma argumentação indireta, comparada à *visée*, ou finalidade persuasiva, que se avulta no eixo da segregação. Nos textos de segregação analisados, que censuram a homoafetividade no meio eclesiástico e matrimonial, a subjetividade do papa é apagada e a responsabilidade enunciativa, a certo modo, dispersada entre as instâncias da cenografia. Enquanto na segregação há a produção de efeitos de sentido de uma tibieza de laços interativos, de assimetria e pouca proximidade emocional, na agregação, embora o locutor papa detenha a palavra final, reforçam-se os laços de subjetividade, de sensorialidade e o efeito de sentido de simetria.

Além disso, os locutores primários dos textos da agregação recorrem amiúde às emoções e mobilizam mais subjetivemas e patemas que, embora presentes dos textos da segregação, são atenuados com a desinscrição do locutor. Nesta seção, revisitamos, assim, as

[142]A chave liberal-conservador na Igreja é uma simplificação da realidade que, valendo-se de uma nomenclatura já hiperinvestida em sociedade, parece-nos (i.) desconsiderar as segmentações no interior de cada grupo; (ii) não responder quais seriam os principais valores de cada ponta do espectro; (iii.) tampouco as sobreposições de valores, convencionalmente atribuídos a cada uma das duas alas, na polivalência do mesmo sujeito religioso. A complexidade dos arranjos sociais, identitários, religiosos e, notadamente, políticos do meio eclesiástico, poderia ser tratada em uma investigação sociolinguística voltada especificamente ao tema, em relação ao aprimoramento das categorizações. Martel (2019, p. 71), por meio de pesquisa de campo, ilustra um episódio que matiza o maniqueísmo liberal-conservador: "Por que há tantos homossexuais aqui no Vaticano, entre os cardeais mais conservadores e mais tradicionalistas? Fiz essa pergunta diretamente a Benjamin Harnwell, que é próximo do cardeal Burke, em menos de uma hora de conversa com ele. Nesse momento, Harnwell me explicava a diferença entre cardeais 'tradicionalistas' e 'conservadores' no interior da ala direita da Igreja. Para ele, tanto Burke como o cardeal Sarah são tradicionalistas, enquanto Müller e Pell são conservadores. Os primeiros repudiam o Concílio Vaticano II, enquanto os segundos o aceitam". Na mesma toada, pormenorizar as segmentações da eclésia que começamos a aventar na análise da *Fratelli Tutti*, enquanto auditório no processo argumentação, parece-nos ser um possível desdobramento de pesquisa. Isto poderia ser feito nos termos de Tindale (2009), vide: *L'argumentation rhétorique et le problème de l'auditoire complexe*. *Argumentation et Analyse du Discours*, n. 2, 2009. Disponível em: http://aad.revues.org/index493.html.

conclusões parciais e reflexões que permitem e endossam esse epítome do resultado da nossa investigação. Evidentemente, realizamos um percurso analítico que implicaria distintas conclusões caso o corpus fosse estudado com outra configuração de marco teórico, unidade de análise e/ou objetivo de pesquisa.

De maneira geral, a princípio, a nossa tônica analítica repousou sobre conteúdo enunciativo e, na sequência, lançamos também reflexões retórico-argumentativas, destacadamente acerca da argumentação indireta – cuja análise se mostra, a nosso ver, como uma tendência dos estudos contemporâneos. Ademais, embora pressupondo haver uma polêmica interna, fruto de polêmica pública, preferimos delimitar nossa análise ao recorte interno da Santa Sé, em suas relações dialógicas modais e dêiticas, sem nos voltar diretamente aos seus aspectos polêmicos. No nosso percurso teórico, essa escolha metodológica e temática também nos permitiu realçar pontos de contato entre a teoria dos pontos de vista e argumentação no discurso.

As encíclicas de Bento VI e de Francisco do nosso corpus, alocadas no eixo da agregação, foram discricionariamente analisadas, respectivamente, a partir da teoria de Rabatel e daquela de Amossy. O gesto nos permitiu uma análise em profundidade no âmbito de cada conjunto teórico, o que não teria sido alcançado caso analisássemos imediatamente todos os textos do corpus em uma leitura que já articulasse, de partida, aspectos da argumentação no discurso e da teoria dos pontos de vista. Procedemos com o gesto deliberado da realização das análises ao longo da apresentação teórica do trabalho, e não em capítulo específico após a redação do todo do estado da arte. Evidentemente, poderíamos tanto ter optado pela organização mais tradicional, isto é, análise à sequência da apresentação da teoria, quanto interpretado a encíclica de Bento XVI com a problemática de Amossy e a de Francisco junto a Rabatel. A fim de endereçar essa transigência, a presente seção conclui a investigação retomando, então, reflexões de cada uma das quatro análises, em conjunto, a partir do nosso todo teórico e analítico. Esta tese, assim, foi organizada como um crescendo teórico que, demonstrando o percurso analítico e heurístico trilhado, culmina na presente seção.

Quanto ao conjunto do marco teórico, nosso percurso heurístico nos levou ainda à proposta de um movimento de leitura que relacionou elementos da teoria dos pontos de vista e da argumentação no discurso. Esta possibilidade de articulação, ainda primária, nomeada *argumentação no discurso do homo narrans*, foi utilizada para consecução das análises dos textos alocados no eixo da segregação – bem como para a organização dos argumentos desta seção de fechamento que também revisita conclusões das análises no eixo da agregação. Nosso

gesto de síntese não pretendeu ser uma nova teoria, mas apenas oferecer uma possibilidade para a análise dos PDV que se interessa pelos valores no movimento da argumentação.

No percurso de análise proposto, valores foram entendidos como componentes da doxa. Nesta pesquisa, a doxa foi tomada como o fundamento que cimenta semanticamente os posicionamentos argumentados (Emediato, 2022) e que gera efeitos de evidência, posto que a experiência primeira do mundo social é a experiência da doxa e, portanto, opor-se a esta é, em certa medida, excluir-se do âmbito do pensável (Fernandino e Vernet, 2024; Vernet, 2023). Isto não quer dizer que a doxa, conforme a tomamos, seja um modelo de determinação global, imutável e absolutamente rigoroso do fazer retórico e do pensar. Trata-se de um implícito compartilhado que, embora pervasivo e apresentado como autoevidente, está também sujeito a reformulações espontâneas e questionamentos de natureza contradóxica. Por fim, partimos do entendimento que a doxa, menos que dizer respeito ao bem ou ao mal, ao verdadeiro ou ao falso, trata-se de uma representação coerente que emerge da relação entre "o funcionamento externo (social) e interno (linguístico-discursivo) (Emediato, 2020, p.23).

Na nossa proposta, compreender empaticamente as boas razões das crenças e valores argumentados deve fazer parte do processo de análise da argumentação em suas marcas linguísticas que emergem a partir de modelos de representação específicos em um dado contexto socioinstitucional; trata-se, assim, de compreender para analisar, analisar para criticar e, idealmente, transformar com responsabilidade social e respeito aos direitos alheios e deveres individuais. No caso do nosso corpus, não tivemos por objetivo questionar a aparente contradição de um deus que é verbo primordial e, também, verbo encarnado, que agrega e concomitantemente segrega; preferimos, pelo contrário, visar a uma hermenêutica ampla e compreensiva da doxa católica na realização de uma análise discursivo-argumentativa. Como novamente posto nos termos de Emediato (2022), realizar um movimento de "mobilidade empática". Afinal, em princípio, a depender do quadro ético e moral, toda crença é racional quando se há boas e suficientes razões para crer.

Isto considerado, quisemos aportar ao debate acadêmico e público uma contribuição que, além de teórica, fosse também política, nos limites do gênero discursivo texto acadêmico e do posicionamento descrito descritivo-interpretativo adotado na redação da investigação. Portanto, em seus aspectos enunciativos e argumentativos, tencionamos elaborar o nosso objeto de pesquisa, igualmente objeto de discurso, não propriamente como uma questão religiosa, mas também, e sobretudo, retórica e socio-política. Esta ênfase, idealmente, promove a relevância e impacto social do nosso trabalho. Assim, pressupomos que tema de pesquisa é atravessado por

um teor político-ideológico incontornável que, se ingênua ou taticamente ignorado, minaria a relevância social almejada desde a concepção do projeto de pesquisa.

Em rigor, nossas análises não estão isentas de juízos de valor, ainda que fundamentadas em método científico, dado que não há análise, por mais criteriosa que seja, livre da agentividade e valoração de quem pesquisa. O resultado escrito da análise é, afinal, uma constelação de posicionamentos argumentativos do pesquisador. Entendemos que nos inserimos na nossa cenografia acadêmica, como locutor associado a uma subjetividade no mundo, e que nossas interpretações são fruto das vicissitudes ocorridas em quatro anos de formação doutoral e amadurecimento intelectual.

Neste movimento de aprendizado e produção, em maior medida, nossa agentividade no fazer acadêmico foi norteada pelas orientações de pesquisa, pelos cursos na UFMG, pelas trocas com colegas em congressos e na submissão de artigos e, em natureza política, igualmente sugestionada a partir do convívio com sociolinguistas na Université d'Aix-Marseille e instituições parceiras. Em suma, ao longo desse processo heurístico de formação e produção, tivemos em vista associar o rigor científico a um diligente grau comprometimento social, evitando um posicionamento eminentemente normativo – preferindo o termo "normativo" ao invés de "análise crítica", por concordarmos com a concepção de que toda AD é essencialmente crítica –, de modo harmônico ao marco teórico aventado e ao posicionamento adotado.

Indiretamente, lidamos assim com aspectos e implicações sociais inescapáveis de um discurso que pode reforçar ou justificar uma ordem heteronormativa, ainda que fundamentado em suas boas razões dóxicas. Se cada pronunciamento da Santa Sé tem evidentemente peso instrucional eclesiástico, parece igualmente implicar efeitos sociais no debate público mais amplo em suas interseções com o discurso religioso. A argumentação, como nos aponta Amossy (2021, p.51, tradução nossa)[143], não ocorre apenas em "textos que tentam fazer uma tese bem definida ser aceita, mas também naqueles que compartilham um ponto de vista sobre o real, reforçam valores e orientam a reflexão".

Isto não quer dizer que nos pareça suficiente, tampouco analiticamente vantajoso, classificar a segregação como um gesto de homofobia. Trata-se de enunciações que ocorrem em uma cena da enunciação complexa que se dá em relação dialógica com o passado e o presente, isto é, com a tradição e o momento social contemporâneo. Nesta cena potencialmente polêmica da homoafetividade em âmbito eclesiástico e sacramental, discursos religiosos,

[143] C'est dans cette perspective que l'argumentation ne participe pas seulement des textes qui tentent de faire accepter une thèse bien définie, mais aussi de ceux qui font partager un point de vue sur le réel, renforcent des valeurs, orientent la réflexion.

políticos e constituintes acomodam, por exemplo, finalidades e dimensões argumentativas, (des)associações simbólicas entre papa e Santa Sé, (des)inscrições enunciativas, imputações de responsabilidade[144].

Entender a limitação e, idealmente, prováveis implicações sociais dos conceitos mobilizados, além dos parâmetros dóxicos pelos quais os entes enunciativos se orientam, deve fazer parte do percurso analítico na argumentação do *homo narrans*. Considerada essa ressalva, conforme os conceitos explanados na tese, heteronormatividade e homofobia são fenômenos sociais distintos, contudo correlatos. Eventualmente, mesmo um discurso no qual o locutor se posicione em relação de antiorientação à homofobia pode endossar a ordem heteronormativa, por exemplo, na fórmula "ela não tem culpa de ter nascido assim", em suas variações. A ordem heteronormativa possibilita a homofobia como uma forma de expressão nociva da constelação de discursos que naturalizam o heterossexual como comportamento sexual e afetivo privilegiado. Esta ordem, como a entendemos, é motor que faz circular a aversão ao homoafetivo nos meios secular e religioso católico.

Visitamos e propomos reflexões sobre a relação fundamental entre PDV, valores e emoções na argumentação do *homo narrans.* A emoção, entendida enquanto condição de exercício da argumentação (Plantin, 2010, 2023), foi trabalhada por nós como um fenômeno mutável ao longo do tempo e relativo a determinado contexto sócio-histórico que implica efeitos sobre as decisões linguísticas do locutor na dinâmica de argumentação. Esta é entendida, na nossa síntese, como a atividade discursivo-linguageira, institucional e socialmente situada, por meio da qual a instância enunciativa toma e expressa uma posição com a expectativa de que a instância alocutária aceite a dimensão ou a *visée* de um *ponto de vista*.

Nesse sentido, essa atividade de analisar e se posicionar argumentativamente – hierarquizar um PDV na cenografia – é entendida como um gesto baseado em fatos e valores, portanto, um gesto também subjetivo, também emocionado. Mesmo a ausência aparente de marcas de subjetividade na enunciação não implica uma retorização da realidade livre de emoções do sujeito que engendra dialogicamente o enunciado. No caso da nossa pesquisa, de

[144] Neste ponto, recorremos à nossa leitura que, embora feita a respeito de outro *corpus* católico, também se aplica, em certa medida, à presente pesquisa: "Ao cabo, poderíamos simplesmente falar de homofobia, já que medram em nosso *corpus* marcas de exclusão fundamentadas em um argumentário homofóbico descrito há muito, tal como a assimilação da homossexualidade a uma doença, uma 'abominação', um pecado (Tin, 2003), e mesmo as estratégias argumentativas de dissimulação ou de denegação bastante conhecidas (Hugonnier, 2023). Contudo, a noção de homofobia, utilizada com fins analíticos, também foi criticada, posto que participa uma essencialização de gêneros e de sexualidade, neste espaço no qual tais categorias podem ser entendidas como classificações identitárias – bem como médicas e jurídicas (Foucault, 1976) – recentes. A noção também foi problematizada porque ela contribui com a invisibilização do 'caráter sistêmico da hierarquia entre heterossexualidade e homossexualidade' (Perrin, Roca i Escoda et Parini, 2012, p. 7) e com a produção de análises individualizantes e psicologizantes." (Fernandino e Vernet, 2024, p.8, tradução nossa).

modo geral, as teses são argumentadas sobre o fundamento emocionado do amor católico, seja apresentado como mandamento, em textos de subjetividade apagada e locutor desinscrito, seja como voluntariedade, em textos que abundam em subjetivemas, patemas e *ethe* bem demarcados.

Interpretando essa linha de força argumentativa emocionada no corpus, identificamos elementos de uma cena da enunciação polifonicamente copiosa que, nas suas cenografias, convoca uma miríade de vozes. Dentre essas instâncias que figuram como locutor e/ou enunciador, destacam-se: papas que assinam ou autorizam documentos, bem como papas anteriores; aquelas bíblicas e santas; vozes impessoais de documentos canônicos; vozes sinodais; o CVII; a Igreja, e dicastérios da Cúria e seus prefeitos e secretários.

No caso do pontífice, enquanto porta-voz da palavra do deus católico, a subenunciação aparece então como um aspecto próprio do discurso papal. Mesmo a adoção de um novo nome que remete ao interdiscurso católico, ao se sagrar papa, já é um gesto inaugural de, grosso modo, subenunciação nominal. O papa, ora locutor principal, ora locutor secundário ou fonte evidencial, pode ser relacionado com, pelo menos[145], duas instanciações de fala: o papa-instituição e o papa-sujeito. Embora o grau de formalidade varie, ambos, em princípio, falam em nome da Igreja, já que remetem à representação mandatária máxima da Santa Sé. A fonte simbólica é a mesma, mas não as vozes: a fonte é a mesma, mas não as fozes.

Assim sendo, por uma parte, existe esse locutor associado à pessoa do papa que se desponta, sobretudo, em falas espontâneas e textos globalmente de agregação – e que faz ver e confirma as imagens prévias dos papas Francisco e Bento XVI. Isto ocorre, via de regra, pela simplificação da realidade que elabora e reitera ambos os pontífices como representantes antagônicos, respectivamente, das linhas heterodoxa e ortodoxa da Igreja. No entendimento que adotamos, a pessoa do papa é um sujeito social que fala a partir de uma composição única e ambígua de elementos que certamente extrapolam o escopo analítico do campo da argumentação, transbordando à análise sociológica e psicanalítica, mas que parecem implicar marcas discursivas – tais como nacionalidade e personalidade, vivências de base e carreira eclesiástica, formação e erudição na liturgia e visão de Igreja. Nesse complexo arranjo subjetivo, em cada papa isoladamente, a ambivalência é uma condição e os gestos políticos são potencialmente lidos pela eclésia tanto à esquerda ou à direita do espectro.

[145] Falamos em "pelo menos" dois locutores, posto que se trata de uma simplificação metodológica, afinal, quanto mais "ouvíssemos", mais vozes papais encontraríamos, e.g., no caso de Francisco, a voz do papa latino, a voz do primeiro jesuíta a se tornar santo padre, a voz da tradição, a voz do arcebispo de Buenos Aires etc. De todo modo, desconsideradas as especificidades, acreditamos que a diversidade possível de instâncias pode ser categorizada em dois grandes guarda-chuvas, a saber, o papa-sujeito e o papa-instituição.

Por outro lado, existe a instanciação papa-instituição que o locutor faz aparecer de modo desencarnado, objetivo e dogmático nos textos da Santa Sé. Esta que é a emanação jurídica da voz da Igreja e, também, aporeticamente, a voz do papa. No caso do papa-instituição, os posicionamentos adotados tendem a variar menos entre textos, papas e pontificados, ainda que possam implicar contradições aparentes com PDV argumentados pelo mesmo papa em outras cenografias – por exemplo, na confrontação entre o locutor-papa da *Fratelli tutti* e do *responsum*. Nesse sentido, o entendimento foucaultiano da instituição como *locus* da regularidade é oportuno. Nos movimentos enunciativos de censura e restrição sob o pontificado de Francisco, é como se a Santa Sé, que goza do acesso a diversas vozes autorizadas, se defendesse do seu próprio papa com um discurso dóxico que reafirma a moral e o dogma católicos. Metaforicamente, papa-instituição estaria censurando o papa-sujeito.

Na tensão estrutural entre pessoa e instituição, irrupções personalistas contradoxais seguidas de declarações que reforçam o posicionamento tradicional e dogmático da Igreja seriam uma constante na cena da enunciação da Santa Sé. A título de exemplo, em acontecimento anterior ao nosso marco temporal, mencionamos a carta supostamente enviada pelo papa João Paulo II, na década de 1980, a Leonid Brezhnev, então Secretário Geral do Partido Comunista Soviético, em que teria ameaçado liderar um movimento de resistência na Polônia, em prol do *Solidarność*, caso as tropas soviéticas intervissem no território, inclusive usando do seu próprio corpo entre o povo polaco e os tanques soviéticos (Bernstein, 1997).

Neste caso, o papa-sujeito parece irromper em detrimento do papa-instituição. A tensão argumentativa existe independentemente da personalidade de cada sumo sacerdote. Esta complexidade analítica se deve ao fato de que, diferentemente de outros papéis sociais temporários ou circunstanciais – como a evidente diferença de peso político-econômico entre a declaração de um presidente e aquela de um ex-presidente – a fala da pessoa de um papa sempre será a fala da instituição papal, ele que é a encarnação da voz do deus católico. Acreditamos que mesmo no incomum caso de papas eméritos, conforme ocorrido com Bento XVI após a sua renúncia, o raciocínio, guardadas as devidas medidas, ainda se aplicaria. Em suma, não haveria contradição ou incoerência, mas simplesmente a manifestação de diferentes vozes. Entre Jorge Bergoglio e papa Francisco, entre Joseph Ratzinger e papa Bento XVI, perguntar “quem fala” “quando”, “onde”, “por qual razão”, “como”, conduziria a investigação a diferentes interpretações.

Uma vez explicitadas e interpretadas as principais vozes da Santa Sé, com proeminência daquelas papais, organizamos a seguir propostas de reflexão sobre o discurso recente da alta cúpula da Igreja acerca do amor ao próximo e homoafetividade. Para cada proposta, fornecemos

indícios explanatórios, evidentemente não exaustivos, baseados no nosso corpus e percurso analítico, bem como em especulações para potenciais desdobramentos científicos correlatos ao tema da tese.

Primeiramente, haveria um vocabulário específico das boas razões da Santa Sé em cada eixo temático? A resposta sumária é sim. Embora tenhamos preferido não utilizar *softwares* para avaliação quantificável do corpus, em escolha discricionária de método qualitativo, seria possível, por exemplo, tabular e controlar a ocorrência, contexto sintagmático e cruzamento de itens e sintagmas tecnicistas, jurídicos e objetivizantes na segregação[146] em confrontação àqueles personalistas, atenuados e figurativos na agregação[147].

Mais ainda, a doxa vaticana contemporânea parece recorrer, em ambos os eixos, a um campo lexical que pode ser aventado em sua localização social atópica. Isto considerado, a partir do nosso corpus, poder-se-ia realizar um estudo da dispersão de termos chave, como "tendências homossexuais", "desígnios" e "amor", em cada eixo, isolado e comparativamente. Da mesma forma, poderiam ser lexicalmente isolados classificados os diferentes valores que esteiam os juízos no eixo, bem como os distintos efeitos de sentido do mesmo valor quando mobilizado em diferentes configurações genéricas, argumentativas e enunciativas – como ocorre, marcadamente, no caso da polivalência do valor do amor católico.

Quais os principais argumentos? Desconsiderando-se as particularidades de cada encenação singular da enunciação, bem como os argumentos secundários que amparam as teses principais de cada texto, resumiríamos o nosso corpus em dois argumentos. Grosso modo, no eixo da agregação, trata-se do reforço de crenças doutrinais já estabilizadas. Isto se dá, por um lado, no convite ao amor cristão que declara que a felicidade pessoal depende do amor ao próximo e, por outro, na atualização da noção de deus como amor, que não é mandamento, mas resposta a um dom divino.

Quanto ao eixo da segregação, o principal argumento é a reafirmação do dogma que nega a legitimação da homoafetividade em meio eclesiástico e sacramental. Isto ocorre tanto pelo impedimento da admissão de homens com "tendências homossexuais profundamente radicadas" – há permissividade para os casos de "problema transitório" (Grocholewski e Miller 2 e 10) –, quanto pela categórica negativa da benção a "um matrimonio fora da união indissolúvel de um homem e uma mulher, aberta por si à transmissão da vida e que não

---

[146] Por exemplo: *é necessário, ser coerente, deve, em função, somente, objetiva e positivamente ordenado, lícito, admití-lo, lei natural, claramente superadas, intrinsecamente imorais, responsável.*

[147] Tais como: *cremos no amor, opção fundamental, novo horizonte, dom do amor, desejo falar do amor, nossas falsas seguranças, agir em conjunto, problemas que nos afetam a todos, amor fraterno, feliz quem ama o outro, vida com sabor a Evangelho.*

corresponde aos desígnios de Deus inscritos na Criação" (Ladaria e Morandi, 5 e 6). A adoção deliberada de argumentos acolhedores, no amor cristão, e desaprovadores, quanto à homoafetividade na Igreja, parecem visar à adesão de um auditório vasto e diversificado.

O gênero e o contexto de produção importam na configuração dos argumentos de cada eixo? Certamente. O gênero discursivo encíclica possibilita uma argumentação de agregação da mesma forma que a instrução e o *responsum*, em vetor oposto, facilitam a estabilidade e legitimidade da segregação. A encíclica é uma circular que, enquanto carta aberta do papa, fala ao povo cristão indicando com brandura prioridades do momento. Essa configuração genérica expõe a face do papa, que assina o documento e se mostra em flexões na primeira pessoa do singular, o que parece facilitar a promoção argumentativa da agregação. Ora, trata-se do pastor se mostra e agrega seu rebanho. Já na instrução e no *responsum*, os principais atributos desses gêneros injuntivos são a impessoalidade e o apagamento do *ethos* personalista papal, a inflexibilidade e a ênfase dogmática. Nesses casos, o pastor, embora desgarrado e distanciado, não quer desagregar seu rebanho, mas aceita o desígnio que segrega o joio do trigo que nutrirá os seus.

De modo hiperbolizado, parafraseando a fórmula do intelectual Herbert McLuhan, "o meio é a mensagem"[148]. Acomodamos o teor aforismático dessa máxima, entendendo que, embora o meio não baste na compreensão integral de trocas argumentativas, trata-se, com efeito, de um elemento relacionado ao *pathos*, aos condicionamentos discursivos do locutor e, de modo mais generalista, ao efeito de sentido da mensagem. O veículo, então, não é um contenedor destituído de parcialidade, mas um instrumento, um procedimento investido de finalidades argumentativas.

Falar de meio é falar de gênero de discurso, "entendido como instituição de fala, dispositivo de comunicação socio-historicamente determinado" (Maingueneau, 2014, p.66). Como explicita este autor, a história dos gêneros é, a certo modo, a história dos desdobramentos da vida social em seus condicionamentos e agentividades. O contexto de produção importa, assim, na configuração dos argumentos de cada eixo, por exemplo: nas especificidades das institucionalidades da CEC e da CDF e dos gêneros discursivos associados a cada órgão; no momento histórico de cada publicação, tanto na esfera eclesiástica, quanto naquela do debate

[148] Fazemos uma analogia com a expressão do filósofo canadense de modo livre e desconectados do seu pensamento. McLuhan, na obra *Understanding Media: the extensions of man* (1964), referia-se ao papel fulcral dos meios de comunicação de massa na dinâmica social. Sua máxima parte da ideia de que o conteúdo de qualquer meio é também meio de outro conteúdo. Portanto, o veículo, mais do que a mensagem, deve ser o foco de análise. A analogia entre meio e gênero discursivo se funda no ponto de interseção no qual o suporte é contextual e implica efeitos sobre o conteúdo e as escolhas lexicais do locutor, bem como nos sentidos decodificados pelo alocutário.

público laico; na permissividade da doxa para atualização ou conservação da doutrina e do dogma; nas vicissitudes e inclinações de cada pontífice; nas tensões entre conservação e transformação no interior da Santa Sé; na composição política da Cúria Romana; e, mesmo, no enquadramento contextual de quem analisa o discurso.

A atividade da argumentação é contextual, portanto, única e mutável. Mesmo no caso da negativa cabal à benção matrimonial a casais gays, asseverada pelo locutor do *responsum* de 2021, já no apagar das luzes de 2023 – portanto, em momento posterior ao fim do nosso recorte temporal –, a proibição da bênção foi relativizada na declaração *Fiducia Supplicans*. Este texto foi emitido pelo CDF, agora chamada de Dicastério para a Doutrina da Fé, porém, corroborando nossa hipótese de trabalho, excepcionalmente assinado pelo papa Francisco, além do prefeito e secretário da congregação. Ainda em rudimento de hipótese, interpretamos essa dinâmica enunciativa como uma resultante, permitida pelo seu contexto de produção, institucional e social, que indicia um movimento embrionário de mutação do dogma.

O dogma, enquanto um valor que, quando enunciado, tem caráter compulsório para fiéis, parece-nos ser um importante indicador, além de componente, da doxa religiosa – e esta, conforme o entendimento que adotamos, não é absolutamente rígida, mas se atualiza no tempo. Se toda argumentação é, inexoravelmente, um resultado possível apenas no seu próprio tempo, essa indiciada transformação do dogma, na tensão do movimento polarizado de conservação e mudança no interior da eclésia, parece também ser um profícuo caminho de pesquisa, à maneira encetada em Fernandino e Vernet (2024). Ainda que caso do nosso corpus de tese a negativa da benção matrimonial e da entrada de gays nos seminários e ordens sacras seja dogmaticamente assegurada, o locutor reconhece as temáticas como existentes e pertinentes no campo do argumentável. Algo é integrado, lenta, mas irreprimivelmente na paisagem discursiva católica.

Em qual língua fala a Santa Sé? Espanhol ou alemão? Analógica ou digital? No caso da nossa pesquisa, ainda que o nosso corpus esteja publicado *online*, os textos que o compõe não atendem aos requisitos para serem plenamente relacionados a discursos nativos digitais – ou tecnodiscursos, nos termos de Paveau (2021), a partir de quesitos como relacionalidade por *hashtags*, ampliação por comentários e imprevisibilidade. Quanto à redação original de cada texto, no geral, não se sabe com acurácia em qual idioma a primeira versão de cada produção é realizada. Se antes a tradição era o purismo da concepção do texto no latim, hoje os condicionamentos contextuais permitem certa discricionariedade. Supostamente, emissões da CDF e da CEC foram inicialmente esboçadas no idioma do seu prefeito ou secretário, enquanto as encíclicas, sendo um trabalho mais biográfico e personalista, variam com a arbitrariedade de

cada papa. De um lado, Bento XVI parecia preferir o latim e o alemão, enquanto Francisco, o espanhol e, em menor medida, o italiano. De todo modo, todas as versões oficiais publicadas no repositório vaticano, do ponto de vista metodológico, são materialidades primárias.

Além disso, comparativamente, enquanto a instrução e o *responsum* assentados no seu aspecto jurídico, são enxutos e divulgados em um reduzido número de idiomas – por exemplo, 7, no caso do *responsum* –, as encíclicas no seu estilo personalista de longa missiva, são mais facilmente decodificáveis em seu vocabulário e formato, com parágrafos numerados, e publicadas em uma pletora de línguas – 17, no caso da *Fratelli Tutti*. Desdobramentos da pesquisa poderiam ter por objetivo refletir sobre a relação entre a extensão linguística do auditório da eclésia visado, comparando declarações com maior e menor teor polêmico.

De modo semelhante, poder-se-ia ponderar acerca da publicação de textos de segregação polêmica em menor número de versões, especulativamente, apenas em idiomas convencionalmente tratados como línguas de poder, de modo geral e no âmbito da eclésia. Neste segundo caso, referimo-nos ao português e ao polonês que se associam a relevantes contingentes linguísticos católicos. Ademais, há ainda espaço para o desenvolvimento de análises transversais, por exemplo, em linguística comparada, mapeando as diferentes versões de termos chave da argumentação – como superficialmente indiciamos em relação ao item *coonestare,* essencial à configuração da tese do *responsum* de 2021.

A Santa Sé fala em nome de quem? A depender do foco analítico e da cena da enunciação analisada, a Santa Sé enuncia, por exemplo, em nome do deus cristão, de Pedro, de Cristo, da Bíblia, do papa ou mesmo do Vaticano-eclésia. Neste último caso, seria razoável investigar em nome de qual parte da eclésia a cadeira santa fala e quais os efeitos discursivos e socio-políticos do movimento enunciativo. Nesse sentido, o formato de pergunta-resposta do *responsum*, que não oblitera seu caráter monologal, poderia vir a ser estudado, no seio da argumentação no *homo narrans*, em posicionamento crítico, como uma enunciação ventríloqua, nos termos de Paveau[149]. Isto é, uma postura enunciativa baseada no gesto de falar/perguntar pelo outro sem sua autorização explícita e com pretensão objetivista de verdade última.

Diferentemente do escopo mais amplo do conceito de sub/sobre-enunciação de Rabatel, a noção de ventriloquismo direciona o foco analítico para o elemento político de uma relação de poder que envolve indivíduos estigmatizados ou menorizados em um procedimento enunciativo de invisibilização. Nesse caso, o foco de análise repousaria sobre o *homo narrans* que pergunta ventrilocamente, esvaziando e investindo a subjetividade do gay fiel, em

[149] Para um resumo, nas palavras da autora, ver: https://penseedudiscours.hypotheses.org/4734.

princípio, sem o seu consentimento. Afinal, nesse gesto possível de leitura, não haveria espaço na austeridade do documento para dar voz à audiência do *Responsum*.

No caso dessa cena da enunciação, a eclésia está segmentada em, no mínimo, dois grupos amplos e coalhados de matizes internos, a saber, os gays crentes que aspiram a benção marital e os tradicionalistas laicos e religiosos que desaprovam movimentos progressistas na Igreja. Uma análise nesses termos poderia então interpretar como a subjetividade do primeiro dos segmentos é supostamente apagada em prol de uma aparente tecnicidade dogmática que ampara valores cristãos latentes de conservação dogmática. Em igual medida, também em posicionamento crítico, a situação das mulheres na Igreja, plasmada em discurso, na intersecção com homoafetividade, poderia ser lida na chave segregação/agregação em seus investimentos, invisibilizações e violência epistêmica.

Nas conclusões do seu trabalho etnográfico, Martel (2019) menciona brevemente a carência tanto de análises acadêmicas quanto de material primário sobre a situação da mulher na Igreja. Comparativamente, é escassa a problematização da sexualidade feminina religiosa, enquanto abundam relatos e estudos sobre o caso masculino. De um ponto de vista reflexivo, nossa tese, ao se voltar preponderantemente para a situação do homem na Igreja, incorre na mesma tendência, inclusive, indiretamente, recorrendo à ordem heteronormativa. Entretanto, com otimismo, acreditamos que, se a princípio essa negligência generalizada sequer figurava na nossa paisagem epistêmica, já ao cabo da tese, o nosso processo heurístico nos permitiu apreender a sugestão desse desdobramento da pesquisa. Na mesma toada, interseccionalidades de toda a sorte, por exemplo, racial, de classe e etária, poderiam ser combinadas à variável do gênero em um percurso teórico.

O campo lexical da Santa Sé muda ao longo do tempo? Se toda produção discursiva é contextual e, portanto, relativa a dado tempo e espaço (social), a resposta generalista é sim. Mesmo em vista da reduzida extensão do nosso marco temporal e do método qualitativo adotado, a austeridade dos gêneros discursivos de textos alocáveis no eixo da segregação nos permite inferir que a mudança é mais provável e célere nos textos de agregação. Nestes, o gênero possibilita uma maior evidência de subjetivemas, ideias axiologizadas, *ethe* e posicionamentos amparados por tópicas menos polemizáveis. Além disso, é da razão de ser da encíclica endereçar as questões mais prementes da eclésia no momento da publicação, ou seja, argumentar segundo as flutuações do alocutário e dos condicionamentos do tempo presente. Outros documentos, como publicações no *Vatican News*, sermões na Praça de São Pedro, audiências papais, também poderiam ser entendidos a partir da constelação de valores que configura o eixo da agregação.

Quais seriam os principais procedimentos em tela? Os textos que analisamos sobejam em elaborados procedimentos retóricos e enunciativos que se estendem, por exemplo, desde a reformulação para atualização da doutrina, paralelismos, analogias, inscrições emotivas e emocionais, assunções enunciativas, sobre-enunciações; e, até mesmo, aos distanciamentos do centro dêitico, subenunciações, atribuição errática de responsabilidade enunciativa para reafirmação do dogma, mobilização de expressões de generalidade no coletivo – como "os fieis", "os filhos da igreja", e no singular, como "o candidato", "a pessoa" –, uso advérbios de generalidade como "sempre", etc.

Ainda no que diz respeito a procedimentos, em geral, o menoscabo e a desaprovação com fundamento dogmático são realizadas por meio de desincrições e apagamentos enunciativos fundamentados em instâncias jurídico-canônicas e formatados em construções pronominais impessoais[150]. No caso das proibições, em cujas atividades argumentativas se valem da construção pronominal em terceira pessoa que expressa desígnios, a mobilização de conectivos adversativos é igualmente frequente. Nesses movimentos recorrentes, interpretamos um gesto enunciativo de cautela e elogio que precede a desqualificação. Esse procedimento estabiliza o sentido da censura e reforça os dogmas da sexualidade heterossexual e do sacramento do matrimônio heteroafetivo. Quanto à agregação, por meio da tese do amor, o locutor-papa, inscrevendo-se, convoca o valor do amor cristão, que é deus, e cujo representante é o próprio papa. Nessa aproximação do centro dêitico, na qual o papa se apresenta como voz máxima autorizada, seu movimento de encarnação da voz divina recorre a *pistis* crística.

O que é então esse fundamento ontológico da argumentação da Santa Sé sobre o qual posicionamentos presumivelmente conflitantes se harmonizam? Respondendo em circunlóquio, todo posicionamento argumentado na Santa Sé é um verbo encarnado. Ou seja, é uma organização proposicional que, direta ou indiretamente, recorre ao fundamento ontológico do Cristo, a encarnação do deus católico, este que é o *Lógos*, o verbo primordial.

Se o papa já é um locutor insólito ao se inscrever no interdiscurso da autoridade petrina, como chefe da Igreja, Jesus é uma voz ainda mais atípica e sobranceira nos textos católicos. Enquanto o papa é representante do divino na Terra, Jesus Cristo é o próprio divino humanizado

[150] Quanto a esta modalidade de construção, "Pronomes desempenham um papel crucial nas negociações de distância e proximidade: em um cenário padrão, pronomes em primeira e segunda pessoa [e terceira, no caso de você] indicam presença, o espaço interno do grupo, e/ou participação, enquanto pronomes de terceira pessoa indicam distância e o espaço exterior ao grupo (...) são excludente e se referem a pessoas que não estão envolvidas na situação (Chilton, 2004: 336; Russell, 2019a: 36, 2019b: 101). Podem substituir não apenas substantivos próprios, como também comuns. Assim, enunciações que contêm um sujeito em terceira pessoa possibilitam a expressão de distanciamento do centro dêitico" (Määttä e Vernet, 2023, p. 622, tradução nossa, acréscimo entre colchetes nosso).

que escolheu e batizou Pedro, líder dos Apóstolos, como a pedra fundacional da Igreja, o primeiro sumo sacerdote. Pressupondo que tal especificidade deveria ser ressaltada no plano enunciativo – dada sua relevância nas representações coletivas cristãs e nos critérios de verdade nessas gestados –, inicialmente, tratamos Jesus como enunciador ou locutor-enunciador atípico. Ora, se a enunciação atribuída a esta instância singular e transcendental é, em princípio, constituinte e diretamente divina, entendemos que a voz Jesus não poderia ser designada da mesma forma que aquela do papa ou dos locutores bíblicos em uma análise de *pontos de vista*.

A instância enunciativa Jesus Cristo, além de antropomorfização do divino cristão, é igualmente sui generis por não ter voz própria. Conforme a tradição, a palavra do filho de deus foi narrada por discípulos e não escrita em primeira pessoa. Portanto, caberia de partida o pressuposto de que o processo de imputação e de assunção da veracidade dos conteúdos proposicionais pelo locutor Cristo não seria um movimento enunciativo acabado. Mesmo que não seja evidenciada na cenografia, é a fonte arcana do Cristo que cimenta a doutrina ou a tese do amor ao próximo.

Mais que uma voz ou fonte de legitimidade, a *pistis* Cristo se confunde com o modelo de representação da Igreja e com seu entendimento de amor que ampara o argumentável em seus diversos posicionamentos possíveis. Não parece exagerado defender que todo posicionamento de qualquer voz da Santa Sé deve recorrer, em alguma medida, à memória discursiva crística que o funda – seja no reforço de crenças, com a atualização do Velho Testamento por meio do Novo Testamento, seja na afirmação ou relativização de dogmas, como no caso dos sacramentais e do "problema transitório da homossexualidade".

Nas fissuras e contradições aparentes, interpretados na confrontação entre os posicionamentos argumentados pelo papa-instituição e pelo papa-sujeito, o fundamento semântico do amor de Cristo é uma constante. Dito de modo metafórico, o papa que agrega e o papa que segrega são irmãos que, embora amarguem conflitos, ainda sim são irmãos, tributários da mesma ascendência. Afinal, em falas de agregação ou segregação, personalistas ou impessoais, o pontífice é aquele que age com autoridade máxima *in persona Christi*.

Se Cristo é a encarnação de deus, o papa é aquela da Santa Sé. Estudar o discurso da Santa Sé é, portanto, analisar a voz possível do Cristo em movimentos de assunção e atribuição errática e dispersa da responsabilidade enunciativa. Isto considerado, com o avançar do nosso percurso analítico, refinamos a conceituação da instância Cristo como a *pistis* das contradições coerentes do discurso da Santa Sé. Em outras palavras, recorrendo à dupla entrada do termo em grego antigo *pistis*, designamos Jesus Cristo tanto como o princípio basal (i.) de fé, graça e

salvação, na esfera cristã; (ii.) e, no âmbito da retórica clássica, de persuasão retórica, credibilidade e confiança mútua.

Na *pistis* crística, fundada na atipicidade da instância Jesus Cristo, que afiança a adaptável tese do amor católico, valores e posicionamentos conflitivos se harmonizam na polifonia da Santa Sé. Este é um movimento de gestão de sentido intimamente relacionado com a natureza da doxa católica e as estratégias enunciativas e argumentativas nesta permitidas – como o apagamento ou inscrição da voz papal e de vozes institucionais da sua Cúria; a tensão estrutural e estruturante entre imagens e *ethe* mostrados; a (des)autorização de vozes pelo fonte evidencial da tradição; o recurso a gêneros personalistas ou impessoais, ao interdiscurso canônico ou ao discurso constituinte bíblico; a mistificação do discurso dogma; a (des)atribuição de responsabilidade enunciativa etc.

Especificamente no caso da atribuição errática de responsabilidade enunciativa, em se tratando de um procedimento estruturante da estabilização dos sentidos que as vozes da Santa Sé enunciam e estanciam, a dispersão da RE poderia ser aprofundada em um desdobramento da nossa análise. Isto, por exemplo, se daria tanto no que diz respeito à responsabilidade jurídica e canônica, quanto em termos de implicações políticas e morais[151] e, outrossim, em relação a conceitos correlatos e derivados da RE – tal como *prise en charge*, que está no nível mais estrito do enunciado e não naquele do texto, como no caso da RE; a quase-*prise en charge*, quando que L1 atribui um PDV a um l2 sem uma marca de aprovação deste último; na *prise en compte*, nos casos em que L1 não exprime acordo tampouco desacordo em relação ao PDV que reporta; na transposição desses conceito à análise iconoplástica, etc.

Se, embasados em Rabatel, supomos que a verdade linguística de um enunciado repousa em valores, executamos, nesta tese, a escolha de método de focalizar esses juízos com força patêmica que estruturam o opinável e que embasam a "incoerente coerência" do discurso moderno da Santa Sé – em lugar de realizar apenas uma análise enunciativa detida dos jogos de referenciação na responsabilização do texto. Ainda com Alain Rabatel, entendemos haver certa aversão à noção de intencionalidade em AD proveniente de um embasamento saussuriano anti-psicológico; a intencionalidade, que orienta e é orientada por valores explícitos e implícitos, entretanto, é um aspecto indispensável na interpretação do embate de sentidos em um enunciado. O *logos* é polissêmico, ambíguo e parte da resolução dessa ambiguidade repousa

[151] Retomamos aqui o anteparo de Emediato quem defende que, embora a RE, em princípio, esteja localizada no espaço interno da enunciação, "não há como não tirar consequências da responsabilização enunciativa no âmbito ético e moral, pois os pontos de vista não são abstratos, eles incidem sobre objetos do mundo social, tem implicações políticas e éticas." (2022, p. 55).

no implícito – tal como a "resolução" de uma análise nos parece passar pela compreensão de valores que orientam as escolhas linguísticas.

Sem esgotar as possibilidades de ponderação e avanço da investigação, isto nos leva a um último ponto de reflexão, levantado ainda no momento de qualificação da presente tese. Que instância é essa que, interdiscursivamente, agrega e segrega, que não é apenas o papa-sujeito, o papado, a cúpula da Igreja ou a tradição? Se a resposta específica parece depender do foco de análise e do corpus escolhido por quem pesquisa, a resposta generalizante, atravessa, tacitamente, todas as análises da nossa tese: a Santa Sé é essa instância hiperenunciadora.

Entendemos ser, assim, a cadeira santa o hiperônimo que acomoda uma miríade de vozes, dentre as quais se encontram aquelas realçadas e discernidas em nossa análise. A Santa Sé é a institucionalidade cuja vocação primordial é acomodar contradições nos limites da doxa católica. É sob a garantia evidencial da Santa Sé que a *pistis* do Cristo é institucionalizada e, dessarte, vozes são autorizadas, estratégias argumentativas são mobilizadas e posturas enunciativas e posicionamentos se deslindam e deslizam em um contínuo de sentido. A cadeira santa parece ser grande o bastante para trazer à mesa as vozes de toda a sorte de comensais.

Nesse movimento, o papa, enquanto detentor da tríplice coroa, é a vocalização metonímica por excelência da Santa Sé. A certo modo, o pontífice é o epítome humano da Santa Sé, tal como Cristo o é em relação ao deus católico. Ainda que a subenunciação pareça ser um parâmetro próprio do discurso papal, porta-voz da palavra divina, o sumo sacerdote é a autoridade fática última, juridicamente responsável por enunciados – mesmo que seja alijado da responsabilidade enunciativa na cenografia, afinal, ser efetivamente responsável por textos e enunciados não implica uma assunção automática da RE.

Nesse sentido, a relação papa-instituição/papa-sujeito poderia ser pensada na chave estrutura/agência, já que a formatação identitária do cargo parece restringir e delinear os limites do argumentável do ser no mundo que desempenha o papado. Entretanto, há espaço para este sujeito, nas entrelinhas argumentativas do discurso, manifestar algum grau de agentividade na elaboração e hierarquização de PDV. Se a tríplice coroa fala, o coroado também. Nesse arranjo, a tensão se avulta nos casos de atos de fala papais agregadores em uma esfera constitutivamente conservadora, ou vice-versa, e se estabiliza em movimentos, por exemplo, de conservação em um panorama institucional ortodoxo.

A gestão desse dialogismo, que episodicamente pode ser ambígua e mesmo contraditória, em tal fricção criativa entre agência e estrutura, parece-nos refletir e sumarizar as próprias contradições da Santa Sé. Ao cabo, trata-se de uma ambivalência funcional e, por que não, estruturante da institucionalidade da cadeira santa. Nessa perspectiva, a dinâmica

enunciativa no interior da Santa Sé é um microcosmo da sociedade do seu tempo. Isto é, embora singularizado na doxa do Vaticano-eclésia, a Santa Sé é também um arranjo social, político e, em suma, humano. Assim o sendo, é fundamentalmente contraditório e dialógico.

Na expectativa de que essa retomada heurística do nosso percurso analítico venha a fazer vicejar novas investigações com potencial de emancipação social e de promoção do respeito mútuo, no entrelaçamento do político e do religioso, concluímos nossa pesquisa, deliberadamente, com questões em aberto. Se, como menciona a orientadora desta tese, a tarefa do pesquisador é também aquela de perder dados, complementamos com a sugestão de que é também necessário encontrar perguntas que, não necessariamente, serão respondidas por quem as propõe. Se no princípio era o verbo, no fim é a tese.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniel. **Performatividades gays**: um estudo na perspectiva brasileira e argentina. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2016.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coordenação da equipe de tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. 1ª ed., 1ª reimpressão, São Paulo: Editora Contexto, 2020.

AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. 4ª ed. Malakoff: Armand Colin, 2021.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. Ruth Amossy (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-23.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2.ed. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Ces mots qui ne vont pas de soi**. Boucles réflexives et non-coïncidences du dire. Paris: Larousse. 1995.

AZEVEDO, Dermi. Desafios Estratégicos da Igreja Católica. **Lua Nova**. n°60, 2003. p. 58-79.

BAZÁN, Osvaldo. **História de la homosexualidad en la Argentina**. 2ª ed. Buenos Aires: Marea, 2010.

BBC News Brasil. **Papa abre maior consulta democrática da história da Igreja, que pode mudar futuro da instituição**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-58811011 . Acesso em: 1 de ago. 2022.

BALLY, Charles. **Linguistique Générale et Linguistique française**. Paris : Ernest Leroux. 1932.

BALLY, Charles. **Traité de Stylistique française**. Paris: Heidelberg C. Winter.1909.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Forense Universitária. 2013.

BARTHES, Roland. A Retórca Antiga. In: COHEN, Jean et al. **Pesquisas de Retórica**. Tradução de Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 147-221.

BENTO XVI. Papa. **Carta encíclica *Deus Caritas est*** (Sobre o amor cristão), 2005. Disponível em:https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html.

BRYANT, Karl; VIDAL-ORTIZ, Salvador. Introduction to Retheorizing Homophobias. **SAGE Publications**. Vol 11(4), p. 378-396. 2008. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1363460708091740 .

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. In.:**Theatre Journal**, Vol. 40, n. 4, p. 519-531. 1988. Disponível em: <https://www.amherst.edu/system/files/media/1650/butler_performative_acts.pdf>.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG. 2012.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dictionnaire d'analyse du discours**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3a. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Organização: Aparecida Lino Pauliukonis e Ida Lúcia Machado. Coordenação da equipe de tradução: Angela M.S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes.** Tradução: Eduardo Brandão.1ª ed., 4ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. São Paulo: Editora das Américas. 1961.

COURBIN, Alain; COURTINE, Jean. **Histoire de la virlité**: l'invention de la virilité de l'Antiquité aux lumières. Seuil. 2011.

COURBIN, Alain; COURTINE, Jean, VIGARELLO, Georges. **Histoire des émotions**: de l'Antiquité aux lumières. Seuil. 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Trad. de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Os múltiplos territórios do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999. p. 15-22.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Paris: Ophrys. 1990.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon. 2010.

DANBLON, Emmanuelle. **Argumenter en démocratie**. Charleroi: Éditions Labor. 2004.

DANBLON, Emmanuelle. Il y a critique et critique: épistémologie des modèles d'argumentation. **Argumentation et Analyse du Discours**, 9. 2012. Disponível em: https://journals.openedition.org/aad/1395. Acesso em: 9 dez. 2021.

DANBLON, Emmanuelle. **La fonction persuasive**: anthropologie du discours rhétorique: origines et actualité. Paris: Armand Colin. 2005.

DANBLON, Emmanuelle. **L'homme rhétorique**: culture, raison, action. Paris: Les éditions du CERF. 2013.

DAVAL, René; FRATH, Pierre. Le pouvoir magique de la langue *In*:DAVAL, René; FRATH, Pierre. **Cogito versus Ubuntu** : Les rapports entre individu et société analysés dans un cadre anthropologique et linguistique. Observatoire Européen du Plurilinguisme. 2019. p. 47-47. Disponível em: https://www.cairn.info/cogito-versus-ubuntu--9782950018205.htm.

DOURY, Marianne. **Argumentation**: Analyser textes et discours. Paris : Colin. 2016

DOURY, Marianne. Positionnement descriptif, positionnement normatif, positionnement militant. **Argumentation et Analyse du Discours**. n. 11, p. 1-17. 2013. Disponível em: http://aad.revues.org/1540.

DUCROT, O. **Le dire et le dit**. Paris : Minuit. 1984.

EEMEREN, Van; GROOTENDORST, Rob. **Speech Acts in Argumentative Discussions.** Doordrechr: Foris, 1984.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas** – I – Da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas** – II – De Gautama Buda ao triunfo do Cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

EMEDIATO, Wander. A análise do Discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática. Campinas: Pontes, 2022.

EMEDIATO, Wander e FRANCO, Eduardo. Discurso religioso, argumentação e cognição da fé *in* MELO, Mônica Santos de (org.) **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2017.p.197-217.

EMEDIATO, Wander. Problemáticas contemporâneas dos estudos do discurso: por uma análise integrada *In*: EMEDIATO, Wander et al. (org.). **Teorias do discurso**: novas práticas e formas discursivas. Campinas: Pontes, 2020. p. 19-56.

EMEDIATO, Wander. Retórica, argumentação e discurso. *In*: MARI, H.; MACHADO, I.; MELLO, R. (orgs.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Faculdade de Letras da UFMG. Núcleo de Análise do Discurso. Belo Horizonte. 2001. p. 157-177.

FARIA, Vanessa. **Minha voz, tua voz, nossas vozes**: uma análise da responsabilidade enunciativa em artigos acadêmicos/científicos. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte. 2015.

FERNANDINO, Gabriel. As boas razões das emoções da Santa Sé: um gesto de análise da resposta sobre a bênção de uniões do mesmo sexo. *in* LIMA, Helcira; ABREU-AOKI, Raquel; MAZZOLA, Renan (orgs.) **Retórica, argumentação e emoções**: itinerários convergentes. 1ed, Campinas: Pontes Editores. p. 301-318. 2023.

FERNANDINO, Gabriel; VERNET, Samuel. Les voix de François : discours de résistance et doxa hétéronormative dans l'Église catholique. **Letrônica**. v.17, n.1, 2024. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/letronica/article/view/46099/28619.

FERNANDINO, Gabriel. Posturas enunciativas em Deus Caritas Est (2005): uma análise da primeira encíclica de Bento XVI segundo formulações teóricas de Alain Rabatel. **Bakhtiniana** - Revista de Estudos do Discurso, v.17, n.4, p. 194-122, 2022. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/57982.

FERNANDINO, Gabriel. The Good Reasons for the Holy See Emotions: Outlining an Argumentative Analysis of the Responsum on the Blessing of Same-Sex Unions. **Global Journal of Human-Social Science**, vol. 23, p. 24-30. 2023. Disponível em: https://socialscienceresearch.org/index.php/GJHSS/article/view/103751/37817.

FERNANDINO, Gabriel; LIMA, Helcira. Uma análise da encíclica papal *Fratelli Tutti* sob a perspectiva teórico-metodológica da argumentação no discurso de Amossy. **Revista EID&A** - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. v. 2, n. 21, p. 161-180, mai./ago. 2021. Disponível em: http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/3139/2140.

FERREIRA, Luiz. Leitura e persuasão: princípios de análise retórica. Editora Contexto. 2010.

FRANCISCO. Papa. **Carta encíclica Fratelli Tutti**, 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html.

FRANCISCO. Papa. **Comemoração do Cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos**, 20215. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html.

FRANCISCO. Papa. ***Prædicate Evangelium***. Constituição Apostólica sobre a Cúria Romana e o seu serviço à Igreja no mundo, 2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/20220319-costituzione-ap-praedicate-evangelium.html#DICAST%C3%89RIO_PARA_A_DOUTRINA_DA_F%C3%89.

FRANCO, Eduardo. **Discurso religioso e jornalismo**: estudo contrastivo de jornais católicos e evangélicos. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2018

GASPARRI, Pietro; MUSSOLINI, Benito. Inter Sanctam Sedem et Italiae Regnum Conventiones. **Tratado de Latrão**, 1929. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19290211_patti-lateranensi_it.html.

GIL FILHO, Sylvio. **Estruturas da territorialidade católica no Brasil,** 2005. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-205.htm .

GOFFMAN, E. **Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior**. New York: Pantheon Books, 1967.

GRIZE, jean-Blaize. **Travaux du Centre de recherches semiologiques Neauchârel**, n. 7, 1971.

GROCHOLEWSKY, Zenon. Prefeito da Congregação para a Educação Católica (CEC); VERSALDI, Giuseppe. Secretário da CEC. **Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais**, 2005. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20051104_istruzione_po.html.

GUERRINI, Jean Claude. Les valeurs au cœur du langage. **Recherches & Travaux - UGA Éditions**. 94, 2019. Disponível em: https://journals.openedition.org/recherchestravaux/1617?lang=en#quotation

HEREK, Gregory (2004). Beyond "homophobia": Thinking about sexual prejudice and stigma in the twentyfirst century. **Sexuality Research & Social Policy.** 1(2), p. 6–24. 2004. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1525/srsp.2004.1.2.6.

HUGONNIER, Claire; VERNET, Samuel. « Entre atténuations et détours : dire l'homosexualité dans les discours contre la loi « PMA pour toutes » en France », **Neuphilologische Mitteilungen**, Vol. 124, n°1, special issue « Excessive language in public discourse », M. Buchart, A. Granvik et E. H. Lenk (dir.), p. 78-102. 2023. Dispoível em: https://doi.org/10.51814/nm.122799.

JAEGER, W. **Paidéia: a formação do Homem Grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JOÃO PAULO II. Papa. **Lei fundamental do Estado da Cidade do Vaticano**, 2000. Disponível em: https://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/sp_ss_scv/informazione_generale/legge-fondamentale_po.html.

JOÃO PAULO II. Papa. ***Pastor Bonus***. Constituição apostólica sobre a cúria romana, 1988. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus.html.

LADARIA, Luis. Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF); MORANDI, Giacomo. Secretário da CDF. **Responsum da Congregação para a Doutrina da Fé a um dubium sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo**, 2021. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20210222_responsum-dubium-unioni_po.html .

LEBEC, Eric. **História Secreta da Diplomacia Vaticana.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

LIMA, Helcira. As emoções e sua implicação na construção argumentativa. *In:*PIRIS, Eduardo; OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés (orgs.). **Discurso e argumentação em múltiplos enfoques**. Coimbra: Grácio Editor. 2016. p. 241-259.

LIMA, Helcira. Argumentação no discurso: problemática e perspectivas. Azevedo, Isabel Cristina Michelan de; Damasceno-Morais, Rubens (org.). **Introdução à análise da argumentação**. São Paulo: Pontes, 2022. p. 163-192.

LIMA, Helcira. Discursos negacionistas disseminados em rede. **Revista da ABRALIN**. v. 19, n 3. 2020. p.389-408.

LIMA, Helcira. Emoções e representações de si: a propósito da indignação e do embaraço. In:CUNHA, Gustavo; OLIVEIRA, Larissa (orgs.). **Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG. 2018. p. 93-107.

LIMA, Helcira. **Estratégias argumentativas em uma sessão de julgamento de tribunal do júri**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2001.

LIMA, Helcira. **Na tessitura do Processo Penal**: a argumentação no Tribunal do Júri. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2006.

LOMANDO, Eduardo; WAGNER, Adriana. Reflexões sobre termos e conceitos das relações entre pessoas do mesmo sexo. **Revista Sociais e Humanas**, n. 22, v.2, p. 1-18. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1184.

MÄÄTÄ, Simo. VERNET, Samuel. Reacting to homophobia in a French online discussion: The fuzzy boundaries between heteronormativity and homophobia. **Discourse & Society.** Vol. 34(5), p. 617-635. 2023.Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/09579265231168760 .

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-E-Silva. Curitiba: Criar Edições, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique; COSSUTTA, Frédéric. L'analyse des discours constituants. **Langages**. *29e année*, n°117, p. 112-125. 1995. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1995_num_29_117_1709.

MARTEL, Frédéric. **No armário do Vaticano: poder, hipocrisia e homossexualidade**. São Paulo: Objetiva. 2019.

MELO, Mônica Santos de. Considerações sobre o domínio de prática discursiva religioso *in* MELO, Mônica Santos de (org.) **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2017. p. 131-148.

MESQUITA, Daniele Trindade; PERUCCHI, Juliana. Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte , v. 28, n. 1, p.105-114, abr. 2016. Disponível em:https://www.scielo.br/j/psoc/a/kkcQJggKT3GTTWpLggHDXSb/?lang=pt.

MEYER, Michel. **A Retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MOSCA, Lineide. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In Mosca, Lineide Salvador (org.). **Retóricas de ontem e hoje**. São Paulo: Humanitas, 1997. p 17-54.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco. 1993.

ORLANDI, Eni**. A Linguagem e seu Funcionamento as formas do discurso**: as formas do discurso. 2ª ed. São Paulo: Pontes, 1987.

PAIVA, Tatiana Afonso Ferreira. **Os valores e as emoções como fundamentos das decisões judiciais**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2020

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Organizadores: Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 1. ed.– Campinas, SP : Pontes Editores, 2021.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PIO XII. Papa. ***Pastor æternus***. Costituzione dogmatica, 1870. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700718_pastor-aeternus_it.html.

POSSENTI, Sírio. Explicar piadas, Freud explica: matar a cobra e mostrar o pau. **Revista Polifonia**. EduFMT v. 12, n. 1, p.1-20. 2006. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1077 .

PLANTIN, Christian. As razões das emoções *in* MENDES, Emília; MACHADO, Ida (org.) **As emoções no discurso**, vol. II. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 57-80.

PLANTIN, Christian. **Deixem dizer**: a norma do discurso de um está no discurso do outro. Comunicação e Sociedade, vol. 16, pp. 145-161. 2009

PLANTIN, Christian. **Dictionnaire de l'argumentation**: une introduction aux études d'argumentation. Lyon : ENS Éditions. 2016.

PLANTIN, Christian. Émotion: le concept et le mot, *in* LIMA, Helcira; ABREU-AOKI, Raquel; MAZZOLA, Renan (orgs.) **Retórica, argumentação e emoções**: itinerários convergentes. 1ed, Campinas: Pontes Editores. p. 25-47. 2023.

PLANTIN, Christian. **L'argumentation**: histoire, théories et pespectives. Paris: Presses Universitaires de France (PUF). 2005.

PLANTIN, Christian. **Les bonnes raisons des émotions: principes et méthode pour l'étude du discours émotionné.** Berne: Peter Lang. 2011.

RABATEL, Alain. Pour une reconception de l'argumentation à la lumière de la dimension argumentative des discours. **Argumentation et Analyse du Discours**, 20. 2018. Disponível em: http://journals.openedition.org/aad/2493.

RABATEL, Alain. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração, teoria e análise. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. V.1. São Paulo: Cortez. 2016.

RABATEL, Alain. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração, metodologia e interpretação. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. V.2. Natal: EDUFRN. 2021.

RABATEL, Alain.; CHAUVIN-VILENO, A. La question de la responsabilité dans l'écriture de presse. **Semen** - Revue de sémio-linguistique des textes et discours. n 22. 2006. Disponível em: https://journals.openedition.org/semen/2792 .

RABATEL, Alain. Os desafios das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. Revista **EID&A**. n. 12, 2016. p. 191-233, Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314979051_Os_desafios_das_posturas_enunciativas_e_de_sua_utilizacao_em_didatica.

RABATEL, Alain. Retour sur les relations entre locuteurs et énonciateurs Des voix et des points de vue. Des voix et des points de vue. **Hal Open Science.** 2010. p. 357-373. Disponível em: https://shs.hal.science/halshs-00504918.

RATZINGER, Joseph; BERTONE, Tarcisio. **Código de Direito Canónico**. 1998. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf.

RODRIGUES, Maria das G. S. Ponto de vista emocionado no gênero discursivo comentário on-line – violência verbal. **Linha D'Água**: São Paulo, v. 34, n. 01, p. 13-28, jan.-abr. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA SANTA SÉ. **Relazioni bilaterali della santa sede**. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_20010123_holy-see-relations_it.html. Acesso em: 09 de ago. 2024.

SEIXAS, Rodrigo. O terreno pantanoso da doxa: reflexões para um tratamento lógico-discursivo da argumentação. Revista **EID&A**. n. 2, v.23 2023. p. 142-160, Disponível em: https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/3741.

SCHIRMER, Anderson. **Homofobia, véu do réu**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2016.

SÍNODO DOS BISPOS. XV Assembleia Geral Ordinária. **Os jovens, a fé e o discernimento vocacional.** 27 de out., 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20181027_doc-final-instrumentum-xvassemblea-giovani_po.html. Acesso em: 09 de ago. 2024.

SPINOZA, B. **Court traité sur Dieu, l'homme et la béatitude**. 1878. Acesso livre. Disponível em: https://fr.wikisource.org/wiki/Livre:Spinoza_-_Court_trait%C3%A9_sur_Dieu,_l%E2%80%99homme_et_la_b%C3%A9atitude.djvu .

TILGHMAN, B.R. **Introdução à filosofia da religião**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

TODOROV, Tzvetan. Le discours de la magie. **L'homme. Revue française d'anthropologie**. Out/Dez. 1973. p. 38-65 Disponível em : https://www.persee.fr/doc/hom_0439-4216_1973_num_13_4_367380.

TOLEDO, Fagner.. O que é homossexualidade?. *In*: RAMOS, Marcelo; NICOLI, Pedro; BRENER, Paula (orgs.). **Gênero, sexualidade e direito**: uma introdução. Belo Horizonte: Initia Via. 2016. p. 68-78.

TOULMIN, Stephen. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

US DEPARTMENT OF STATE. **U.S. Relations With the Holy See.** Disponível em: https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/3819.htm. Acesso em: 04 de jun. 2022.

VATICAN NEWS. **Pope to LGBT Catholics**: 'God is Father who does not disown any of his children Disponível em: https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2022-05/pope-letter-fr-martin-lgtb-outreach-questions.html Acesso em: 27 de nov. 2023

VERNET, Samuel. Doxa. **Discours de haine et des radicalisations**. Les notions clés, ed. Nolwenn lorenzi Bailly & Claudine Moïse. Lyon: ENS lyon, p. 31–39. 2023.

ZANOTTI, Paolo. **Gay: la identidad homosexual de Platón a Marlene Dietrich**. México: Editora Fondo de Cultura Económica, 2010.